UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARIA CARLA DE ÁVILA ARAÚJO

**Territorialidade, juventudes e suas interfaces com o
poder público local**

São Paulo

2007

MARIA CARLA DE ÁVILA ARAUJO

**Territorialidade, juventudes e suas interfaces com o
poder público local**

*Tese apresentada à Banca Examinadora
do Programa de Pós-Graduação da
Faculdade de Educação da Universidade
de São Paulo (FEUSP), na linha de
pesquisa Sociologia da Educação, como
exigência parcial para a obtenção do
título de Doutora em Educação, sob
orientação da Profª. Drª. Marília Pontes
Sposito*

**São Paulo
2007**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.047
A187t

Araujo, Maria Carla de Ávila

Territorialidade, juventudes e suas interfaces com o poder público local / Maria Carla de Ávila Araujo ; orientação Marília Pontes Sposito. São Paulo : s.n., 2007.
259 p. : il. tabs.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : Sociologia da Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Sociologia da educação 2. Sociabilidade 3. Juventude – Aspectos sociais 4. Jovens – Vida cotidiana 5. Territorialidade 6. Políticas públicas 7. Identidade social I. Sposito, Marília Pontes, orient.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Carla de Ávila Araújo

“Territorialidade, juventudes e suas interfaces com o poder público local”

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutora.

Linha de pesquisa: Sociologia da Educação

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a): _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a): _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a): _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a): _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a): _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Ao meu tio Holmes de Melo (*in memoriam*) que, dentre tantos sobrinhos,
escolheu a mim para amar de forma tão especial!
Ensinou-me o poder de uma determinação.
Com sua partida aprendi que as lembranças alimentam a alma
e aquecem o coração.

À minha avó Milta de Melo Ávila,
que neste ano completa 90 anos de vida,
tornando-me uma privilegiada, por Deus, por esse convívio.
Ensinou-me a coragem e a sede de vida.
Fez-me acreditar que um amor pode sim, durar enquanto vivemos,
se o mantemos vivos em nós.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde, pela família, pelos amigos e pela força interior que me permite caminhar diariamente em busca de harmonia, paz, felicidade, enfim, de uma vida simples.

Aos meus pais agradeço tudo que tenho e, de certa forma, o que sou. Obrigada por terem trabalhado tanto para que eu pudesse chegar até aqui. Vocês são, também, vitoriosos! Agradeço, sobretudo, por nunca me deixarem desanimar ou recuar diante dos meus sonhos e projetos. Sempre souberam respeitar a minha busca de felicidade por meios que, muitas vezes, lhes foram tão difíceis. Obrigada por terem sempre apostado em mim, pelo companheirismo, amor e respeito à minha vida, que continuam sendo as marcas de nosso relacionamento. A vocês, todo meu amor e admiração.

À minha orientadora, Profa. Dra. Marília Sposito, por ter me acompanhado durante todo o percurso desta pesquisa: obrigada pelo rigor, pela competência, pela dedicação. Mas, agradeço, principalmente, pelo apoio, carinho e pelas palavras de incentivo nesta reta final, momento de tantas angústias. Agradeço, ainda, o respeito à minha produção intelectual nessa etapa de minha vida marcada por tantas transformações e mudanças.

Aos jovens entrevistados que confiaram em mim e me concederam as entrevistas, sem as quais esta pesquisa não teria sido possível. Agradeço especialmente aos jovens que me acompanharam nos dois locais onde a pesquisa foi realizada, dando-me não só informações, mas apresentando-me seus locais de moradia e seus modos de vida. Espero que esta pesquisa consiga, de alguma forma, ajudá-los na interlocução com o poder público.

À Prefeitura de Belo Horizonte agradeço a autorização da pesquisa nas duas regionais, bem como todas as entrevistas concedidas e as informações fornecidas ao longo da pesquisa, especialmente no momento exploratório da mesma.

Aos Núcleos de Apoio à Família (NAFs), que me receberam com carinho e forneceram-me informações valiosas para o bom desenvolvimento do trabalho, em todas as suas etapas. Agradeço especialmente às gerentes que, juntamente com suas equipes, se

dispuseram a ajudar no que fosse necessário. Espero que este trabalho de pesquisa seja recebido tão somente como uma contribuição a mais à difícil prática cotidiana das equipes, que de alguma forma, acompanhei.

Aos membros da Banca de Qualificação Prof. Dr. Elie Ghanem e Prof. Dr. Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves, pelas discussões preciosas que permitiram o enriquecimento do trabalho de pesquisa nas etapas posteriores.

À Profa. Dra. Flávia Schilling, pelas profundas discussões na disciplina cursada, que me propiciaram compreender melhor os jovens entrevistados desta pesquisa.

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Betim) por minha inclusão no Programa Permanente de Capacitação Docente (PPCD) e aos Coordenadores dos cursos de Fisioterapia, Letras e Matemática, pela autorização concedida.

Aos meus companheiros do grupo de estudos sobre juventude: Lena, Bete, Carla Corrochano, Marilena e Elmir. Pelas contribuições, pelas leituras, pela companhia, pelo carinho, obrigada!

À minha grande amiga Márcia Starling, companheira de tantas jornadas, que soube compreender que nem toda 5ª feira podíamos nos encontrar para nossa “terapia semanal”! Obrigada por compartilhar minha vida há tantos anos e me aceitar como sou.

À Juliana Caldeira Borges, pelo nosso reencontro e pela possibilidade de estarmos cada vez mais próximas, fortalecendo uma amizade iniciada há 15 anos. Uma ex-colega de trabalho que hoje me brinda com sua presença da qual não sei mais abrir mão. Obrigada pelo apoio e incentivo!

À Flávia, por me considerar sua amiga e me apoiar, sempre.

Ao meu “quase” filho Bernardo Brina que tem me ensinado a ser “quase” mãe. Obrigada por despertar em mim um sentimento que me era tão desconhecido...

Ao Toninho Machado, porque conseguimos fazer de nossa “arquitetura” muito mais do que uma “bela fachada”!

À Cláudia, por conseguir “apapar as arestas” para o fortalecimento de nossa amizade.

À “Turma do Parabéns”, Lex, Miroca, Aninha, Zilda e Claudinha: amigas recentes e já tão queridas. Com elas, tenho aprendido a rir mais, a viver com mais leveza e a experimentar uma amizade onde os princípios éticos são os mais importantes e valorizados. Palmas!

À Cibeles, meu braço direito em casa, que vem cuidando de mim com tanto carinho, seja através de uma comida gostosa, de um cafezinho ou de palavras de incentivo e fé que me foram tão importantes em muitos momentos. E à Lúcia, que ao cuidar de minha casa em Tiradentes, possibilitou-me dedicar com tranquilidade a este trabalho.

À minha cachorrinha Amélie que esteve incondicionalmente ao meu lado (e aos meus pés), durante o dia ou nas madrugadas, o meu reconhecimento desta “dependência” alegre e gostosa de ser vivida.

Enfim, na última fase desta pesquisa contei com o apoio e a presença de algumas pessoas que merecem meu agradecimento de coração:

À Miriam Sichel e Ana Maria Simões de Souza, por terem me proporcionado um grande encontro nessa etapa da minha vida, mas, sobretudo pela sincera amizade que estabelecemos.

À Alécia Hermann, pela importante ajuda na parte quantitativa, na cotação das entrevistas, na revisão dos questionários, etc., etc., etc. Agradeço, sobretudo, a paciência, o carinho e a força que me foram imprescindíveis para o término deste trabalho. Obrigada pelo interesse e companheirismo inquestionáveis.

À Ângela Diniz Costa, que foi o meu “verdadeiro” suporte. Em momentos de angústia soube, com muita competência e carinho, me ouvir, mas fundamentalmente não me deixou recuar do meu desejo.

“Cada coisa a seu tempo tem seu tempo.
Não florescem no inverno os arvoredos,
Nem pela Primavera
Têm branco frio os campos.”
(Fernando Pessoa)

“Hipótese.
E se Deus é canhoto e
criou com a mão esquerda?
Isso explica, talvez, as coisas deste mundo.”
(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa empírica, de natureza qualitativa, investigou os modos de vida juvenis em duas microáreas de Belo Horizonte-MG, a partir de uma política pública e social da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) – o Programa BH Cidadania – baseada, dentre outros, no princípio da territorialidade, que permite ações integradas de modo a unificar os programas destinados à população considerada em situação de vulnerabilidade. A própria definição territorial proposta pelo Programa foi objeto de análise. Buscou-se, inicialmente, conhecer o universo local definido como território pela PBH e os jovens moradores. O modo como os jovens viviam nas microáreas priorizadas pelo Programa, suas dificuldades, seus desejos, suas relações com o poder público local foram os objetivos centrais deste trabalho. Para tal, foram utilizados questionários, observações e entrevistas semi-estruturadas em profundidade. Como conclusões, foi constatado que, em uma das microáreas, o território demarcado pelo Programa foi meramente administrativo e não houve a correspondência com um marco comum de experiência, demarcado por seus próprios moradores. Na outra, já havia um universo constituído de interações a partir de um estigma territorial, que coincidiu com a demarcação feita pela PBH. O Estado não aparece onde os jovens mais precisam dele, a saber, lazer e trabalho, e não constatou-se uma interação satisfatória entre o poder público e os jovens das duas microáreas. A atuação da prefeitura é pouco conhecida e valorizada. O Programa BH Cidadania, através de sua territorialidade, foi capaz de chegar até os jovens, mas não de assegurar a eles, de modo efetivo, seus direitos básicos. Ainda permanece entre eles a noção de “privilegio”, por terem sido “escolhidos” pela ação do poder público municipal. Enfim, a ação pública no local tem presença empobrecida e não é suficiente para substituir as políticas estruturantes, estas sim capazes de mudar as condições dos jovens para uma melhor vivência da condição juvenil e entrada no mundo do trabalho.

Palavras-chave: juventude, sociabilidade, território, territorialidade, poder público, estigma, identidade

ABSTRACT

This empiric research study, of qualitative nature, focused on an investigation of ways of life among juvenile populations set in two micro areas in Belo Horizonte – State of Minas Gerais, featuring a public and social policy of that Municipality (Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) -- (*BH City Hall*) -- namely the “BH Cidadania Program” – (*BH Citizenship Program*). This policy is principally based on, but not limited to - the principle of territoriality which enables integrated action to be taken, thereby permitting the unification of programs directed at populations reputed to be in a status of vulnerability. The territorial definition proposed by this Program was itself also object of analysis. The initial step was to get acquainted with the local universe defined as a territory by the PBH and by the young dwellers themselves. The main points of focus of this study include the way these youngsters lived in the two micro areas set in priority by the Program, their difficulties, their wishes, and their relationship with local public authorities. Extensive resources were used in this work, including questionnaires, monitored watching and semi-structured interviews. Conclusions revealed that for one of these micro-areas, the territory delimited by the Program meant a mere administrative choice, as there was no agreement to any common trace of experience outlined by the dwellers themselves. Conversely, for the other micro area, an existing universe formed by interactions arising from a territorial stigma could be seen, which did coincide with the demarcation made by the PBH. The State is absent just where it is badly needed by the youth, principally as far as leisure and work are concerned, and no satisfactory interaction was observed between the public power and the young population at either micro area under analysis. The performance of the municipality was barely known and barely valued. The “BH Cidadania” Program, for its territoriality, was only partially successful in respect of approaching the youngsters, but never in assuring them their basic rights effectively. The concept of “privilege” for having been “chosen” by the municipal public power still prevails among that population. Lastly, the public interference in the depicted areas appear as a weakened and poor presence, being therefore insufficient to replace structuring policies, obviously the required instruments capable of fully upgrading existing living conditions of the youth into a better enjoyment of the young life experience, and the ultimate access of that population to the business world.

Key words: youth, sociability, territory, territoriality, public power, stigma, identity.

RESUME

Ce travail de recherche empirique et de nature qualitative a fait une enquête sur les modes de vie juvéniles dans deux microrégions de Belo Horizonte - MG à partir d'une politique publique et sociale de la Mairie de Belo Horizonte (PBH) – le Programme BH Citoyenneté - basé d'entre autres, sur le principe de la territorialité qui permet des actions intégrées de façon à unifier les programmes destinés à la population considérée dans une situation de vulnérabilité. La propre définition territoriale proposée par le Programme a été objet d'analyse. On a cherché, au départ, à connaître l'univers local défini comme territoire par la PBH et par les jeunes habitants. La manière de vivre de ces jeunes dans les microrégions mises en priorité par le Programme, leurs difficultés, leurs désirs, leurs rapports avec le pouvoir public local ont été les objectifs centraux de ce travail. Pour cela, des questionnaires, des observations et des interviews semi structurées en profondeur ont été utilisés. Comme conclusion on a constaté que, dans une des microrégions, le territoire délimité par le Programme a été simplement administratif et il n'y a pas eu de correspondance avec une marque commune d'expérience délimitée par leurs propres habitants. Dans l'autre, il y avait déjà un univers constitué d'interactions à partir d'un stigmat territorial qui a coïncidé avec la démarcation faite par la PBH. L'État n'apparaît pas où les jeunes ont un plus fort besoin de lui, à savoir, loisir et travail et une interaction satisfaisante entre le pouvoir public et les jeunes des deux microrégions n'a pas été vérifiée. Le travail de la mairie est peu connu et peu valorisé. Le Programme BH Citoyenneté, à travers sa territorialité a été capable de toucher les jeunes, mais pas capable de leur assurer de façon effective leurs droits primaires. Il reste encore parmi eux la notion de « privilège » car ils ont été « choisis » par l'action du pouvoir public municipal. Finalement, l'action publique sur place a une présence appauvrie et n'est pas suffisante pour substituer les politiques structurantes capables de changer les conditions des jeunes pour une meilleure connaissance de la condition juvénile et pour la rentrée dans le monde du travail.

Mots-clefs: jeunesse, sociabilité, territoire, territorialité, pouvoir public, stigmat, identité

SUMÁRIO

1 Introdução, 14

- 1.1 Percurso Metodológico, **16**
- 1.2 Fase inicial da pesquisa, **18**
- 1.3 A coleta de dados por meio dos questionários, **19**
- 1.4 A aplicação do questionário no Pinheirinho, **21**
- 1.5 A Aplicação no 7 de Setembro, **24**
- 1.6 As entrevistas, **25**

2 O Programa BH Cidadania e as microáreas, 28

2.1 Primeira Parte: O Programa BH Cidadania e a territorialidade, 28

- 2.1.1 Contexto, **28**
- 2.1.2 O Programa BH Cidadania, **33**
 - 2.1.2.1 O Programa BH Cidadania: marco conceitual, **34**
 - 2.1.2.2 Os Núcleos de Apoio à Família (NAF), **37**
- 2.1.3 Territorialidade: esclarecendo as diversas concepções, **38**

2.2 Segunda Parte: Os bairros e as microáreas: visão do poder público local e dos moradores, 48

2.2.1 O bairro 7 de Setembro, 48

- 2.2.1.1 O NAF do bairro Sete de Setembro, **50**
- 2.2.1.2 A chegada do NAF e os moradores, **52**
- 2.2.1.3 Os moradores e o bairro, **54**
- 2.2.1.4 A percepção dos líderes comunitários sobre os moradores da microárea, **57**
- 2.2.1.5 A chegada do Programa BH Cidadania e a importância do NAF, **60**

2.2.2 O bairro Parque dos Pinheiros e a microárea Pinheirinho, 64

- 2.2.2.1 A microárea Pinheirinho, **66**
- 2.2.2.2 O NAF do Pinheirinho, **68**
- 2.2.2.3 A chegada do NAF e os moradores, **69**
- 2.2.2.4 O Pinheirinho sob a ótica dos moradores, **69**
- 2.2.2.5 Percepção dos entrevistados sobre os jovens do bairro e seus modos de

vida, **72**

2.2.2.6 A chegada do Programa BH Cidadania e a demarcação da microárea, **78**

3 Retratos e Modos de Vida, 82

3.1 Perfil inicial, **87**

3.2 Os jovens e a religião, **90**

3.3 Os jovens e a família, **98**

3.4 Os jovens e a escola, **109**

3.5 O jovem e o mundo do trabalho, **125**

3.6 O jovem, o tempo livre e o lazer, **145**

3.7 A participação em programas destinados aos jovens, **152**

4 Os jovens e os lugares: a vida como ela é, 157

4.1 A microárea 7 de Setembro, **157**

4.2 Pinheirinho: um território submerso na microárea, **174**

4.3 Os jovens sob a tensão de uma sociabilidade ameaçada, **194**

5 Conclusões: Modos de vida juvenis e suas interfaces com o poder público local, 203

5.1 Os jovens do 7 de Setembro e o NAF, **203**

5.2 Os jovens do Pinheirinho e o NAF, **210**

5.3 Os jovens e o poder público nos dois locais: singularidades e aproximações, **215**

5.4 Considerações finais, **226**

Referências Bibliográficas, 231

Anexo A - Roteiro inicial de entrevista com as regionais, **242**

Anexo B - Plano amostral para a aplicação dos questionários nas duas áreas, **245**

Anexo C - Questionário aplicado, **249**

Anexo D - Roteiro de entrevista com os jovens, **255**

1 Introdução

A pesquisa investigou os modos de vida de jovens de dois locais em Belo Horizonte, a partir de uma política pública e social da Prefeitura de Belo Horizonte¹ (PBH), baseada, dentre outros, no princípio da territorialidade, que permite ações integradas de modo a unificar os programas destinados à população considerada em situação de vulnerabilidade, chamada **Programa BH Cidadania**. Este é um programa piloto de inclusão social e de sociabilidade e é considerado um dos destaques entre os 17 programas e projetos da cidade de Belo Horizonte para os jovens, segundo *site*² da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), pela Coordenadoria da Juventude.³

Embora o Programa BH Cidadania não tenha os jovens como destinatários específicos⁴ dessa intervenção pública, já que o mesmo tem sua centralidade na família, ele atinge o jovem, quer como usuário indireto, quer como público alvo de algumas ações. Os jovens⁵ dessas microáreas não foram escolhidos para a pesquisa simplesmente porque são tidos como pobres, vulneráveis, mas porque eles foram considerados, pelo Poder Público, como os habitantes de um território, de uma área prioritária de ação, para a implantação do Programa BH Cidadania. E mais, o Estado procurou intervir de modo inovador nas políticas públicas, fundamentando sua ação nos princípios da descentralização, intersetorialidade, territorialidade e participação popular. O Programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Coordenação Social (SCOMPS) e envolve a participação das sete secretarias a elas subordinadas, a saber: Abastecimento, Assistência Social, Cultura, Direitos de Cidadania, Educação, Esportes e Saúde.

¹ Prefeitura de Belo Horizonte, doravante, PBH.

² Disponível em <http://portal1.pbh.gov.br/pbh/index.html?id_conteudo=10348&id_nivel=-1/>

³ No âmbito dessas ações foram examinados os temas pertinentes ao projeto temático “Juventude, Escolarização e Poder Local”, que foi iniciado em 2003 em 10 regiões metropolitanas, em um total de 74 municípios brasileiros. Esse estudo teve duas preocupações centrais: a identificação das principais concepções que orientam as ações dos executivos municipais e os modos como ocorre a interação entre o poder executivo municipal, a face local do Estado no âmbito da cidade e os segmentos juvenis destinatários das ações

⁴ Recentemente, após a última eleição (2006), esse programa foi incluído entre as ações da PBH para os jovens.

⁵ Não optamos por uma discussão realizada por vários autores em torno do conceito de juventude e sua diversidade. Partimos de indicadores demográficos para realizar a pesquisa sem, no entanto, desconhecer a fragilidade em torno dessas atribuições, pois a condição juvenil é, de fato, uma construção histórico-social que redefine os significados das idades cronológicas nas sociedades. A este respeito, consultar Sposito (2005), Levi e Schmitt (1996), Peralva (1997), Pais (1990), Morin (1984), Melucci (1992), Vianna (1997), Abad (2003), Abramo (2005).

O **BH Cidadania** encontra-se implantado desde 2002⁶ em 9 áreas consideradas de maior exclusão social da cidade, e, portanto, áreas de maior concentração de problemas sociais, diante da histórica situação de abandono do Executivo no fomento de políticas públicas. É, portanto, aí que deve ser experimentada a intersectorialidade de fato, compreendida pelos gestores não como um somatório de ações de várias secretarias para o enfrentamento dos problemas, mas como construção e execução coletiva e articulada dos organismos públicos e da comunidade local de políticas para superação da situação de exclusão.

Por que escolher um Programa que não se dirige especialmente ao jovem? Exatamente pelo seu caráter inovador para as políticas públicas, propondo suas ações nos princípios citados acima. E, sobretudo, porque entendo que o jovem também pode ser beneficiário desse programa, através de sua família ou por meio de ações diretamente voltadas para eles. Além disso, esse Programa, como já disse, está atualmente incluído nos programas dirigidos para os jovens, pela Coordenadoria da Juventude.⁷

Na pesquisa, o Programa BH Cidadania foi a porta de entrada para o estudo de duas áreas-piloto, 7 de Setembro e Pinheirinho⁸, em duas regionais da cidade.

Um dos objetivos foi conhecer o jovem morador dessas áreas atendidas pelo programa. O contato com os jovens sobre suas experiências de vida e como moradores de uma área atendida pelo programa BH Cidadania propiciou informação, de cunho avaliativo, de aspectos do programa. Mas, isto não significa que a meta deste trabalho tenha sido a avaliação em todas as suas dimensões. Não foi objeto desta pesquisa verificar se o programa cumpriu ou não suas metas nessas microáreas. Busquei investigar como os jovens vivem em uma área designada como território. Procurei identificar suas demandas, suas expectativas e vicissitudes. Finalmente, a natureza de sua interação com o poder público local também foi investigada.

Meu foco esteve, portanto, no jovem que o Poder Público considerou habitar em um território. Será, de fato, um território a microárea? Ocorrem redes, pertencimentos, há identidades coletivas? Os jovens que estão em um lugar que é atingido por essa ação

⁶ Os Núcleos de Apoio à Família – doravante NAFs (equipamento local) – tiveram a sua implantação diferenciada, sendo que ficou a cargo de cada regional inaugurá-lo após dotá-lo de infra-estrutura necessária para o seu funcionamento.

⁷ Disponível em http://portal1.pbh.gov.br/pbh/index.html?pid_conteudo=10348&id_nivel1=-1/ Diz o site: “Os resultados da atuação da Coordenadoria Municipal da Juventude são evidenciados em 17 projetos e programas, que beneficiam mais de 56 mil jovens. Um dos destaques é o BH Cidadania, programa de inclusão e de sociabilidade.”

⁸ Os nomes das regionais e das respectivas microáreas são fictícios.

do Estado têm suas vidas afetadas por ela? Qual a representação que eles constroem do poder público, quando sua face local está mais próxima?

A implantação de uma política é feita em ritmos diversos e produz, muitas vezes, efeitos inesperados. Por essa razão, escolhi duas e não uma microárea para a investigação, exatamente para verificar possíveis diferenças de modos de ação desse Programa.

A própria definição territorial proposta pelo programa foi objeto de análise. Foi preciso, portanto, conhecer o universo local definido como “território” pela PBH e investigar se esse local pode ser realmente considerado como território, do ponto de vista da análise sociológica, ou se a definição de limites decorre somente da delimitação geográfica. Afinal, para além de uma região definida pelo Estado como “território”, quais suas características, modos de vida, relações e interações entre os moradores, suas formas de associações e de participações? Como vivem os jovens habitantes desse lugar?

Esta pesquisa pretendeu, de alguma forma, abordar uma outra dimensão da juventude, privilegiando sua interação cotidiana no bairro e os contatos com o poder público, dando continuidade aos interesses iniciados com a pesquisa para a dissertação de mestrado. Aquele estudo investigou as vivências escolares de jovens alunos moradores de um bairro da periferia de Belo Horizonte, cujo cotidiano era marcado pela violência, pela insegurança pública e pela exclusão social (ARAÚJO, 2000). Buscou-se caracterizar sociologicamente o ambiente escolar como espaço de interações complexas, no qual a violência simbólica e a agressão física se entrecruzavam, propiciando um tipo de violência escolar baseada no medo e na ansiedade. Foi investigado como os jovens daquele lugar construía suas identidades, tendo a violência como pano de fundo em suas relações grupais e interpessoais.

Na pesquisa que ora finalizo, o foco do interesse continuou sendo os jovens. O modo como eles vivem nas microáreas priorizadas pelo programa, suas dificuldades, seus desejos, suas relações com o poder público local foram os objetivos centrais deste trabalho.

1.1 Percurso Metodológico

Trata-se de uma pesquisa empírica, qualitativa, realizada em dois locais: microáreas 7 de Setembro e Pinheirinho. Em função do problema da pesquisa, decidi as

melhores formas de obter as informações que me permitiriam compreendê-lo. Assim, optei por usar o questionário como técnica inicial para a coleta dos dados. Segundo Gil (1999, p. 128), os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes, mas quando as questões são formuladas oralmente, caso desta pesquisa, os mesmos podem ser designados como “questionários aplicados com entrevista” ou “formulários”.

Para mim, naquele momento, o questionário apresentou algumas vantagens, pois me possibilitou atingir um bom número de jovens, muito embora o espaço geográfico não fosse tão extenso. Não houve gasto com pesquisadores, pois a coleta foi feita por mim, pessoalmente. Além disso, o questionário permitiu o anonimato dos jovens e não os expôs à influência da opinião de outros jovens, uma vez que o mesmo foi aplicado individualmente.

As questões do questionário⁹ foram, em sua maioria, fechadas, e algumas, dependentes, ou seja, “quando uma questão depende da resposta dada a uma outra” (GIL, 1999, p. 131). Também incluí algumas questões abertas que me possibilitaram compreender melhor a problemática pesquisada. Realizei um pré-teste do questionário com os jovens do programa Agente Jovem, nas duas microáreas, antes de iniciar a coleta propriamente dita.

Desde o início da pesquisa, fiz observações. A observação, como é do conhecimento de todo pesquisador, constitui elemento fundamental para muitas pesquisas, especialmente as qualitativas. Obviamente, a mesma foi conjugada a outras técnicas no decorrer da investigação. A observação, enquanto técnica de coleta de dados, pode apresentar inconvenientes, se o pesquisador não estiver atento às possíveis alterações no comportamento dos observados, em virtude de sua presença. Assim, é importante que essa técnica adote modalidades diversas, sobretudo em função dos meios utilizados e do grau de participação do pesquisador (GIL, 1999, p.111). No caso desta pesquisa, a observação foi “não estruturada”, portanto, observei, mas permaneci alheia aos fatos observados, o que fez de mim mais uma espectadora do que uma atriz. Sabe-se que não é possível eliminar de todo a influência da presença do observador, como ressalta Vianna (2003, p.10), mas isto não quer dizer que não houve um mínimo controle na obtenção dos dados por essa técnica.

⁹ Em Anexos.

A observação esteve inserida em todo o processo da pesquisa, desde a localização dos jovens no NAF, muito embora a mesma tenha sido feita de modo casual, o que não a desmerece, como lembra Vianna (2003, p.10).

Além da observação e dos questionários, utilizei entrevistas. Embora elas tenham sido semi-estruturadas, não podemos esquecer que uma entrevista é sempre “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS, 1993, p.195-196). Mas, uma entrevista, assim como a observação, está longe de ser neutra, pois como lembra Minayo (1996, p.109), ela representa uma “arena de conflitos e contradições”. A entrevista tem caráter de interação social e, portanto, está submetida às condições de toda interação face a face, na qual a natureza das relações entre entrevistado e entrevistador influencia tanto o seu curso como o tipo de informação. Procurei, durante as aplicações, ficar atenta a essa característica. Embora seja complexa a situação de entrevista, isto não a inviabiliza como uma importante fonte de informações (SZYMANSKI, 2002, p.18).

1.2 Fase inicial da pesquisa

Na fase exploratória, foi feita uma entrevista com o Coordenador do Programa na Secretaria de Coordenação da Política Social (SCOMPS), com o objetivo de conhecer melhor a proposta e definir em quais microáreas a pesquisa seria realizada¹⁰.

Os NAFs foram visitados e seus gerentes, entrevistados. Em cada um deles, buscou-se obter informações sobre a implantação, o funcionamento, as atividades desenvolvidas e, sobretudo, a existência de atividades com jovens. A disponibilidade da equipe técnica em contribuir com a pesquisa, os dados existentes sobre a população local, a existência de documentos que pudessem ser consultados, além do conhecimento da gerência sobre a implantação do NAF na microárea, também foram pontos importantes para a escolha dos núcleos para a pesquisa.

No Pinheirinho, por ocasião dessa visita, fui acompanhada pela administradora da regional e pelo Chefe de Gabinete, que se dispuseram a comparecer para a entrevista

¹⁰ Nessa entrevista foram indicados pelo Coordenador os 5 (cinco) NAFs considerados pela Secretaria como aqueles que já tinham, efetivamente, implantado o Programa ou grande parte dele. Ou seja, dos 9 (nove) NAFs, apenas 5 (cinco) deles foram considerados aptos para a pesquisa, após essa primeira entrevista no momento do início do trabalho de campo, em 2004.

com a gerente do NAF. Pude perceber um grande interesse pela pesquisa por parte da regional na qual se encontra o Pinheirinho e, também, do próprio NAF. A gerente disponibilizou todos os dados das famílias cadastradas e relatórios, e a equipe técnica, como um todo, mostrou-se disposta a contribuir.

No bairro 7 de Setembro, a entrevista com a gerente também foi bastante produtiva e o trabalho pareceu mais organizado do que nos outros NAFs visitados. A disponibilidade da equipe técnica, a já conhecida participação do bairro em mobilizações políticas e o conhecimento sobre a implantação por parte da gerente contribuíram para a escolha dessa microárea.

Uma vez escolhidos os NAFs, foi realizado, em cada um deles, um levantamento do número de jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos, nas duas microáreas, a partir das famílias cadastradas.

De posse dessas informações, foi realizado um plano amostral para a aplicação de questionários com os jovens do local, com o objetivo de traçar um perfil dos mesmos e conhecer seu modo de vida.

Uma nova entrevista foi agendada com os gerentes, com o objetivo de detalhar as atividades desenvolvidas por cada NAF.

Para compor a história local da microárea, foram entrevistados lideranças indicadas pelo NAF e alguns moradores.

Na última etapa, foram entrevistados outros atores, tais como a Escola, o Centro de Saúde, o pastor, o padre e os próprios jovens.

1.3 A coleta de dados por meio dos questionários

Para dar início à coleta de dados pelos questionários, o primeiro passo foi localizar os jovens de 15 a 24 anos moradores da microárea. O NAF não possuía uma listagem de tais jovens, pois os mesmos não tinham cadastro no NAF, e sim suas famílias.

Infelizmente, nenhum dos dois NAFs possuía, informatizados, tais dados. Isso implicou em uma busca manual e detalhada. Cada família cadastrada possuía uma “pasta” no NAF, na qual estavam registrados os dados de cada uma delas, tais como: moradores da residência, descrição da moradia, renda familiar, enfim, alguns dados daquela família.

Fui autorizada a consultar cada “pasta” e, então, verificava a existência de jovens na família, bem como suas idades. Quando o jovem encontrava-se dentro dos critérios previamente estabelecidos para pesquisa, ou seja, pertencia ao intervalo de idade de 15 a 24 anos, o nome era anotado, bem como seu endereço para se construir o plano amostral. Esse processo de localização dos jovens durou aproximadamente 2 meses em cada NAF¹¹.

Em ambas as regionais, as aplicações foram realizadas com o auxílio de dois jovens que eram ou foram participantes do Programa Agente Jovem.

No 7 de Setembro, fui acompanhada por uma jovem na parte da manhã e um jovem na parte da tarde. Ambos eram participantes do programa Agente Jovem na época da coleta e moram na microárea.

No Pinheirinho, fui acompanhada por dois jovens do sexo masculino, sendo um na parte da manhã e outro na parte da tarde – este último morador da microárea. O acompanhante da manhã estava desligado do Programa Agente Jovem, mas, no entanto ainda participava das atividades e de outras ações oferecidas pelo NAF. Na época em que ele era participante do Agente Jovem, era também morador da microárea do Pinheirinho.¹²

As escolhas dos jovens que me acompanharam foram feitas pelas coordenadoras do Programa Agente Jovem dos dois locais. Em cada um deles, a coordenadora explicou a pesquisa e teve seus próprios critérios para a escolha dos possíveis candidatos, sendo que um deles referia-se ao engajamento dos mesmos no programa, além, é claro, de seu interesse em participar da pesquisa¹³. Marcávamos os encontros no NAF e de lá saíamos para a aplicação, com a orientação do jovem que escolhia, naquele dia, quais as ruas que iríamos percorrer.

¹¹ Vale lembrar que havia aproximadamente 600 “pastas” em cada NAF, pois elas equivalem ao número de famílias cadastradas. Todas as pastas existentes foram consultadas, mas, no entanto, sabemos que há famílias que moravam na microárea, mas ainda não possuíam cadastro no NAF. Depois da implantação do NAF, momento este em que as famílias foram cadastradas, esse trabalho de cadastramento continuou e ainda era realizado durante o período em que estive no local fazendo o levantamento. Também é importante dizer que aquele momento da pesquisa foi bastante rico, pois me possibilitou, estando no NAF, observar como as pessoas se dirigiam ao local, suas demandas, bem como o atendimento que lhes era oferecido.

¹² Ele mudou-se pouco antes do início da pesquisa.

¹³ Os jovens receberam, a título de “ajuda de custos/ lanche”, o valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por turno de trabalho, que compreendia aproximadamente 3 horas. (9h às 12h e/ou 14h às 17h), o que somente foi do conhecimento do jovem após a decisão de participar como acompanhante da pesquisa.

1.4 A aplicação do questionário no Pinheirinho

De acordo com o término do plano amostral, os primeiros questionários foram aplicados no Pinheirinho. O tempo de aplicação nessa microárea foi de aproximadamente 3 meses. O acesso foi muito difícil, pois a área é bastante recortada geograficamente, com muitos becos. Às vezes, nem mesmo o jovem sabia localizar o endereço que procurávamos. Isto atrasou bastante a aplicação nos primeiros dias¹⁴.

Dependendo da dificuldade de acesso à casa, o questionário era aplicado a uma certa distância dos jovens. Eles permaneciam em frente aos seus barracos, pois não havia como subir com facilidade. Alguns se dispuseram a descer para conversar, outros não.

Além disso, foi bastante complicado encontrá-los em suas moradias na hora em que comparecíamos, além do grande número de jovens que estavam dormindo na hora da visita quando a mesma ocorria na parte da manhã. Quando isto acontecia, eram anotados os melhores horários e retornávamos. Fizemos, em média, 3 visitas, até desistir da entrevista e recorrer a uma lista gerada para eventuais substituições. Alguns jovens somente foram localizados no fim de semana e, mesmo assim, parte deles não estava em casa.

No Pinheirinho, houve uma grande quantidade de endereços incorretos, números inexistentes e, até mesmo, endereços que não foram encontrados. Em outros casos, a pessoa que nos recebia dizia que o jovem nunca havia morado lá ou havia se mudado. Essa situação é indicativa das dificuldades do órgão público, mesmo em nível local e com uma área de ação delimitada, em de fato conhecer os eventuais usuários do Programa.

De modo geral os jovens se dispuseram a responder o questionário. Eles se limitaram a responder as perguntas e alguns pediram mais explicações sobre os objetivos da pesquisa. Algumas mães que acompanharam a aplicação solicitaram um emprego para o filho, reclamaram que eles faziam cursos, mas que, depois do término,

¹⁴ Além disso, por várias vezes foi preciso desmarcar a aplicação, pois havia policiais na microárea ou “guerra entre os traficantes”. Nesses casos, o jovem acompanhante me telefonava e desmarcávamos a aplicação.

não conseguiam encontrar trabalho¹⁵. Sempre que era possível, procurava conversar com elas sobre os problemas da microárea, a existência de equipamentos de lazer para os jovens, etc. Outras, espontaneamente, falaram das dificuldades que enfrentavam, tanto com relação aos filhos quanto à falta de emprego, à infra-estrutura precária do local, ao descaso do poder público, etc.

Quanto à aplicação propriamente dita, muitas mães tentaram responder no lugar do/a jovem; outras acrescentaram informações àquilo que o/a jovem falou. Um fato em especial foi bastante constrangedor: as mães tinham a esperança de que aquele questionário pudesse proporcionar ao filho uma oportunidade de trabalho ou curso, mesmo com minha explicação prévia de que, ao responder o questionário, o jovem não estava se “inscrevendo” em nenhum programa e que respondê-lo não significava nenhuma chance de emprego. Algumas chegavam a dizer: “*Fulano, responde direito, não perde essa chance!*”, “*Quem sabe ela não arruma alguma coisa pra você!*”.

Alguns jovens foram encontrados nas ruas e nos becos e não em suas casas. Quando isto acontecia, o questionário era aplicado no local em que ele se encontrava no momento, caso estivesse na lista, uma vez que o meu acompanhante conhecia muitos jovens do local.

Em algumas residências, eu era convidada a entrar e aceitava o convite, o que foi mais raro, pois a situação de entrevista mais freqüente foi na porta de entrada. Essas dificuldades já foram sinalizadoras, no início do trabalho de campo, do cotidiano e as formas de sociabilidade do bairro.

As ruas e becos da microárea têm uma história. Um deles é o Beco Princesa. Quando combinei com os jovens auxiliares de pesquisa, nenhum dos dois se dispôs a me acompanhar ao local e somente argumentaram que “*era perigoso*”. Um deles sugeriu que eu fizesse contato com um jovem que fosse morador do local para facilitar minha entrada. Todas as vezes que passávamos perto do referido beco, o jovem apontava e dizia: “*Esse é o Beco Princesa*”.

Em uma das ocasiões, com muito cuidado, perguntei o que acontecia nesse beco de tão perigoso, pois, observando-o de perto, sem, no entanto, entrar, me parecia igual aos outros. O jovem que me acompanhava explicou que a polícia dava muitas batidas no local e, como o beco é muito estreito, não havia possibilidade de correr. Aliás,

¹⁵ Algumas mães reclamaram do Programa Primeiro Emprego. Diziam que os filhos tinham sido informados de que, se fizessem o Primeiro Emprego, sairiam empregados de verdade, o que não acontecia e os deixava bastante frustrados.

comentou que se os moradores corriam a situação só se complicava. Contou-me das várias vezes em que a polícia entrou no beco, que, segundo ele, tem muitos traficantes, e de como muitos moradores saíam presos, mesmo aqueles que não eram traficantes, apenas por estarem ou morarem naquele local.

Um dia, ele, espontaneamente, me perguntou se eu queria que entrasse no beco comigo. Concordei, apesar das recomendações dele próprio, e entramos. Procurei ficar à vontade, pois ele estava bastante receoso e praticamente andava atrás de mim. Parei logo no início, onde estavam alguns jovens em frente a um bar. Todos se aproximaram e quiseram saber do que se tratava. Peguei a lista dos moradores e perguntei se conheciam os jovens. Praticamente me deram informações sobre todos: uns mudaram, outros estavam viajando, outros não estavam no momento. Alguns quiseram responder e acatei. Sentei-me no chão, em frente ao bar, e ficamos conversando. O jovem que me acompanhava ficou parado, um pouco afastado de mim e dos demais. Enfim, deu tudo certo e até voltei outras vezes para terminar a aplicação.

Um outro beco que merece a atenção é o Beco Sucesso: situado no final da demarcação da microárea, bem próximo à saída do morro, pareceu ser o de maior concentração de traficantes, o que foi confirmado pelo jovem que me acompanhava. No beco, que cruza praticamente toda a microárea, há muitas pessoas na rua, que olhavam com jeito desconfiado e arredio. Alguns jovens encostados no muro fumavam maconha às 10 horas da manhã. Uns se aproximavam enquanto eu fazia a entrevista e alguns até quiseram responder. Eram jovens mais velhos, que não estavam na listagem e nem atendiam aos critérios da amostra. Mas, mesmo assim, apliquei o questionário¹⁶ para tentar uma aproximação, e pude perceber que muitos não estavam estudando e nem trabalhando.

Perguntados se gostariam de continuar na pesquisa, alguns disseram que dependia de onde ela seria feita, pois não “subiam para o NAF”¹⁷, localizado fora da área, porque tinham desentendimentos com os “*meninos lá de cima*”.¹⁸ Este me pareceu ser o ponto de tensão da área: meninos do Beco Sucesso não “subiam” para o NAF e nem meninos de cima¹⁹ “desciam” ao local.

¹⁶ Esses questionários não foram incluídos na amostra.

¹⁷ O NAF nessa microárea não se situa no seu interior, mas fora dela.

¹⁸ Jovens do tráfico rival ao do Pinheirinho.

¹⁹ De cima significa do bairro Alto dos Pinheiros como um todo, bairro este onde se localiza a microárea e também de uma área próxima chamada Gruta do peixe, já explicado anteriormente.

1.5 A Aplicação no 7 de Setembro

Quando comecei o trabalho no 7 de Setembro, já havia terminado a aplicação no Pinheirinho. A área é bastante diferente, mais organizada espacialmente, e isto facilitou a aplicação, que durou aproximadamente um mês e meio.

As ruas são limpas, com casas relativamente melhor acabadas²⁰, se comparadas às do Pinheirinho, e também com menor número de becos. A área parece um bairro simples, sem as condições precárias de infra-estrutura do Pinheirinho. Com pouquíssimos becos e acesso bem mais fácil, a maioria das ruas do bairro é larga, e nelas passam carros e ônibus. Há um pequeno comércio bem estruturado, com lojas de móveis, pequenos armazéns, sacolões, salão de beleza, distribuidora de bebidas, bares, casa de carnes, lotecas, etc.

O jovem que me acompanhou era morador da microárea há 15 anos e, portanto, conhecia praticamente todos os jovens. Como ele era bastante participativo na comunidade, muitas pessoas o conheciam, o que facilitou bastante meu contato com os entrevistados. Ele dava notícias de quem estava, quem havia mudado, qual era o melhor horário para encontrar determinadas pessoas, etc. Foi interessante observar que ele se empenhou como um verdadeiro pesquisador: olhava a lista dos jovens, fazia nosso roteiro, prestava atenção às respostas, etc. Às vezes, alguns jovens se mostravam desmotivados em responder e ele argumentava com o entrevistado que a aplicação não era demorada. Enfim, incentivava a participação de todos.

A receptividade dos jovens também foi bem melhor. Eram mais abertos, falavam mais e com mais facilidade, se comparados aos do Pinheirinho.

A aplicação no 7 de Setembro transcorreu muito bem e foi relativamente rápida. Houve problemas com relação a endereços, números, mudanças de local de moradia, mas, mesmo assim, em número bem menor do que os que ocorreram na outra microárea. O acesso, por ter sido mais fácil, permitiu-me fazer em cada dia um longo percurso e voltar mais vezes às casas dos jovens. Mesmo no fim de semana, não foi difícil encontrá-los.

Também no 7 de Setembro pude observar uma preocupação dos pais com os jovens, mas, diferentemente do Pinheirinho, a maioria dos questionários foi respondida por eles sem a presença dos pais. Quando a mãe estava presente ou o pai,

²⁰ Casas rebocadas, com pinturas, portões e campainha

acompanhando a aplicação, houve interesse em saber o motivo da pesquisa, mas não houve interferência na resposta dada pelo jovem. Parece que a urgência de necessidades não satisfeitas no cotidiano, sobretudo o emprego para seus filhos, como foi observado no Pinheirinho, não era tão premente.

Um ponto que chamou a minha atenção foi a disponibilidade dos moradores em ajudar a localizar os jovens: saíam de suas casas, perguntavam o nome da mãe, ajudavam a chamá-los. Se haviam mudado, buscavam fornecer dados da atual moradia. De modo geral, a população pareceu ser bem mais receptiva, sem tantas desconfianças, circulando com maior liberdade pelas ruas da microárea.

Enfim, coletar os dados no 7 de Setembro foi mais fácil, embora no Pinheirinho a riqueza de detalhes e a própria dificuldade encontrada, com certeza, trouxeram muitos pontos para a reflexão.

Após a aplicação, pude observar que a escolha dessas duas microáreas foi bastante interessante, pois, a suposta homogeneidade das mesmas já começou a ser questionada a partir daquele momento, embora as duas sejam contempladas pelo Programa BH Cidadania.

1.6 As entrevistas

Com relação às entrevistas, elas foram realizadas na escola próxima às microáreas e algumas poucas no NAF²¹ e duraram, em média, uma hora cada, independentemente do local.²² Seu uso justificou-se por permitir um certo direcionamento das informações já coletadas nos questionários. É evidente que a natureza subjetiva imersa no conteúdo das entrevistas, presentes no estado emocional, nas opiniões e atitudes dos entrevistados, foi confrontada com outros dados obtidos, especialmente a observação. De todo modo, sempre foi intenção compreender os significados atribuídos pelos jovens a sua vida e sua experiência no lugar de moradia.

Nas duas microáreas, foram entrevistados jovens de ambos os sexos, a partir da combinação de critérios variáveis de modo a recobrir uma diversidade mais significativa de situações. Foram entrevistados homens e mulheres, estudantes e não-estudantes,

²¹ As entrevistas que foram realizadas no NAF ocorreram em virtude da impossibilidade de o jovem comparecer à escola (uma no Pinheirinho) ou à falta de sala disponível no dia da entrevista (uma no 7 de Setembro).

²² Algumas entrevistas, pelo conteúdo das mesmas e fluência dos entrevistados, duraram cerca de duas horas.

trabalhadores ou não, participantes de grupos juvenis e com acesso ou não ao NAF. No total, ouvi 32 jovens, sendo 16 em cada microárea.

As entrevistas realizadas foram semi-estruturadas²³ e buscaram investigar a vida do jovem nos seguintes aspectos: relação com a escola, família, o trabalho/emprego, o lazer/a sociabilidade, a religiosidade, a participação em programas ou grupos juvenis, sua visão sobre o bairro, o conhecimento sobre o Programa BH Cidadania/NAF e sua relação com o poder público local. Todas as entrevistas foram transcritas e os nomes dos jovens foram mudados para preservar suas identidades.

A partir dessa introdução, para que o leitor possa acompanhar mais detalhadamente os passos deste estudo, pretendo apresentá-lo da seguinte forma:

No **Primeira Parte** do capítulo **Programa BH Cidadania e as microáreas**, a seguir, trago uma breve apresentação do programa BH Cidadania, seu contexto e seus conceitos, e dou início à discussão sobre territorialidade. Nesse momento, deixo claro com qual conceito de território trabalhei, além de detalhar o funcionamento do BH Cidadania nas microáreas, ou seja, como ele “aparece” nos locais pesquisados, do ponto de vista administrativo. Tendo conhecimento do programa BH Cidadania, na **Segunda Parte** desse capítulo apresentei uma breve descrição das regionais nas quais as microáreas estão inseridas, bem como as descrições administrativas desses locais. Ainda nessa parte, apresentei as atividades realizadas pelo equipamento local do BH Cidadania, o NAF nas duas microáreas. Após essa descrição administrativa, apresento uma breve descrição antropológica do lugar, por meio de entrevistas realizadas com outros atores locais, com o objetivo de conhecer um outro olhar, além do administrativo

No terceiro capítulo, **Retratos e Modos de Vida** apresento os jovens. O objetivo é mostrar como vivem em suas áreas, nesse momento do ciclo de vida; suas aspirações e necessidades, suas relações com a família, escola, trabalho, lazer e cultura, religião e as diversas formas de suas sociabilidades. São os jovens vistos mais de perto, seus grupos de referências, suas circulações pelo bairro, as dificuldades impostas pelo tráfico de drogas e como eles enfrentam essas dificuldades.

Conhecidos os jovens, passamos para o próximo capítulo, **Os jovens e os lugares: a vida como ela é**, que continua tratando dos modos de vida, mas com ênfase na experiência em relação ao lugar em que vivem, sua percepção sobre o local de

²³ Roteiro em Anexos.

moradia, o tráfico de drogas, a violência e a polícia. Também nesse capítulo discuti o estigma territorial de uma das microáreas.

Em **Modos de vida juvenis e suas interfaces com o poder público local**, capítulo conclusivo, apresento como os jovens das duas microáreas se relacionam com o poder público local. Procurei mostrar como é a relação dos jovens com o programa, o que conheciam, quais são suas demandas para o poder público e como é seu contato com o NAF. Tentei compreender quais são os suportes que os jovens possuem para facilitar seus modos de vida nesses locais. Algumas considerações finais sobre a dimensão territorial – o lugar -, os jovens e a ação do poder público são elaboradas, procurando retomar as questões que orientaram a investigação.

2 O Programa BH Cidadania e as microáreas

2.1 Primeira Parte: O Programa BH Cidadania e a territorialidade

2.1.1 Contexto

Várias leituras sobre gestão pública apontam para o surgimento de um novo padrão de relacionamento entre os vários atores que configuram o contexto de atuação da administração pública contemporânea, frente à ampliação e diversificação da agenda, à limitação de recursos para responder de forma adequada às demandas de incorporação de novos interesses e valores e ao agravamento do quadro de pobreza e de desigualdades. Surgem, cada vez mais, ênfases na descentralização e na incorporação de novos atores em todas as etapas de formulação e execução de políticas e programas; novas relações entre Estado e sociedade civil, setor público e privado, priorização de parcerias e co-gestão, dentre outras (CARNEIRO, 2005).

A complexificação da problemática social, com um quadro de fragilização, desfiliação, vulnerabilidade e desqualificação sociais, tem sido discutida por vários estudiosos. Também, no cenário atual, há uma clara referência à percepção de crise do Estado e às transformações de seus modelos de intervenção (BRASIL, 2005).

A questão da descentralização, nos últimos anos, esteve na pauta dos debates em muitos países. Segundo Rocha,

[...] após as crises de petróleo que remetiam à discussão das restrições do gasto público e conseqüentemente a uma reformulação profunda do Estado, novas formas de gestão pública começam a ser desenhadas e implementadas a partir da década de 80. (ROCHA, 2005, p. 2)

A idéia de descentralização conjugada aos processos de democratização, em vários países, levou à redefinição das formas de intervenção estatal. Assim, novos desafios são postos ao Estado no tocante às suas relações com a sociedade civil, tendo em vista um horizonte de inclusão, justiça social e equidade.

Segundo Carneiro, nas últimas três décadas, as mudanças econômicas e tecnológicas alteraram os processos de trabalho em âmbito mundial:

[...] movimentos sociais, com vários matizes, remodelaram a agenda pública, ampliando o espectro de direitos e das diversidades que deveriam ser reconhecidos; a internacionalização e a globalização reduziram a autonomia dos Estados-nação para administrar os efeitos de processos que induzem, por um lado, a diversificação e o adensamento da agenda pública, e por outro, a redução da disponibilidade de recursos financeiros, econômicos e político-institucionais para fazer face a ela. (CARNEIRO, 2005, p. 2)

Ainda segundo Carneiro, diversos temas vieram à tona: a ampliação da equidade, a redução dos níveis de pobreza de segmentos de populações de vários países e do respeito à diversidade, etc. Esses temas tornaram-se objeto da atenção de organismos internacionais e puderam ser vistos em várias conferências da ONU e das agências a ela vinculadas, em compromissos assinados pelos países-membros, na multiplicação de organizações transnacionais que lutam por políticas em torno de interesses e valores emergentes (gênero, raça e etnia, direitos humanos, meio ambiente, etc.). Essas manifestações apontaram para o surgimento de uma nova agenda mundial. (CARNEIRO, 2005, p. 2)

Como componente adicional ao cenário exposto acima, Carneiro lembra que o mesmo adquire contornos mais dramáticos com os efeitos das crises econômicas, reduzindo a base de sustentação financeira para a ação do Estado: “A eleição de governos neoliberais e conservadores nos EEUU e na Inglaterra e a crise fiscal dos meados dos anos 70 favoreceram a difusão da tese do Estado mínimo e as iniciativas de reforma do Estado”(CARNEIRO, 2005, p. 3). Paralelamente a isto, mudanças tecnológicas, tais como a progressiva implantação do modo de produção pós-fordista, o processo de desestruturação do modelo industrial, a dualização social, a decadência de centros urbanos e a ampliação do fenômeno da pobreza, intensificaram a demanda pela prestação de serviços públicos.

Esses diversos processos têm como resultado uma modificação radical do ambiente em que se opera a administração pública, que, pressionada, precisa buscar a substituição do seu modelo de gestão. Se antes o modelo era o da estabilidade²⁴, agora é o da incerteza que se apresenta. Este último, Carneiro explica, corresponde às estratégias para lidar com as mudanças do ambiente em que opera a administração pública com a crise fiscal e necessidade premente de economizar e aplicar adequadamente os recursos cada vez mais raros. No campo político, esse modelo é

²⁴ Segundo Carneiro (2005), esse modelo se organizava em torno dos princípios de auto-suficiência (o público assume o monopólio da prestação de serviços com recursos próprios), da uniformidade (oferta de produtos padronizados para todos), da continuidade (provisão de serviços de forma continuada) e do profissionalismo (modelo de gestão dominada pelos especialistas).

tensionado pela ruptura do consenso em torno do Estado de Bem-Estar e pelo processo de fragmentação social e emergência de novos movimentos sociais.

A gestão da estabilidade “se caracteriza pelo predomínio da racionalidade técnica sobre a racionalidade política, [...] e na gestão da incerteza destaca-se a necessidade de harmonizar e coordenar as atuações através da ‘repolitização’ dos papéis dos dirigentes públicos” (CARNEIRO, 2005, p. 3).

O modelo organizacional hierárquico dá lugar ao modelo em rede. A complexidade do contexto da ação pressiona uma flexibilidade na prestação dos serviços. O reconhecimento da multiplicidade de atores e interesses exige a construção de recursos de poder e legitimidade baseados na participação e articulação dos diversos atores:

Participação, flexibilização, integração e politização da gestão tornam-se os vetores centrais da gestão pública contemporânea contemplados no exame de estratégias nacionais ou locais e nos arranjos político-organizacionais mobilizados para enfrentar os efeitos da ampliação dos níveis de desemprego e o conseqüente aumento da quantidade de pessoas e famílias que dependem, por longo períodos de tempo, dos sistemas públicos de proteção social para garantir, inclusive, suas condições mínimas de sobrevivência. (CARNEIRO, 2005, p. 4)

Trabalhar com esse novo modelo de gestão, objetivando a inclusão, a justiça social e a equidade, passa a ser o grande desafio. A dimensão local passa a ser revalorizada, bem como a conscientização da necessidade da participação cidadã nos processos decisórios no campo das políticas públicas.

No caso do Brasil, os processos de democratização e de descentralização têm como marco a Constituição Federal de 1988, que conferiu aos governos locais um *locus* privilegiado de ação pública, uma vez que o local passa a ser o grande provedor de serviços à população (ROCHA, 2005, p. 2).

A legislação e a reorganização do aparato governamental, pressionado por movimentos sociais, após a Constituição, introduziram inovações muito importantes na gestão, conforme nos lembra Carneiro. Criação de regras de pactuação e de distribuição de recursos e de competências, o aumento da porosidade e responsabilização da administração pública através da institucionalização de mecanismos de participação e de controle societal, a ampliação das possibilidades de parcerias para oferta de serviços públicos e a descentralização dos recursos e de competências são alguns exemplos dessas inovações (CARNEIRO, 2005, p. 3).

Assim, os conteúdos das políticas municipais e de seus instrumentos precisam ser revistos e, mais, serem capazes de incorporar novas premissas e princípios, como as perspectivas de sustentabilidade e de cidadania ativa. Mais do que a emergência de novas políticas, é preciso uma democratização e um rearranjo institucional que permitam, sobretudo, a ampliação dos atores sociais envolvidos em suas decisões.

Essa tendência que acentua o peso dos governos locais na formulação e provisão de bens e serviços encontra respaldo nos movimentos recentes na América Latina e Brasil, também marcados pelos processos de descentralização e de fortalecimento dos governos locais (CARNEIRO, 2005, p. 9).

Para novos desafios, novas versões gerenciais, já que as tradicionais não conseguiram responder de forma satisfatória. Os municípios, segundo Carneiro,

[...] vêm ampliadas suas funções básicas e se distanciam do papel de meros executores das ações dos níveis centrais de governo. As instituições locais não são mais identificadas como instâncias meramente administrativas e executoras, sendo delas cobrado um papel de natureza mais estratégica, capaz de fazer frente às novas demandas, em um contexto de incerteza e complexidade. (CARNEIRO, 2005, p. 9).

Uma idéia que se apresenta como inovadora para enfrentar os desafios postos acima é a concepção de redes participativas horizontais e de níveis múltiplos. Os governos expandem sua agenda e desenvolvem um papel estratégico, de forma compartilhada e na perspectiva de interdependência com os diversos níveis de governo. Nesse sentido, a emergência dos temas da intersectorialidade e territorialidade na agenda pública constituem, ao que tudo indica, outras possibilidades de enfrentamento das desigualdades e da inclusão social.

Fica evidente a necessidade de novos desenhos de gestão que possam dar conta desses novos desafios. O modelo hierarquizado parece não ter sido eficiente para promover a inclusão, a justiça social e a equidade. A dimensão que tomaram, no país, a exclusão e a pobreza tem exigido dos governantes medidas rápidas e, sobretudo, eficazes, principalmente no âmbito local. Às vezes, o próprio arranjo político-institucional das organizações é o que dificulta o surgimento de novas iniciativas e leva à fragmentação e isolamento das políticas sociais e urbanas, bem como a sobreposição de ações e a conseqüente ineficácia da ação pública (ROCHA, 2005).

Foi nesse contexto que a Prefeitura de Belo Horizonte reconheceu a importância de propiciar mudanças significativas para melhorar o desempenho de sua intervenção na

área social, começando por instituir uma reforma organizacional, política e institucional, acreditando ser esse um importante passo para o cumprimento de uma agenda de políticas de bem-estar no município (ROCHA, 2005, p. 2).

Segundo Rocha,

[...] ambientes de alta complexidade pressionam a substituição de estruturas burocráticas rígidas e segmentadas por estruturas mais flexíveis baseadas em lógicas intersetoriais, que favorecem a integralidade e a transversalidade na gestão de políticas públicas. (ROCHA, 2005, p. 3)

A Reforma Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, instituída em 29/12/2000, buscou ser coerente com as tendências vigentes citadas acima e privilegiou as formas intersetoriais e integradas de intervenção pública, dentro de um desenho descentralizado. Rocha explica que a

[...] administração municipal passa a se organizar através de uma lógica de centralização-descentralização e institui duas estruturas político-institucionais complementares: um núcleo central de governo, composto pelo nível político-estratégico mais elevado do Município e os núcleos regionais de governo, formado pelas Secretarias de Coordenação e Gestão Regional, responsáveis pela gestão e execução integrada dos serviços públicos no território. (ROCHA, 2005, p. 3)

Nesse novo desenho, surgem alguns princípios e condicionantes que orientaram a consolidação desse processo de descentralização intramunicipal. Segundo Santa Rosa (2001, p. 7), podemos destacar: a *flexibilidade* que permite adaptações de estruturas técnicas, financeiras e operacionais de acordo com as demandas específicas dos cidadãos de regiões diferenciadas (territórios), o que favorece a aproximação à realidade e expectativas particulares de cada um desses territórios; a *transparência no processo decisório*, destacando a importância dos canais de participação e de gestão colegiada das políticas públicas e o *controle, monitoramento e avaliação dos serviços* através de mecanismos que impliquem tanto agentes públicos como a comunidade.

Cabe ressaltar, segundo Carneiro, que a reforma alterou não somente as estruturas político-administrativas existentes, como já dito, mas também as relações entre as secretarias temáticas e as secretarias regionais, modificando atribuições e competências, redefinindo papéis, fluxos, procedimentos e recursos. O impacto²⁵ dessa

²⁵ Segundo Carneiro, a reforma adensou o processo decisório e um dos desafios da estrutura decisória é criar mecanismos de coordenação eficazes para produzir a necessária convergência de um conjunto de programas e serviços que estão sendo executados em diferentes níveis de gestão. Para ela, “a coexistência, em uma mesma gerência, de programas centralizados, descentralizados e regionalizados

reforma foi diferente para cada secretaria, e no âmbito da assistência os efeitos foram profundos (CARNEIRO, 2005, p. 20).

Com esse novo desenho, buscou-se estabelecer, então, as condições político-institucionais para o desenvolvimento de práticas intersetoriais, participativas e focadas nas peculiaridades de cada território. Ao mesmo tempo, tentou-se dar orientação única e integrada ao planejamento, de forma a evitar conflitos de competências, sobreposição de ações e, sobretudo, otimizar os processos decisórios e executivos (ROCHA, 2005, p. 4).

Tendo tomado essas medidas, a Prefeitura de Belo Horizonte instalou a base institucional necessária para sustentar os programas de governo que buscavam incorporar as novas tendências de resolução dos problemas sociais.

Concomitante à reforma administrativa, foi delineado o Programa BH Cidadania, baseado nas diretrizes que inspiraram a alteração da estrutura administrativa do município: intersetorialidade, descentralização, territorialidade e participação comunitária.

2.1.2 O Programa BH Cidadania

Na introdução do documento de apresentação do Programa BH Cidadania (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2001), a Prefeitura de Belo Horizonte remete à importância da Constituição de 1988 como marco na consolidação de uma forma mais universalista e igualitária de organização da proteção social no Brasil.

As novas redefinições propõem maior responsabilidade pública na regulação, produção e operação das políticas sociais e um adensamento de seu caráter redistributivista. O novo desenho tem como características a ampliação e a extensão dos direitos sociais, a universalização formal do acesso a bens e serviços e um certo afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema. Define-se, ainda, a concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção, sendo proposta a recuperação e redefinição de patamares mínimos dos benefícios sociais e um maior comprometimento da sociedade e do Estado com o financiamento do sistema.

O esforço dos governos locais democrático-populares, segundo a Prefeitura de Belo Horizonte, passou a ser o de resgatar a perspectiva do “direito social” como um

envolve o estabelecimento de papéis, dinamismo e procedimentos diferenciados, o que dificulta o processo de gestão.” (CARNEIRO, 2005, p. 20)

direito de todos. A construção da política social universal – comprometida com a garantia da equidade de oportunidades de acesso ao exercício dos direitos, pressupõe tratar de forma diferenciada uma realidade marcada por desigualdades sociais.

A Política Social percebeu, portanto, a necessidade de programas específicos de inclusão social para a população inscrita nos índices de vulnerabilidade social, como estratégia de construção da perspectiva do direito de todos e da garantia da universalidade.

Ainda segundo a Prefeitura de Belo Horizonte, “o poder público, além do enorme desafio de promover a inclusão social desta população vulnerabilizada, não pode descuidar de um sistema que atenda a dimensão da cidade em sua diversidade” (p. 2). Além disso, o município passou a ter a grande responsabilidade da execução das políticas sociais sem a contrapartida necessária de recursos técnicos e financeiros para tal.

Enfim, foi nesse contexto que a cidade de Belo Horizonte inseriu-se nesse desafio: redesenhou suas estruturas com reformas político-institucionais buscando consolidar uma gestão de políticas sociais baseada nos conceitos de descentralização, intersetorialidade e na construção de sistemas de informação. Além disso, precisou consolidar uma gestão pública capaz de orientar o planejamento e os programas que já estavam em andamento, redefinindo ações e garantindo maior acessibilidade e eficiência das políticas sociais. O desafio foi e ainda é “operar dentro de uma lógica que reforce a perspectiva intersetorial e sinérgica, superando a lógica tradicional setorial de atuação e esforços isolados.” (p.3)

Nesta perspectiva foi construído, junto com a reforma administrativa, o Programa BH Cidadania que

[...] traduz novos conceitos em gestão de políticas sociais, mas reafirma a consolidação da cidadania, pacto de uma sociedade que acredita em ideais de igualdade e justiça social, e no compromisso da gestão pública democrática com a garantia de direitos sociais. (p. 3)

2.1.2.1 O Programa BH Cidadania: marco conceitual

É um programa de inclusão social que busca garantir maior resolutividade e acessibilidade aos bens e serviços públicos sociais à população vulnerabilizada socialmente. Busca implementar um modelo de gestão baseado na descentralização, articulação e integração das políticas sociais, invertendo a lógica setorial e fragmentada de operação dos diversos programas sociais da PBH. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2001, p. 4)

O Programa BH Cidadania envolve a participação das sete secretarias municipais sociais: Abastecimento, Assistência Social, Cultura, Direitos da Cidadania, Educação, Esportes e Saúde, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social (SCOMPS), e das nove Secretarias da Coordenação de Gestão Regional (SCOMGER).

Suas diretrizes incluem a atuação descentralizada, intersetorial e articulada das políticas sociais, o planejamento e intervenção organizada a partir do território, a participação da comunidade na formulação, gestão e avaliação do programa, a integração dos recursos governamentais e não-governamentais presentes na comunidade e a atuação referenciada no grupo familiar.

Tendo em vista seu objetivo geral de promover a inclusão das famílias residentes nas áreas socialmente críticas e consolidar modelos integrados de atuação na área social a partir das diretrizes acima citadas, o Programa BH Cidadania desenvolve suas ações a partir de cinco eixos estratégicos: sociabilidade, transferência de renda, inclusão produtiva, direito à educação e direito à saúde.

Para a escolha do público-alvo do Programa BH Cidadania, o critério adotado pela Prefeitura de Belo Horizonte foi territorial²⁶. O **Mapa de Exclusão Social de Belo Horizonte**, elaborado em 2002, foi um importante instrumento de planejamento para orientação dos investimentos públicos e teve como referência sua base geográfica. Esse mapa foi obtido a partir do cruzamento de 3 índices desenvolvidos pelo município, todos geo-referenciados: o Índice de Qualidade de Vida (IQVU-BH), o Índice de Vulnerabilidade Social e o Índice de Vulnerabilidade à Saúde. Segundo Rocha, o **Mapa de Exclusão Social** possibilitou a indicação sobre a situação da população da cidade em recortes territoriais acerca de muitos aspectos da vida urbana. Várias dimensões da cidadania local foram levadas em consideração nesse instrumento, tais como a acessibilidade a equipamentos, a saúde, a cultura, o meio ambiente, a renda, etc. (ROCHA, 2005, p. 5). O **Mapa de Exclusão Social** passou, então, a ser o orientador da atuação do Programa BH Cidadania, junto com informações coletadas pelo Plano Global Específico (PGE)²⁷ e a percepção de técnicos regionais e comunidades locais.

²⁶ Esse critério será discutido mais adiante.

²⁷ Instrumento que traça um diagnóstico detalhado da área e da comunidade e que permite à população, através de Orçamento Participativo, conquistar melhorias urbanas (FERREIRA, 2001a).

Pelo **Mapa de Exclusão Social**, foi possível identificar as áreas de maior risco²⁸, onde se encontravam os piores indicadores sociais da cidade. Essas áreas foram as priorizadas para instalação do projeto-piloto do Programa BH Cidadania, sendo uma em cada regional administrativa, portanto, nove áreas-piloto. A escolha de uma área-piloto em cada uma das regionais procurou evidenciar que a PBH atuava de forma equitativa (ROCHA, 2005, p. 5).

São beneficiárias do Programa BH Cidadania as famílias moradoras dessas áreas, já que o enfoque é nas unidades familiares, e não nos indivíduos.

No que diz respeito à exclusão, o Programa BH Cidadania entende que ela se

[...] desenha espacialmente, pois é possível localizar a vulnerabilidade na cidade e organizar a atuação a partir do território, promovendo o acesso à oferta local e não local de serviços, produzindo aglomeração e maior eficácia das ações, visualizando o território como espaço de vida, valorizando as relações com a comunidade e o espaço. (FERREIRA, 2001b).

O objetivo do recorte territorial foi garantir a atuação sinérgica, concentrada nos diversos programas a serem integrados dentro de uma estratégia única de gestão. A territorialidade precisava organizar o planejamento e o alcance dos programas, mas os objetivos e metas a serem definidos no escopo desses programas deviam ser produzidos democrática e coletivamente em discussões com as áreas temáticas, com as instâncias regionais e com a população a ser beneficiada.

A gestão de proximidade foi entendida como princípio fundamental no processo de descentralização. Privilegiou-se as instâncias regionais como aquelas que tinham competência em todas as matérias que permitiam dar respostas mais ágeis às necessidades dos cidadãos (devido a sua maior proximidade às demandas sociais) e aquelas em que a vinculação direta com o território originasse um incremento da sua eficácia e eficiência. A preocupação fundamental relacionada ao princípio da proximidade referia-se à compreensão de que, quanto mais próximo está o serviço essencial para a população, mais próxima desta deve ficar a instância encarregada de prestá-lo.

Dessa forma, percebeu-se a necessidade de um espaço de articulação onde fosse organizada a oferta de serviços, que atendesse às demandas identificadas, fosse na saúde, na escola ou na própria comunidade. Assim, o Núcleo de Apoio Sociofamiliar (NAF) se propôs a sediar um colegiado intersetorial, sendo um equipamento na comunidade que prestasse e organizasse informações, fizesse encaminhamentos e organizasse ações do programa no âmbito local, com ênfase no trabalho comunitário.

²⁸ Classe I de vulnerabilidade social, de acordo com as qualificações do Mapa.

2.1.2.2 Os Núcleos de Apoio à Família (NAFs)

De acordo com os idealizadores do programa, o NAF é “[...] um equipamento regionalizado da Política Municipal de Assistência Social, de base local, que atua de forma sistemática e intersetorial com as famílias, em seu contexto comunitário” (REVISTA PENSAR BH, 2002, p.24).

São objetivos gerais do NAF:

- identificar as situações de vulnerabilidade e as condições sócio-econômicas das famílias no contexto local;
- elaborar planejamento participativo das ações com as famílias, com base no plano de ação local;
- executar ações de formação, com e para as famílias, contribuindo para a sua promoção, proteção e inserção social e prevenção de situações de risco;
- estabelecer fluxos de trabalho, critérios de inserção e desligamento e instrumentos que facilitam o encaminhamento e o acompanhamento;
- monitorar as ações realizadas pelo NAF;
- promover e/ou potencializar a rede de serviços;
- subsidiar o monitoramento do Programa BH Cidadania.

Coube ao NAF e à Coordenação do BH Cidadania a identificação das vulnerabilidades das famílias sob a área de abrangência do Programa. Já a elaboração do Plano de Ação com as famílias, voltado para a promoção e prevenção das vulnerabilidades de maior incidência no local, coube à coordenação do BH Cidadania, ao NAF e às próprias famílias.

Segundo Santana (2004), ao longo de quase dois anos de funcionamento (2002-2004), o NAF deveria exercer a função prioritária de prevenção. No entanto, de acordo com sua avaliação, assumiu outras funções além desta, principalmente por lidar com uma população moradora de áreas com altos índices de vulnerabilidade social. Segundo ela, o NAF passou a ter, devido à necessidade de uma ação intersetorial, funções de articulação tanto do sistema local da Assistência Social quanto do próprio Programa BH Cidadania.

Santana ressalta, porém, que esse movimento se deu de forma bastante diferenciada nos nove equipamentos (NAFs), no que diz respeito ao papel assumido por

cada um dentro do Programa BH Cidadania quanto à sua relação com a comunidade atendida, com mais ou menos participação desta nas atividades desenvolvidas por esse equipamento.

Segundo ela, a identidade do NAF está diretamente relacionada à sua capacidade de mobilizar a comunidade para participar das suas atividades, pois o enfoque da metodologia de trabalho do BH Cidadania e especialmente do NAF está na participação da comunidade.

A mobilização de cada NAF pode ser explicada pelo tipo de atividade oferecida, ou seja, pela agenda de trabalho que cada um deles desenvolve na comunidade. Além disso, deve-se levar em consideração a presença de outras instituições atuantes nas microáreas, a capacidade institucional de cada regional em prover os NAFs de infraestrutura física e material para o desenvolvimento de suas atividades, bem como o processo de descentralização e seu estágio em cada uma das regionais (SANTANA, 2004).

2.1.3 Territorialidade: esclarecendo as diversas concepções

O objeto desta pesquisa relacionou-se com o princípio da territorialidade, um dos eixos norteadores do Programa BH Cidadania. A pesquisa propôs pensar, em duas áreas-piloto, se um programa com esse princípio e implantado em áreas de grande vulnerabilidade social, interferia ou não nas vidas dos jovens moradores desses lugares e como eles percebiam as ações públicas a eles destinadas, como manifestavam suas necessidades, quais eram suas redes de relações e como interagiam com o poder público local.

É importante ressaltar que não se pretendeu avaliar o programa, mas pensar a partir de seu eixo norteador – a territorialidade –, **considerando o ponto de vista do jovem.**

O Programa BH Cidadania pode ser considerado uma proposta de inovação da gestão pública pelo fato de sua configuração ter se fundamentado, dentre outros princípios já expostos, no recorte territorial para o exercício das políticas intersetoriais, o que justificou a escolha do mesmo para a pesquisa.

Segundo Menicucci,

[...] o objetivo visado [do Programa BH Cidadania] é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos **que incidem sobre uma população em determinado território**. As ações integradas de vários setores devem ser feitas em função de prioridades definidas a partir de problemas de uma **população específica, definida territorialmente** e socialmente. [...] trata-se de identificar problemas, potencialidades e soluções a partir de **recortes territoriais** que identifiquem conjuntos populacionais em situações socioeconômicas similares e intervir através das políticas públicas com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida. (MENICUCCI, 2002) (grifos meus)

Há, segundo o Programa BH Cidadania, “uma realidade social precária” localizada espacialmente. O Programa pretendeu minimizá-la, entendendo quais são os problemas dessa população específica moradora de determinado local da cidade. Buscou, então, as soluções que deveriam ser, também, específicas para aquele local. Coube a mim investigar se os locais considerados como territórios para a implantação do Programa poderiam ser considerados territórios do ponto de vista sociológico ou apenas locais demarcados geograficamente, a partir de semelhanças sócio-econômicas de seus moradores, atribuindo a todos uma suposta homogeneidade derivada das desigualdades sociais acentuadas.

Fez-se necessário, portanto, entender as várias noções de território para embasarmos a investigação proposta. Cabe ressaltar que nesta pesquisa trabalhei com duas concepções de território: a do Estado, administrativa, quantitativa e cujos critérios são homogêneos; a outra, a noção sociológica de território, que considera o vivido, as relações, as associações, etc., como desenvolverei a seguir.

Se entendermos que houve a necessidade de se pensar um novo formato para as políticas sociais locais, como exposto no início deste capítulo, a territorialidade surge como uma variável importante a ser considerada sob a perspectiva do enfrentamento das desigualdades e da inclusão social: “A possibilidade de conceber (e de implementar) políticas públicas reconhecendo o território como dimensão significativa pode ser assinalada como um elemento potencialmente inovador” (BRASIL, 2004, p. 47).

Em artigo bastante elucidativo, Brasil problematiza a dimensão da territorialidade nas políticas sociais sem, contudo, deixar de marcar a relevância da mesma para o enfrentamento das múltiplas conjunções das desigualdades e das múltiplas interfaces da pobreza e da exclusão social. E acrescenta que essas mesmas políticas não têm logrado integrar, de forma mais efetiva e disseminada, a dimensão da territorialidade.

Como dito acima, a noção de território não corresponde a um significado único e destituído de discussões. Essa categoria tem sido tomada nos mais diversos domínios disciplinares e, portanto, com acepções diferenciadas em cada um deles.

Segundo Milton Santos,

[...] a linguagem cotidiana freqüentemente confunde território e espaço. [...] Para uns, o território viria antes do espaço; para outros, o contrário é que é verdadeiro. **Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada.** Mas o sentido da palavra **territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado.** Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de **área de vivência** e de reprodução. Mas **a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que entre os seres vivos, é privilégio do homem** (SANTOS, 2001a, p. 19). (grifos meus)

O autor afirma, porém, que o conceito de território apresenta-se como utilizável e relevante para a análise social somente se considerado seu uso, a relação indissociável com os atores sociais que dele se utilizam, convocando a dimensão do vivido (SANTOS apud KOGA, 2003, p. 35).

A primeira constatação é de que, quando se fala em território, no sentido estrito do termo, “pode-se destacar a idéia de limite como um dos seus componentes essenciais”. Já no domínio das ciências biológicas, o território corresponde à área (e, portanto, aos limites) de influência das espécies (BRASIL, 2005, p. 48).

A autora acrescenta que a noção de territorialidade também está presente nos domínios das ciências sociais, a partir da perspectiva ecológica da sociologia urbana da Escola de Chicago, em suas análises sobre a localização e mobilização dos grupos sociais e de seus modos de vida em contexto específico de bairros, guetos e vizinhanças (BRASIL, 2005)²⁹. É exatamente o território sob o ponto de vista sociológico que nos interessou neste trabalho. Vejamos, segundo Brasil (2005), resumidamente, as contribuições de alguns autores que abordaram o tema.

Para Lefebvre (1994), o espaço social é considerado como produto, condição e meio de reprodução das relações sociais e, portanto, abarca diversas dimensões: as práticas espaciais materiais no cotidiano vivido e as práticas espaciais simbólicas nas representações. As primeiras dizem respeito à produção de infra-estruturas, ambientes construídos e sua organização territorial, e as segundas, aos fluxos e trocas que se

²⁹ Ainda no campo da sociologia, destacam-se as contribuições de Lefebvre (1994), Santos (2000), Magnani (1986), Paugan (2003) e Koga (2003).

processam no espaço, o domínio e o controle do mesmo por meio da propriedade privada e de suas divisões administrativas e a apropriação do espaço por meio de seu uso e da territorialização das redes sociais (BRASIL, 2005, p. 49).

Boaventura de Sousa Santos traz a noção de espaço social, entendendo o espaço como socialmente construído e as relações sociais como espacialmente constituídas. Define o espaço da comunidade como “constituído pelas relações sociais desenvolvidas em torno da produção e reprodução dos territórios físicos e simbólicos, de identidade e identificações com referências a origens e destinos comuns” (SANTOS, 2000, p.263).

Já Magnani (1986) traz a noção de pedaço, que vai delimitar a idéia de território referida às práticas materiais e simbólicas vinculadas a um determinado espaço. Segundo ele,

[...] é no pedaço que se tece a trama do cotidiano: a vida do dia-a-dia, a prática da devoção, o desfrute do lazer, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos [...]. Para uma população sujeita às oscilações do mercado de trabalho, à precariedade dos equipamentos urbanos e a um cotidiano que não se caracteriza, precisamente, pela vigência dos direitos de cidadania, pertencer a um pedaço significa dispor de uma referência concreta, visível e estável – daí a importância do caráter territorial na definição da categoria. (MAGNANI, 1986)

O conceito de lugar proposto por Santos amplia a noção, lançando luz sobre um outro aspecto a ser considerado. Para ele, o *lugar* pode ser redefinido como “ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando” (SANTOS, 1994, p. 18).

O *lugar*, segundo ele, é a união dos homens pela cooperação na diferença (SANTOS, 1994, p. 36). É onde as heranças culturais e materiais construídas *de dentro* podem resistir aos processos de globalização.

E é exatamente neste ponto que podemos trazer as contribuições de Fani (1996, p.13) para ampliar essa compreensão da noção de ***lugar como uma delimitação mais clara da idéia sociológica do território***. A autora aponta a importância de se ter um pensamento crítico que permita pensar o homem por inteiro em sua dimensão humana e social que se abre também para o imprevisto, criando assim novas possibilidades de resistir/intervir no mundo de hoje. Segundo ela, o processo de globalização remete-nos a uma discussão sobre o mercado mundial e traz, como fundamento da análise, considerações sobre as novas relações espaço/tempo.

Concordando com Santos (1994), Fani diz que “cada vez mais o espaço se constitui numa articulação entre o local e o mundial, visto que, hoje, o processo de reprodução das relações sociais dá-se fora das fronteiras do lugar específico até há pouco vigentes” (FANI, 1996, p. 14).

As transformações espaciais verificadas hoje em dia apontam uma reafirmação do espaço e não sua anulação:

No espaço se encontram a brecha objetiva (sócio-econômica) e a brecha subjetiva (poética). No espaço se inscrevem, e ainda mais, se “realizam” as diferenças, da menor à extrema. Desigualmente iluminado, desigualmente acessível, cheio de obstáculos, obstáculo ele mesmo diante de iniciativas, modelado por elas, o espaço torna-se o lugar e meio das diferenças [...] Obra e produto da espécie humana, o espaço sai da sombra, como um planeta de um eclipse..³⁰ (FANI, 1996, p.14)

A globalização vai materializar-se no *lugar*, pois é nele que é possível ler, perceber e entender o mundo moderno em suas múltiplas dimensões. Isto significa dizer que no *lugar* se vive, se realiza o cotidiano e é exatamente aí que o mundial ganha expressão. O mundial que existe no *local*³¹ redefine seu conteúdo sem, contudo, anularem-se as particularidades.

O *lugar* abre a perspectiva para se pensar o viver, o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço... o *lugar* guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo³² (FANI, 1996, p. 15).

Como mote para discutir o sentido da noção de *lugar*, Fani parte de uma reflexão de Santos, que afirma existir uma dupla questão nesse debate:

O lugar visto “de fora” a partir de sua redefinição, resultado do acontecer histórico, e o lugar visto de “dentro”, o que implicaria a necessidade de redefinir seu sentido. Para o autor, o lugar poderia ser definido a partir da densidade técnica (que tipo de técnica está presente na configuração atual do território), a densidade informacional (que chega ao lugar tecnicamente estabelecido), a idéia da densidade comunicacional (as pessoas interagindo) e, também, em função de uma densidade normativa (o papel das normas em cada lugar como definitório). A esta definição seria preciso acrescentar a

³⁰ A autora faz a citação literal de Henri Lefebvre. *Hegel, Marx e Nietzsche*. Paris: Casterman, 1975. p.223.

³¹ A referência a local, nesse caso, é usada como sinônimo de lugar.

³² Percebemos que o conceito mais abrangente e preciso é o conceito de lugar. Nesse sentido, a noção de território se converte em lugar. Ambos os conceitos estão distantes de concepções demográficas, socioeconômicas, pois o lugar, nesse caso o território, envolve a ação, a identidade, a memória, etc.

dimensão do tempo em cada lugar, que poderia ser visto através do evento no presente e no passado. (FANI, 1996, p. 20).

Além disso, Fani propõe que se acrescente o fato de que

[...] há também uma dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana (estabelecendo um vínculo entre o “de fora” e o “de dentro”), instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecimento-reconhecimento, isto é, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. (FANI, 1996, p. 20)

Acrescentar essa dimensão significa poder pensar a história particular de cada *lugar* que se desenvolve, se realiza, em função de uma cultura, tradição, hábitos que lhes são próprios e, também, o que vem *de fora*, ou seja, o que vai se construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial.

É exatamente pelo esmagador processo de globalização, segundo Fani (1996, p.19), que emerge o problema da redefinição do *lugar*, ou seja, pensar se ainda é possível vê-lo enquanto singularidade. Ela se pergunta se a noção de *lugar* ganha outra dimensão explicativa da realidade.

Segundo Fani (1996), o *lugar* “é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela **triade habitante-identidade-lugar**”³³. O homem percebe o mundo através de seu corpo, de seus sentidos, que ele constrói e a partir dos quais se apropria do espaço e do mundo.

Assim:

O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato sensu*. (FANI, 1996, p. 20)

Para Koga, “o território representa o chão da cidadania, pois a cidadania significa vida ativa no território onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder” (2003, p. 33). A cidade, segundo ela, pode ser considerada como palco de relações sociais e de grande diversidade de comportamentos, e é inevitável considerarmos que a mesma não é homogênea. Podemos entender “a cidade enquanto um território múltiplo” (KOGA, 2003, p. 33).

³³ Grifo do autor.

Já para Paugan, devem ser consideradas, ao se pensar no território, as questões da proximidade e contigüidade geográficas, que vão estabelecer um conjunto de práticas e de condutas em determinado local. Em seu estudo, o autor associa esses traços às condições precárias de vida e, em consequência, a uma gestão solidária da pobreza: “No interior do território, as relações sociais se traduzem por um conjunto de práticas e condutas cuja coerência só é efetiva segundo a lógica da economia da sobrevivência” (PAUGAN, 2003, p. 231).

Pelo exposto até o momento, fica claro que há inúmeras concepções de território, sendo as de cunho sociológico as que me interessaram neste trabalho de pesquisa.

Se tomarmos a noção de território no sentido mais estrito e tradicional, entenderemos que sua dimensão se associa à consideração de limites políticos e administrativos para as intervenções públicas.

Segundo Brasil, a consideração do território, como parâmetro de focalização, implica em evocar medidas socioterritoriais³⁴ que vão sustentar as escolhas das áreas para a intervenção social. Essas medidas socioterritoriais correspondem aos dados referidos ao território em suas diversas escalas sociopolíticas (BRASIL, 2005, p. 60).

Para Koga (2003), há uma tipologia dessas medidas socioterritoriais, com a sua caracterização e indicação da metodologia empregada na construção dos indicadores. Uma primeira categoria³⁵ refere-se às medidas genéricas urbanas que implicam a construção dos indicadores pelos segmentos relacionados à pobreza. O BH Cidadania, como já foi observado, lançou mão dessas medidas para seleção das áreas de atuação³⁶.

Quando pensamos em território sob a ótica de outras concepções (sociológicas, antropológicas, etc.), entendemos que nelas estão incluídas noções do reconhecimento

³⁴ Como medidas socioterritoriais, a autora entende que as mesmas são instrumentos de reflexividade institucional, cujo objetivo é implicar cidadãos, decisões políticas e atores sociais-chave em processo de ação sobre a exclusão. (BRASIL, 2005, p. 60)

³⁵ Nesse grupo, incluiríamos os índices Gini e Theil (medidas de desigualdade de renda), o Mapa da Fome e medidas complexas, como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (indicadores de renda, educação e saúde) e o ICV – Índice de Condições de Vida (que acrescenta ao IDH indicadores de habitação e infância) (KOGA, 2003, p.87)

³⁶ O Programa tentou levar em conta o dimensionamento e espacialização de certas manifestações do processo de exclusão social na população de Belo Horizonte, obtido através de dados relativos principalmente a 1996, geo-referenciadas nas 81 Unidades de Planejamento do município. A partir dele, elaborou-se indicadores que expressam aspectos considerados como fatores de exclusão social e, a partir deles, foram produzidos diversos mapas da cidade. Portanto, não se trata de um mapa apenas, mas de diversos mapas que permitem uma visão multidimensional do processo de exclusão a que está submetida a população de Belo Horizonte, sua distribuição espacial na cidade e sua relação com certas características desta população. Esse mapa foi resultado de uma parceria entre a PUC-Minas e a Prefeitura de Belo Horizonte (Secretaria de Planejamento e Secretaria de Desenvolvimento Social).

das múltiplas dimensões que compõem a experiência vivida, as relações sociais que lá existem, os aspectos simbólicos e o cotidiano de seus moradores. Ou seja, um entendimento que vai além da delimitação geográfica e administrativa, pois inclui a dimensão do cotidiano e a apropriação desse espaço pelos grupos sociais. Portanto, considerar essa noção de território nas lógicas de formulação e implementação das políticas sociais e de seus instrumentos “implica esforços de maior refinamento e envergadura” (BRASIL, 2003, p. 52).

Mesmo sabendo que a dimensão territorial sob a ótica dos estudos sociológicos e antropológicos é pouco utilizada pela política social, não há como negar a importância da inclusão dessa dimensão, ainda que apenas no sentido geográfico. Aspectos tais como a sobreposição entre as desigualdades socioespaciais e as socioeconômicas, os processos de segregação socioespaciais, as territorialidades que apresentam homogeneidade interna significativa, dentre outros, apontam a “relevância do território como critério de focalização das políticas sociais”, bem como a “pertinência de investimentos concentrados e de convergência de esforços intersetoriais nas áreas mais precárias e segregadas que se configuram como territórios de exclusão socioespacial” (BRASIL, 2005, p. 56).

O recorte territorial traz algumas vantagens e limites. No tocante às vantagens, um primeiro aspecto refere-se à conexão entre territorialidade e descentralização. Como já visto, a descentralização foi um dos princípios em que o Programa BH Cidadania se fundamentou. Transferir atribuições para as administrações regionais, significando, assim, uma maior descentralização, trouxe efeitos positivos e, sem dúvida, um maior grau de territorialização da ação pública. Essa ação que acontece na área delimitada pode permitir uma maior aproximação da população com o poder público e, também, uma participação política mais efetiva, reforçando a democratização das relações entre o governo local e os cidadãos.

Brasil explica que

[...] a descentralização intramunicipal pode ser tomada como meio privilegiado de partilha de poder decisório com a sociedade a partir da criação de canais de participação (formais ou informais) nesta escala regionalizada. Ou, a partir dessa, numa escala ainda mais próxima do cidadão, como a da gestão de programas e projetos sociais que adotaram a territorialidade como critério. (BRASIL, 2005, p. 58)

O Programa BH Cidadania, como dito, foi implantado em nove microáreas/áreas-piloto, sendo que, para o desenvolvimento da pesquisa, foram escolhidas duas.

A investigação visou esclarecer as possíveis situações decorrentes da opção por uma ação de caráter territorial. Por hipótese, uma primeira situação poderia decorrer da definição administrativa do que retratasse, de fato, um território real já constituído, do ponto de vista social e cultural. Sabemos que essa situação é a mais difícil de ocorrer, pois isto significaria que o governo foi permeável ao modo de vida e aos atores locais, ampliando assim a noção de território geograficamente referenciado como critério de sua política social, para além dos índices utilizados. Ou seja, as orientações políticas, o plano do vivido e as relações entre os moradores prevaleceriam e alimentariam os aspectos técnico-administrativos.

Uma segunda situação privilegiaria apenas o “território” meramente administrativo, ou seja, uma microárea sem correspondência com um território real constituído no local. Nesse caso, perceberíamos uma fragmentação, uma divisão arbitrária do ponto de vista social ou cultural. Ou seja, território – na acepção social – e microárea não coincidiriam. Aqui veríamos uma intervenção social num território baseada exclusivamente em critérios socioeconômicos, a partir dos diversos índices já citados. Mesmo sendo a situação mais provável, poderia ocorrer a partir dela um quadro diversificado de práticas. A microárea poderia interagir com o “lugar” e favorecer, então, a construção de um território do ponto de vista social, contribuindo para que os moradores pudessem superar dificuldades cotidianas que criam obstáculos às solidariedades e ações coletivas locais, uma vez que o envolvimento dos moradores é pressuposto dos planos de ação. Mas poderia ocorrer o inverso, com a microárea entrando em conflito com o “lugar”, dificultando, assim, o território real e suas potencialidades, ao invés de criar possibilidades de maior aproximação entre o poder público e os usuários.

Diante dessa miríade de possibilidades, foram selecionadas duas microáreas que pertencem a dois bairros distintos, com histórias diferentes e, portanto, meu esforço se voltou para a busca do desvelamento dessas relações cotidianas entre os jovens, através de entrevistas, observações e diálogos que visavam conhecer as singularidades, as especificidades de cada um desses lugares. Buscou-se descobrir qual o significado que os moradores dão aos seus lugares, e também o que o lugar nos diz de seus moradores através de seus cotidianos, de seus modos de vida.

Podemos constatar, nessas microáreas, de fato, um território na concepção sociológica? Interessou-me investigar se há, ao menos, um território em construção, algo ligado às práticas de solidariedade e ao pertencimento de seus moradores, às vivências de relações sociais e a um “existir” coletivo.

Tornou-se necessário conhecer a microárea utilizando, além dos índices socioeconômicos, outros critérios: os modos de vida, as relações entre os moradores. Além disso, ao fazer um recorte territorial (apenas considerando a delimitação geográfica), o Programa BH Cidadania pode ter excluído moradores de áreas bem próximas, mas que tinham a mesma vivência, os mesmos pertencimentos ao local e que ficaram “de fora”, excluídos pelo Programa meramente pelos limites físicos, geográficos, considerados pelos gestores. Quais as conseqüências disto para a população atendida – os jovens? Como eles lidam com o fato de terem sido eles os atendidos, quando, muitas vezes, seus relacionamentos sociais acontecem em outras delimitações geográficas, mesmo próximas?

Não há dúvidas de que a existência de programas e/ou projetos voltados para determinado “local” traz conseqüências positivas. Mas o que é preciso pensar é que essa existência acaba criando um critério de diferenciação entre os jovens de determinado “lugar” (suposto “território”) e jovens de outros “lugares”, também carentes e vulneráveis socialmente.³⁷ A existência de vários programas, complementares e integrados, é coerente com a idéia de “desenvolvimento local”. No entanto, enquanto jovens de determinado “lugar” são atendidos ou têm essa possibilidade, jovens de outras áreas, até mesmo mais carentes, podem permanecer cada vez mais invisíveis (NOVAES, 2003, p. 124).

³⁷ Podemos ver, com isso, um aspecto do limite da intervenção social baseada no critério da territorialidade.

2.2 Segunda Parte: Os bairros e as microáreas: visão do poder público local e dos moradores

Um panorama das regionais

A cidade de Belo Horizonte está dividida em 9 regiões administrativas (regionais), nas quais houve a implantação do programa BH Cidadania. A pesquisa foi realizada em duas delas, que chamaremos de A e B³⁸.

Todas as regionais estão divididas em UPs (Unidades de Planejamento) e cada UP é composta por bairros. Vejamos abaixo a localização das microáreas estudadas:

Quadro1: Localização microárea/bairro/UP/ regional

Nome da microárea	Bairro	Unidade de Planejamento	Regional
7 de Setembro	7 de Setembro	Jacarandá	A
Pinheirinho	Parque dos Pinheiros	Tatuapé	B

A população residente na regional **A** é de em torno de 270 mil habitantes. A regional **B** tem uma população residente de aproximadamente 260 mil habitantes. No entanto, o crescimento anual dessa última é quase 10 vezes menor do que o da regional **A**. Outro dado que nos chama a atenção é a densidade demográfica, que na regional **B** é quase o dobro da regional **A**. Essa diferença é também observada entre as respectivas UPs (**Tatuapé** e **Jacarandá**).

Observando a população residente por região e UP, de acordo com o sexo, verificamos que a população feminina na regional **A** é de 51.3% e na UP específica, **Jacarandá**, 51.1%.

Na regional **B**, a situação é similar: há um pequeno predomínio da população feminina tanto na regional quanto na UP, **Tatuapé**.

2.2.1 O bairro 7 de Setembro

Passemos agora para a descrição do bairro 7 de Setembro, na regional A, de acordo com os dados coletados pela Revista Pensar BH, relatórios oficiais, portanto,

³⁸ Os nomes da regional, da UP, do bairro e da microárea foram trocados para preservar os jovens participantes da pesquisa. Os dados relevantes foram mantidos apesar da troca de nome dos locais, para não comprometer a compreensão sobre os mesmos.

características oriundas de índices utilizados pelo Programa BH Cidadania. Outros dados foram fornecidos pela gerente do NAF, através de entrevistas e relatórios.

Segundo dados oficiais, a área é caracterizada por uma ocupação de mais de trinta anos. De acordo com o cadastro BH Vida³⁹, o bairro possui aproximadamente 2.600 famílias, num total de 11 mil pessoas, das quais a grande maioria vive em casa própria.

Quanto à infra-estrutura, a gerente do NAF comenta que esse não é o maior problema da microárea e nem da região como um todo. A região é praticamente toda asfaltada e com relativa iluminação⁴⁰. Há uma pequena parte da microárea que é mais vulnerável, a dos becos.

O saneamento básico de água é bom e atinge praticamente 96% das moradias e a rede de esgoto atende 78% das famílias. A região possui coleta de lixo regular, mas não possui a coleta seletiva.

Na região do bairro 7 de Setembro, há duas escolas municipais e apenas uma escola estadual, que oferece o Ensino Médio. Para se chegar a qualquer uma das escolas municipais, a distância é de aproximadamente 15 minutos a pé. Já para a única escola estadual, a distância é maior e os alunos precisam atravessar avenidas e ruas com grande trânsito.

O espaço demarcado para a área piloto⁴¹, no 7 de Setembro, para a implantação do BH Cidadania, incluiu aproximadamente 700 famílias.

Quanto à composição familiar, observou-se que as unidades familiares da microárea são compostas, em sua maioria, de 3 a 4 membros. O arranjo nuclear composto por pai, mãe e filhos representa quase 70 %.

Ainda de acordo com o NAF, 55% dos moradores têm o Ensino Fundamental incompleto e os analfabetos estão em torno de 6%. A gerente considera as escolas existentes no bairro “muito fechadas” e que talvez isso se deva à direção da escola e ao corpo docente (que também é “muito fechado”) e que “têm dificuldade em perceber quem são os jovens” da microárea.

³⁹ Cadastro da Prefeitura de Belo Horizonte

⁴⁰ Uma das entrevistadas considera a iluminação um problema dos moradores.

⁴¹ Informações obtidas pelo Relatório de Gestão – 01/08/2002 a 31/12/2004, feito pela equipe do NAF- (2005).

2.2.1.1 O NAF do bairro Sete de Setembro⁴²

O NAF dessa microárea foi inaugurado em 2002, embora já estivesse em funcionamento desde julho do mesmo ano. O equipamento está instalado em um imóvel alugado, dentro de sua área de abrangência, mas tem espaço reduzido para atendimento dos moradores, principalmente no que se refere às atividades coletivas.

Segundo dados do NAF, são 713⁴³ as famílias que fazem parte da área de abrangência do Programa BH Cidadania, totalizando uma população aproximada de 3.000 pessoas.

A organização das atividades coletivas do NAF obedece, segundo Santana (2004), a dois eixos: no primeiro, as ações cujo objetivo principal é potencializar a articulação dos serviços tanto governamentais quanto não-governamentais, envolvendo encaminhamento e acompanhamento dos usuários da comunidade à rede de serviços, e o segundo, que incide sobre o fortalecimento da socialização e convivência, voltada para a sociabilidade com o intuito de construir uma identidade pessoal e social e fortalecer o dessa maneira os vínculos sociais para o enfrentamento das vulnerabilidades.

Em relação às atividades a serem desenvolvidas pelo NAF, são destacadas as palestras, oficinas, campanhas, atendimentos e visitas domiciliares. Segundo avaliação de Santana (2004), o fato de existir, no local, apenas o NAF para as famílias recorrerem pode ser um dos fatores que contribuem de forma decisiva para uma participação ativa nas atividades coletivas oferecidas.

Para Santana (2004), o NAF assume, devido à necessidade de uma ação intersetorial, funções de articulação tanto do sistema local da Assistência Social quanto do próprio Programa BH Cidadania. Ressalta, porém, que esse movimento se deu de forma bastante diferenciada nos nove equipamentos no que diz respeito ao papel assumido por cada um dos NAFs dentro do Programa BH Cidadania, quanto à sua relação com a comunidade atendida, com mais ou menos participação desta nas atividades⁴⁴ desenvolvidas por esse equipamento.

⁴² As informações aqui relatadas tiveram como fonte a monografia apresentada no curso de Especialização em Gerência Administrativa, de Magda Carvalho Rodrigues Sant'ana, cujo título é "Mobilização Social e o desempenho de políticas públicas sociais: algumas reflexões sobre a experiência dos NAFs da PBH", 2004. A autora da monografia é, também, gerente de um dos NAFs. Foram também utilizados relatório de atividades fornecido pelo NAF e entrevista.

⁴³ Esse número pode ultrapassar 800 famílias, atualmente.

⁴⁴ Palestras, oficinas, encontros, etc.

Segundo a gerente, a identidade do NAF está diretamente relacionada à sua capacidade de mobilizar a comunidade para participar das suas atividades, pois o enfoque da metodologia de trabalho do BH Cidadania, e especialmente do NAF, está na participação da comunidade.

A mobilização de cada NAF pode ser explicada pelo tipo de atividade oferecida, ou seja, pela agenda de trabalho que cada um deles desenvolve na comunidade. Além disso, deve-se levar em consideração a presença de outras instituições presentes nas microáreas, a capacidade institucional de cada regional em prover os NAFs de infraestrutura física e material para o desenvolvimento de suas atividades, bem como o processo de descentralização e seu estágio em cada uma das regionais (SANTANA, 2004).

Ainda segundo o NAF, embora seja evidente a mobilização já conquistada da comunidade, ela ainda precisa ser intensificada, principalmente no que se refere à constituição de um Grupo de Apoiadores⁴⁵ forte e realmente representativo da comunidade. Outro dado refere-se ao fato de as mulheres e os jovens serem os mais mobilizados para diversas atividades, se comparados com os homens adultos moradores da microárea.

Para a gerente, o fato do NAF somente poder atender a microárea definida pelo Programa BH Cidadania é um problema a ser administrado constantemente, pois existe uma pressão por parte da população para que a área de abrangência do Programa BH Cidadania seja ampliada.

O NAF realiza encaminhamentos dos moradores, a partir de demandas principalmente em relação às políticas sociais, questões relacionadas às políticas urbanas e à assistência social, tais como: cadastro sócio-familiar, solicitação de cesta básica e informações sobre a inserção no Grupo de Terceira Idade, Meia Idade e Programa Núcleo Jovem, cursos profissionalizantes, liberação de taxa de documentação e vale transporte, programa de transferência de renda (Vale Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Família), inscrição para Casa do Brincar, para o Programa Primeiro Emprego e para as oficinas.

Há atividades coletivas voltadas especialmente para as mulheres (Chá de Mulheres, Grupo Produtivo, Oficina de Bordado e Pintura) e outras para a Terceira Idade.

⁴⁵ Comerciantes locais, moradores que têm melhores condições sócio-econômicas.

O NAF atua também na articulação com a rede de serviços e a comunidade – reuniões com ONGs e OGs (Agentes comunitários de saúde, Ação Social Técnica /Agente Jovem), Inclusão Produtiva, Grupo de apoiadores, Oficina de esportes, Bolsa Escola Municipal. A escola é citada como uma instituição que não está disposta a participar dessa articulação.

O NAF faz visitas institucionais e domiciliares, além de realizar atividades de mobilização comunitária, tais como campanha do chiqueirinho, contação de histórias e Dia da Beleza.

A gerente comenta que há áreas mais vulneráveis na região do que aquela demarcada pelo Programa, o que pode nos indicar que outros critérios, além dos índices sócio-econômicos, foram levados em consideração para essa demarcação. Ela não considera que a população moradora dessa microárea seja diferente da população que mora no entorno, pois o recorte geográfico da microárea é bastante reduzido. Acrescenta que há diferenças entre os bairros, dentro da própria regional, mas não dentro do mesmo bairro, no caso, o 7 de Setembro.

Fica evidente que outras áreas no interior da regional poderiam ter sido as escolhidas, principalmente se levarmos em consideração que o Programa BH Cidadania orientou-se por critérios sócio-econômicos, uma vez que há áreas com maior necessidade, sobretudo aquelas oriundas de ocupações. O bairro 7 de Setembro apresenta certa homogeneidade, o que a princípio poderia ter dificultado a demarcação da área-piloto para a implantação do programa.

2.2.1.2 A chegada do NAF e os moradores

Por ocasião da implantação do Programa BH Cidadania, houve uma intensa mobilização dos moradores por meio de várias reuniões⁴⁶, com a participação, inclusive, da regional, que investiu muito nesse processo.⁴⁷ Mas a gerente ressalta que a comunidade ainda precisa ser, constantemente, incentivada para a mobilização, opinião compartilhada por outros moradores entrevistados. Os critérios de relações bem estabelecidas entre os moradores, lideranças consistentes e atuantes e uma mobilização comunitária considerável, antes da chegada do Programa BH Cidadania, não foram

⁴⁶ O objetivo dessas reuniões era explicar para os moradores o que significava o Programa BH Cidadania.

⁴⁷ Ela relata que a administradora da regional, na época, colocou toda equipe da região na área, indo de porta em porta, de casa em casa, enviando mala direta, abordando as pessoas na Igreja.

levados em consideração para sua implantação.⁴⁸ Essas características só puderam ser observadas a partir da presença do NAF no local. Mas muitas pessoas que participaram do NAF por ocasião da implantação do Programa BH Cidadania não se encontram mais no grupo daquelas que hoje participam. As lideranças não parecem trabalhar em parceria entre si e a disputa entre elas acaba sendo a maior atividade, segundo relato da gerente⁴⁹.

As atividades promovidas pelo NAF são incentivadas pelos moradores. A título de ilustração, a gerente comenta as repercussões da festa junina promovida pelo NAF, a primeira realizada no bairro. Conta que o NAF possui um livro de registros⁵⁰ onde os técnicos anotam comentários dos moradores sobre suas atividades, dúvidas, suas demandas, fatos importantes para reflexão, impressões pessoais sobre determinados acontecimentos, etc. Um desses comentários, feito por uma das técnicas, no livro de registros, dizia respeito ao seu encontro com uma moradora do bairro logo após a festa junina. Segundo a técnica, a moradora comentou com ela que esse tipo de atividade dá muito trabalho para a equipe do NAF, mas elogia a iniciativa. Ela argumenta que o bairro precisa de “coisas boas” como esta⁵¹, “coisas bonitas” para “apagar a cara das coisas ruins” que acontecem no bairro, referindo-se à “Rua Proibida”.⁵²

Sobre as principais reivindicações da população junto ao NAF, ela relata que as mesmas são apresentadas pelas mães (já que são elas as que mais freqüentam esse equipamento) e estão voltadas para seus filhos, solicitando ocupação dos jovens, um trabalho, um curso, “algo que tire o menino da rua”, “alguma coisa para ele fazer”, de preferência um trabalho. Segundo a gerente, embora haja mães desempregadas, a ida ao NAF não está dirigida para a obtenção de um emprego para elas mesmas, mas para

⁴⁸ Essa impressão foi confirmada por uma das lideranças entrevistadas. Através de entrevistas realizadas em outras regionais pude inferir que, além dos critérios e índices sócio-econômicos, outros foram considerados para a escolha da microárea, como, por exemplo, critérios claramente políticos. Muitas vezes a escolha dependeu da atuação dos vereadores e outros políticos da região bem como a própria mobilização conseguida por eles na comunidade). Esse modo de entender a escolha da microárea através desse tipo de critério não é abertamente discutido, e, quando comentado, é perceptível um certo desconforto dos entrevistados em opinarem sobre isso.

⁴⁹ Ainda com relação à vida comunitária, a gerente relata que nas décadas de 80 (oitenta) e 90 (noventa) havia muitas associações comunitárias, lideranças fortes, mas que hoje em dia não há nenhuma associação funcionando. Há dois líderes comunitários mais atuantes, mas, no entanto, não há uma instituição que legitime suas atividades. O foco está na pessoa do líder, o que, segundo ela, é uma característica típica do bairro.

⁵⁰ Tive acesso ao livro e, portanto, aos comentários, dúvidas, sugestões e fatos ocorridos, muito embora o livro estivesse desatualizado. A gerente argumenta que quase não há tempo disponível para essa atividade considerada muito importante pela equipe técnica.

⁵¹ Comentário feito pela moradora para uma das técnicas após a festa julina (festa junina realizada em julho)

⁵² Segundo a gerente essa é a rua onde acontece o tráfico de drogas na microárea.

serem encaminhadas para tratamento da depressão. No Chá de Mulheres, atividade mensal realizada com essa população feminina da microárea, o NAF tem trabalhado questões relativas à afetividade, auto-estima, etc. Por outro lado, a microárea abriga também mulheres que trabalham, e estas não têm tempo para frequentar o equipamento.

O tráfico de drogas não ocorre apenas na área demarcada pelo Programa BH Cidadania. Existem as “ganges” do bairro Paraisópolis, da Vila Santa Maria, do Ribeirão⁵³, da “Rua Proibida”⁵⁴ e da parte de cima do próprio bairro 7 de Setembro.⁵⁵

A receptividade foi apontada como uma das características dos moradores. A abordagem, o respeito e o cuidado que o NAF tem com o morador da microárea foram citados, pela gerente, como pontos importantes que incentivam e despertam o acolhimento dos moradores, bem como sua mobilização.

Outro ponto citado como incentivador dessa mobilização é o fato do NAF ter atividades sistemáticas que passam a fazer parte da agenda da comunidade. Isto permite, por exemplo, que a moradora saiba que toda terceira 5ª feira do mês acontece o Chá de Mulheres. O grupo da Terceira Idade sabe que suas reuniões acontecem toda 3ª feira e toda comunidade tem acesso e conhece as atividades agendadas pelo NAF, que são incorporadas à vida comunitária. O NAF, portanto, tornou-se uma referência constante para o morador, segundo a gerente. Mas apesar disso, a comunidade é mobilizada a todo o momento, pois, para ela, se não é mobilizada pára de participar.

2.2.1.3 Os moradores e o bairro⁵⁶

De acordo com os moradores, a regional em que está inserido o bairro 7 de Setembro começou a ser invadida nos anos 1980 e a maioria dos invasores não mora mais na região, pois muitos mudaram de bairro após a venda para terceiros.

O bairro tem ainda uma população flutuante, inclusive na microárea do Programa BH Cidadania. Cresceu desordenadamente e não possui áreas institucionais demarcadas para equipamentos públicos de uso da população, tais como quadras de

⁵³ Bairros próximos à microárea, dentro da mesma regional.

⁵⁴ Parte dessa rua pertence à microárea.

⁵⁵ A gerente relata que o penúltimo jovem a morrer por motivos ligados ao tráfico foi porque ele foi identificado com a “Rua Proibida”. O jovem, que participava do Programa Agente Jovem, foi assassinado na frente da escola, no alto, no final do bairro 7 de Setembro.

⁵⁶ No caso do bairro 7 de Setembro foram entrevistados dois líderes comunitários (nenhum deles mora na microárea) e quatro moradoras/participantes do NAF, indicadas por este último.

esporte. Há somente duas praças que foram recentemente implantadas, uma delas conseguida através do Programa BH Cidadania.

No bairro há casas precárias, mas há outras bem construídas, em determinados locais, geralmente habitadas pelos trabalhadores de duas grandes indústrias sediadas nas vizinhanças, que têm os melhores salários da população residente no bairro.

O bairro 7 de Setembro começou sua luta política reivindicando melhores condições de transporte coletivo e escolas. Além dessas demandas, havia também uma reivindicação de saneamento básico, água e luz para a região. Esse conjunto representou um estoque de lutas importantes na década de 1990. O líder comunitário João enfatiza que a regional teve sua história fundamentada na participação popular, em busca de melhorias para o local. Mas, a mobilização, se comparada à de hoje, era bem maior, e isso é de certa forma explicado pelo fato do bairro já ter melhorado muito, o que acabou enfraquecendo a ação coletiva local.⁵⁷ Outra razão que explica essa pouca mobilização, segundo ele, é o descrédito da população com relação à situação política⁵⁸ do país, opinião esta compartilhada por outro líder, Acácio⁵⁹.

Atualmente há somente esses dois líderes comunitários que atuam no bairro de forma sistemática. João, um deles, explicou-me que, de um grupo de formação de lideranças com 30 alunos, do qual ele participou, apenas dois continuaram essa formação ou a própria liderança. Ressalta, porém, que as lutas sempre foram para melhorar a regional como um todo e não apenas o bairro 7 de Setembro ou outro da mesma regional. Hoje, as duas maiores lutas dessas duas lideranças são resgatar a união da população – considerada pouco mobilizada se comparada com tempos atrás – e levar o metrô para a região. No entanto, João aponta para a rivalidade que existe entre as lideranças⁶⁰, o que, segundo ele, atrapalha a luta coletiva.⁶¹

O trabalho realizado hoje pelas lideranças é voluntário e não está ligado a nenhuma Associação. A única que existe não está legalizada. Com a chegada do Orçamento Participativo (OP), o panorama das lideranças mudou.⁶² O OP busca lideranças para representar a comunidade, que, então, mobilizam o maior número de pessoas para as reuniões. Com isto, as Associações perderam sua força. Assim, os

⁵⁷ As expectativas, na época, foram correspondidas.

⁵⁸ Corrupção e demora na efetiva mudança da situação sócio-econômica da população carente.

⁵⁹ Chamado em todo o bairro pelo seu apelido, como aliás ele se apresenta.

⁶⁰ Embora ele se refira “às lideranças”, sabe-se que há somente dois líderes atuantes na região.

⁶¹ Essa opinião não foi compartilhada pelo líder Acácio, que sequer citou esse fato como uma dificuldade enfrentada pelos líderes locais. Porém, essa mesma idéia foi compartilhada pela gerente do NAF.

⁶² Ambos os líderes fizeram essa observação com relação a chegada do OP.

presidentes, que antes eram aproximadamente 50 (cinquenta), foram se afastando das associações, pois o objetivo agora é mobilizar um maior número de pessoas para as reuniões do OP.

A força local passou a ser aquela que acontece no interior da estrutura do OP: já não se precisa mais da Associação como antes e sim *das pessoas* que conseguem mobilizar a “força” que é representativa no OP. O grupo que tem força no OP não é necessariamente aquele que pertence a alguma Associação. As pessoas reconhecidas (e não as associações) são aquelas que conseguem mobilizar os moradores para as reuniões, assegurando transporte gratuito para tais encontros.

O OP é realizado em cada regional e torna-se necessário mobilizar os moradores para conseguirem as obras e, assim, o bairro que consegue maior mobilização tem mais chances que os outros de ter suas demandas atendidas. Segundo os dois líderes, a única atividade que ainda é capaz de mobilizar a comunidade é o Orçamento Participativo.

A idéia de uma mobilização ligada a algum político em particular, como acontecia antes da chegada do OP, ainda ocorre, segundo os líderes, mas de forma diferente. Ressaltam a importância das lideranças estarem ligadas a algum político influente para ajudar a encaminhar as demandas junto à prefeitura. No entanto, reafirmam a importância do político ter uma ligação com a comunidade, conhecê-la, pois é somente assim que ele se torna essencial para determinada região. Acrescentam que, hoje em dia, nenhuma liderança vive “às custas de político”, mas que ainda precisam da ajuda deles, como, por exemplo, para conseguir passagens de ônibus para reuniões.

A capacidade de mobilização da comunidade é considerada fraca pelo líder Acácio. Ele comenta: *“a comunidade não se organiza sozinha, infelizmente sempre precisa ter alguém pra tá puxando, não só o poder público, mas algumas lideranças daqui... [...] o povo tá muito desacreditado com o poder público, essa é a verdade. [...] depois dessas denúncias⁶³, dessas coisas horríveis deflagrou uma... desilusão mesmo... uma descrença mesmo. Acho que o pessoal tá desiludido com a política... a gente apóia político da região, a regional é política mesmo.... sempre teve a influência de algum político aqui”*.

A participação da Igreja na mobilização foi lembrada pelo líder João. Ao se referir às lutas da regional há alguns anos atrás, disse que a Igreja Católica era muito

⁶³ A entrevista foi realizada na época do escândalo do “mensalão”.

atuante, junto com os movimentos populares. Ele acredita que a Igreja Católica ainda exerce muita influência na comunidade e comenta a ascensão da influência da religião evangélica na regional.

2.2.1.4 A percepção dos líderes comunitários⁶⁴ sobre os moradores da microárea

Segundo Acácio, o bairro 7 de Setembro é formado por *“uma classe operária, de gente humilde, que trabalha como faxineiro, pedreiro, metalúrgico e comerciante”*, e os moradores que prosperam tendem a mudar-se do bairro.

O 7 de Setembro parece abrigar, segundo Acácio, dois tipos de moradores: os que não gostam de morar na periferia e sonham em sair do local e outros que são *“apaixonados pelo bairro”*. Estes últimos, os mais antigos, explica o líder, têm condições financeiras para mudarem de local de residência, no entanto, não o fazem por gostarem do bairro e se identificarem com ele. *“Se não há uma relação de vizinhança, uma amizade, não ficam no local”*, explica.

É um bairro acolhedor. Ele comenta: *“Se a pessoa for boa de diálogo, se souber conversar, ela tá feita no bairro [...] porque o pessoal do 7 de Setembro, todo mundo fala, o pessoal é muito solidário. [...] na hora, uns ajudam os outros. [...] aqui você vê muitas famílias ajudando as outras, principalmente aquelas ligadas à Igreja, tanto faz a Católica ou a Evangélica. [...] quem é do 7 de Setembro vai ser do 7 de Setembro o resto da vida, não tem jeito. [...] quem bebe a água daqui, quer voltar”*.

Para Acácio havia diferenças entre os lugares: *“Tinha sim uma diferenciação de quem morava desse lado⁶⁵.... hoje não tem tanto, já está sendo mais aberto, mais divulgado, as pessoas estão saindo mais. [...] aqui⁶⁶ era considerada uma das áreas mais violentas, hoje não tá tão violenta.... Há outras regiões dentro do próprio bairro 7 de Setembro que ficou mais violento que a região⁶⁷. Não falo para você que acabou, mas em vista do que era melhorou”*.

Para ele, não há nenhuma característica particular dos moradores do bairro 7 de Setembro que os diferencie dos moradores da microárea. Acredita que há uma discriminação pela Rua D - rua do tráfico de drogas - e o local é considerado perigoso pela comunidade. Esclarece que *“criou-se uma fama numa época mais antiga que [na*

⁶⁴ Nenhum dos dois líderes mora no bairro 7 de Setembro.

⁶⁵ Refere-se à parte do bairro na qual se encontra a microárea.

⁶⁶ O entrevistado diz “aqui”, pois a entrevista foi realizada no NAF, localizado dentro da microárea.

⁶⁷ Refere-se à microárea.

microárea] era muito violento, mas hoje não está desse jeito.... continua com tráfico, mas mudou muito a cara do que era antes [...] antigamente tinha muito homicídio... chegou a ter em média até três, quatro homicídios na semana. Hoje em dia o pessoal não cria tanta discriminação... porque antes existia mesmo... [...] agora nós temos aqui na região lugares mais perigosos que aqui.... acho que sempre onde tem um foco de ‘coisa ruim’ as pessoas vai tá sempre discriminando aquela região. Isso não vai ser só aqui.... onde é o foco, a ‘bola da vez’, vai mudando”.

Se houve ou há discriminação das pessoas com relação aos moradores da área demarcada, há, por outro lado, uma demanda explícita por parte dos moradores vizinhos para serem incluídos no Programa BH Cidadania. Uma das moradoras entrevistadas explica-me que percebe um ressentimento por parte das pessoas que não moram na microárea, por não terem o apoio do NAF. Relata que os moradores vizinhos reclamam da demarcação da microárea do BH Cidadania exatamente por considerarem o bairro 7 de Setembro como um todo, igual à microárea, com as mesmas demandas e necessidades. Muitos moradores do entorno da microárea querem participar das atividades oferecidas pelo NAF e não podem, por não morarem na microárea. Isso, segundo ela, traz descontentamento para toda a população do bairro 7 de Setembro que não é atendida. Antes da chegada do Programa BH Cidadania, as pessoas não sentiam nenhuma diferença entre morar em um local ou em outro dentro do bairro. Agora, há uma queixa do restante da população de que as pessoas residentes na microárea são realmente mais assistidas pelo poder público, através do NAF.

A percepção que os adultos possuem dos jovens moradores da microárea 7 de Setembro foi importante para começarmos a entender o modo como eles se relacionam com os adultos, suas dificuldades, enfim, como são vistos, compreendidos ou não.

Na opinião do líder João, os jovens não têm trabalho e o lazer é bastante comprometido. Há uma quadra de esporte e um clube, mas ambos pagos, portanto, isso dificulta o acesso dos jovens. Uma outra quadra foi lembrada pelas entrevistadas⁶⁸, mas, por estar localizada perto de uma vila onde há muita violência, a participação mais efetiva dos jovens no local fica prejudicada. “*Para se ter lazer é preciso se deslocar do bairro para outras regiões da cidade e até para as cidades vizinhas*”, diz o líder comunitário.

⁶⁸ Duas moradoras da microárea.

Os jovens, segundo ele, criam alternativas de lazer mesmo contrariando os pais, como, por exemplo, pichar os muros, “surfar em ônibus”, embora esses comportamentos tenham diminuído bastante. Comenta que antigamente havia um grande movimento para ajudar os jovens, com incentivo ao esporte, mas que hoje em dia não há mais.

Acrescenta que há poucos jovens voltados para liderança, embora os mesmos sejam incentivados a participar da vida na comunidade. Para explicar essa falta de interesse do jovem pela comunidade, ele diz que a liderança exige uma certa característica pessoal e nem as próprias lideranças antigas são, hoje, mobilizadas como antes. Comenta que os jovens de hoje gostam é de motos, de bailes, danças, mas não descarta a possibilidade de existir o que ele chama de “lideranças escondidas” - aquelas que ainda não apareceram – entre os jovens. Os jovens não reivindicam nada para eles e se mostram desmotivados para os trabalhos coletivos, comunitários. Pela sua observação, não há na regional lideranças com idade inferior a 30 anos.

Segundo Acácio a percepção que se tem do jovem vai depender de qual jovem estamos falando: *“Depende do jovem, tem muito jovem que acha que isso⁶⁹ não atingiu ele em nada, acha que não foi mais do que obrigação do governo [...] mas a gente sabe que mudou a vida de muito jovem, principalmente dos meninos que é ligado, recebe bolsa do Agente Jovem, que participa do dia-a-dia....[...] alguns deles realmente a vida deles mudou.... [...] alguns realmente não atingiu o objetivo. Na minha opinião tinha que dar mais seguimento, porque pega o jovem com 15 anos, segura até os 18 anos e depois dos 18 anos ele não dá continuidade.... tinha outras ações que eram pra ter sido feitas aqui dentro do BH Cidadania, que é a Casa do Jovem⁷⁰, por exemplo, que era uma continuação dos 18 aos 24 anos...[...] tinha que ter mais dinheiro, tinha que mexer mais no social.... o social provou para todo mundo, como o Programa BH Cidadania prova, que realmente compensa investir na comunidade.”⁷¹*. Acrescenta que os jovens sabem que o caminho deles não é diferente dos outros jovens, bastando para isso que eles queiram, e o NAF é colocado como um lugar que está dando outra opção de vida para essas pessoas.

⁶⁹ Refere-se ao Programa Agente Jovem ou, de modo mais amplo, ao Programa BH Cidadania.

⁷⁰ Refere-se ao Núcleo da Juventude, previsto no Programa BH Cidadania, que não chegou a ser implantado.

⁷¹ Esse projeto não chegou a ser implantado. Seria, pelo explicado, uma continuação do Agente Jovem, porém em outro formato. Além disso, ele comenta a importância da Escola Aberta – projeto para abrir as escolas no final de semana, incentivado pela Prefeitura.

Para duas moradoras entrevistadas que têm filhos jovens, a diferença geracional foi muito enfatizada, desde o tipo de música que eles gostam até seus comportamentos. Marcam a diferença do relacionamento dos jovens de antigamente com seus pais e delas com seus filhos – acham que eles não respeitam os pais como elas respeitavam.

As dificuldades citadas por elas em lidar com seus filhos jovens dizem respeito ao estilo juvenil, hábitos considerados negativos (fumar), a vivência da sexualidade, a dificuldade e/ou falta de diálogo. A sociabilidade do jovem também foi apontada como um “*problema*” a ser enfrentado. O medo que os pais têm do jovem pertencer a determinadas “*turmas*” consideradas “*barra pesada*” é o foco principal da preocupação dessas mães, que buscam alertar seus filhos, mas que recebem como resposta: “*Eu sei o que estou fazendo*”. A juventude é vista como desinteressada, que “*faz o que quer*”, rebelde e pouco participativa – somente aqueles do Programa Agente Jovem são reconhecidos como participativos, por elas.

A amizade entre os jovens, segundo elas, acontece também com aqueles que moram fora da microárea. Eles circulam em todo o bairro 7 de Setembro e em bairros vizinhos e não ficam restritos aos amigos moradores da microárea. Comentam que eles desejam conhecer pessoas de outros lugares, o que conseguem através de parentes que moram em outros locais, pessoas do relacionamento do trabalho da mãe, shows, etc.

As entrevistadas acreditam que o NAF tem conseguido chegar até o jovem através da família, e que, ao mobilizá-la, tenta mobilizar o jovem. Mas os jovens são vistos como aqueles que não conseguem aproveitar as chances oferecidas.

2.2.1.5 A chegada do Programa BH Cidadania e a importância do NAF

Ambos os líderes entrevistados declararam que os projetos sociais deveriam ser voltados para a população como um todo e não para uma microárea específica, embora compreendessem que o Programa BH Cidadania foi direcionado para as áreas mais carentes em cada uma das regionais. Consideram que a microárea é uma das mais necessitadas, mas, ao mesmo tempo, avaliam que há áreas mais vulneráveis na regional do que a selecionada. Com isso, consideram que o bairro 7 de Setembro ganhou com a chegada do Programa exatamente por existirem outras áreas que também poderiam ser

escolhidas dentro da regional. Embora nenhum dos dois seja morador da microárea, consideram que a chegada do NAF⁷² foi importante.

Espontaneamente, Acácio comenta sobre a importância que as lideranças tiveram na escolha das microáreas. Segundo ele, ao saber do Programa BH Cidadania, “*abraçou*” o projeto porque achou que o mesmo era “*político*”. O Programa, explica ele, foi trazido “*pelo pessoal da Assistência Social*” porque a regional, “*querendo ou não, é muito politizada*”.

Acácio ressalta que a microárea 7 de Setembro, demarcada pelo BH Cidadania, realmente era uma das áreas mais carentes e muito mais violenta que o restante, na época da implantação do Programa. Segundo ele, havia muitos jovens com chances de estarem envolvidos com “*mundo que a gente sabe qual é*”.⁷³ A chegada do Programa BH Cidadania foi importante não só para os jovens, mas também para os adultos do local, que “*ficavam muito em casa e se sentiam muito excluídos*”, explica.

Após a chegada do Programa, pela mobilização realizada junto com o NAF⁷⁴, conseguiram viabilizar uma praça com iluminação, asfaltar a Rua 20, além de melhorar seu acesso. Acrescenta que alguns moradores conseguiram mudar “*até os seus aspectos*”⁷⁵.

Em sua percepção, o NAF conseguiu atender todas as expectativas que a comunidade tinha. Como líder, aponta a necessidade de expansão dos NAFs⁷⁶, pois as famílias focadas inicialmente já foram assistidas e já conseguem “*andar com suas próprias pernas*”. Ressalta que o foco do NAF é o resgate da auto-estima das pessoas e que, de fato, elas precisam disso, principalmente os jovens e adolescentes. Com relação aos jovens, diz que “*muitos que tinham potencial para serem violentos, que ficavam participando de vários movimentos errados dentro da comunidade, hoje não estão mais*”. Hoje há muitos jovens que conseguiram trabalho, que participam do Programa Agente Jovem, que foram “*resgatados pelo NAF*”, avalia.

Foi através do NAF que esse líder começou a participar mais ativamente do trabalho de liderança. Acrescenta que já participava de movimentos e que, de certa forma, essa mobilização já existente também foi responsável pelo Programa ter sido

⁷² O Programa BH Cidadania é, freqüentemente, conhecido por esse equipamento, o NAF. O Programa BH Cidadania e o NAF, para os moradores, parecem ter o mesmo significado, conforme já havia me explicado a gerente do NAF. Ou seja, o Programa BH Cidadania se torna visível pelo NAF.

⁷³ Ele se refere ao mundo do tráfico, das drogas, da criminalidade, etc.

⁷⁴ A obra estava sendo reivindicada no Orçamento Participativo.

⁷⁵ Refere-se à auto-estima da população.

⁷⁶ Como já explicado, o Programa BH Cidadania é conhecido simplesmente como NAF.

implantado no bairro 7 de Setembro e não em outro local da mesma regional. Houve critérios para a implantação do NAF que justificavam a implantação do Programa naquele local, mas ressalta que *“também teve a força do movimento, muita gente chegava, cobrava [...] apesar do bairro ser grande, muita gente, inclusive eu, batalhou para ajudar a trazer o NAF pra cá sim, com certeza”*. Ao mesmo tempo, pondera que *“aqui era de precisão... precisou muito e tem ajudado não só o pessoal da área-piloto como as pessoas em volta, desempregadas, elas procuram o NAF, o Assistente Social do NAF...”*.

Ainda com relação às melhorias trazidas pelo NAF, Acácio cita o CENAFOCO⁷⁷, que propiciou um curso de formação de lideranças para a comunidade, além de vários outros cursos, grupos produtivos, grupos da Terceira Idade, que antes não existiam na comunidade. Através do NAF, foi possível trazer o ensino noturno para o bairro 7 de Setembro e o EJA. Ele comenta: *“Pessoas que tinham parado de estudar, por causa do NAF voltou a estudar, algumas pessoas concluíram o 2º grau que não tinham....”*.

A existência de um equipamento municipal no bairro foi valorizada. Para um dos líderes comunitários, isto fez *“muita diferença... com certeza fez muita diferença. [...] em minha opinião em todo o bairro tem que ter um NAF [...], para a pessoa procurar apoio quando precisar, criar movimentos culturais. Depois que o NAF chegou aqui, nós*

⁷⁷ CENAFOCO - **Centro Nacional de Formação Comunitária**: Projeto de formação de jovens lideranças instituídas ou potenciais, por meio do curso de Empreendedores Sociais e Oficinas Temáticas de Gestão Ambiental, Gestão Social, Direitos Humanos e Voluntariado. Entre o quarto e sexto mês de curso, os jovens elaboram e executam um projeto social de intervenção local a partir da identificação de potencialidades e problemas buscando atender a demandas de suas comunidades e ou regiões. Os participantes foram jovens acima de 17 anos, moradores de bolsões de violência. <http://www.soudapaz.org/projetos/texto.asp?id=2> O Projeto CENAFOCO – Centro Nacional de Formação Comunitária, que se constituiu numa das ações do Plano Nacional de Segurança Pública, do Governo Federal, foi criado com o objetivo de promover a capacitação e a formação de lideranças comunitárias, de forma a qualificá-las como agentes promotores e multiplicadores de ações com foco no desenvolvimento comunitário e na prevenção da violência. A parceria do CIEDS (Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável) - <http://www.cieds.org.br/> com o Governo Federal foi particularmente relevante no que diz respeito ao Projeto CENAFOCO, o que se deu desde a sua concepção. A instituição integrou o Grupo de Trabalho criado pela SEAS e pelo Ministério da Justiça, em agosto de 2000, com a atribuição de definir o modelo de atuação do Centro e as estratégias e procedimentos para sua implantação em âmbito nacional. Inicialmente concebido como uma estratégia de prevenção à violência nas capitais, teve posteriormente seu foco ampliado, passando a englobar ações direcionadas à capacitação de atores locais, em comunidades empobrecidas, como uma iniciativa de promoção do desenvolvimento comunitário integrado e sustentável. Em decorrência desse Projeto, cuja base metodológica é fruto de programas de formação em gestão comunitária, desenvolvidos pelo CIEDS, são semeadas novas propostas de caráter social/comunitário, apoiadas através de um microfinanciamento. O Projeto CENAFOCO foi implementado em todo território nacional, tendo capacitado mais de 30.000 pessoas. O CIEDS foi a primeira Unidade Operacional do CENAFOCO, no Rio de Janeiro, iniciando atividades em dezembro de 2000. Parcerias: Governo Federal, Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Estado de Assistência Social, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Prefeitura Municipal do Rio Janeiro.

fizemos umas duas ou três festas⁷⁸ no bairro. [...] fizemos uma festa de formatura do CENAFOCO, fizemos o Arraial da Paz, [...] eu acho que essas coisas num bairro que não tinha, entendeu, ajuda demais.”

A proximidade com a população é percebida pelas moradoras entrevistadas como bastante positiva. Os vários encaminhamentos, a mobilização da população, o fortalecimento das lideranças para reivindicar melhorias, a implantação da Casa do Brincar⁷⁹ e o Núcleo Jovem foram pontos positivos lembrados pela facilidade de acesso dos moradores ao equipamento e também pela maior aproximação que passaram a ter com o poder público, representado pelo NAF, no local.

Podemos notar que houve uma certa confluência entre a descrição que a Prefeitura de Belo Horizonte apresenta sobre o local e a percepção dos moradores. No tocante a infra-estrutura, tanto a PBH quanto a população reconheceram que a área ainda é bastante carente. Embora a maior parte seja asfaltada e tenha iluminação, ainda há reclamações quanto a esta última, bem como sobre a coleta de lixo no local. A mobilização da população também é percebida pelos moradores, no entanto, NAF e população acreditam que a mesma precisa ser intensificada, uma vez que os moradores ainda precisam ser mobilizados constantemente. Outro ponto de confluência diz respeito à grande receptividade dos moradores: os entrevistados a citam como uma característica do local.

Quanto às dificuldades, os entrevistados são bem mais explícitos: a falta de lazer para os jovens, o desemprego, a violência decorrente do tráfico de drogas e a precariedade do Posto de Saúde .

Um ponto bastante interessante observado nas entrevistas, inclusive com os jovens, é a não diferenciação que os moradores fazem da microárea e do restante do bairro 7 de Setembro. Para os entrevistados, os moradores da microárea têm as mesmas características do restante da população e, mesmo em termos de infra-estrutura, não julgam a microárea muito diferente do restante da área, ou pelo menos do entorno próximo.

⁷⁸ Pelos relatos percebe-se que os moradores, sozinhos, não se mobilizam ou se organizam para fazerem festas no local, demandando a presença do poder público para atividades desse tipo.

⁷⁹ Um equipamento do Programa BH Cidadania destinado às crianças.

2.2.2 O bairro⁸⁰ Parque dos Pinheiros e a microárea Pinheirinho

Segundo dados oficiais do Programa BH Cidadania sobre a microárea Pinheirinho, ela teve uma ocupação desordenada de mais de 40 anos com alta densidade populacional, tem topografia acidentada com problemas de escoamento das águas e transporte, apresenta altos índices de violência (conflitos entre gangues e grupos de tráfico) e carência de espaços de lazer e esporte.

O bairro Parque dos Pinheiros ocupa uma área de quase 100 hectares e com uma população estimada em 30.000 habitantes⁸¹, com 9.000 domicílios. É o maior assentamento inserido nas ZEIS⁸² (Zonas Especiais de Interesse Social) da cidade. A densidade média foi calculada, em 1993, em 330,1 habitante/hectare, número muito elevado se comparado à média da cidade, que em 1996 era de 65,6 habitante/hectare.

De acordo com os resultados do IQVU (Índice de Qualidade de Vida Urbana), divulgado pela Prefeitura de Belo Horizonte no ano de 1995, o Parque dos Pinheiros ocupava o 72º lugar no ranking de 81 localidades estabelecidas. Segundo esse estudo, enquanto a unidade de planejamento Centro, em primeiro lugar, atingia IQVU de 0,645, a unidade na qual se encontra o Parque dos Pinheiros registrou IQVU de 0,363, situando-se em patamar próximo ao último lugar (81º lugar, IQVU = 0,328). Outro estudo recente, **O Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte** traçou um perfil da exclusão social na cidade, chegando ao ranking das 81 unidades de planejamento e, mais uma vez, o Parque dos Pinheiros figurou entre as mais vulneráveis da cidade.

No bairro Parque dos Pinheiros, há duas áreas com sérias limitações de ordem física e urbanística. Uma delas é a área conhecida como Pinheirinho, selecionada para a intervenção do BH Cidadania. Nessa área são predominantes os becos, cujas limitações físicas e ambientais ainda não permitiram que a mesma fosse integrada ao entorno imediato e também regional.

O bairro Parque dos Pinheiros, na sua dimensão de assentamento urbano e humano, conseguiu, através da mobilização e organização da população, se erigir como

⁸⁰ Há momentos em que o bairro Parque dos Pinheiros é chamado de bairro e em outros, de Vila, pela própria Prefeitura de Belo Horizonte.

⁸¹ Essa estimativa foi realizada com base na Contagem Censitária de Domicílios, sobre cujo resultado foi aplicada a taxa determinada pela URBEL, de 4,2 habitantes/domicílio.

⁸² Áreas cuja conformação física, sócio-organizativa e jurídica se diferenciam da cidade formal. Acredita-se que esses fatores colaboram e muito para a composição crítica do quadro social da nossa cidade. Estas áreas não possuem determinações legais no que se refere ao ordenamento urbanístico e, por isso, o acesso aos serviços sociais básicos torna-se mais difícil.

“*bairro*”, com alguma “*identidade*” na cidade, com infra-estrutura de comércio e serviços⁸³ (PGE).

Com relação à situação da saúde da população moradora do Parque dos Pinheiros, nota-se que a saúde desses moradores está precária e ameaçada, especialmente para aqueles que moram às margens do córrego e na microárea Pinheirinho.

Do ponto de vista educacional, o PGE aponta que a população deixa a escola muito cedo. Nos 300 domicílios pesquisados, apenas 12,4% dos moradores tinham o 2º grau. Um dos motivos, citados nesse relatório do PGE, que poderia estar contribuindo para o baixo número de estudantes após a 8ª série, reside no fato de que nenhuma das escolas do bairro oferece ensino médio, o que pode dificultar o acesso da população a esse nível do ensino.

O PGE situa a comunidade do Parque dos Pinheiros como capaz de organização e mobilização. No entanto, se as pesquisas realizadas confirmam essa capacidade, por outro, indicam aspectos dessa organização que podem ser potencializados para aumentar a capacidade de mobilização da Vila. Verificou-se, também, que os índices de participação e frequência dos moradores em instituições comunitárias são considerados baixos.

Outro dado importante trazido pelo PGE é a forte presença de ONGs como canal de reivindicação dos moradores do Parque dos Pinheiros.

No tocante às lideranças, apenas dois nomes foram citados com maior frequência, sendo um deles um vereador. Isto, segundo o PGE, aponta para a necessidade de compartilhamento das ações entre maior número de pessoas, a partir de uma maior proximidade entre lideranças e população, que não tem participado e reconhecido esta relação. Ainda segundo o PGE, os fatos demonstraram que existe na comunidade uma mobilização em torno da resolução de alguma demanda, mas que nem sempre esta se torna eficaz, já que a participação é bastante restrita e segmentada.

Um aspecto citado como importante, no Relatório, é com relação à história da Vila, e presente na fala de muitos moradores, que é a identidade com o lugar onde

⁸³ Plano Global Específico (PGE): Instrumento da política urbana, trata-se de uma radiografia sócio-organizativa, jurídico-legal e urbanístico-ambiental feita em três etapas metodológicas: levantamento de dados, diagnóstico integrado e propostas hierarquizadas de ações. Foi compreendido enquanto instrumento da política urbana a partir da experiência do *Programa Alvorada*, programa este que aconteceu através de convênio entre o Brasil e a Itália – cooperação internacional – que trabalhou na elaboração de uma metodologia de intervenção estrutural e integrada. Foi incorporado como instrumento primeiro de ação em todas as obras aprovadas pelo orçamento participativo em 1996, na ocasião do Plano Diretor da Cidade de Belo Horizonte.

vivem. Muitos falam do desejo de não deixar a Vila, pois estão ali há muitos anos. Outros, apesar dessa identidade forte com o local, começam a pensar em mudar-se da Vila em função dos problemas de infra-estrutura. Outros já se preocupam mais com a violência, que, segundo eles, vem “*tomando conta*” da Vila, colocando em risco muitos jovens que acabam sendo levados para as drogas e perdendo a vida.

Segundo a Contagem Censitária, os níveis de desemprego no Parque dos Pinheiros superam a média da cidade (atingindo a marca dos 22,4%), que, no final do ano de 1999, era de 18%, medida pelo DIEESE. A formação profissional é bastante precária, sendo que mais de 45% da população⁸⁴ não tem nenhuma qualificação (serviços domésticos e de limpeza) ou baixa qualificação (porteiro e cozinheira). Quanto à renda, o Parque dos Pinheiros reflete sua baixa qualificação, onde 90% ganham até 3 (três) salários mínimos.

2.2.2.1 A microárea Pinheirinho⁸⁵

De acordo com o PGE, a área que se situa no interior da Vila Parque dos Pinheiros na porção nordeste da Vila ocupa uma extensão aproximada de 9,77ha, o equivalente a 10,72% da área total da Vila, representando uma das principais zonas de risco com um quadro bastante crítico de carências.

Sua ocupação é densa e existe um grande número de moradias que foram construídas sem condições adequadas de segurança. Várias casas possuem trincas que demonstram o processo de movimentação permanente de toda a encosta, embora de forma lenta.

No que se refere ao sistema de esgoto sanitário, no Pinheirinho ocorre a maioria das redes clandestinas, juntamente com as redes convencionais. O local é marcado por ocupação desordenada, através de uma trama de becos, que não são servidos por redes convencionais, sendo que os próprios moradores equacionam o problema da coleta dos esgotos através dessas redes clandestinas, muitas vezes, instaladas superficialmente,

⁸⁴ Não foram fornecidas as idades.

⁸⁵ Pinheirinho é o nome dado à microárea no Parque dos Pinheiros da regional B. É tão somente o nome dado a uma pequena área nesse bairro que coincide (intencionalmente ou não) com a demarcação feita pela PBH para o Programa BH Cidadania. Esse lugar já era nomeado, pelos que lá moravam e também pelo restante da população do bairro como “Pinheirinho” e não simplesmente o Parque dos Pinheiros. No 7 de Setembro, por exemplo, a microárea demarcada tem o mesmo nome do bairro. Ela é nomeada pelo Programa e também pela população como “microárea do 7 de Setembro”, coincidindo com o nome do bairro. .

sem recobrimento necessário, estourando com frequência. A rede de esgoto clandestina acaba, portanto, atendendo a todos os becos.

A rede de água oficial abastece todas as ruas e grande maioria dos becos; a água clandestina abastece alguns deles. O sistema de drenagem é precário, com bocas de lobo apenas em alguns locais. Já a rede de iluminação atende a quase todos os becos, sendo que alguns necessitam de iluminação mais eficiente, como o Beco Princesa.

Quanto ao sistema de coleta de lixo, é feito de forma não convencional, sendo o mesmo acondicionado em pontos de coleta nas ruas. Em minhas visitas constatei não somente o lixo acondicionado, mas também espalhado perto desses locais de coleta, em grande volume. Às vezes, era necessário pisar em parte dele, já que ocupava uma área relativamente grande e de passagem para a entrada dos becos e ruas do Pinheirinho.

Seu sistema viário principal é composto de duas vias coletoras e quatro vias locais. O sistema viário secundário, conformado pela rede de becos, é composto por cinco becos principais, oito secundários e 16 locais, fazendo com que esta microárea comporte o maior número de becos.

Os becos “Pinheirinho” e “Sucesso” são constituídos por escadarias que possuem degraus fora dos padrões desejáveis e em tamanhos irregulares, além de estarem em estado precário de conservação. Ainda segundo o PGE, as escadarias, sem rampas laterais, inviabilizam o acesso de carrinhos de mão e bicicletas, dificultado a vida cotidiana dos moradores. Esse fato foi comprovado por mim em minhas visitas e é motivo de reclamações de algumas mães dos jovens entrevistados. A escadaria do Pinheirinho⁸⁶, por exemplo, é evitada pelos moradores. Eles preferem passar por outro beco, cujo trecho é sem pavimentação e com desnível alto nos fundos de uma casa, a subir e descer pela escadaria.

A grande maioria dos becos é pavimentada, com trechos melhores e piores. A largura média dos becos está em torno de 1,20 a 1,50 m. Há alguns mais largos, cuja largura varia de 4 a 10 m, possibilitando o acesso de veículos. A pavimentação de alguns becos é bastante precária e outros não possuem pavimentação nenhuma. Estes últimos se localizam em área de risco iminente.

O Pinheirinho é uma área predominantemente residencial. No largo principal está instalado um telefone público, onde é possível constatar uma concentração de bares/mercearia, tornando esse local um ponto de encontro. No entanto, segundo o PGE,

⁸⁶ Essa escadaria foi, em algumas entrevistas, alvo de preocupação dos moradores, tanto do ponto de vista da dificuldade de acesso quanto da falta de iluminação no local, que é considerado como perigoso.

essa área é considerada como a principal “boca de fumo”, onde os moradores evitam passar à noite.

2.2.2.2 O NAF do Pinheirinho⁸⁷

O NAF situa-se no bairro Parque dos Pinheiros e está instalado em um imóvel alugado, fora da área de abrangência da microárea definida pelo BH Cidadania.

O número oficial de famílias atendidas é de aproximadamente 600, embora o NAF considere esse número maior.

Segundo o relatório de 2003, os dados expressam o aumento gradual de suas atividades, bem como sua inserção na área piloto, situada próxima ao NAF. Além disso, detectou-se uma busca da comunidade pelos serviços da Assistência Social, reforçando assim a necessidade de potencializar as ações dessa política. Outro dado do relatório diz respeito ao esforço da comunidade em comparecer ao NAF que se situa fora da área de abrangência do programa. Constatou-se, no início, certa dificuldade das pessoas em se locomoverem até o NAF, não só pela distância, mas também por dificuldades impostas por áreas demarcadas pelo tráfico de drogas onde a circulação das pessoas era notadamente restrita.

O NAF trabalha com três questões principais: inserção do público alvo em projetos e encaminhamentos a serviços sociais básicos, fortalecimento dos vínculos familiares e fortalecimento dos vínculos comunitários, utilizando para a sua operacionalização cinco eixos transversais: orientação, encaminhamento, acompanhamento, convivência e articulação comunitária.

Junto às famílias o NAF faz atendimento e cadastramento, além de um acompanhamento sistemático através de orientação (com ou sem encaminhamento). Há visitas domiciliares e fomento de atividades coletivas, tais como oficinas, palestras, reuniões e seminários.

Dentre os programas, destacamos o Grupo de Hipertensos, o de Desnutridos, a Oficina de Arte, o Programa Agente Jovem (para os jovens) e a Casa do Brincar (para as crianças).

⁸⁷ Informações obtidas por entrevistas, folders e documentos do NAF B.

2.2.2.3 A chegada do NAF e os moradores

Na regional **B** também há problemas com relação à pressão de moradores de áreas próximas, ou mesmo de ruas próximas, para que o Programa BH Cidadania tenha sua abrangência ampliada. O NAF procura atender, dentro de suas possibilidades, a população do entorno da microárea.

Segundo a gerente, a região possui um bom número de equipamentos públicos e é muito rica em iniciativas. Há também um grupo de teatro da UFMG, grupos musicais, de dança, etc. O envolvimento da comunidade com atividades culturais é uma de suas principais características.

A localização do NAF, fora da área de abrangência do Programa BH Cidadania, segundo a gerente, facilitou de certa forma a integração da microárea e o restante do Parque dos Pinheiros. Para ajudar ainda mais essa integração, o NAF procura realizar atividades do Programa no CAC⁸⁸ e no Centro Cultural, para que a população da microárea possa circular no bairro como um todo. Antes do Programa BH Cidadania, os moradores do Pinheirinho sequer conheciam esses equipamentos, ela explica.

2.2.2.4 O Pinheirinho sob a ótica dos moradores

Para descrever a história do Pinheirinho entrevistei uma antiga moradora e líder comunitária há anos. Foi através dela⁸⁹ que consegui a maior parte das informações sobre o Parque dos Pinheiros, bairro onde se encontra o Pinheirinho, a microárea do BH Cidadania.

Além dessa líder, foi entrevistado um jovem morador ligado ao movimento cultural do bairro⁹⁰. A história do bairro, suas reivindicações, suas lutas, suas lideranças, enfim, o que foi conhecido da vida do local, as descrições e observações que se seguem, foram baseadas nessas duas entrevistas e, portanto, não representam a visão da maioria dos moradores.

A região do Parque dos Pinheiros foi uma área de mineração ocupada pelos trabalhadores que vinham de outras cidades, especialmente do interior, para trabalhar, e

⁸⁸ Centro de Apoio Comunitário

⁸⁹ Dona Marlene. Há quase 40 anos que ela mora no Parque dos Pinheiros e foi indicada pelo NAF como a pessoa mais indicada para contar a história do local. Ela é líder comunitária atuante e bastante conhecida na região e pelos seus trabalhos comunitários.

⁹⁰ Além de ser morador da microárea, ele é uma referência para os jovens do Parque dos Pinheiros.

que não tinham lugar para morar. As pessoas chegavam e ocupavam o local, e tão logo tinham uma situação um pouco estabelecida chamavam os parentes do interior, oferecendo-lhes uma parte do terreno para eles construírem suas casas. Além disso, as pessoas que vinham do interior para a mineração precisavam permanecer por muito tempo no local e, por essa razão, traziam suas próprias famílias, que passavam a morar dentro da área da empresa⁹¹.

Assim, a ocupação teve início de forma desordenada, culminando em um aglomerado com muitos becos. Dentro dessa área maior, o bairro Parque dos Pinheiros, há uma parte, o “Pinheirinho”, onde, na época, eram celebradas missas, realizadas procissões e festas religiosas, enfim, era o local ao qual todos os moradores do Parque dos Pinheiros se dirigiam para rezar.

Outro fator que pode explicar a ocupação desordenada é o fato de que o presidente da Associação de moradores do local era proprietário de grande parte da área e, aos poucos, foi vendendo pequenas partes. A venda desenfreada de pequenos terrenos e a conseqüente construção de casas deixaram a área sem demarcações de ruas que facilitassem o acesso ao local.

Esse mesmo presidente da Associação de moradores impedia o acesso das outras Associações na área do Pinheirinho. Ele argumentava junto aos moradores que a outra Associação⁹², uma das que atuavam na área mais alta do bairro Parque dos Pinheiros, era composta por comunistas e que eles, daquela Associação, “*iam tomar seus terrenos*”. Por essas informações dadas pelo presidente, os moradores da área do Pinheirinho ficaram ligados somente a uma Associação (do referido presidente) por temer supostas atitudes “*comunistas*” da outra.

Nessa época, havia mais de 30 Associações de Bairro e uma grande disputa entre elas. A maioria trabalhava para algum candidato/político, em especial, e somente na época da campanha. Além disso, pela rivalidade entre as Associações, o Parque dos Pinheiros foi subdividido entre as Associações, ficando cada uma delas responsável por uma parte, dentro do próprio bairro. Com essa postura por parte das Associações, a área do Pinheirinho permanecia sem assistência e melhorias.

Essa Associação, que, pela divisão do bairro, era responsável pela área mais alta do Parque dos Pinheiros, foi conseguindo melhorias nessa parte, mas não pôde expandi-las para a área do Pinheirinho pelos motivos já relatados. Isto fez com que essa parte do

⁹¹ Omitido o nome para não facilitar a identificação do local.

⁹² Associação na qual ainda pertence a entrevistada, D. Marlene.

Parque dos Pinheiros, o Pinheirinho, fosse ficando sem qualquer melhoria, diferentemente do restante do bairro - sem rede de esgoto, sem ruas abertas, etc. Antes dessas rivalidades, não havia diferença entre essa área e as outras.

A diferença de infra-estrutura da região do Pinheirinho e do restante do Parque dos Pinheiros pode ter sido consequência dessa rivalidade entre as Associações. A Associação mais atuante conseguia melhorias para a parte mais alta, enquanto a área do Pinheirinho não as obtinha.

Assim, o Pinheirinho, de certa forma, permaneceu isolado do restante do Parque dos Pinheiros por motivos variados: a falta de infra-estrutura (abertura de ruas), a própria localização, as rivalidades entre as Associações - mais especificamente com o líder comunitário do Pinheirinho - e, também, a disputa por pontos de drogas. Segundo Pedro, o jovem entrevistado, somam-se a isto as próprias condições do local, pois a área concentrou moradores com maiores problemas de desemprego e vícios (drogas e álcool). Como consequência, o local se tornou mais violento que o restante da comunidade. Ele acrescenta: *“O Pinheirinho ficou isolado devido a esses fatores, mas também pelo fato de algumas de suas lideranças serem de difícil acesso, com mais dificuldades por parte das pessoas de relacionamento com os outros, o que prejudicou o desenvolvimento do local e dos trabalhos como um todo”*.⁹³

Depois que o presidente daquela Associação⁹⁴ faleceu, a Associação do Parque dos Pinheiros passou a ter mais acesso à área do Pinheirinho e, com isso, algumas melhorias foram sendo conseguidas.

A opinião da líder comunitária é de que a área do Pinheirinho somente será melhorada, de fato, se houver abertura de ruas.

Atualmente, a microárea não tem mais o mesmo número de lideranças e o que restou das várias Associações foi somente uma, a que a entrevistada pertence até hoje. Ela explica que essa redução das lideranças ocorreu quando a PBH deu início ao Orçamento Participativo (OP)⁹⁵. As lideranças que trabalhavam para determinado candidato, e somente na época de eleição, não precisavam mais mostrar para a população que as melhorias eram feitas por determinado político. Esclarece que, antes, qualquer benfeitoria que a PBH fazia no local era, equivocadamente, associada ao trabalho de algum candidato, vereador, etc.

⁹³ Parece que o jovem concorda com D. Marlene quanto à dificuldade imposta pelo então líder comunitário da microárea.

⁹⁴ Da área do Pinheirinho.

⁹⁵ Relato semelhante dos líderes comunitários da regional A.

Com a chegada do OP, as próprias lideranças, juntamente com a comunidade, passaram a ter o conhecimento de que a responsável pelas melhorias era a PBH e não “*o candidato tal*”. Esse reconhecimento fez com que as associações, que eram mantidas por candidatos individuais, perdessem sua força política. Hoje em dia, o trabalho ligado a algum político ainda existe, mas de forma diferente. Busca-se determinado político, vereador ou deputado para abrir caminhos, levar as reivindicações da comunidade, dispensando, assim, o trabalho que era realizado pelas associações locais.

O Pinheirinho, especificamente, não possui mais lideranças e, segundo a líder comunitária do Parque dos Pinheiros, “*a comunidade ainda não consegue se mobilizar sozinha*”. É preciso que alguém (da Associação, por exemplo) compareça à área, escolha uma ou duas pessoas, para que elas, então, possam mobilizar os outros moradores. “*Eles ainda precisam dessa ajuda para se mobilizarem*”, opina.

Essa visão da pouca mobilização do local não é compartilhada por Pedro.⁹⁶ Segundo ele, a comunidade do Parque dos Pinheiros⁹⁷ se organiza de modo independente da influência do Programa BH Cidadania ou do poder público de modo geral. O jovem enfatiza a organização das Associações, a importância das mesmas em sua formação⁹⁸ bem como a de outros jovens. Para ele, há um movimento ativo no Parque dos Pinheiros e a comunidade é uma das mais organizadas da cidade.

Quando é época do OP, a Associação do bairro Parque dos Pinheiros encaminha-se até o Pinheirinho, escolhe os moradores e divide os locais dentro do próprio Pinheirinho a serem mobilizados por eles. Essa característica dos próprios moradores buscarem suas melhorias ainda não existe e, quando ocorre, ainda é bastante incipiente. O OP também é citado como importante pelo jovem entrevistado, pois ele reconhece que esse tipo de política pública permitiu ao morador expor suas reais necessidades e, ao Estado, conhecê-las melhor para fazer um trabalho localizado.

2.2.2.5 Percepção dos entrevistados sobre os jovens do bairro e seus modos de vida

A mobilização dos jovens moradores do Pinheirinho também não acontece, segundo a líder comunitária. Ela relata que, antigamente, a Associação fazia festas em

⁹⁶ O entrevistado é jovem e foi Educador do Programa Agente Jovem antes e depois da chegada do BH Cidadania. Acompanhou a implantação nas nove regionais, pois tem um grupo musical que foi contratado para as atividades de implantação. É morador da microárea Pinheirinho.

⁹⁷ Ele não separa a microárea do Pinheirinho do restante do bairro Parque dos Pinheiros.

⁹⁸ Ele pertenceu à Associação Comunitária.

uma “pracinha”⁹⁹ para os jovens do Pinheirinho, atividades ligadas ao hip hop, teatro, etc. Mas, depois da chegada do Centro Cultural¹⁰⁰, essas atividades deixaram de existir.

Já na opinião de Pedro, o Parque dos Pinheiros¹⁰¹ tem uma comunidade muito ativa. Havia muitos movimentos culturais, um deles bastante atuante chamado MCC (Movimento Pró-Consciência Cultural Parque dos Pinheiros). Esse movimento organizado reunia os artistas locais, pagava-lhes cachê para apresentação e convidava artistas de renome nacional para se apresentarem junto com os artistas locais. Foi a partir desse movimento que alguns jovens do Parque dos Pinheiros despertaram interesse pelas atividades culturais (música, dança, etc.), o que ocorreu com o próprio entrevistado. No entanto, vimos no decorrer da pesquisa que não foram muitos os jovens atraídos por essas atividades.

Quanto à liderança dos jovens, o entrevistado diverge de D. Marlene. Para ele, há uma potencialidade que é percebida naqueles que estão no futebol, na escola ou naqueles que ficam na esquina¹⁰², conversando com outros. Esclarece, sobretudo, que esse potencial precisa ser melhor trabalhado na comunidade. Nesse aspecto, ele ressalta o Programa Agente Jovem como uma das atividades que vem cumprindo um pouco esse papel.

Não existe na microárea nenhum lugar que possa servir de sede para o Agente Jovem. Porém, segundo o entrevistado, a população não pode se entregar para a situação imposta pelo tráfico com relação à circulação dos jovens. Segundo ele, essa dificuldade precisa ser enfrentada¹⁰³ e não remanejada, ou seja, mudando o Agente Jovem para outro lugar.

Como o entrevistado trabalhou nos dois núcleos do Agente Jovem - do Parque dos Pinheiros e do Pinheirinho -, antes mesmo da chegada do Programa BH Cidadania, busquei investigar as possíveis diferenças entre os jovens do Pinheirinho e dos outros locais. Uma das diferenças percebidas por ele naquela época foi uma dificuldade maior que os jovens do Pinheirinho possuíam com relação à escola, especialmente com a leitura, dificuldade esta explicada pela situação sócio-econômica daqueles jovens.

⁹⁹ Local dentro da microárea que era considerado como praça.

¹⁰⁰ Localiza-se fora da microárea, na parte mais alta do Parque dos Pinheiros.

¹⁰¹ Mais uma vez, ele não separa a microárea Pinheirinho e bairro Parque dos Pinheiros.

¹⁰² Há um posto policial perto da microárea onde os jovens se encontram em suas proximidades. Eles consideram esse local como a “Savassi” (bairro mais conhecido de classe média de Belo Horizonte, com shoppings, lojas, cinemas, etc) do bairro. Muitos param em frente ao posto, de noite, outros ficam circulando e conversando no local. Esse local parece ser ponto importante para a sociabilidade desses jovens, embora não haja shoppings, lojas, etc.

¹⁰³ Ele conta que, talvez por ele trabalhar com rap, com música, tem acesso livre na área.

Comenta que tentava entender essas diferenças pelo viés da estrutura de vida na qual os jovens estavam inseridos. Ou seja, se os jovens tinham mais dificuldade ou eram mais desinteressados isto tinha uma explicação. Assim, esses jovens eram considerados por ele como portadores de grande potencial, independentemente de seus locais de moradia. Mas reconhece que havia uma pequena diferença, por exemplo, com relação ao acesso às informações. Os moradores do bairro Parque dos Pinheiros tinham mais acesso às informações que os do Pinheirinho.

Ele reconhece que havia jovens com grande potencial de liderança, mas que, se não houvesse subsídios para ajudá-los a se tornarem líderes comunitários, o tráfico os absorvia, fazendo deles “*donos de boca*”, pois possuíam liderança e visão. Ele mesmo, em alguns momentos, chegou a se envolver com o tráfico, mas devido à sua base familiar conseguiu partir para outras atividades, como aquelas ligadas à Associação Comunitária. Comenta que “*uma escola que não se preocupa efetivamente com o aluno, uma família onde o pai é alcoólatra, a mãe é quem sustenta a casa com 10 filhos, chega em casa nervosa, come mal, estuda mal, não tem emprego e nem perspectiva de vida, chega o tráfico e te oferece viver bem, embora pouco, e te permite ter um tênis, comprar uma casa, um carro, o assédio das mulheres, o status. A condição social impulsiona o jovem a se envolver com o tráfico*”. Segundo ele, as atividades realizadas pelo Grupo Cultural PAC¹⁰⁴ têm também como objetivo desenvolver esse papel de despertar as lideranças jovens. Ele percebe que há muita luta a ser travada por poucas pessoas e, por isso, é importante trabalhar essas lideranças em potencial. Chega

¹⁰⁴ Nome fictício. PAC é uma banda de rap que existe desde 1997. Em 2000, ele e alguns colegas fizeram um trabalho com outros grupos artísticos da comunidade para se integrarem, pois não havia muito diálogo entre eles. Conseguiram reunir vários grupos culturais da comunidade e fizeram uma apresentação. Conseguiram fazer um CD com todas essas vivências culturais (rap, capoeira, canto da 3ª idade). Depois participaram de um programa cultural da Telemig Celular – Conexão Telemig Celular. Entenderam no decorrer desse processo que outros grupos da comunidade precisavam ser potencializados também e sentiram necessidade de incluir essa juventude que estava fora. Foi então que fizeram um projeto maior, o Centro de Multiculturalismo, que se reunia em escolas e outras espaços, pois ainda não tinham uma sede. Conseguiram um patrocínio do Instituto Junia Rabelo (projeto social do Banco Rural) e com a verba começaram a se organizar melhor, incluindo uma sede com atividades mais específicas. O que vinha mantendo, nos últimos dois anos, o Centro, depois disso, eram as verbas do “Incentivo à Cultura”. O Grupo Cultural PAC foi agora registrado e, então, o Centro Multiculturalismo passa a ser um programa dentro das atividades do Grupo Cultural PAC, junto com outras atividades. Atualmente o Centro trabalha com jovens de 12 a 24 anos, mas tem exceções. Dependendo do caso, há possibilidade de expandir essa faixa etária. Há oficinas que são realizadas por ciclos, buscando a formação artística. Se o jovem quer aprender percussão, ele vai aprender começando em um ciclo básico e depois vai se aperfeiçoando. O Centro contrata professores reconhecidos em cada área pois se preocupa com a qualidade da formação. Atualmente há oficinas de dança do ventre, forró, rap, dança de salão, DJs. Cada grupo é formado por 10 ou 15 jovens, não mais do que isso para não se perder a qualidade. Há também palestras com assuntos de interesse dos jovens. Trabalha-se a juventude de forma ampla, não ficando apenas na formação cultural, auxiliando-o a entender o contexto no qual ele vive, a sua comunidade.

a lembrar que, na época em que ele era da diretoria da Associação Comunitária, 60 ou 70% da Associação era composta por jovens. O que não ocorre mais, exatamente por questões de emprego que os distanciaram das atividades culturais e comunitárias do bairro.

Alguns jovens, segundo o entrevistado, participam do Programa Fica Vivo¹⁰⁵. Com isso, algumas atividades culturais (oficinas) ainda acontecem, mas não há mais shows como antes. O Grupo Cultural PAC também oferece algumas atividades culturais para os jovens e, por se localizar em local relativamente neutro¹⁰⁶, acaba se tornando mais um espaço de convivência para os jovens, embora esse espaço não tenha sido incorporado na vida da maioria dos jovens da microárea.¹⁰⁷ A integração dos jovens do Parque dos Pinheiros e do Pinheirinho, como pretende o Grupo Cultural PAC, não acontece de forma satisfatória. Foram poucos os que se referiram ao tal local (PAC), fosse nos questionários ou nas entrevistas.

Já para D. Marlene, na microárea Pinheirinho não há nenhuma atividade para os jovens. Eles ficaram praticamente sem atividades, uma vez que as mesmas ocorrem no Centro Cultural - fora da microárea – e, por questões relativas ao tráfico de drogas, a circulação dos jovens no bairro é comprometida, mesmo quando eles não estão diretamente envolvidos.

¹⁰⁵ O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! é coordenado pela Superintendência de Prevenção à Criminalidade e tem como objetivo reduzir o número de homicídios favorecendo a organização comunitária e dos jovens. O trabalho alia ações preventivas, que mobilizam os jovens, entre 12 e 24 anos, das comunidades em oficinas educativas, culturais e profissionalizantes e de patrulhamento ostensivo feito pelo Grupamento Especializado de Áreas de Risco (Gepar) da Polícia Militar de Minas Gerais. A implantação do Fica Vivo! já foi concluída em 6 comunidades de Belo Horizonte. Foram realizados 552 oficinas e 2.439 atendimentos a jovens, reduzindo em 20% o número de homicídios nessas regiões, segundo dados coletados no site: http://www.seds.mg.gov.br/eixos_ficavivo.asp Os núcleos de referência do programa são espaços sociais dentro das comunidades para o atendimento de referência, realização de estudos de casos e diagnósticos sociais e individuais, estabelecimento de novas parcerias e atendimento direto a jovens envolvidos com a criminalidade. Cada núcleo do programa oferece 20 oficinas, com a capacidade média de 20 alunos em cada. O Fica Vivo! incentiva a participação de oficinairos das comunidades, implementando projetos elaborados por eles. Atualmente são 91 oficinairos e apenas 18 não são moradores das comunidades. http://www.seds.mg.gov.br/eixos_ficavivo.asp

¹⁰⁶ Situa-se próximo da entrada do Pinheirinho e não dentro da microárea. O local não é totalmente neutro, pois é passagem de jovens dos bairros próximos.

¹⁰⁷ As atividades realizadas pelo Grupo Cultural PAC ainda não foram acompanhadas, estando as mesmas previstas para a próxima etapa da pesquisa.

Se por um lado há problemas em se morar numa área onde os vizinhos também são parentes¹⁰⁸, isto facilita os relacionamentos entre eles. A maioria dos amigos dos moradores são os vizinhos e, em muitos casos, seus próprios parentes.

Outro ponto facilitador de sociabilidade é o futebol, pois a comunidade se envolve bastante com essa atividade. Todo final de semana, há jogos no campo situado bem próximo à microárea do Pinheirinho. Os meninos vão para jogar e as meninas, para assistir, o que torna essa atividade um momento de grande convivência social entre eles.

O Pinheirinho realmente é considerado, junto com a Gruta do Peixe¹⁰⁹, a pior parte do Parque dos Pinheiros, pelos dois entrevistados. Acredita-se que a situação somente vai melhorar com a abertura das ruas, pois a área tal como está hoje acaba incentivando o tráfico de drogas, pelo fato de ser de difícil acesso, de não ter carros circulando, enfim, por ser praticamente fechada.

Pedro explica que há uma rivalidade entre o Pinheirinho e a Gruta do Peixe. Moradores de determinada parte do Pinheirinho não podem ultrapassar a Rua X¹¹⁰ e os moradores da Gruta do Peixe não podem descer até o Pinheirinho. “*É uma regra na comunidade*”, me explica. “*Se descer ou se subir, correm risco de vida mesmo.*” Relata que a Gruta do Peixe possui melhores condições de acesso interno, está localizada mais próxima da escola e do Centro de Saúde, se comparada ao Pinheirinho e, além disso, há também o fato de algumas lideranças da Associação Comunitária morarem mais perto da Gruta do Peixe, o que propiciou melhorias de condições da área¹¹¹, embora ainda muito precária.

Segundo Pedro, as brigas existentes dentro da própria área do Pinheirinho surgem em decorrência da disputa de “*bocas de fumo*”, mas isso não impede a circulação dos moradores no Pinheirinho. A maior rivalidade e, portanto, maior problema refere-se à disputa de pontos de traficantes do Pinheirinho e da Gruta do Peixe, e não entre traficantes do próprio Pinheirinho, embora aconteça às vezes.

A área está em guerra. Se os traficantes da Gruta do Peixe invadem o Pinheirinho, “*eles não perguntam quem é quem; se eles conhecem as pessoas, elas se livram, mas se não, correm risco de vida. Só o fato de morar naquele lugar é estar sujeito a esse tipo de situação, corre-se esse risco*”, explica o jovem.

¹⁰⁸ O fato de se ter um parente que participa ou já participou do tráfico e é também vizinho torna-se um risco, pois o morador pode ser “pego” no lugar do parente.

¹⁰⁹ Vila próxima com infra-estrutura precária e grande tráfico de drogas.

¹¹⁰ Rua de divisa entre a microárea e a Gruta do Peixe

¹¹¹ Por essa fala percebe-se que realmente houve uma disputa entre as Associações, ficando o Pinheirinho sem muita assistência.

Já para D. Marlene, a violência que ocorre no Pinheirinho não é diferente daquela que ocorre no bairro Parque dos Pinheiros. Dívidas do tráfico e disputa por pontos de drogas são os principais motivos dessa violência, segundo ela. O medo da bala perdida é o que mais preocupa os moradores, principalmente quando a polícia está presente. Os moradores têm muito medo da polícia e, quando esta aparece no Parque dos Pinheiros, as pessoas evitam sair na rua, pois “*os policiais vão atirando e os traficantes também*”, ela explica. De qualquer forma, quanto ao tráfico, tudo indica que ele está mais localizado na área do Pinheirinho, pelas próprias condições do local, o que gera muita violência.

Em alguns momentos nas entrevistas, percebemos uma ambigüidade com relação à percepção da microárea: ora é considerada realmente diferente no sentido de não ter a mesma infra-estrutura, mas ao mesmo tempo é considerada como parte integrante do Parque dos Pinheiros, sem grandes diferenciações. Muito embora os dois entrevistados entendam que há mesmo uma diferença da microárea Pinheirinho para o restante do bairro (Parque dos Pinheiros), ambos não procuram enfatizá-las, ao contrário, fazem questão de dizer que a microárea é o Parque dos Pinheiros.

A microárea do Pinheirinho, por ser bastante carente e por possuir fortes pontos de drogas, se diferenciava do restante do Parque dos Pinheiros e já se encontrava em uma situação de certa estigmatização por parte dos moradores do Parque dos Pinheiros, segundo a gerente do NAF. Ela explica que essa estigmatização era percebida, por exemplo, quando vários jovens e outros moradores mentiam sobre seus locais de moradia. Era comum um morador dizer que morava no Parque dos Pinheiros e não especificar que morava no “Pinheirinho”.

No entanto, após a implantação do BH Cidadania, um movimento contrário vem sendo observado pelo NAF. Algumas pessoas se dizem, agora, moradoras do Pinheirinho para obterem certos “benefícios” e facilidades que o NAF oferece aos moradores dessa microárea.

Outro ponto que ajuda a explicitar essa “separação” da microárea do Pinheirinho do restante do bairro é a própria localização do NAF, que fica entre a microárea e o restante do bairro. Se por um lado essa localização dificultou o acesso dos moradores da microárea ao NAF, por outro, eles se sentiram “autorizados” a circular fora da microárea. Portanto, segundo hipótese do próprio NAF, o mesmo acabou propiciando uma certa integração da microárea ao restante do bairro.

Segundo a gerente, essa integração não tem sido uma tarefa fácil, pois ainda há uma resistência da população moradora do Parque dos Pinheiros em incorporar a referida microárea.

Após essas primeiras informações obtidas, pensamos que a demarcação dessa microárea já seguiu uma demarcação “simbólica” e até, de certa forma, geográfica mesmo, existente no bairro Parque dos Pinheiros antes da chegada do Programa BH Cidadania. A vida na microárea, segundo a gerente, parece se assemelhar àquelas áreas cujo tráfico de drogas é bastante atuante. Perguntada sobre as lideranças, ela relata que não há lideranças comunitárias locais.

A relação dos traficantes com o NAF também parece seguir os mesmos passos de tantos outros relatos e situações semelhantes. A relação parece ser de “respeito” com o equipamento - embora ele não esteja localizado no interior da microárea - tanto no sentido da preservação, quanto de um certo “cuidado” com a equipe de trabalho. Quando a situação na microárea está tensa pelas questões do tráfico, alguém, provavelmente a mando de algum traficante, avisa à equipe do NAF que não deve “descer” para a microárea. Essa mesma preocupação também acontece no sentido contrário: quando o NAF precisa descer na microárea, manda avisar aos traficantes¹¹², marcando horários, etc.

2.2.2.6 A chegada do Programa BH Cidadania e a demarcação da microárea

A líder comunitária relata que, no momento da inauguração de um equipamento¹¹³ com uma placa “Casa do Brincar do Pinheirinho”, a Associação pediu ao NAF que fosse retirada a referência ao Pinheirinho. Segundo ela, todos os moradores já sabiam que os frequentadores da “Casa do Brincar” seriam as crianças da microárea Pinheirinho, mas os moradores não queriam essa explicitação da clientela, exatamente para não reforçar a percepção já existente de que o Pinheirinho é uma “área” separada do bairro Parque dos Pinheiros e, sobretudo, para não suscitar rivalidades entre os moradores. Ela relata claramente o trabalho que a Associação vem fazendo para diminuir essa separação entre o Pinheirinho e o restante do Parque dos Pinheiros.

¹¹² Pelo que entendi, esse “pacto” entre o poder público e o tráfico é para garantir a segurança dos funcionários do NAF no local. Parece não haver interesse em criar animosidades com os traficantes, pois assim como fazem com os moradores, também com relação ao NAF, eles dão proteção contra roubos de equipamentos e segurança para os funcionários do NAF no interior da microárea.

¹¹³ Equipamento do BH Cidadania que funciona perto do NAF, dirigido para as crianças.

Pedro também fornece alguns dados importantes com relação à possível estigmatização da microárea. Ele explica que, antes da chegada do Programa BH Cidadania, havia apenas dois núcleos do Programa Agente Jovem e, depois, um terceiro foi criado, o núcleo específico para jovens do Pinheirinho, através do Programa BH Cidadania. Antes do Programa BH Cidadania, os jovens participavam do Programa Agente Jovem independentemente de seus locais de moradia. Essa criação do núcleo específico do Programa Agente Jovem/Pinheirinho não foi bem recebida pelos moradores e pelos próprios jovens do Pinheirinho. Um trabalho foi realizado, na época, visando unir os núcleos do Programa Agente Jovem com o objetivo de não explicitar essa divisão por moradia e, com isso, minimizar o estigma do núcleo do Pinheirinho.

Os dois núcleos do Programa Agente Jovem funcionavam no Centro de Apoio Comunitário (CAC) e naquele local não havia espaço suficiente para funcionar mais um terceiro núcleo que estava surgindo, o do Pinheirinho. Além disso, a localização do CAC dificultava o acesso dos jovens da microárea, que precisariam passar perto da Gruta do Peixe¹¹⁴ para freqüentarem o Núcleo. Pelas questões relativas ao tráfico, essa circulação era comprometida. Na tentativa de solucionar esses problemas, o núcleo do Agente Jovem/Pinheirinho foi implantado na Associação dos Moradores, que se situava próxima ao NAF e, também, um pouco mais perto da microárea. Porém, a Associação de Moradores não tinha a mesma estrutura física do CAC, o que gerou mal-estar nos jovens do Pinheirinho. Eles acharam que estavam sendo prejudicados, discriminados. Essa suposta discriminação, segundo Pedro, começou pelos próprios jovens, já que a implantação ocorreu na Associação de Moradores por falta de outro local e não porque o público do Pinheirinho não merecesse as mesmas condições que os outros jovens.

O jovem avalia que essa discriminação partiu também da própria PBH que, ao atender somente a comunidade do Pinheirinho através do Programa BH Cidadania, gerou desconforto na comunidade do Parque dos Pinheiros. A população se sentiu excluída por parte do poder público e demonstrou essa insatisfação em forma de resistência aos moradores do Pinheirinho.

O Parque dos Pinheiros reconhece a diferença de infra-estrutura do Pinheirinho e os problemas que advêm daí, segundo a líder comunitária. Mas, em sua opinião, essa diferença não é percebida pelos moradores como fator discriminante e estigmatizante. Para o jovem, a denominação “Pinheirinho”, embora houvesse antes, pode ter se

¹¹⁴ Vila localizada próximo ao Pinheirinho cujos traficantes têm rivalidades com os moradores da microárea e vice-versa. Essa rivalidade será mais bem explicada adiante.

tornado estigmatizante em decorrência das obras realizadas pela prefeitura¹¹⁵ e não por parte da população do Parque dos Pinheiros. Ou seja, na opinião dela, a própria Prefeitura acabou diferenciando de forma mais explícita as diversas áreas do Parque dos Pinheiros, ao escolher o Pinheirinho para a implantação do Programa BH Cidadania.

Segundo D. Marlene, nem todos os moradores do Pinheirinho sabiam exatamente o que era o Programa BH Cidadania. Porém, avalia que houve melhorias após sua implantação, especialmente para os jovens que tiveram acesso a cursos e para as famílias que tiveram encaminhamentos promovidos pelo NAF.

Outro ponto positivo citado por ela diz respeito à circulação dos moradores da microárea na parte mais alta do bairro, onde se encontra o NAF. Ela relata que muitos moradores desconheciam os equipamentos existentes no restante do bairro.

Os próprios moradores, segundo ela, reconhecem que houve uma mudança após a chegada do programa. A comunidade do Parque dos Pinheiros pôde reconhecer que o Pinheirinho é o Parque dos Pinheiros, incorporando-o no bairro como um todo.

“O Pinheirinho era muito pior do que é agora”, em termos de infra-estrutura, comenta a líder comunitária. A chegada do BH Cidadania promoveu uma outra mudança: “Nas famílias, na vida de cada um, os moradores aprenderam a buscar ajuda, tiveram mais informação e o NAF é um lugar onde eles sabem que podem procurar e serão atendidos. É uma referência para eles”.

A própria Associação, quando procurada pelos moradores, indica o NAF como o local onde eles podem conseguir informações sobre os serviços públicos. E é exatamente esse movimento que tem sido percebido: alguns moradores de outros locais demonstram interesse em morar no Pinheirinho para terem acesso a alguns benefícios e facilidades oferecidos pelo NAF (cursos, encaminhamentos para emprego, etc.). *“Antes ninguém queria ser morador do Pinheirinho, mas, agora, todos querem ser”.* Ela conta que um dia, ao sair do NAF, escutou duas moças conversando sobre um curso que estava sendo oferecido. Uma comentava com a outra: *“Eu queria tanto fazer aquele curso, mas não moro no Pinheirinho, é um desaforo só eles poderem, não é?”.*

Pedro, a respeito da chegada do Programa BH Cidadania, considera que houve uma boa mudança, pois o poder público conseguiu chegar no local na tentativa de compreender melhor o funcionamento da comunidade.

¹¹⁵ Em virtude do Programa BH Cidadania, por sua demarcação.

Assim como na regional **A**, na regional **B** há também uma certa confluência na descrição da microárea fornecida pelo poder público e pelos moradores. São pontos comuns o reconhecimento de que a área é bastante precária em termos de infraestrutura, com esgoto a céu aberto, problemas na coleta de lixo e o grande número de becos.

A PBH reconhece que no local há várias “bocas de fumo” e os moradores vão além, ao descreverem os problemas advindos do tráfico de drogas. A rivalidade existente entre os pontos de venda de drogas do Pinheirinho e de áreas do entorno coloca os moradores em situação de perigo e impede a circulação de alguns jovens. Temas como a violência e o desemprego também estiveram presentes, como grandes dificuldades vividas por esses moradores, segundo seus relatos.

A ocupação desordenada do local e o conseqüente número de becos concentrados são comentados pelos entrevistados, que fazem uma demanda explícita de abertura de ruas com o objetivo de melhorar a circulação dos moradores.

O território, do ponto de vista administrativo, correspondeu em alguns aspectos com o território vivido, espaço demarcado pelas vulnerabilidades e dificuldades, mais acentuadas para os moradores do Pinheirinho, que sofrem cotidianamente os efeitos das carências urbanas e da violência gerada pelo tráfico.

3 Retratos e Modos de Vida

Buscamos, neste capítulo, apresentar os modos de vida dos jovens moradores das duas microáreas: 7 de Setembro e Pinheirinho. Consideramos importante conhecer a vida deles, suas vivências da condição juvenil. O plano vivido dos atores, o conhecimento e o pertencimento ao local são pontos importantes de análise. Num território, imaginamos, vive-se a vida em todas as suas dimensões. Não basta pensar a história do lugar, mas a história que é comum a seus moradores, o que está dentro e como o que vem de fora se incorpora nesse plano. Há singularidades, mas também homogeneidades. Como os jovens se percebem nesse lugar? Como vivem sua condição nesse espaço?

Das entrevistas foi possível extrair um bom volume de informações sobre esses aspectos. Os entrevistados expressaram o que lhes falta, o que desejam e almejam e falaram com muita clareza de suas relações com a família, os amigos, a religião e a escola. Falaram também sobre a pouca autonomia que têm, a falta de oportunidade de trabalho e a conseqüente falta de rendimentos para o acesso a bens e serviços que são importantes para a vivência de forma mais satisfatória da juventude.

Farei a apresentação dos jovens das duas microáreas baseando-a nos questionários aplicados e também nas entrevistas realizadas. As entrevistas permitiram complementar os dados encontrados nos questionários, de modo a oferecer uma visão mais ampliada da vida desses jovens.

Os quadros 01 e 02 apresentam um perfil resumido¹¹⁶ de cada um dos entrevistados, nas duas microáreas.

¹¹⁶ Nos Anexos, temos um resumo mais detalhado do perfil de cada jovem entrevistado.

Quadro 01 – Perfil resumido dos jovens do 7 de Setembro

Microárea 7 de Setembro Nome do jovem	Idade	Estado civil	Raça/cor (auto-declaração)	Escolaridade	Filhos	Situação de trabalho	Religião
Cassandra	16	Solt.	Branca	Parou na 7ª série – não estuda	Sim – uma filha	Não está trabalhando	S/ religião
Cristiana	20	Solt.	Negra	Ensino Médio concluído	Não	Não está trabalhando	Adventista do 7º Dia
Denis	20	Solt.	Negro	Ensino Médio concluído	Não	Não está trabalhando	S/ religião / ex evangélico
Denise	18	Solt.	Negra	2º ano EM – em curso	Não	Não está trabalhando	Praticante da Igreja Evangélica / mas não se converteu
Fernando	18	Solt.	Negro	Ensino Médio concluído	Não	Não está trabalhando	Evangélico praticante eventual
Gorete	18	Solt.	Negra	Ensino Médio concluído	Não	Empregada/contrato de experiência	Católica praticante
Heitor	19	Solt.	Pardo	Ensino Médio concluído	Não	Empregado c/ carteira assinada	Evangélico praticante
Joilton	17	Solt.	Mulato – “quase negro”	1º ano EM – em curso	Não	Não está trabalhando	S/ religião Praticante eventual da Igreja Maranata
Kadu	16	Solt.	Moreno	1º ano EM – em curso	Não	Não está trabalhando	Praticante da Igreja Maranata
Miriam	18	Solt.	Negra	3º ano EM – em curso	Não	Empregada s/ carteira	S/ religião Praticante eventual da Igreja Evangélica
Pâmela	17	Solt.	Negra	1º ano EM – em curso	Não	Não está trabalhando	S/ religião
Roberta	17	Solt.	Morena	2º ano EM – em curso	Não	Não está trabalhando	Católica praticante

Silvia	17	Solt.	Morena/parda	1º ano EM – em curso	Não	Não está trabalhando	Católica praticante
Toni	17	Solt.	Branco	3º ano EM – em curso	Não	Com seguro desemprego	Católico / não praticante
Valdir	17	Solt.	Negro	3º ano EM – em curso	Não	Empregado c/carteira assinada	Evangélico praticante
Washington	18	Solt.	“mistura de tudo”	Parou na 8ª série – não estuda	Não	Não está trabalhando	S/ religião / ex evangélico

Quadro 02 – Perfil resumido dos jovens do Pinheirinho

Microárea/Pinheirinho Nome do jovem	Idade	Estado civil	Raça/cor (auto-declaração)	Escolaridade	Filhos	Situação de trabalho	Religião
Aline	22	Solt.	Negra	2º ano EM – em curso	Não	Está trabalhando/ s carteira	Evangélica praticante
Bel	17	Solt.	Negra	2º ano EM – em curso	Sim - uma	Não está trabalhando	Evangélica/ praticante, mas não se converteu
Carlos	19	Solt.	Negro	Ensino Médio concluído	Não	Não está trabalhando	Católico praticante eventual
Clara	20	Casada	Negra	Parou no 2º ano EM – não estuda	Sim - um	Vendedora de flores/ ambulante	S/ religião Praticante eventual da Igreja Evangélica
Franco	19	Solt.	Negro	Ensino Médio concluído	Não	Não está trabalhando	Católico/ Não praticante

Gilda	23	Solt.	Negra	Parou no 3º ano Ensino Médio – não estuda	Sim - um	Não está trabalhando	S/ religião
Gisele	23	Mora junto s/ casar	Misturada	Parou na 7ª série – não estuda	Sim – dois	Está trabalhando s/ carteira	Evangélica praticante
Glória	16	Solt.	Parda	2º ano EM – em curso	Não	Não está trabalhando	Católica praticante
Junior	19	Solt.	Negro	Parou no 1º ano EM – não está estudando	Não	Trabalha com o tio, às vezes.	Católico/ praticante eventual
Luiz	22	Solt.	Negro	Ensino Médio concluído	Não	Está trabalhando c/ carteira	Evangélico/ praticante eventual
Lúcio	16	Solt.	Negro	7ª série do Ensino Fundamental – em curso	Não	Não está trabalhando	S/ religião
Marcos	21	Mora junto s/ casar	“moreno, quase negro, moreno forte”	Parou na 8ª série – não estuda	Sim – um	Faz bicos eventualmente	S/ religião praticante eventual da Igreja Evangélica
Marcelo	17	Solt.	Pardo	2º ano EM – em curso	Não	Não está trabalhando	Evangélico/ praticante
Priscila	17	Solt.	Negra	2º ano EM – em curso	Não	Não está trabalhando	Evangélica/ praticante eventual
Rogéria	18	Solt.	“Misturada”	2º ano EM – em curso	Não	Não está trabalhando	Católica/ praticante eventual
Valéria	23	Solt.	Negra	3º ano EM – em curso	Sim- um	Não está trabalhando	Católica / não praticante

Com relação aos questionários aplicados, a amostra inicial¹¹⁷ era de 109 jovens no 7 de Setembro e 122 jovens no Pinheirinho. Tivemos uma pequena redução de questionários efetivamente aplicados, ficando, portanto, a seguinte amostra total: no 7 de Setembro, 108 jovens, sendo 55 do sexo feminino e 53 do sexo masculino, representados em termos percentuais por 51% e 49%, respectivamente; no Pinheirinho, 115 jovens, sendo 74 do sexo feminino (64%) e 41 do sexo masculino (36%). Na amostra total das duas microáreas houve predomínio do sexo feminino. (Tabela 1)

Tabela 1 - Questionários aplicados

Área	Número de jovens	Sexo Feminino	Sexo Masculino
7 de Setembro	108	55	53
Pinheirinho	115	74	41
Total	223	129	94

A população foi dividida em dois intervalos de acordo com a idade. O primeiro inclui jovens de 15 a 17 anos e o segundo, jovens de 18 a 24 anos, de ambos os sexos. No 7 de Setembro, no primeiro intervalo (15 a 17 anos), 49 jovens (45,4%) responderam o questionário e no segundo, 59 (54,6%). (Tabela 2) Já no Pinheirinho, no primeiro intervalo, 60 jovens (52,2%) responderam e no segundo, 55 (47,8%).

Tabela 2 - Amostra total por faixa etária e sexo/ 7 de Setembro

7 de Setembro	15 a 17 anos	(%)	18 a 24 anos	(%)
Masculino	22	44.9	31	52.5
Feminino	27	55.1	28	47.5
Total	49 (45.4%)	100%	59 (54.6%)	100%

¹¹⁷ Todos os passos do Plano Amostral encontram-se nos Anexos.

Tabela 3 -Amostra total por faixa etária e sexo/ Pinheirinho

Pinheirinho	15 a 17 anos	(%)	18 a 24 anos	(%)
Masculino	24	40	17	31
Feminino	36	60	38	69
Total	60 (52.2%)	100%	55 (47.8%)	100%

Tanto no 7 de Setembro quanto no Pinheirinho, no primeiro intervalo (15 a 17 anos) houve predomínio do sexo feminino nas amostras. No segundo intervalo (18 a 24 anos), houve um predomínio do sexo masculino na amostra do 7 de Setembro.

3.1 Perfil inicial

Um dos itens do questionário visava investigar como os jovens se auto-declaravam de acordo com a raça/cor. Constatamos que no 7 de Setembro os jovens se auto-declararam negros¹¹⁸, (19%), pardos (33%) e brancos (21%) . Cabe ressaltar que 27% dos jovens citaram outras respostas para a pergunta. Quando o jovem não a entendia, a mesma era reformulada e as opções de raça eram fornecidas. “Como você se define? Como você se vê, branco, negro, etc.”. Quando o jovem, mesmo assim, dava outra resposta, a mesma era anotada. Nesse item tivemos respostas tais como: moreno, amarelo, preto, loiro, moreno claro, moreno escuro, morena mulata, meio esquisita/meio amarela. Mas a maioria dos jovens do 7 de Setembro se reconhece como não-branca (79%). (Tabela 4).

No Pinheirinho, na auto-declaração, 38% se disseram negros, 31% pardos e apenas 8% se consideraram brancos. (Tabela 4).

¹¹⁸ O IBGE utiliza a terminologia cor ou raça: branca, parda, preta, indígena, amarela e outras. Utilizamos na pesquisa a raça “negra” em substituição à cor “preta”. Na pesquisa “Perfil da juventude brasileira” utilizou-se, por exemplo, a palavra “negro”, diferentemente do IBGE, para a somatória dos quesitos pardo e preto, por considerá-la mais representativa da reconstrução identitária da população negra.

Tabela 4 - Raça para o jovem/microárea

Área/ Raça	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Branca	23	21	09	8
Negra	21	19	44	38
Parda	35	33	36	31
Outros/não sabe/ não respondeu	29	27	26	23
Total	108	100%	115	100%

Outro dado coletado investigava o estado civil dos jovens. Nas duas microáreas, a maioria é solteira. O que nos chama a atenção é a diferença encontrada entre elas no que diz respeito à condição de *“morar junto, sem ser casado legalmente”*. No Pinheirinho, 18 jovens *“moram juntos sem casar”* e somente 3 são casados legalmente. (Tabela 5)

Tabela 5 - Estado civil dos jovens – 7 de Setembro e Pinheirinho

Área/ Estado Civil	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Solteiro	96	88	94	81
Casado	06	6	03	3
Mora junto sem casar	06	6	18	16
Total	108	100%	115	100%

A maioria dos não solteiros encontra-se na faixa etária de 18 a 24 anos, nas duas microáreas (92% no 7 de Setembro e 76% no Pinheirinho). (Tabelas 6 e 7) No 7 de Setembro, dos 12 jovens *“casados /moram juntos”*, somente 1 deles encontra-se no intervalo de 15 a 17 anos. No Pinheirinho, dos 21 jovens *“casados /moram juntos”*, 5 encontram-se no intervalo de 15 a 17 anos.

Tabela 6 – Estado Civil/faixa etária/ 7 de Setembro

Faixa etária	Solteiro	%	Casado/mora junto	%
15 a 17 anos	48	50	01	8
18 a 24 anos	48	50	11	92
Total	96	100%	12	100%

Tabela 7- Estado civil/ faixa etária/ Pinheirinho

Faixa etária	Solteiro	%	Casado/mora junto	%
15 a 17 anos	55	59	05	24
18 a 24 anos	39	41	16	76
Total	94	100%	21	100%

Entre os “*casados /moram juntos*”, a maioria é do sexo feminino. No 7 de Setembro, apenas 2 são do sexo masculino e no Pinheirinho, apenas 6 (Tabelas 8 e 9).

Tabela 8- Estado civil/sexo/ 7 de Setembro

Sexo	Solteiro	%	Casado/mora junto	%
Feminino	45	47	10	83
Masculino	51	53	02	17
Total	96	100%	12	100%

Tabela 9- Estado civil/sexo/ Pinheirinho

Sexo	Solteiro	%	Casado/mora junto	%
Feminino	59	63	15	71
Masculino	35	37	06	29
Total	94	100%	21	100%

Quanto aos filhos, podemos verificar que a maioria dos jovens, nos dois locais, não os tem. Porém, no Pinheirinho, o número de jovens com filhos é significativamente maior do que aquele encontrado no 7 de Setembro (Tabela 10).

Tabela 10 – Jovens e número de filhos/microárea

Área/ Filhos	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Possuem	17	16	36	31
Não possuem	91	84	79	69
Total	108	100%	115	100%

Dos jovens que têm filhos, nas duas microáreas, a maioria é do sexo feminino. (Tabela 11) No 7 de Setembro, dos 17 jovens que possuem filhos, apenas 5 são do sexo masculino, e no Pinheirinho, dos 36 jovens, somente 7 são do sexo masculino. Das 55 moças da amostra total do 7 de Setembro (Tabela 1), 12 delas (22%) têm filhos. Já no Pinheirinho, de uma amostra de 74 moças, 29 delas (39%) são mães.

Tabela 11 – Jovens com filhos/sexo/ 7 de Setembro e Pinheirinho

Sexo	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Sexo Feminino	12	71	29	81
Sexo masculino	05	29	07	19
Total	17	100%	36	100%

Com relação ao número de filhos, também notamos uma diferença significativa entre as duas microáreas. Jovens que possuem apenas um filho são a maioria nos dois locais, porém a ocorrência de jovens com 3 filhos ou mais só aparece no Pinheirinho. (Tabela 12)

Tabela 12 - Número de filhos dos jovens/ 7 de Setembro e Pinheirinho

Área/ nº filhos	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
1 filho	10	59	24	67
2 filhos	07	41	07	19
3 filhos	0	0	02	6
Acima de 3 filhos	0	0	03	8
Total	17	100%	36	100%

3.2 Os jovens e a religião

Outro dado coletado pelo questionário diz respeito à religião¹¹⁹ dos jovens e à prática da mesma. Percebemos que os jovens das duas microáreas, em sua maioria,

¹¹⁹ A pesquisa não investigou “fé ou crença”. Perguntamos ao jovem somente se ele possuía uma religião e se a praticava. Nas entrevistas, pudemos observar que alguns jovens disseram não ter religião, mas acreditam em “Deus”.

professam e praticam uma religião. (Tabela 13). Os jovens que disseram ter religião se dividiram, principalmente, entre católicos e evangélicos, nos dois locais. No 7 de Setembro, a incidência de jovens católicos e evangélicos foi a mesma, 49.5% . No Pinheirinho, 44% dos jovens se disseram católicos e 51%, evangélicos.

Tabela 13 -Religiosidade / 7 de Setembro e Pinheirinho

Área/ religião	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Possuem e praticam	58	54	61	53
Possuem e não praticam	27	25	25	22
Não possuem ¹²⁰	23	21	29	25
Total	108	100%	115	100%

Dos 16 jovens entrevistados no 7 de Setembro, apenas 4 não possuem religião. Dos 16 do Pinheirinho, apenas 2 jovens disseram não possuir nenhuma religião. O número de moças praticantes (5), no 7 de Setembro, é quase igual ao número de rapazes (3) que praticam uma religião. Já no Pinheirinho, vemos uma diferença significativa, do ponto de vista do gênero: as moças (4) praticam mais uma religião do que os rapazes (apenas 1). Entre os não praticantes, nas duas microáreas, todos são da religião católica. Entre os praticantes eventuais, os rapazes são maioria nos dois locais: 2 no 7 de Setembro e 3 no Pinheirinho.

¹²⁰ Como dito, o fato dos jovens não possuírem religião não significa necessariamente que não acreditam em “Deus” ou que não tenham uma crença, como nos mostraram as entrevistas.

Quadro 03 – Religião dos jovens, sexo e a prática religiosa / microárea

Prática/sexo	7 de Setembro	Pinheirinho
Praticantes/ sexo masculino	Heitor (evangélico) Valdir (evangélico) Kadu (evangélico)	Marcelo (evangélico)
Praticantes /sexo feminino	Denise (evangélica/não se converteu) Gorete (católica) Roberta (católica) Sílvia (católica) Cristiana (Adventista do 7º dia)	Aline (evangélica) Bel (evangélica/não se converteu) Gisele (evangélica) Glória (católica)
Não praticantes/ sexo masculino	Toni (católico)	Franco (católico)
Não praticantes/sexo feminino	_____	Valéria (católica)
Praticantes eventuais / sexo masculino	Fernando (evangélico) Joilton (Igreja Maranata)	Marcos (evangélico) Junior (católico) Luiz (evangélico)
Praticantes eventuais / Sexo feminino	Miriam (evangélica)	Clara (evangélica) Priscila (evangélica) Rogéria (católica)
Sem religião / sexo masculino	Denis Washington	Lúcio
Sem religião/ sexo feminino	Cassandra Pâmela	Gilda

Percebemos, no entanto, que, de modo geral, a religião tem uma presença na vida desses jovens, já que o número de praticantes ou praticantes eventuais é bem maior que o número de jovens que disseram não ter religião (apenas 6, nos dois locais). Nas entrevistas, os jovens *praticantes eventuais* ou os *sem religião* fizeram uma diferenciação entre religião e religiosidade. Eles (Joilton, Fernando, Miriam, Toni e Denis, do 7 de Setembro; Luiz, Rogéria, Franco, Clara, Valéria e Marcos, do Pinheirinho) salientaram que para “acreditar em Deus” não é necessário ter uma religião e nem praticá-la com frequência. Para eles, parece não existir o peso da instituição “Igreja” e o mais importante é ter religiosidade:

“Esse trem de religião é complicado, né? Porque eu sou batizado católico, né? Só que a minha família é um pouco dividida, é metade Católica, e outra

parte é Evangélica. E eu acho assim, que toda igreja é tudo que ela prega o bem, né? E toda igreja, ela tem que ter o fundamental dela pregar o bem, né? Deus é independente de religião, e disse eu não ligo não. Eu tenho fé em Deus, mas religião eu não tenho não. Eu gosto assim, de orar em casa. E porque assim, pra mim toda igreja assim, pra mim é certa, né? Então eu não sou pregado a nenhuma religião não.” (Joilton, 7 de Setembro)

“Eu vou na igreja crente, mesmo assim de vez em quando, sabe? O meu negócio mesmo é Deus mesmo e... É, eu não sou muito de frequentar a igreja não, eu vou de vez em quando. Vou sim porque tem muitas coisas aí que é Deus... A gente olha a gente e fala: ‘É, foi Deus mesmo porque senão não adiantava não’” (Marcos, Pinheirinho)

“Ah, eu sou católica, mas só de fachada, eu não frequento não. Não pratico. Ah... Eu na minha opinião, eu não acho que é importante não. A minha mãe me passou o que ela pode, eu sou batizada, comungada, crismada. Ela sempre frequentou, mas eu não quis frequentar, entendeu? Então eu creio que não é importante. Eu acho que assim, a partir do momento que a gente tem fé, que a gente crê em Jesus, é o suficiente.” (Valéria, Pinheirinho)

Segundo Novaes (2005, p. 264), os jovens “vivem as tensões e os mistérios do emprego, da violência urbana e do avanço tecnológico. Em um contexto de intensificação da difusão de informações, a cultura midiática também oferece espiritualidades”.

Com isso, são oferecidas aos jovens várias igrejas e grupos de várias tradições religiosas. Além disso, existem possibilidades de combinar elementos de diferentes espiritualidades em uma síntese “pessoal e intransferível”. Ainda segundo Novaes (2005, p. 264), “nos dias atuais, surgem constantemente novas possibilidades sincréticas que, ao mesmo tempo, (re)produzem identidades institucionais e até novos fundamentalismos”.

Essa mobilidade e experimentação de várias igrejas/religiões também foi lembrada por alguns jovens, como Marcelo, do Pinheirinho, e Heitor, do 7 de Setembro:

“Quando eu era pequeno, eu era de uma outra igreja que era... Que o meu pai era pastor. Aí o meu pai saiu e ficou um tempo fora. Igreja? Deus é Amor. Ele saiu e ficou um tempo fora. E a minha família todinha ficou. Só que foi depois... Depois que eu tinha uns doze, treze anos, eu fui e fui numa Batista na Itaipu aqui. Eu fiquei lá um ano e meio, alguma coisa. Agora eu fui depois de um tempo, eu fui e sai também porque não tava agradando, porque era muito preso. Os cultos lá eram muito presos. Ah só... Só bater palma, o jovem não se divertia igual agora não. Era só bater palmas e sentar, ouvir, e ir embora.” (Marcelo, Pinheirinho)

“Tanto é que eu já cheguei a ir em quatro igrejas de denominação diferente num dia só. O meu pai ia, e eu não ficava nem dez minutos dentro de cada igreja não, e já saía e de uma eu ia pra outra. E eu falava: ‘E agora pai?’ E ele: ‘Ah não, vamos naquela, vamos naquela, vamos naquela’. Numa noite só, nos fomos em quatro igrejas, e eu falei com ele: ‘Ih, bateu o recorde de igreja’. No mesmo dia, numa noite só. Aí sei lá, eu acho que foi vontade

mesmo de liberdade, coisa mais, sei lá. E descobrir que Deus existe mesmo dentro da igreja evangélica.” (Heitor, 7 de Setembro)

Segundo a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, vimos que, para ter acesso à Bíblia, por exemplo, o jovem brasileiro não precisa desconsiderar a autoridade dos padres ou outros mediadores tradicionais, nem precisam a eles se submeter. Segundo Novaes,

A Bíblia pode ser comprada em qualquer esquina, seus versículos são cantados nas letras e rap e aparecem escritos em outdoors nos centros das cidades, nos muros das favelas e periferias. Eles podem assistir pela TV a programas espíritos, às invenções rituais da Igreja Universal e de outras tantas denominações evangélicas. (NOVAES, 2005, p. 265)

Nessa direção Marcelo, do Pinheirinho, afirma:

“Mas hoje em dia, todo mundo tem mais conhecimento da bíblia e que hoje eu sou de uma igreja que é feita em celas, é dividida as coisas, tipo assim, não fica só encarregada só do pastor pregar em algum lugar, e ir pra outro lugar toda hora, não é só ele o encarregado, agora é tudo dividido, tem os doze dele, que nem os de Jesus. Jesus teve os doze dele, sacou? Agora o pastor tem os doze dele pra coordenar alguma coisa, tem uma célula aqui, outra ali e cada um dá um culto na cela, né?”

Dependendo da denominação religiosa escolhida, para frequentar a Igreja alguns acreditam que não precisam mais se submeter totalmente às exigências impostas por ela ou pelos seus representantes. O jovem Marcelo, ao citar a religião, explica que vai à Igreja do jeito que se sente bem, vestindo o que lhe agrada e aponta a questão da liberdade que o jovem precisa ter para se expressar e expressar suas idéias:

“Eu sinceramente, eu não gosto muito de... Paletó e gravata, eu gosto mais de ser livre, de usar coisa mais que eu gosto. Eu não me sinto muito bem usando paletó e gravata. Então, quando eu vou pra minha igreja, eu vou com a minha bíblia, mas só que do meu jeito mesmo. Agora, os jovens agora, eles têm mais liberdade de se expressar nos cultos, fazer o que quiser. Na hora assim, que começa o culto, todo mundo apaga a luz e o pastor começa a pregar na frente e tipo... Deixa eu ver, tipo começando a orar. Eles começam a orar, e todo mundo que está atrás começa. Ai quando começa o louvor, que a banda começa a tocar, tem gente que pula, dança, porque não exige ser só de bater palma, e tal. Porque lá todo mundo é livre pra adorar o Senhor, e não tem como ficar só parado e batendo palma lá. Porque cada um está se expressando do jeito que o coração dele está pra Deus. De se expressar, de poder dançar, não ficar só assentado... Só preso batendo palma. É. Porque hoje... Hoje eu vejo muita coisa diferente na igreja de hoje Evangélica, porque antigamente as pessoas abominavam as pessoas de cabelo grande, bermuda, não podia usar nada, era tudo fechado.”

Dentre os jovens que disseram freqüentar uma igreja, foi interessante observar como eles, mesmo assim, às vezes assumem uma postura crítica com relação à religião. Fernando, um de nossos entrevistados no 7 de Setembro, evangélico, embora freqüente somente de vez em quando, faz a seguinte crítica:

“Então tipo assim, eu acho importante sim que tem que ter [uma religião], mas a gente também, a gente não pode ficar só preso na religião. Porque, tipo assim, a religião de vez em quando ela te proíbe a pessoa de... ‘Ah, não pode dançar, não pode fazer isso. Não pode fazer aquilo’. Aí eu acho isso errado também. Mas assim, em mim não muda em nada não, eu vou na igreja e acredito em Deus, mas eu faço o que eu gosto também.” (Fernando, 7 de Setembro)

É interessante observar que, para ele, seguir uma religião não pode impedi-lo de prosseguir sua trajetória pessoal, de continuar fazendo suas escolhas que dizem respeito à sua vida como um todo.

Já Toni, católico e praticante eventual, faz uma crítica da exigência de se freqüentar a igreja. A vontade pessoal, o estilo de vida e como entende sua religiosidade não ficam em segundo plano por ser católico. A religiosidade é mais importante do que a prática religiosa institucional, segundo ele:

“Eu vou na igreja no dia que eu sinto vontade de ir. Eu acho que a gente pra procurar Deus, a gente não precisa realmente só ir na igreja. Se eles falam que Deus é onipresente em todo lugar, então aonde você está, né? Eu acho que o que eu tenho bastante é fé, eu acredito bastante Nele. Então eu não vejo a necessidade de todo domingo estar na igreja rezando não. Eu rezo em casa, posso estar andando na rua e posso estar rezando. Eu acho que esse é o meu jeito.”

A religião pode trazer um modo de compreender e explicar o mundo, de construir um cotidiano de existência ou simplesmente de superar ou suportar um cotidiano. A busca da religião como solução de problemas foi lembrada por Luiz, do Pinheirinho e Roberta, do 7 de Setembro. Eles já tiveram essa experiência com eles mesmos ou testemunharam a vivência de “cura” de outras pessoas. Segundo eles, ao vivenciarem essa experiência passaram a acreditar mais em Deus e também a freqüentar uma Igreja.

“Assim, a gente teve um probleminha, assim, um problema assim, um problema de família e tudo e as coisas aconteceu, falei assim: ‘Nó, agora é só Deus mesmo!’, e realmente, pô, era só Deus mesmo, e foi só Deus que ajudou a gente, foi só Deus. E eu acabei me envolvendo muito assim, naquela hora, naquele momento, eu acabei me envolvendo muito. Tava sentindo

muitas coisas e eu acabei assim, encontrando mais consolo em Deus, então eu acabei assim, envolvendo muito, gostei, pratiquei no momento, mas depois eu desviei.” (Luiz, Pinheirinho)

“Então era aquela coisa de dia de domingo, era muita bebida... Às vezes, discussão por coisas bobas, relacionadas à bebida, que altera um pouco a pessoa. E depois que o meu pai começou a ir, eu vi uma certa mudança. Ele começou a beber mais socialmente. Então melhorou bastante assim. Eu acho que Deus na vida da gente é essencial.” (Roberta, 7 de Setembro)

Um aspecto ligado à sociabilidade foi tratado de forma distinta por dois jovens, ambos moradores do Pinheirinho. Marcelo nos conta como sua vida mudou, pois seus contatos foram ampliados, o lazer recuperado ou conquistado e o seu tempo livre ocupado, evitando assim, segundo ele, “fazer besteiras”. Já Aline nos conta uma experiência diferente. No seu caso, houve o que podemos chamar de “sociabilidade às avessas”. Ela queixou-se do preconceito sofrido exatamente por praticar uma religião, o que acaba por dificultar seu contato social:

“Ah, eu gosto porque me mudou, porque às vezes eu era muito solitário em casa, com os colegas mesmo. Ai eu fui e conheci Jesus e foi. Mudei a minha vida toda. Agora eu saio mais pra me divertir mesmo com certas pessoas, não fico à toa fazendo besteira em casa.” (Marcelo, Pinheirinho)

“Mas não é fácil também não, porque o povo eles não aceitam que você seja de uma religião, e eles de outra. Porque é diferente, entendeu? Ah porque tipo assim, quando você é de uma religião e a pessoa é de outra, não é a mesma coisa. Porque você não pode se envolver muito.... Ai eles querem: ‘Ah não, você tem que se entrosar com tudo, com tudo’, entendeu? Por isso eu acho que dificulta também de entrosar também com as pessoas por causa disso, entendeu? Porque eu chego e converso com todo mundo, mas eles querem que você bebe, que você faz aquilo outro, entendeu? Ai então eu falo: ‘Ah, eu não vou!’ Então com eles já não dá amizade, entendeu? Eles falam assim: ‘Ah, é muito brega, porque você é evangélica, você não pode fazer isso, não pode beber, você não pode dançar, você não pode fazer nada!’” (Aline, Pinheirinho)

Se por um lado a sociabilidade pode ser ampliada pela prática religiosa, do ponto de vista do trabalho algumas dificuldades às vezes são experimentadas. Cristiana nos conta como é difícil conseguir um emprego que respeite as limitações impostas pela prática de sua religião:

“É meio complicado, porque o seguinte: porque lá na minha igreja a gente tem o sétimo dia, então a gente guarda o sábado. Então assim, em partes, as coisas ficam mais difíceis pra mim pelo fato de emprego. Igual uma colega minha falou, quando a gente sai pra procurar emprego, se a gente chega lá e fala que é adventista do sétimo dia, eles pensam que a gente tem uma doença. Parece que a gente tem uma AIDS, eles nem falam mais, já dispensa a gente na hora” (Cristiana, 7 de Setembro)

Perguntamos aos jovens se ter uma religião fazia diferença em suas vidas. A grande maioria disse que sim, mas alguns ressaltaram que ter religião é algo independente da frequência a uma igreja. Foram citados como pontos positivos da religião: ajudar o jovem a ter postura, caráter, protegê-lo do mundo das drogas, compreender suas próprias atitudes, ter calma, ter energia positiva. A religião, segundo os entrevistados, pode mudar o comportamento do jovem ajudando-o a não falar palavrões, a ter deveres, interesses, não ter preguiça, crescer em conhecimento e ter a cabeça no lugar. A ocupação do tempo, seja com atividades religiosas ou com atividades de lazer, foi considerada pela maioria como ponto importante para evitar que os mesmos se interessem pelas drogas.

As igrejas Evangélica e Católica receberam críticas, desde seus princípios e dogmas até a forma da vivência religiosa - missa ou cultos. Alguns jovens criticaram na Evangélica o rigor, as privações, proibições e as pressões no tocante ao modo de vestir e estilo de vida (não beber, não dançar, etc.). Também foi criticado o fato dessa religião não permitir ao jovem conhecer o mundo “real”, especialmente no tocante à sexualidade e namoro. Mas a Igreja Católica também recebeu críticas com relação à postura exigida quanto à sexualidade dos seus fiéis. Vejamos os depoimentos de Denis, que não tem religião, e da Gorete, católica praticante, ambos do 7 de Setembro:

“Oh, eu vou ser sincero com você. Por exemplo, mulher. Que na igreja, as meninas andam tudo de roupa, bonitinha. Não é bem saia, mas tem uma postura, entendeu? E aí chama a atenção, e é bonita e tudo aquilo assim, mas... O shortinho, e tal marca, atenua. Homem que eu sou! Que eu sou de carne, entendeu? De carne e osso! E o quê que me satisfaz? Carne! Entendeu? E lá não me oferece carne. E eu quero carne, entendeu? E aí a gente sai por causa disso.” (Denis)

[sobre ter que casar virgem] “Porque eu acho isso uma palhaçada. Se a moça quer casar virgem, isso é um desejo dela, não tem ninguém no mundo que pode impedir dela casar virgem ou não. Porque isso é uma decisão da pessoa. Até hoje não tive essa experiência, de perder a virgindade, mas isso vai ser uma escolha minha e não uma vontade deles [dos pais ou da igreja]. Essa pressão que eles fazem com cima da gente, só pode casar virgem porque senão o véu cai, isso é uma pressão horrível! Isso é uma coisa que eu não desejaria para ninguém! Porque isso é uma escolha da pessoa e na hora que ela se sentir bem com o namorado dela, tem que fazer mesmo, tem que cuidar da vida dela, tem que desejar o corpo dela, tem que se sentir bem. Apesar de eu gostar muito da Igreja Católica, dos padrões, essa questão aí eu não vou bem com ela não.” (Gorete)

Outra crítica à Igreja Católica foi com relação à demora das missas e o estilo sóbrio (sem música, sem dança e a pouca ou nula possibilidade de expressão corporal

durante as missas). Além disso, foi considerada como uma instituição muito crítica, juiz severo dos comportamentos juvenis. A Igreja Católica reduziu sua influência sobre os brasileiros, uma vez que novas possibilidades religiosas, como já dissemos, estão cada vez mais sendo oferecidas.

Segundo Novaes,

[...] na televisão, nas lojas de produtos esotéricos, nas feiras, no rádio já encontram ofertas de “orientalização” das crenças ocidentais convivendo com uma difusa negação do dualismo cristão. Ou seja, se quiserem negar a existência de Deus ou mudar de religião, os jovens de hoje já encontram questionada a histórica equação “brasileiro = católico”. (NOVAES, 2005, p. 265)

Constatamos, enfim, que no que diz respeito ao campo religioso, “velhos e novos fundamentalismos passaram a conviver com a emergência de um mundo religioso plural em que cresce a presença de grupos e indivíduos cuja adesão religiosa permite rearranjos provisórios entre crenças e ritos sem fidelidades institucionais” (NOVAES, 2005, p. 289). Apesar disso, as instituições religiosas continuam a produzir espaços para os jovens, onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formação de grupos. Tudo indica que, para os jovens entrevistados, a religião faz sim diferença em suas vidas, muito embora a prática religiosa não seja exageradamente valorizada entre eles.

3.3 Os jovens e a família

Apresentamos, a seguir, um breve perfil das famílias dos jovens. O primeiro deles é com relação à composição familiar.

No 7 de Setembro, 97% dos jovens que responderam o questionário disseram ter irmãos, percentual bem próximo ao do Pinheirinho, com 98%, ou seja, **113 jovens**. Com relação ao número de irmãos, as duas áreas mostraram dados diferentes. Enquanto no 7 de Setembro temos 48% de jovens que têm 3 ou mais irmãos, no Pinheirinho este número sobe para 69%, predominam famílias numerosas e quase metade dos jovens (49%) tem **mais de 3** irmãos. (Tabela 14)

Tabela 14 - Número de irmãos/microárea

Área/ número de irmãos	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
1 irmão	19	18	17	15
2 irmãos	36	34	18	16
3 irmãos	11	10	23	20
Acima de 3 irmãos	39	38	55	49
Total	105	100%	113	100%

Do grupo dos entrevistados, no 7 de Setembro, dos 108 jovens, 15 deles têm pais falecidos ou desconhecidos. Portanto, a ocupação dos pais foi investigada junto a **93 jovens**. Já no Pinheirinho, dos 115 jovens, 25 têm pais falecidos ou desconhecidos. Nesse caso, a ocupação dos pais foi investigada junto a **90 jovens**.

Com emprego informal, tivemos 1% dos pais no 7 de Setembro e 11% no Pinheirinho. Chamou-me a atenção, no Pinheirinho, que 21% dos jovens não souberam dizer a situação de emprego do pai. No 7 de Setembro, esse índice cai para 13%. O índice de desemprego do pai também é bastante elevado e no Pinheirinho é maior que no 7 de Setembro, como mostram os dados: 11% no 7 de Setembro e, no Pinheirinho, 19%. Também chama a atenção o baixo índice de pais com carteira assinada nos dois locais (31% no 7 de Setembro e 29% no Pinheirinho). O índice de pais com empregos informais é bem maior no Pinheirinho (11%) enquanto no 7 de Setembro é de apenas 1%. No entanto, o índice de pais autônomos e de pensionistas é bem maior no 7 de Setembro: 11% e 23%, respectivamente. No Pinheirinho, temos apenas 2% de pais autônomos e 12% pensionistas. (Tabela 15)

Tabela 15 – Ocupação do pai/microárea

Área/ Ocupação do pai	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Emprego informal	01	1	10	11
Emprego com carteira	29	31	26	29
Autônomo	10	11	02	2
Desempregado	10	11	17	19
Pensionista	21	23	11	12
Outro	08	09	05	6
Não sabe/n. respondeu	14	13	19	21
Total	93	100%	90	100%

Em relação à escolaridade do pai, mais da metade, em ambas as microáreas, possui o Ensino Fundamental Incompleto. No 7 de Setembro, são 58 pais (62%) e no Pinheirinho, temos 50 pais (56%) com esse nível de escolaridade. No Pinheirinho, 28 jovens disseram não saber qual a escolaridade dos pais e, no 7 de Setembro, 12 jovens não souberam dar essa informação.

Tabela 16 - Nível de escolaridade do pai/microárea

Área/ Nível de escolaridade-pai	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Fundamental Incompleto	58	62	50	56
Fundamental Completo	07	08	02	02
Médio/Prof. Incompleto	0	0	03	03
Médio/ Prof. Completo	02	02	01	01
Outros	14	15	06	07
Não sabe	12	13	28	31
Total	93	100%	90	100%

Da amostra, no 7 de Setembro, 6 jovens não têm mãe e, no Pinheirinho, 7 jovens. Assim, a ocupação da mãe foi investigada junto a 103 jovens no 7 de Setembro e 108 jovens no Pinheirinho. Há mais jovens cujas mães trabalham com carteira assinada no Pinheirinho do que no 7 de Setembro (23% e 14% respectivamente). Também é no Pinheirinho que há mais mães desempregadas, 17%, enquanto no 7 de Setembro esse índice é de 11%.

Tabela 17 - Ocupação da mãe/microárea

Área/ Ocupação do pai	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Emprego informal	05	5	10	9
Emprego com carteira	14	14	25	23
Autônomo	5	5	03	3
Desempregado	11	11	18	17
Pensionista	11	11	16	15
Outro	56	55	34	31
Não sabe/n. respondeu	0	0	2	2
Total	102	100%	108	100%

Com relação à escolaridade, assim como no caso dos pais, a maioria das mães dos jovens de ambas as microáreas tem o Ensino Fundamental Incompleto. No 7 de Setembro, elas representam 65% e no Pinheirinho, 71%. De toda a amostra, apenas uma mãe possui curso superior incompleto, no bairro 7 de Setembro:

Tabela 18 - Escolaridade das mães/ microáreas

Área/ Nível de escolaridade- mãe	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Fundamental Incompleto	67	65	76	71
Fundamental Completo	08	08	07	6
Médio/Prof. Incompleto	02	02	0	0
Médio/ Prof. Completo	07	07	02	2
Superior Incompleto	01	01	0	0
Outros	10	10	10	9
Não sabe	07	07	13	12
Total	102	100%	108	100%

O sustento da casa foi outro item investigado. No 7 de Setembro, 31% de pais (somente o pai) dos jovens são os responsáveis pelo sustento da casa e no Pinheirinho apenas 10,43%. Pais e mães representam 10% no 7 de Setembro e 17,39% no Pinheirinho. Somente a mãe a responsável pelo sustento da casa, temos no 7 de Setembro 17% e no Pinheirinho, 19,13%. Somente o jovem que sustenta a casa, temos apenas 1 no 7 de Setembro e 3 no Pinheirinho. No Pinheirinho, 2 jovens sustentam a casa juntamente com seus pais.

Além desses citados, percebemos que, tanto no 7 de Setembro quanto no Pinheirinho, o sustento da casa é proveniente de fontes diversas, com configurações bem específicas (38% no 7 de Setembro e 41,74% no Pinheirinho) em cada uma delas. No 7 de Setembro, por exemplo, o sustento vem do padrasto e irmão; padrasto e mãe; pai e irmãos; pai e jovem; pai e Bolsa-Família; mãe e irmã; mãe e irmão; tio; sogro; marido/companheiro da jovem; etc.

Ao analisarmos as configurações do Pinheirinho, chamou a atenção o fato do jovem ter sido mais citado como um dos responsáveis pelo sustento da casa do que no 7 de Setembro. Dentre essas configurações, no Pinheirinho temos: jovem e a avó; jovem e esposa; jovem e sogra; jovem e mãe; jovem e pai; jovem, irmão e avó; jovem, mãe e Bolsa-Escola; jovem, mãe e irmão; jovem, pai e irmã; avó e tia; avó, tia e mãe; avós

aposentados; avó, mãe e irmãos; mãe e avó; companheiro da jovem; Bolsa-Família; Bolsa-Família e bolsa do jovem; etc. (Tabela 19)

Tabela 19- Sustento da casa/microárea

Área/ sustento da casa	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Só o pai	34	31.0	12	10.43
Só a mãe	18	17.0	22	19.13
Pai e Mãe	11	10.0	20	17.39
Todos que moram na casa	03	03.0	04	3.48
Somente o jovem	01	01.0	03	2.61
Fontes diversas (avós, tios, irmãos, sogro, padrasto ou outras combinações entre pais e algum membro da família)	41	38.0	48	41.74
Pais e filhos	0	0	03	2.61
Pais e o jovem	0	0	02	1.74
Não sabe/não respondeu	0	0	01	0.87
Total	108	100%	115	100%

No 7 de Setembro, 44%, e no Pinheirinho 30% dos jovens não souberem informar o rendimento familiar.¹²¹ Neste bairro, 25% das famílias possuem renda familiar até 1 salário mínimo e, no 7 de Setembro, apenas 6% têm esse rendimento. No 7 de Setembro, 30% das famílias recebem entre 1 e 2 salários mínimos, e no Pinheirinho apenas 11% apresentam esse rendimento. Quanto ao rendimento das famílias dos jovens, 44 (41%) no 7 de Setembro e 64 (55%) no Pinheirinho têm rendimento de **até 2** salários-mínimos. O índice de famílias no 7 de Setembro que possuem renda de 1 salário incompleto até 2 salários mínimo é de 41%, e no Pinheirinho, de 55%. A maioria, nas duas microáreas, encontra-se na faixa de até 2 salários mínimos. Pouquíssimas são as famílias que têm rendimentos acima de 4 salários mínimos (4 famílias no 7 de Setembro e 2 famílias no Pinheirinho). (Tabela 20)

¹²¹ O índice foi muito alto, assim como a ausência de respostas na pergunta sobre escolaridade do pai. O mesmo ocorreu nas entrevistas, sendo um elemento que não foi explorado no decorrer da pesquisa, mas, sem dúvida, é interessante e possivelmente revelador das relações entre pais e filhos.

Tabela 20 - Rendimento familiar/microárea

Área/ Rendimentos	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Até 01 salário mínimo	06	06	29	25
Entre 01 e 02 salários mínimos	38	35	35	30
Entre 02 e 04 salários mínimos	12	11	15	13
Acima de 04 salários mínimos	04	04	02	02
Não sabe/não respondeu	48	44	34	30
Total	108	100%	115	100%

Os jovens das duas microáreas moram¹²² em sua maioria com pai, mãe e irmãos, sendo que, no Pinheirinho, alguns moram com seus filhos na casa dos pais (32%). Especialmente no Pinheirinho, houve configurações variadas que incluem primos, sobrinhas, avós, tios, companheiro da mãe, namorado da irmã, etc., sendo, portanto, perceptível que a configuração vai além da família nuclear.

Tabela 21 - Com quem os jovens moram/microárea

Área/com quem mora	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Esposa/marido e filhos	08	07	11	10
Pai e mãe	02	02	0	0
Só com o pai/ou só com a mãe	04	04	01	01
Pai, mãe e irmãos	46	42	37	32
Mãe e irmãos	0	0	0	0
Pai e irmãos	19	18	22	19
Tios, avós, sogra, com outros parentes	01	1	01	01
Outras combinações	28	26	42	37
Total	108	100%	115	100%

As representações dos jovens sobre a família tendem a ser ambíguas. Desde a constatação de que é “a base de tudo” até o outro limite onde se afirma: “Família só é bom em fotografia”. No entanto, independentemente das atribuições de valor, é evidente que o modelo nuclear não é hegemônico nas camadas populares investigadas e é substituído por novas configurações. Mesmo assim, os jovens foram unânimes em

¹²² No 7 de Setembro, dos 16 entrevistados, 8 moram com pai e mãe; 2 têm pais falecidos e moram com a mãe; 1 não conheceu o pai, tem mãe mas mora com os avós; 3 têm pais e moram com a mãe e 1 tem mãe, não fala no pai mas mora com a avó. No Pinheirinho, dos 16 entrevistados, 6 moram com o pai e a mãe; 2 moram com esposa (o) e filhos; 1 mora com o esposo e os sogros; 1 não tem mãe e mora com a avó; 1 não tem pai e mora com a mãe; 4 moram com a mãe; 1 tem mãe, mas mora com a tia.

afirmar que gostam da família, seja qual for sua configuração. Cassandra, 16 anos, do 7 de Setembro, não mora com a mãe porque não gosta do padrasto. Desde pequena, mora com a avó. Ela relata que já tentou morar com a mãe, mas não deu certo. Gosta da casa da avó porque “lá não tem confusão”. Kadu, 16 anos, também do 7 de Setembro, mora com o avô, pois sua mãe engravidou e resolveu morar com o companheiro. O jovem foi convidado a ir embora com a mãe, mas quis continuar na casa do avô. Ele comenta: *“Eu gosto da minha família pra caramba, a gente se diverte, eu e meu tio brinca lá pra caramba.”* Valéria, do Pinheirinho, mora com a mãe, o padrasto, a irmã e um filho. Não nega que existam problemas, mas mesmo assim relata: *“Nós nos damos bem, e, na minha opinião, nós vivemos bem”*. Júnior, 19 anos, tem uma outra configuração familiar: mora com a tia, o esposo dela e um primo. A mãe mudou-se da microárea e o jovem permanecia um tempo com a mãe e um tempo com a tia. Assim, decidiu permanecer na casa da tia para ficar mais próximo do filho, que continua morando no local. A distância da mãe não diminui a importância da família em sua vida: *“A família é tudo pra gente, né? Eles é que educa a gente, sem família muitas pessoas vai pro outro lado por causa disso, não tem ninguém pra apoiar eles, pra conversar sobre o crime, como é que rola...”*.

A importância da família na vida do jovem é inegável, mesmo quando a mesma aparece como palco de conflitos que devem ser administrados pelos seus membros. Na família, busca-se proteção, apoio, afeto, mas ao mesmo tempo os jovens declaram que o grupo familiar também reprime, educa e impõe limites. Toni, 17 anos, do 7 de Setembro, comenta: *“A família lá é superunida, entendeu? Igual eu falo: quando a gente perdeu o nosso pai, eu acho que nós unimos mais ainda. E a minha família, como é que eu posso dizer, pra mim é tudo que eu tenho. É tudo o que eu tenho, é o que eu mais amo no mundo. É o que me ensinou basicamente noventa e nove por cento do que eu sou, eu devo a eles.”* Franco, 19 anos, morador do Pinheirinho, considera a família muito importante, mesmo quando na mesma há brigas e discussões. Ele acredita que os desentendimentos podem ser vistos como oportunidades para o crescimento de todos:

“A família é muito importante mesmo porque é lá que a gente consegue as coisas realmente... eu não gosto muito de ficar dentro de casa por algumas coisas assim, mas a família é extremamente importante, o convívio é superprodutivo, assim, dá muitas coisas boas, assim, entendeu? Como todas as famílias tem brigas, discussões e também existe, mas eu vejo que a briga não é por... Por... Por não gostar de fulano, a briga é pra tentar crescer em família mesmo, e conseguir alguma coisa futuramente...”

Luiz é filho único, tem 22 anos e mora no Pinheirinho com o pai e a mãe. Segundo ele, a união e o respeito são as marcas de sua família. Luiz considera que ela é tudo o que possui:

“Ali é cada um pra se ajudar ali, ali é eles por nós e a gente está se ajudando, porque eu já estou velho, a minha mãe não tem mais filho, e eu só tenho eles, não tenho outros pais, pôxa, não tenho mais nada! Se eu perder meu pai e minha mãe, eu só tenho tios e tias, aí não tenho irmão, eu não tenho um filho ainda, então meu pai e minha mãe pra mim é superimportante, a gente é superunido... me respeitam muito, eu respeito eles também”

Sarti (1999) chama-nos a atenção para as singularidades da família contemporânea e as dificuldades em se trabalhar com essa temática, especialmente porque é bastante difícil separar a noção de “família” da imagem da “nossa família”, pois a identificamos com o que somos. Através das gerações, criam-se e recriam-se os elementos que definem o “nós”. Sendo assim, a família, segundo ela, “é o alicerce de identidade.[...] reflete a imagem do que somos” (SARTI, 1999, p.100). Na família, aprendemos a dar sentido às nossas experiências vividas, começamos a dar significado ao mundo. Ou seja, a família tem uma função estruturante nas relações entre as pessoas e na elaboração das experiências.

Na família, vivenciamos sentimentos ambíguos, de segurança e proteção, mas também de culpa por não conseguirmos corresponder àquilo que imaginamos ser o desejo dela em relação a nós.

As vivências familiares interferem na constituição da identidade dos jovens. O que acontece em cada família tem um efeito singular na vida de seus membros, pois ela não é a mera soma dos indivíduos que a compõem. O discurso de cada um muda de acordo com a sua posição no grupo familiar. E, também, cada um de seus membros contribui para a formação da identidade dessa família: “A família, então, constitui-se dialeticamente. Ela não é apenas o 'nós' que a constitui necessariamente, mas é também o 'outro', condição da existência do 'nós'” (SARTI, 1999, p. 101). Se na família, portanto, o jovem tem elementos importantes para estruturação de sua identidade, é também através dela que ele pode tomar para si elementos para tentar ser diferente do que aprendeu. É nesse jogo do “ser igual” ou “ser diferente” que o jovem também vai se constituindo. Heitor, 19 anos, morador do 7 de Setembro, não aprovava o comportamento do pai com sua mãe, que a traía e fazia “*sacanagem com ela*”. Por isso, ele não quer se espelhar no pai, mas “*fazer tudo ao contrário*”:

“Ah, sei lá, a minha família mesmo é a minha mãe. Igual eu gosto muito da minha irmã, eu dou tudo pra minha irmã que o meu pai não me deu, pra ela eu tento fazer tudo ao contrário, sabe? Tudo... Ai o meu pai saia comigo. Mas saia de um jeito. E eu levo ela pro mesmo lugar e faço totalmente o contrário. Totalmente, do jeito que eu queria, entendeu?”

A importância da família para o jovem está exatamente na possibilidade de manter o eixo de referências estruturantes que a mesma representa, como lugar de apego, proteção, mas, ao mesmo tempo, precisa abrir espaço para o outro. Nesse movimento, o jovem continua tendo o lugar de acolhimento da família, mas abre-se para o mundo, buscando outros referenciais para a constituição de sua identidade. Alguns jovens, nas entrevistas, queixaram-se de que os pais não os deixam sair muito e assim permanecem longo tempo em casa. Os pais temem “soltar” seus filhos por medo da violência. O jovem tem, contudo, possibilidades e potencialidades de superar os conflitos vivenciados em família.

A falta dos pais (seja porque abandonaram os filhos e a família, seja porque faleceram) é uma situação que traz um sentimento acentuado de perda, especialmente nessa fase da vida. Priscila, 17 anos, moradora do Pinheirinho, não tem mãe e mora com a avó. Ela comenta que nem sempre a avó consegue dar atenção para todos os netos e lhe falta, às vezes, “*uma palavra*” e ela sente-se sozinha. O pai não lhe dá muita atenção, pois se casou de novo e, segundo ela, “*tem outra família*”, cuja esposa não tem um bom convívio com a jovem. O pai de Aline, também do Pinheirinho, abandonou a família quando a jovem tinha 5 anos de idade. Ela compreende que a falta do pai pode trazer mudanças no comportamento dos filhos:

“Ai não foi fácil também não, sabe? Porque quando você cresce sem pai, você é uma pessoa que briga muito também. Igual foi o nosso caso também, sabe? Porque um pai na casa faz falta, entendeu? Em termos assim, de amizade, porque chega uma coisa na escola, assim, dia dos pais, uma coisa assim, chegava e falava 'Você tem pai ou não tem?' E os meus amigos debochavam de mim, por que como que eu tenho pai se eles nunca me viram com o meu pai? Então eu acho que a minha vida, um pouco dessa minha vida em família foi um pouco sofrida, sabe? Mas depois eu superei também, né?”

Com relação aos conflitos familiares, Sarti (1999) diz que é freqüente, no discurso sobre jovens e família, encontrarmos imagens paradoxais. Há aqueles que a vêem positivamente como espaço favorecedor do desenvolvimento de potencialidades, constituindo uma rede de proteção (a maioria dos jovens vê a família dessa forma), e outros que constroem uma imagem negativa da família, como fonte de opressão e

violência, podendo configurar um ambiente destruidor das possibilidades individuais. No entanto, não podemos nos esquecer de que há uma ambivalência intrínseca às relações afetivas familiares. Rogéria, 18 anos, do Pinheirinho, mora com os pais e um irmão, mas não combina com o pai. Relata que ele bebe e agride a família, o que a jovem não aceita. Ela comenta que precisa respeitar o pai, mas, para isso, ele também tem que respeitá-la. Ainda assim, a jovem valoriza a família e diz: “Ela é tudo que tenho”.

Apesar dos conflitos vivenciados por alguns jovens, seja com madrastas ou padrastos, as entrevistas apontaram que há um bom convívio deles com suas famílias, nas duas microáreas. Como já dissemos, nem todos os jovens vivem na configuração nuclear “pai-mãe-irmãos”, mas os que não têm essa vivência, moram com parentes próximos, como tios, tias e avós, e com eles a relação é considerada boa.

Também é interessante observar que, mesmo quando a família não apóia o jovem como ele gostaria, o conflito, ao invés de tomar proporções que desencadeiam violência e agressão, pode passar a ser um instrumento de que o jovem lança mão para ter uma motivação a mais. O conflito é intrínseco, mas, apesar dele, o jovem tem condições de usá-lo a seu favor. Miriam e Fernando, do 7 de Setembro, ilustram essa trajetória.

Miriam - o sonho de ser dançarina

Miriam mora com a mãe, o pai e os irmãos. Seu sonho é trabalhar com dança. Atualmente, por meio do trabalho, consegue pagar um curso que acontece aos sábados. A jovem não recebe o apoio familiar para realizar seu sonho. Explica que consideram seu projeto como algo “que não dá futuro”. A família a incentiva a “correr atrás de outras coisas”. Ressente-se pelo fato de que o pai e mãe sequer demonstrarem um desejo conhecer o que ela faz, ou seja, a dança. O que ela mais ouve dos pais é: “Você não vai conseguir”. A jovem não recebe da família o apoio que gostaria e, mesmo não sendo incentivada, não desiste. Ela explica:

“Oh, o que me dá força é o que eles falam pra mim: 'Você não vai conseguir, você...' Ai é que eu falo mesmo: 'Eu vou conseguir, eu vou tentar e vou fazer'. É, isso é um desafio, né? Que eles dão pra gente. E isso aí é bom pra gente, por motivar a gente a correr mais atrás do que a gente deseja.”

Fernando - enfrentando preconceitos por amor ao circo

Fernando mora com os pais e o irmão e não considera seu relacionamento familiar “legal”. O jovem explica que gosta de cultura e sempre “corre atrás” disto sozinho, não contando com o apoio familiar. Fernando desconfia de que o fato dos pais terem “virado crente” os tornou mais preconceituosos com relação ao que deseja ser e em que deseja trabalhar: no circo. Queixa-se dos pais não saberem o que ele faz e gosta e de mandá-lo trabalhar para ajudar em casa. Fernando diz: “*Ai eu não falo nada, eu só fico pensando: 'Ah, eu estou fazendo o melhor pra mim e nem que seja que algum dia eu tenha que sumir no mundo pra eu fazer o que eu gosto, mas eu vou'*”. Além do preconceito dos pais, Fernando fala sobre o preconceito dos irmãos, que o criticam dizendo que o que ele gosta (de cultura, de circo) não “*é coisa de homem fazer não*”¹²³ e que o jovem deveria procurar trabalho. A mãe endossa a fala dos irmãos e diz que ele precisa “ganhar dinheiro”. Fernando afirma que tem força de vontade para correr atrás do que quer e já faz planos para ganhar dinheiro trabalhando no que gosta de fazer. Ele pretende dar aulas de forró e, com o dinheiro, pretende investir no seu sonho. E é categórico: “*Um dia eu vou crescer na vida.*”

Em nenhum relato dos jovens foi percebida uma relação difícil a ponto de não ser possível a convivência deles com a família. Alguns relataram que, após um novo casamento da mãe ou do pai, optaram por morar com outro membro da família, mas que continuam vendo os pais. Embora as configurações familiares sejam diferentes, a vida em família foi bastante parecida nas duas microáreas, bem como os conflitos vivenciados pelos jovens.

As entrevistas dos jovens nos indicam que eles têm uma relação muito forte com suas famílias e que as mesmas são consideradas importantes para eles, mesmo quando relatam conflitos. Além disso, a família ainda representa para esses jovens um suporte importante e presente nessa passagem para a vida adulta.

¹²³Os irmãos o chamam de “boiola”, que se refere a “gay, bicha, efeminado, etc.”.

3.4 Os jovens e a escola

Apesar de serem em maior número os jovens que estudam nas duas microáreas, ainda é alto o percentual daqueles que não freqüentam a escola (Tabela 22)

Tabela 22 – Freqüência à escola/ microárea

Área/ Condição escolar	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Estudam	60	56	66	57
Não estudam	48	44	49	43
Total	108	100%	115	100%

Analisando a escolaridade e o sexo dos jovens, verificamos pela tabela 23, abaixo, que, no 7 de Setembro, dos 53 jovens do sexo masculino, 29 deles (55%) estudam e 24 (45%) não estudam. Entre os 55 jovens do sexo feminino, 31 (56%) estudam e 24 (44%) não estudam. Já no Pinheirinho (Tabela 24), dos 41 jovens do sexo masculino, 24 deles (59%) estudam e 17 (41%) não estudam. Entre os 74 jovens do sexo feminino, 42 deles (57%) estudam e 32 (43%) não estudam. Nas duas microáreas, o índice de jovens que estudam é sempre maior, independentemente do sexo.

Quando verificamos o número de jovens que estudam, independentemente do intervalo de idade, constatamos que no 7 de Setembro temos quase o mesmo número de jovens de ambos os sexos (29 do sexo masculino e 31 do sexo feminino). Isto significa que em torno de 54% dos homens estudam e as mulheres apresentam índices ligeiramente superiores, de mais ou menos 55%. Já no Pinheirinho, há uma ligeira inversão, pois o total de homens estudando (41) corresponde a 41%, ao passo que as jovens estudantes (42) perfazem 56% do total de mulheres. (Tabelas 22 e 23)

Tanto no 7 de Setembro quanto no Pinheirinho, dos jovens que estudam, a maioria (45 jovens no 7 de Setembro e 54 no Pinheirinho) se encontra no intervalo de 15 a 17 anos. Dos 48 jovens que não estudam, no 7 de Setembro, apenas 4 estão na faixa etária da adolescência. No bairro do Pinheirinho, dos 49 que estão fora da escola, 43 são jovens maiores de 18 anos. Para a maioria destes, os 18 anos parecem ser a idade

da conclusão da escolaridade. Nesse momento do ciclo de vida, como vimos, as uniões e os filhos começam a se tornar mais frequentes¹²⁴.

Tabela 23 - Frequência à escola/faixa etária/sexo/ 7 de Setembro

Faixa etária	Sexo	Estudam	(%)	Não estudam	(%)
15 - 17	Masculino	21	35	01	02
	Feminino	24	40	03	06
18 - 24	Masculino	08	13	23	48
	Feminino	07	12	21	44
Total		60		48	

Tabela 24 – Frequência à escola por faixa etária/sexo/ Pinheirinho

Faixa etária	Sexo	Estudam	(%)	Não estudam	(%)
15 - 17	Masculino	20	30	04	08
	Feminino	34	52	02	04
18 - 24	Masculino	04	06	13	27
	Feminino	08	12	30	61
Total		66	100	49	100

Com relação ao nível de escolaridade dos jovens que estudam, fica evidente que a maioria daqueles na faixa etária de 15 a 17 anos cursa o Ensino Médio, nas duas microáreas. (Tabela 25) Dos jovens de 18 a 24 anos que estudam, a maioria cursa o Ensino Médio, nos dois locais, e poucos dão continuidade aos estudos (cursinho e Ensino Superior). No 7 de Setembro, de 15 jovens de 18 a 24 anos que estudam, somente 2 jovens cursam o nível superior. No Pinheirinho, dos 12 jovens que estudam, nesse intervalo de idade, apenas 1 jovem aparece como dando continuidade (cursinho).

¹²⁴Não foi objeto de indagação na pesquisa, embora o tema seja relevante, investigar os jovens e as jovens com mais de 18 anos que têm filhos e mantêm uniões estáveis com parceiros. Seria adequado, segundo sua experiência, considerá-los jovens?

Tabela 25- Grau de escolaridade dos estudantes etária/ microárea

Escolaridade/faixa etária	7 de Setembro				Pinheirinho			
	15 a 17 anos		18 a 24 anos		15 a 17 anos		18 a 24 anos	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Fundamental	10	22	1	7.0	9	17.0	1	8.3
Suplência/EJA	0	0.0	1	7.0	0	0.0	1	8.3
Médio/Profissionalizante	35	78	11	73.0	45	83.0	9	75.0
Cursinho	0	0.0	0	0.0	0	0.0	1	8.3
Superior	0	0.0	2	13.0	0	0.0	0	0.0
Total	45	100%	15	100%	54	100%	12	100%

Avaliando o nível de escolaridade dos jovens que não estudam, nas duas microáreas, constatamos que, no 7 de Setembro, de 48 jovens, 34 deles (71%) atingiram o Ensino Médio e 14 jovens (29%) limitaram-se ao Ensino Fundamental. Dentre os 49 jovens do Pinheirinho que não estudam, 27 deles (55%) atingiram o Ensino Médio e 22 jovens (45%) pararam no Ensino Fundamental. Embora a maioria dos jovens tenha atingido o Ensino Médio nas duas microáreas, verificamos que os do 7 de Setembro têm maior escolaridade. (Tabela 18)

Tabela 26 - Grau de escolaridade dos não estudantes/ microárea

Escolaridade/faixa etária	7 de Setembro		Pinheirinho	
	n	(%)	n	(%)
Fundamental	14	29	22	45
Médio/Profissionalizante	34	71	27	55
Total	48	100%	49	100%

Conforme nos mostram os quadros 04 e 05, verificamos uma diferença na escolaridade dos jovens entrevistados do 7 de Setembro e do Pinheirinho. No 7 de Setembro, nenhum dos jovens está cursando o Ensino Fundamental, diferentemente do Pinheirinho, onde um jovem ainda está nesse nível de escolaridade.

No 7 de Setembro, há mais jovens cursando o Ensino Médio do que no Pinheirinho e os que concluíram o Ensino Médio são em maior número do que no

Pinheirinho (Tabela 25). No primeiro, nenhum dos jovens entrevistados deixou de concluir o Ensino Médio, enquanto no Pinheirinho 3 jovens pararam de estudar sem completar esse nível de escolaridade. Quanto aos jovens que pararam de estudar no Ensino Fundamental, há dois em cada microárea.

Quadro 04 - Jovens e escolaridade/ microárea

Escolaridade/Microárea	7 de Setembro	Pinheirinho
Ensino Fundamental em curso	_____	Lúcio (7ª série)
Ensino Médio em curso	Denise (2º ano) Joflton (1º ano) Kadu (1º ano) Miriam (3º ano) Pâmela (1º ano) Roberta (2º ano) Sílvia (1º ano) Toni (3º ano) Valdir (3º ano)	Aline (2º ano) Bel (2º ano) Glória (2º ano) Marcelo (2º ano) Priscila (2º ano) Rogéria (2º ano) Valéria (3º ano)
Pararam de estudar Ensino Médio Concluído	Cristiana Denis Fernando Gorete Heitor	Carlos Franco Luiz
Pararam de Estudar Ensino Médio incompleto	_____	Clara (2º ano) Gilda (3º ano) Junior (1º ano)
Pararam de estudar Ensino Fundamental	Cassandra (7ª série) Washington (8ª série)	Gisele (7ª série) Marcos (8ª série)

Quadro 05 – Escolaridade, sexo, microárea

7 de Setembro				
Pinheirinho				
Sexo	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Sexo masculino	Washington (parou na 7ª)	Valdir (3º ano em curso) Denis (concluído) Fernando (concluído) Heitor (concluído) Joílton (1º ano em curso) Kadu (1º ano em curso) Toni (3º ano em curso)	Lúcio (7ª série – em curso) Marcos (parou na 8ª)	Carlos (concluído) Franco (concluído) Luiz (concluído) Junior (parou no 1ºano) Marcelo (2º ano em curso)
Sexo feminino	Cassandra (parou na 7ª)	Silvia (1º ano em curso) Cristiana (concluído) Denise (2º ano em curso) Gorete (concluído) Miriam (3º ano em curso) Pâmela (1º ano em curso) Roberta (2º ano em curso)	Gisele (parou na 7ªsérie)	Aline (2º ano em curso) Bel (2º ano em curso) Clara (parou no 2º ano) Gilda (parou no 3º ano) Glória (2º ano em curso) Priscila (2º ano em curso) Rogéria (2º ano em curso) Valéria (3º ano em curso)

Com relação ao sexo, duas jovens (Cristina e Gorete) do 7 de Setembro já concluíram o Ensino Médio, enquanto no Pinheirinho nenhuma jovem concluiu esse nível de ensino. De modo geral, os entrevistados continuavam estudando ou já haviam concluído o ensino médio.

Há várias discussões sobre a importância atual das agências socializadoras - família e escola - na formação dos jovens. Tudo parece indicar que tanto a família quanto a escola perderam o grande monopólio que tinham, sobretudo quando constatamos que há vários processos socializadores na experiência juvenil, além das duas agências já citadas. Os estudos mostram que a escola não é mais o agente privilegiado, central da transmissão cultural e que há vários agenciamentos socializadores (SPOSITO, 2005, p.95). A escola aparece nas entrevistas como local privilegiado de relações entre os jovens, constituindo um espaço de sociabilidade juvenil.

Segundo Sposito (2005, p.89) “a moderna condição juvenil na sociedade ocidental sempre foi caracterizada pela manutenção de relações importantes, embora diversas, entre duas agências primordiais da reprodução social: a família e a escola.” A instituição escola, como nos lembra Sposito, também surge como um espaço de intensificação e abertura das interações com o outro, e portanto, torna-se “caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens, que culminaria com sua inserção no mundo do trabalho” (SPOSITO, 2005, p.90). No caso de nossos jovens, a escola torna-se espaço importante de sociabilidade, uma vez que em seus locais de moradia eles enfrentam o perigo, a violência e a insegurança. Verificamos, tanto pelo questionário quanto pelas entrevistas, que muitos amigos desses jovens são da escola e, muitas vezes, são também seus vizinhos. Alguns jovens, ao falarem da escola, enfocam, principalmente, a importância das interações nesse espaço. Essas trocas possibilitavam “o gostar de estudar”, como afirma Junior:

“Costumo ir lá sempre. Às vezes faço trabalho, às vezes ou vou lá pra ver o movimento da tarde e assim, às vezes eu fico lá conversando com as cantineiras e tudo, elas são legais. Eu vou lá e converso, tem umas menininhas pequenininhas que eu conheço lá também, eu gosto” (Sílvia, 17 anos, 7 de Setembro)

“Gostava sim, porque eu via os meus amigos que eu não via de longe, assim, eu gostava de estudar” (Junior, 19 anos, Pinheirinho)

“E na hora do recreio tem música, nós pode ficar ouvindo música. É um lugar muito bom. Às vezes, eu venho aqui jogar bola com os rapazes daqui na quadra no dia de sábado. Eu não vou ser ignorante, né? Vou saber mais das coisas. Eu vou aprender, é lógico.” (Lúcio, 16 anos, Pinheirinho)

Embora frágil sob o ponto de vista de uma presença significativa da instituição na socialização dos jovens, aquilo que se aprende na escola, tanto do ponto de vista do conteúdo quanto de algumas experiências socializadoras, não foi esquecido pelos jovens. Fernando, do 7 de Setembro, nos conta que na escola se “*aprende a virar pessoa, porque gente a gente já é desde quando a gente nasceu... lá a gente vira pessoas assim, pessoas ativas*”. Glória, do Pinheirinho, lembra que a escola é muito importante, pois, além de dar conhecimento, “*ensina a você ter uma vida melhor*”.

Mesmo a escola sendo considerada muito importante pelos jovens, eles conseguem ver o que acontece e o que não lhes agrada. Tecem críticas sobre a escola, incluindo o espaço físico, as atividades, os professores e diretores.

Dentre os fatores positivos, marcaram a importância do professor conhecer a realidade do aluno e a boa educação dos docentes no trato com os mesmos. Dentre os fatores negativos, os jovens lembraram desde os desentendimentos entre os alunos até os episódios de bombas. A violência apontada pelos jovens parece ser aquela que se relaciona com o ambiente “escola”, ou seja, a violência escolar. Nesse caso, como nos lembra Sposito (1998, p.71), a violência escolar é aquela que acontece no interior da escola e nos aponta uma possível reação dos alunos contra a “instituição escola”. Exemplos disto são os atos de vandalismos e bombas. Interessante observar que uma das explicações dadas pelos jovens para a bagunça, também entendida por eles como “violência”, diz respeito à presença de jovens do sexo masculino envolvidos em tais episódios

Além da violência, atos de indisciplina e de desrespeito também foram lembrados pelos jovens. As brigas por motivos variados, desde ligados à droga até desencadeados por motivos afetivos (namoradas), geralmente terminam em desentendimentos graves entre os alunos. Chamou-me muito a atenção o relato da jovem Aline, de 22 anos, moradora do Pinheirinho:

“Eu gosto do colégio, eu gosto do ensino, só que tem muita periferia dentro do colégio, muito envolvimento com droga. O povo, a maioria não respeita ninguém. Dá pra pegar o básico, mas também não dá pra pegar tudo porque tanto barulho, tanta falta de respeito, que acaba te atrapalhando. Dentro da sala de aula.” (Aline, 22 anos, Pinheirinho)

Pelo relato acima, podemos perceber uma certa introjeção do estigma de “periferia” pela jovem. Aline parece se colocar em um lugar “diferenciado” de seus colegas, aqueles que pertencem a uma “periferia”. Segundo seu entendimento, a existência de uma “periferia” dentro do colégio é a responsável pelos atos de desrespeito. Estaria Aline nos dizendo que há uma “periferia” dentro da periferia, na qual ela também se encontra? E mais, qual seria a origem desse discurso discriminatório introjetado por ela? Dos próprios professores? Da escola? Mesmo não sendo possível atribuir a uma única instância a construção de um discurso discriminatório, não é possível desconsiderar as marcas que são construídas no interior da própria escola.

Para Kadu, 16 anos, morador do 7 de Setembro, ao comparar a escola que estudava no Ensino Fundamental e a atual, do Ensino Médio, ocorre uma “bandidagem maior” nessa última:

“Ah, lá tem briga quase todo dia. Carro de polícia todo dia dá geral na gente. À toa, a gente conversando lá e fica dando geral na gente. Tipo assim, quando rola um boato de briga, aí pode saber que a polícia tá lá fora. Que muita gente leva arma, esses negócios. Muitas vezes é moleque malandro, né? Que briga.”

Não importa se os atos são indisciplinares ou de violência, pois os jovens, de modo geral, sentem que, na escola, vivem um ambiente “desregulado”. Rita, 18 anos, moradora do Pinheirinho, nos traz uma queixa com relação ao pouco tempo do recreio, que dificulta lanchar, ir ao banheiro e também “curtir” esse momento de recreação. Ainda com relação ao ambiente “desregulado”, Rogéria (do Pinheirinho) lembra que o espaço físico de sua escola (dois andares) dificulta o entrosamento dos alunos e gera muita bagunça. Os jovens do 7 de Setembro também percebem a escola do mesmo modo. Silvia, 17 anos, queixa-se de que na sua escola não existe *“uma área assim pros jovens... lá é muito bagunçado, eles não dividem tudo lá, dá a maior confusão...”*. Ela diz que lá *“o povo briga por qualquer coisa....”* e explica: *“Isso eu acho que é falta de visão, de ordenar as coisas”*.

Uma crítica importante feita pelos jovens do Pinheirinho diz respeito ao medo que os professores sentem dos alunos e sua dificuldade em ter “domínio” sobre os mesmos. Tudo indica que os jovens já reconhecem, nesse comportamento dos professores, a presença de um modo de ser que leva ao estigma. Aline, 22 anos, explica que os professores não falam nada porque ficam com medo. Ela salienta que há professores que são *“quase”* da idade deles e que *“a maioria que estuda lá é mais traficante do bairro mesmo e então eles ficam com medo”*. Em virtude desse sentimento, segundo ela, *“ninguém toma a rédea das coisas”*, e professores e alunos acabam reféns daqueles alunos (os traficantes), pois *“não pode mandar embora porque é regra do governo”*. Valéria, 23 anos, explica que esse medo dos professores pode ser proveniente do fato de sua escola ser *“uma escola de periferia”*. Percebe-se que os próprios jovens apresentam um discurso segundo o qual o habitar na “periferia” desencadeia, ou mesmo fortalece, um conjunto de estereótipos, sofrido por eles.

Pelas entrevistas, vimos que a maioria dos jovens, tanto no 7 de Setembro quanto no Pinheirinho, concluíram ou estavam cursando o Ensino Médio. Houve, de fato, uma abertura “recente das oportunidades de acesso ao sistema de ensino, em particular o Ensino Médio” e isso “tem criado uma nova geração de jovens que incorporam a variável escolar no seu repertório de práticas e expectativas” (SPOSITO, 2005, p. 123). Para essa geração, a instituição escolar está no centro das referências

identificatórias. Segundo Sposito, os jovens assumem essas referências e, de modo geral, não contestam fortemente sua legitimidade, embora reconheçam limites no impacto que a instituição escola tem sobre suas vidas.

Ainda pelas entrevistas, vimos que alguns, especialmente os “mais jovens” e estudantes, reconheceram não os limites, mas as grandes possibilidades que a escola lhes dá para alcançar o tão sonhado emprego. Ocorre, ainda, uma forte expectativa de mobilidade social ascendente para aqueles que recentemente conseguiram atingir o ensino médio.

Vimos que, no Pinheirinho, dos jovens que não estavam estudando, 5 deles não relacionaram escola e trabalho. Justamente esses jovens que não estavam estudando e que são os “mais velhos” foram os que menos fizeram essa relação. Clara (20 anos) , Gilda (23 anos) , Gisele (23 anos), Junior (19 anos) e Marcos (21 anos) foram os que interromperam seus estudos. Dentre eles, apenas Gilda não está trabalhando. (ver quadro 02)¹²⁵

Embora Marcos faça apenas “bicos” eventuais, não relaciona a falta de emprego à sua pouca escolaridade (parou na 8ª série) e explica que só voltaria a estudar quando arrumasse um emprego fixo, cujo horário permitisse o estudo sem conturbações.

Junior comenta que parou de estudar porque não encontrou vaga e que pretende voltar. No entanto, ao falar da escola, relaciona-a com a importância da interação social, e não com a possibilidade de conseguir um emprego fixo, já que trabalha eventualmente com o tio.

Gilda, embora não esteja trabalhando, diz que gosta de estudar, mas não se mostrou disposta a voltar para a escola para concluir o 3º ano do Ensino Médio, nível em que parou.

Gisele, que trabalha sem carteira assinada, e Clara, que é vendedora ambulante de flores, foram as únicas que consideraram a escolaridade importante para se conseguir emprego. Clara desistiu da escola porque estava grávida e sua gravidez era de risco. Já Gisele parou de estudar para ajudar a mãe por ocasião do falecimento do pai. Ambas têm filhos. Clara conseguiu terminar o Ensino Fundamental, diferentemente de Gisele, que parou na 7ª série. Ambas pretendem voltar à escola e argumentam que com o estudo terão mais oportunidades de emprego.

¹²⁵ Caberia investigar, em outro momento, por quais razões esses jovens, os mais velhos e os que pararam de estudar, são exatamente aqueles que menos importância deram à escola e sua relação com a obtenção de emprego.

Interessante como os jovens mais novos, Glória (16 anos), Carlos (19 anos), Marcelo (17 anos), Lúcio (16 anos) e Priscila (17 anos), foram aqueles que associaram a necessidade e a importância da escolaridade para a obtenção de mais chances de trabalho e um “futuro melhor”. Dos estudantes “mais velhos”, Aline (22 anos), que está trabalhando sem carteira, e Valéria (23 anos), que não está trabalhando, fizeram essa associação.

No 7 de Setembro, apenas 2 jovens pararam de estudar sem concluir o Ensino Médio: Cassandra (16 anos) e Washington (18 anos). Ambos pretendem voltar à escola, mas apenas Washington diz que essa volta será importante para conseguir um emprego.

Cristiana e Denis, ambos com 20 anos, são os jovens “mais velhos” dos entrevistados no 7 de Setembro. Ambos já concluíram o Ensino Médio. Ambos querem prestar vestibular. Cristiana, após a conclusão do Ensino Médio, fez vários cursos (pintura, manicure, recepção e secretariado) no NAF visando obter um emprego. Já Denis tem se concentrado em fazer inscrições, deixar *curriculum* e preencher fichas em busca de um emprego. Nenhum dos dois associou a dificuldade de obtenção de emprego com a escolaridade. Fernando, que também concluiu o Ensino Médio, pretende fazer faculdade e trabalhar no circo e, para isso, procura cursos para viabilizar seu “sonho”. Não pretende trabalhar em outra atividade, e a escola, para ele, serviu para lhe ensinar a “ser pessoa ativa”.

No 7 de Setembro, 4 jovens enfatizam a importância da escola na obtenção do emprego: Gorete (18 anos), Heitor (19 anos), Kadu (16 anos) e Toni (17 anos). Destes, somente dois (Kadu e Toni) ainda estão estudando. Gorete e Heitor já estão trabalhando. Kadu não trabalha e Toni está em seguro desemprego. Os demais jovens do 7 de Setembro enfatizam suas vivências escolares atuais, uma vez que todos ainda estavam estudando e não fizeram a associação entre escola e emprego.

A escolarização é colocada como uma grande via para se conseguir o emprego, especialmente junto aos jovens estudantes e “mais novos” do Pinheirinho. Eles chegaram a dizer que, sem escola, não há nenhuma possibilidade. Essa situação é um pouco diferente no bairro 7 de Setembro, já que a maioria dos entrevistados ainda é estudante e nem por isso enfatizou a importância da escola como um meio de se obter emprego. A situação de empregabilidade dos jovens do Pinheirinho é mais difícil, como veremos adiante. Nesse local, há mais jovens que não trabalham e que estão à procura de emprego, se compararmos com o 7 de Setembro. (Tabelas 19 e 20)

Independentemente da relação entre emprego e escola, os jovens dessas microáreas confiam na escola e lá depositam o sonho com relação aos seus futuros. Parece não haver neles a dúvida de que talvez a escola não lhes possa oferecer tanto. Além disso, a crise da mobilidade social através da escola parece não fazer sentido para eles. O estudo não só é valorizado, mas desejado e almejado. Os jovens querem continuar estudando e querem se formar em diversas profissões, nas duas microáreas.

No 7 de Setembro, como já vimos, Cassandra e Washington, que pararam de estudar pretendem voltar. A jovem não comenta se quer fazer faculdade e Washington pretende terminar o Ensino Médio. Comenta que muitos empregos exigem uma alta escolaridade, *“muitas vezes acima do ensino médio, né? Ter faculdade, e tal. E é uma coisa rara aqui, né, pros jovens dessa região ter faculdade”*. Segundo ele, a consequência de não poder fazer uma faculdade é não ter possibilidade de se obter um bom emprego. Sente que sua condição não é de privilegiado e que as profissões disponíveis são aquelas de pouco *status* social, como balconista e garçom. Ele acrescenta: *“Não tem um emprego tipo médico, essas coisas assim.”*

Cristiana, Denis, Fernando, Gorete e Heitor já terminaram o Ensino Médio. Todos eles pretendem fazer faculdade. Cristiana terminou o Ensino Médio há 3 anos, mas ainda não sabe qual faculdade quer fazer, bem como Denis. Hugo deseja fazer um curso técnico de Enfermagem e faculdade de Psicologia. Já Gorete tem como projeto fazer faculdade de Assistência Social. Tanto ela quanto Heitor manifestaram vontade de trabalhar como educadores do Agente Jovem por gostarem de estar em contato com os jovens. Segundo eles, o Programa foi muito importante para seu crescimento e gostariam de ajudar outros jovens. Heitor trabalha como balconista e entende que em sua função já desempenha um pouco a tarefa que lhe agrada, a saber, o contato com as pessoas. Fernando pretende fazer Educação Física, e não desiste do sonho de trabalhar no circo.

Valdir, no 3º ano do Ensino Médio, quer fazer faculdade de Engenharia Mecânica, mas sabe que seu pai não tem condições de pagar. Ele tem uma visão bastante crítica sobre a situação dos jovens que moram na periferia e suas poucas possibilidades de acesso às faculdades. A Universidade pública é desejada, mas o acesso a ela é reconhecidamente complicado. A desigualdade de acesso do curso superior é assim explicada: *“Como é que passa em uma faculdade? Federal, os alunos... Só... Só tem filhinhos de papai. Paga curso, estuda o dia inteiro, não trabalha. Não tem como você competir com um cara assim, entendeu?”*

Valdir queixa-se de que no bairro não há um curso de pré-vestibular com preços acessíveis e critica a postura do Estado em não viabilizá-los para os jovens:

“Igual uma coisa que poderia ter no bairro, é um curso pré-vestibular, o governo poderia montar, entendeu? Tem muita gente aqui que tem capacidade pra isso. Mas não tem chance de ir lá e pagar cento e cacetada num cursinho, duzentos reais...”

Segundo ele, os jovens do bairro têm vontade de dar continuidade aos estudos, mas o local não oferece essa oportunidade. Há dificuldade de deslocamento para o centro da cidade para fazerem o cursinho, além, é claro, da dificuldade financeira em pagá-lo. A escola de Valdir tomou a iniciativa de montar um cursinho, mas ele infelizmente não podia frequentar porque trabalhava inclusive aos sábados, e o horário era incompatível.

Toni, outro jovem no Ensino Médio, quer fazer Engenharia Civil e conta com o apoio de familiares que trabalham na área para se encaixar no mercado de trabalho.

Já Kadu assume que não gosta de estudar e, por isso, teme por seu futuro. Ele lamenta: *“Que eu não gosto de muito de estudar, eu não sei o que vai dar da minha vida não”*. Sua saída é fazer mais cursos para não ficar dependendo dos outros, da família. Sílvia, assim como Fernando, pretende fazer Faculdade de Educação Física para arrumar um bom emprego e ajudar a família.

Joilton já começou a pensar em seu futuro e, da bolsa que recebe do Programa Agente Jovem, guarda parte para, quando terminar o Ensino Médio, fazer um curso técnico de Eletricista. Ele comenta: *“Tô querendo formar (no Ensino Médio) depressa para fazer um curso técnico; faculdade, essas coisas eu não quero, pretendo tentar não.”* Sua justificativa para não tentar uma faculdade foi bem diferente diante dos outros: *“Não gosto de estudar e o curso técnico é mais fácil; não tem necessidade de procurar uma faculdade, vou fazer o que eu gosto e, para isso, eu não preciso de faculdade não”*. Vemos que esse jovem não associa a continuidade dos estudos em nível superior à garantia de emprego ou mesmo a satisfação no trabalho. Além disso, ficou claro nas entrevistas que, se o jovem não gosta de estudar, ele não pode fazer faculdade. No entanto, diferentemente de Kadu, Joilton não se sente prejudicado por não gostar muito de estudar e vê outras possibilidades de crescer e conseguir emprego.

Para ele, ter uma profissão é o mais importante, e, por isso, queixa-se de que no Programa Agente Jovem eles não aprendem nada nesse sentido.

Roberta, estudante do 2º ano, pretende estudar Odontologia, mas também quer fazer um curso técnico. Segundo ela, o importante é deixar o currículo “*rico*”. Quer continuar estudando e trabalhar para conseguir pagar a faculdade, que é cara.

Miriam está cursando o 3º ano do Ensino Médio e seu sonho é trabalhar na área da cultura. Adora dança e não abre mão de lutar por seu objetivo, mesmo não tendo o apoio da família, que considera essa área “*sem futuro*”.

Pâmela e Denise dizem que ainda não pensaram no assunto e, até o momento da entrevista, pretendiam terminar o Ensino Médio.

Enfim, no 7 de Setembro, a grande maioria dos entrevistados pretende dar continuidade aos estudos e considera isto importante para seus futuros. O fato de morarem em um bairro da periferia não fez com que eles deixassem de sonhar em ter profissões reconhecidas socialmente. Mesmo sabendo das dificuldades, como nos lembrou Valdir.

No Pinheirinho, apenas Luiz, Franco e Carlos já concluíram o Ensino Médio. Luiz já trabalha, mas mesmo assim deseja dar continuidade aos estudos. Seu grande interesse está na área social, assim como para Heitor e Gorete, do 7 de Setembro. Como já fez cursos de liderança e participou como presidente na montagem de uma cooperativa no bairro, interessa-se bastante por assuntos ligados aos programas de governo para a área social. Ele explica que já pensou em fazer um cursinho para se preparar para a faculdade, mas considera isso um sonho. Financeiramente, segundo ele, é difícil, “*praticamente impossível*”, mas é nesse momento que aparece a grande “*luta*” pessoal. Com “ *muito esforço*” é possível conseguir. Quanto mais frágeis as ofertas institucionais para os caminhos escolares, maior a carga sobre o desempenho individual e as características pessoais como fatores de sucesso: força, luta, garra, entre outras expressões utilizadas para designar uma possível trajetória futura.

A rotina de Franco é procurar emprego. Na vida, quer crescer e estudar mais. Mas, diferentemente de alguns jovens, coloca o emprego como a prioridade de sua vida, exatamente para ter condições de continuar os estudos. Nesse caso, não é o estudo que vai trazer o trabalho, mas somente através desse será possível continuar estudando. Seu discurso traz uma posição interessante entre a escola privada e a pública. Para ele, o estudo gratuito não traz o reconhecimento que ele deseja e, por essa razão, quer pagar para estudar. A desvalorização sentida por aquilo que é “*dado*”, “*ofertado*”, nos coloca

para pensar na situação dos jovens que, de fato, não possuem condições de arcar com seus estudos e, ao mesmo tempo, como parece ser importante “pagar” para se ter algo de qualidade. Noções de direito, de cidadania, parecem não estar bem enraizadas, exatamente por aqueles que, de alguma forma, são os que mais precisam do apoio governamental. A necessidade de ser atuante na vida, de buscar com as próprias mãos, com o próprio esforço, aparece, bem como o seu oposto, ou seja, quando não se consegue, quem fracassou é o sujeito.

“Se eu realmente estudar, eu vou pagar, eu vou fazer alguma coisa que eu goste mesmo, na área que eu gosto pra eu crescer mesmo porque eu acho que, infelizmente, a coisa que é... não é cobrada em nada, assim, não vou dizer que é diferente, mas pode não ter um reconhecimento à altura, entendeu? Eu quero fazer alguma coisa que eu gosto, começar a trabalhar e sustentar essa vontade minha que é de exercer uma profissão que me agrada assim, entendeu?”

Carlos comenta que não gostava muito de estudar. Mas, reconhece a importância do estudo: *“É importante pra caralho, sem estudo a pessoa não é nada, né? Porque, sem estudo, a pessoa nem trabalha”*. Apesar disto, não pensa em fazer faculdade. Diz que quer trabalhar, mas também não sabe em quê. Carlos tem procurado emprego *“num bocado de coisas, até na lanchonete, essas coisas assim”*. Percebi que ele não estava muito animado com os tipos de trabalho que tem procurado e indago sobre o que ele realmente gostaria de fazer. Carlos se empolga e relata o que tem vontade de fazer como um sonho impossível: *“Não vai se realizar não”*. Quer ser jogador de futebol e acha que sua vida será conturbada porque *“eles não aceitam do cara chegar tarde na concentração”*. Ele vê nisso um problema e explica: *“Vou chegar direto... eu vou tá vindo da rua.. vai ter um problema da madrugada”*. Apesar disso, comenta que iria tentar *“conciliar as duas coisas”*. Carlos sonha em ser jogador, mas a idéia de ter que ser disciplinado aponta para ele a realidade dessa profissão. A fama, o reconhecimento e o status de um jogador de futebol parecem entusiasamá-lo, mas os percalços existentes, embora reconhecidos, já se colocam como uma dificuldade a ser enfrentada. O ideal seria ser jogador, mas sem ter que sofrer as limitações impostas por essa profissão. O estudo não é pré-requisito para esse tipo de atividade e, portanto, Carlos não pretende estudar mais.

Clara, Gilda, Gisele, Junior e Marcos pararam de estudar. Clara pensa em voltar a estudar e concluir o Ensino Médio por considerar que, sem ele, será muito difícil arrumar um bom emprego.

Gilda tem um filho de um ano e não conta com o apoio do pai da criança. Nunca trabalhou com carteira assinada, vendia balas no centro da cidade e fazia algumas faxinas eventualmente. Comenta que parou porque não deu conta de realizar tudo ao mesmo tempo: estudar, trabalhar e cuidar da casa da mãe. Quando resolveu voltar a estudar, engravidou e interrompeu os estudos. Diz que sempre gostou de estudar, mas por essas dificuldades não pôde prosseguir. Sua prioridade é trabalhar, ter sua própria casa e sair da casa da mãe. Segundo ela, sem emprego ninguém pode pensar em futuro ou planejar muita coisa. Segundo ela, sua vida é bastante difícil, e seu relato foi comovente: *“Quero viver a minha vida porque eu falo que o que eu vivo não é vida não; eu falo mesmo, o que eu vivo, não é vida não; se falta dinheiro, continua faltando porque eu não tenho como ajudar minha mãe; é difícil demais”*¹²⁶.

Gisele parou de estudar na 7ª série, pretende terminar o Ensino Médio, mas ainda tem dois filhos muito novos, o que, para ela, dificulta a volta à escola. Sabe que o estudo é importante e comenta: *“Igual aparece muitas oportunidades de emprego e eles pedem acima da oitava série, primeiro grau completo; e isso atrapalha às vezes”*.

Junior¹²⁷ parou no 1º ano do Ensino Médio e comenta que pretende voltar. Sua prioridade é trabalhar porque tem um filho *“crescendo”* e quer dar *“um futuro melhor para ele”*. Queixa-se da falta de emprego e foi bastante evasivo em suas respostas.

Marcos parou de estudar na 8ª série. Pretende voltar, mas, para isso, quer arrumar primeiro um emprego. Assim como Franco, do 7 de Setembro, Marcos acredita que o trabalho vai viabilizar sua volta aos estudos. Ele espera que o horário de trabalho seja compatível com o da escola para que não precise parar por esse motivo, como aconteceu dois anos antes. Começava a trabalhar muito cedo e terminava muito tarde, o que inviabilizou a continuidade dos estudos.

Aline, Bel, Glória, Marcelo, Priscila e Rogéria estão cursando o 2º ano do Ensino Médio. Aline quer fazer uma faculdade, mas teme não ser possível e, então, se conforma dizendo: *“Se eu não puder fazer, pelo menos um curso básico eu gostaria, de enfermagem, de radiologia; uma coisa assim que eu veja que vai me recompensar na frente”*.

¹²⁶ Na época da entrevista pretendia, voltar neste ano de 2007, mas não comentou sobre a continuidade dos estudos após a conclusão do Ensino Médio.

¹²⁷ Junior perdeu um irmão no tráfico de drogas, o que o deixou bastante inseguro. Sua entrevista precisou ser feita fora da escola, pois ele se recusou a ir até lá. Suas respostas foram bastante evasivas e a entrevista bastante difícil de ser realizada, pois o jovem falava muito pouco.

Bel conta que queria estudar até o terceiro ano, porque não sente vontade de fazer faculdade, acha muito difícil prosseguir. Concordando com Franco, do 7 de Setembro, e Marcos, também morador do Pinheirinho, ela acredita que o trabalho é que poderá viabilizar seus estudos, pois assim terá como pagá-los, uma vez que no ensino público não conseguiria entrar. Acrescenta que queria ter um “*serviço normal para crescer devagar*” e ajudar a mãe. O serviço normal seria:

“É assim, um salário mínimo, igual todo mundo trabalha. Pode ser de qualquer coisa, assim, de secretária, ou de faxineira, se tiver, assim. Eu sei que eu estou estudando não é pra isso, mas o que eu queria fazer era um curso de Enfermeira, estar trabalhando nessa área; que eu gostaria mesmo de ser enfermeira.”

Bel tem uma filha e acha que isso pode dificultar arrumar um emprego. Ela, bem como Aline, parece ter se conformado com a dificuldade e o ensino superior é colocado no plano no sonho, pois acha que não conseguirá, a menos que tenha um emprego que a possibilite pagar um curso particular.

De modo geral, após o ensino médio, para muitos ocorre aparentemente uma encruzilhada: a continuidade dos estudos ou o trabalho. No entanto, mesmo para alimentar o sonho e os projetos de continuidade, para quase todos a inserção ocupacional seria a primeira etapa.

Lúcio está cursando a 7ª série. Acha que o estudo é importante para ter “*um bom futuro*”. Pretende terminar o Ensino Médio e argumenta que “*nos serviços precisa do segundo grau completo, faculdade*”. Mas, para seu futuro, quer mesmo ter a profissão do pai, que é torneiro mecânico.

Os jovens do Pinheirinho têm menores expectativas em relação à continuidade dos estudos até o nível superior, se comparados com os jovens do 7 de Setembro. De todos, apenas 2 manifestaram vontade de fazer faculdade sem comentar as dificuldades para isto (Glória e Priscila). Luiz também deseja fazer faculdade, mas acha que é um sonho. Três jovens (Franco, Marcos e Bel) acreditam que é o trabalho que viabilizará a possibilidade de dar continuidade aos estudos. Rogéria e Aline querem fazer faculdade, mas acham que será muito difícil conseguirem. Enfim, dos jovens que já concluíram o Ensino Médio (Luiz, Franco e Carlos), dois deles pretendem continuar a estudar, apesar de reconhecerem a dificuldade. Já dos jovens que haviam parado de estudar, nenhum deles chega a cogitar a faculdade em suas vidas: Clara e Gilda pretendem terminar o Ensino Médio, Gisele sequer fala no assunto, Junior quer mesmo trabalhar e Marcos

acredita que somente tendo um trabalho será possível pensar em retornar e terminar o Ensino Fundamental, que ainda está inconcluso. Lúcio é taxativo em dizer que quer mesmo seguir a profissão do pai, o que o dispensa de fazer faculdade.

3.5 O jovem e o mundo do trabalho

Os dados relativos ao trabalho mostraram que a maioria dos jovens das duas microáreas não trabalha (Tabela 19). No 7 de Setembro, 50 jovens (46%) disseram que já trabalharam e na Pinheirinho, 47 jovens (41%).

Tabela 27 - Condição de emprego dos jovens/microárea

Área/ Condição de emprego	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Trabalham	27	25	21	18
Não trabalham	81	75	94	82
Total	108	100%	115	100%

Dos 81 jovens do 7 de Setembro que não trabalham, 51 (63%) estão procurando emprego. Já no Pinheirinho, da amostra de 94 jovens que não trabalham, 65 (69%) estão à procura de emprego. (Tabela 28). Há, desse modo, uma intensa circulação dos jovens na esfera do mundo do trabalho, seja trabalhando ou procurando emprego. No 7 de Setembro, dos 108 jovens, 78 deles encontram-se nessa situação (27 trabalham e 51 estão procurando emprego). No Pinheirinho, o quadro é similar: dos 115 jovens, 86 apresentam essa mesma condição (21 trabalham e 65 estão procurando emprego) (Tabelas 27 e 28)

Tabela 28 - Total de jovens que não trabalham e estão à procura de emprego/microárea

Área/ Procura de emprego	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Estão procurando	51	63	65	69
Não estão procurando	30	37	29	31
Total	81	100%	94	100%

No 7 de Setembro, dos jovens que trabalham, a maioria é do sexo masculino e se situa na faixa de 24 anos. O índice de emprego das mulheres, nas duas microáreas, é menor (Tabelas 29 e 30)

Tabela 29 – Trabalho/sexo/microárea

Sexo	7 de Setembro	%	Pinheirinho	%
Masculino	15	56	13	62
Feminino	12	44	08	38
Total	27	100%	21	100%

Tabela 30 – Trabalho/faixa etária/microárea

Sexo	7 de Setembro	%	Pinheirinho	%
15 a 17 anos	08	30	06	29
18 a 24 anos	19	70	15	71
Total	27	100%	21	100%

No 7 de Setembro, dos 27 jovens que trabalham, 16 deles (59%) possuem carteira assinada, exercendo atividades variadas: vendedor, motoqueiro, copeiro, operador de caixa, operador de telemarketing, auxiliar de produção, porteiro, auxiliar em eletrônica, estoquista, balconista, embaladora, ajudante de cozinha, vigilante e educador do programa Agente Jovem. No Pinheirinho, dos 21 jovens que trabalham, apenas 8 deles (38%) possuem carteira assinada: empregado de serviços gerais, ascensorista, porteiro, office-boy, balconista, frentista, garçom e funcionário de supermercado.

Quanto aos rendimentos, vemos que nas duas microáreas os jovens recebem em sua maioria entre 1 e 2 salários mínimos (no 7 de Setembro, 67%, e no Pinheirinho, 57%). O percentual de jovens que recebem até um salário mínimo também é bastante diferente nos dois locais, sendo 26% no 7 de Setembro e 38% no Pinheirinho. Analisando todo o universo investigado, percebe-se, portanto, que há em termos percentuais mais jovens menos remunerados no Pinheirinho, se compararmos com os

percentuais do 7 de Setembro (Tabela 31). Além de uma escolaridade mais precária, os jovens do Pinheirinho apresentam maiores dificuldades no mundo do trabalho do que aqueles que residem no 7 de Setembro.

Tabela 31- Rendimentos/microárea

Área/ Rendimentos	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Até 01 salário mínimo	07	26	08	38
Entre 01 e 02 salários mínimos	18	67	12	57
Entre 02 e 04 salários mínimos	02	7	01	5
Total	27	100%	21	100%

O destino desses rendimentos também foi investigado, como o fizemos com relação aos rendimentos oriundos das bolsas recebidas pelos jovens. No 7 de Setembro, dos 27 jovens que trabalham, 14 (52%) dividem seus rendimentos com a família e 13 (48%) ficam com todo o salário para si próprio. No Pinheirinho, dos 21 jovens que trabalham, 13 deles (62%) dizem dividir seus rendimentos com a família e 8 (38%) gastam o dinheiro todo consigo mesmo. Nenhum jovem declara que gasta todo o seu rendimento com a família, exceto os jovens que já se “casaram / moram juntos”.

Tabela 32 - Destino do rendimento /microárea

Área/ Destino dos rendimentos	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Todo com o jovem	13	48	08	3
Parte com o jovem e parte com a família	14	52	13	62
Total	27	100%	21	100%

Quando analisamos a amostra de jovens que não estudam percebemos que a maioria também não trabalha. Dos jovens que trabalham, dos 15 a 17 anos, a maioria estuda (12%). Já no intervalo de 18 a 24 anos, a maioria que trabalha não estuda (27%). (Tabela 33)

Chama a atenção o conjunto de jovens que não estudam e nem trabalham. No 7 de Setembro, atingem 29% das mulheres e 26% dos homens. Já no Pinheirinho, 36% das mulheres e 20% dos homens. Esse contingente está concentrado na faixa etária

daqueles que são maiores de dezoito anos. Mesmo tendo os melhores índices de escolaridade, os jovens do 7 de Setembro sem inserção ocupacional e sem frequência à escola estão em maior número do que no Pinheirinho. Como hipótese, pode-se admitir que a conclusão do ensino médio significa para muitos uma etapa final da trajetória escolar sem a conseqüente inserção no mundo do trabalho. A escolaridade mais baixa dos jovens do Pinheirinho não significou aspecto determinante para o exercício de atividades ocupacionais, talvez porque estejam inseridos nas atividades mais precárias. No entanto, como o universo feminino é majoritário, é preciso considerar, também, que os modelos femininos, para muitas jovens, estão centrados no casamento e nos filhos como atividades que se iniciam exatamente na faixa etária dos dezoito anos.

Tabela 33 – Faixa etária/trabalho e estudo/ 7 de Setembro

Estudo e Trabalho/Sexo e Faixa Etária	Feminino		Masculino		15 a 17 anos		18 a 24 anos	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Estudam e trabalham	4	7.0	5	9,5	6	12.0	3	5.0
Estudam e não trabalham	27	49.0	24	45.0	39	80.0	12	20.0
Não estudam e não trabalham	16	29.0	14	26.5	2	4.0	28	48.0
Não estudam e trabalham	8	15.0	10	19.0	2	4.0	16	27.0
Total	55	100%	53	100%	49	100%	59	100%

Tabela 34 - Faixa etária/trabalho e estudo/ Pinheirinho

Estudo e Trabalho/Sexo e Faixa Etária	Feminino		Masculino		15 a 17 anos		18 a 24 anos	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Estudam e trabalham	3	4.0	4	10.0	5	8.0	2	3.5
Estudam e não trabalham	39	53.0	20	49.0	49	82.0	10	18.0
Não estudam e não trabalham	27	36.0	8	20.0	5	8.0	30	54.5
Não estudam e trabalham	5	7.0	9	21.0	1	2.0	13	24.0
Total	74	100.0	41	100.0	60	100.0	55	100.0

Do grupo dos jovens entrevistados no 7 de Setembro, 3 deles nunca trabalharam. No Pinheirinho, temos mais jovens que nunca tiveram nenhuma experiência de trabalho, ou seja, 5 deles. O número de jovens que **trabalham**, no Pinheirinho (6), é maior do que no 7 de Setembro (4). Há mais jovens que já trabalharam no 7 de Setembro que no Pinheirinho, ou seja, 8 no primeiro local e 7 neste último. (Quadros 06 e 07)

Quadro 06 – Situação de trabalho dos entrevistados do 7 de Setembro

Nunca trabalharam	Trabalhando Com carteira	Em contrato de experiência	Trabalhando sem carteira	Em seguro desemprego	Já trabalharam
Fernando Cassandra Roberta	Heitor (balconista) Valdir (embalador)	Gorete (operadora de telemarketing)	Miriam (telefonista em distribuidora de bebida)	Toni (era repositor no supermercado)	Washington (ajudante de pintor) Cristiana (prof. Maternal) Denis (Office boy) Joflton (ajudava o pai na mercearia) Pamela (vendedora) Denise (ajudava o tio) Kadu (bicos) Silvia (bicos) Desses, somente o Denis possuía carteira assinada.

Quadro 07 – Situação de trabalho dos entrevistados do Pinheirinho

Nunca trabalharam	Trabalhando com carteira	Trabalhando sem carteira	Já trabalharam
Glória Carlos Priscila Marcelo Bel	Luiz (padeiro)	Gisele (doméstica) Clara (vendedora ambulante) Junior (Office boy; trabalha com o tio) Aline (bico) Marcos (bico)	Aline (recepcionista) Marcos (Office boy) Gilda (vendedora ambulante) Lúcio (bicos) Rogéria (vendedora autônoma) Franco (contrato de experiência como auxiliar de cozinha) Valéria (panfletista e balconista) Desses, somente Marcos possuía carteira assinada

Portanto, do ponto de vista do sexo dos jovens, no 7 de Setembro moças e rapazes estão praticamente na mesma situação de trabalho. A pequena diferença está nos jovens que nunca trabalharam: 1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. (Quadro 06)

Já no Pinheirinho, há uma pequena diferença na situação de trabalho entre as moças e rapazes entrevistados: há mais moças (3) no grupo que nunca trabalhou que rapazes (2). Dentre os que já trabalharam, temos também mais moças (4) no grupo do que rapazes (3). (Quadro 07)

No 7 de Setembro, temos 3 jovens trabalhando: Heitor, Gorete e Valdir. Heitor e Gorete são ex-participantes do Programa Agente Jovem. Heitor, como trabalha há um ano e oito meses, tem uma vivência com relação ao mundo do trabalho que Gorete, por estar em contrato de experiência, ainda não possui. No entanto, ambos os jovens têm importantes colocações sobre suas relações com o trabalho, que passamos a apresentar. Além destes, trazemos o relato de Toni, que está recebendo seguro-desemprego, mas nos contou fatos importantes.

Gorete e seu primeiro emprego

Gorete tem 18 anos e trabalha como atendente júnior de telemarketing. Conseguiu esse seu primeiro emprego através da indicação de uma amiga e recebe R\$ 280,00. Ela, que cumpre um contrato de experiência de 3 meses, vende planos de telefonia para a TIM.

Gorete tenta obter um emprego desde os seus 15 anos, mas, como era menor de idade, não conseguia nunca. Procurou se qualificar fazendo vários cursos e, dentre eles, o de informática e telemarketing.

A jovem é bastante crítica com relação ao trabalho, desde o *tipo de trabalho* que desempenha até sua *condição* de atendente júnior. Considera um absurdo essa condição, pois diz ter a mesma função de um operador de telemarketing, mas ganha menos. Quanto ao tipo de trabalho – vender planos por telefone –, Gorete também comenta as dificuldades que enfrenta. Muitos clientes acham complicado passar a documentação pelo telefone (*“Se eles tiverem a coragem e ousadia de passar o CPF”*) e outros acham que é um trote e já recebeu ameaças por isto. Alguns clientes desligam o telefone sem ao menos se despedir.

Há um outro procedimento da empresa que também dificulta seu trabalho: ao fazer a venda, a mesma é entregue para o setor de qualidade que confirma os dados do cliente e, se os dados estiverem corretos, repassa para o setor de entrega do aparelho. No entanto, esse setor às vezes não entrega o aparelho para o cliente ou não cumpre o horário prometido. O cliente, por sua vez, liga para reclamar, muitas vezes ofendendo o operador (no caso, a jovem), que não tem culpa por esse procedimento. Assim, um novo agendamento é necessário e, com isso, o cliente passa a ficar desconfiado da venda e até desiste dela. Considera que o setor de entrega é desqualificado: *“Eles são muito grossos.... mal educados... uma porcaria. Eu fico indignada pois a gente trabalha lá e trata o cliente com a maior educação... o cliente fica super-satisfeito. Aí o que acontece? O cliente fica confiante na gente e confia. Ai depois vai o entregador de meia-tigela... e acaba com a reputação da gente”..*

Gorete sente que não tem as mesmas chances que os outros jovens da empresa e explica que seus superiores acabam indicando os clientes em potencial para os “seus” operadores preferidos. Geralmente quando o cliente liga pedindo informações, o que de certa forma facilitaria a venda, ele é repassado para quem o chefe determina – normalmente aqueles operadores que “babam ovo” (adulam) para o chefe, de acordo com ela. Com isto, é difícil atingir a meta da empresa. Esse procedimento, segundo ela, impede seu crescimento. Gorete se queixa: *“Então, a gente fica meio aprisionado... não tem jeito de crescer, não tem a possibilidade de a gente crescer... mas a gente não pode desistir nunca...”*

Além disso, relata que o trabalho é bastante estressante para ela. Ela explica: *“Não é só pela função, porque ficar 6 horas conversando com o cliente, estressa... tem cliente que vai contar história e você não pode ouvir, tem sua meta a cumprir, tem horário a fazer... a pressão em cima da gente é muito grande. Só vale fazer telemarketing quem realmente gosta... só tem 15 minutos pra levantar da cadeira e ir lanchar e voltar rapidinho. Bater cartão e atrasa 2 minutos, eles já descontam do salário. Tem meta a cumprir, se a gente não cumprir, eles já desconta...”*

Considera o salário também absurdo, bem como os descontos: *“O danado do contracheque é só de trezentos e cinquenta reais... todo mundo que é colocado no mercado de trabalho não tá livre do INSS, paga num sei o quê, tem um monte de desconto”*

Com o salário ajuda os pais, compra roupas para trabalhar e faz planos de colocar aparelho nos dentes ou pagar a faculdade.

O trabalho a fez se sentir mais madura e ampliou sua visão de mundo. Ela explica *“antes de trabalhar eu era muito infantil... minha visão era muito pequena com relação ao mundo de hoje. Não só como a mim mesma mas também o mundo lá fora... qualquer lugar que fala pra eu ir, eu já vou com a maior tranquilidade, eu tenho confiança em mim mesma. ...”*

Por outro lado, Gorete comenta que o trabalho a fez conhecer *“um mundo de cinismo, um mundo de muita falsidade, que a gente não deve confiar em ninguém... Aprendi a desconfiar mais um pouco porque eu era muito bobinha, eu confiava em todo mundo e os outros às vezes me passavam a perna... Aprendi que nas empresas não é moleza, que eles não dão crédito, que eles só dão crédito quando você realmente faz valer a pena o seu trabalho. E eles gostam também de ver a sua criatividade, não gostam de você ficar quietinha, você tem que mostrar pro mundo que você existe, que você tá ali... que você pode fazer valer a pena o seu trabalho, a sua vida, tudo o que você tem.... toda a experiência que você tiver na vida, você tem que mostrar. É isso que eu aprendi lá.”*

Embora tenha dificuldades no trabalho, diz que está *“amando trabalhar”*. E completa: *“É uma independência muito boa que a gente adquire na vida da gente. E também é uma renda pra gente poder tá andando com as próprias pernas.”*

Através desse depoimento podemos perceber como *“trabalhar”* é importante para a jovem. Apesar das dificuldades que ela enfrenta, seu ganho é muito maior, não somente com relação ao salário, mas, sobretudo, o acesso à sonhada independência que todo jovem almeja conseguir. Gorete tem aprendido muito no trabalho, embora esse aprendizado aponte mais para o abandono de uma posição infantil e as dificuldades daí decorrentes. Chamou-me a atenção a questão da confiança: a jovem diz que *“precisou”* aprender a desconfiar das pessoas. É lamentável que o mundo do trabalho para essa jovem tenha sinalizado a necessidade de se abandonar valores que ela considerava importantes na vida, como a confiança. Por outro lado, foi também através da experiência no mundo do trabalho que Gorete tornou-se *“mais confiante em si mesma”*. Além disso, é altamente positivo que a jovem tenha tido, através do trabalho, a oportunidade de se *“mostrar”* ao mundo e de *“aparecer”* mostrando todo seu potencial criativo.

Heitor – satisfação em atender o público é sua motivação

Heitor tem 19 anos e trabalha como balconista de supermercado e supervisor dos embaladores. Trabalha nisto há um ano e oito meses, sendo os 3 últimos meses com carteira assinada. Ele conseguiu o emprego por indicação de um amigo. Iniciou no local trabalhando nos finais de semana como embalador e, quando a empresa expandiu-se, começou a trabalhar com carteira assinada.

Heitor gosta da convivência com o público e com os colegas de trabalho, mas não gosta da “*pegação no pé*” dos patrões e reclama da “*pressão*” psicológica. É um empregado recente e, por isso, teme que a “*corda arrebente do lado mais fraco*”. Queixa-se da falsidade e da hipocrisia dos patrões. Considera o ambiente de trabalho muito rígido, mas, ao mesmo tempo, gostoso. Fala que os patrões exigem que ele trate os outros embaladores como eles, os patrões, na base na pressão, o que ele não gosta. Sua estratégia para conseguir a adesão dos embaladores é ser mais amigo, tentando ajudá-los, mais do que sendo um mero coordenador. Sente-se pressionado, pois recebe ameaças de que se um embalador não melhorar o seu trabalho, os patrões o mandarão embora, junto com o empregado.

Heitor fica na frente do caixa mexendo mais com cheques, com cadastro: “*Eu fico praticamente igual bobo, só olhando, verificando*”. Critica a postura dos patrões e argumenta que, se o trabalho é em equipe, não faz sentido os patrões não deixarem os embaladores conversarem com as caixas. Não gostam de ter muita brincadeira, de riso com o cliente. O jovem acha que esse contato entre cliente, embalador e caixa é importante, pois em sua opinião tem que cativar o cliente. Considera difícil ter que manter a postura exigida pelos patrões, mas tem que acatar.

Heitor fica com 10% do salário (ganha R\$440,00) e o restante gasta em sua casa. A mãe e o jovem querem fazer faculdade, mas o jovem acha que vai ser difícil. Comenta que se fossem apenas os dois em casa e, com o salário deles, seria possível, mas o pai não ajuda (pai e mãe são separados). Considera-se a “*pilastra, o alicerce*” da casa, embora gaste com roupas e assegure um pouco para o seu lazer.

Do trabalho, o que mais gosta é da convivência com o público. Explica: “*Cada um é diferente, né? Cada cliente que vem, que você recebe é um jeito. E cada um te trata de um modo e reage diferente. Isso eu acho interessante, é bom, é gostoso. Você tem, com cada um, um jeito de lidar diferente. Uns você ri mais, com uns é cara*

fechada, mais cara fechada. Você trata um do jeito que te trata. E isso é bom por causa disso.”

O relato de Heitor nos aponta para a satisfação com o trabalho, apesar das dificuldades que todo emprego apresenta. O jovem gosta da convivência com as pessoas e seu trabalho é diretamente ligado ao público, o que muito lhe agrada. Heitor pretende fazer faculdade de Psicologia e acredita que sua atividade no trabalho o coloca diante de comportamentos variados do público, portanto, reagir de forma diferente com pessoas diferentes é sua grande motivação. Assim como Gorete, o depoimento do jovem indica o quanto o trabalho é importante na vida do jovem, especialmente porque lhe possibilita circular, conhecer pessoas novas e ampliar sua rede de sociabilidade. Heitor tem muitos amigos na microárea, mas atualmente seus “melhores” amigos são do trabalho. Apesar de gostar do que faz, Heitor tem consciência do que não gosta e faz críticas com relação aos patrões. É interessante observar que tanto Gorete quanto Heitor, apesar de gostarem e precisarem trabalhar, não se deixam “encantar” pelo efeito positivo do trabalho, mantendo-os firmes e críticos.

Toni – reivindicando seus direitos trabalhistas

Toni tem 17 anos e havia acabado de sair do emprego na época da entrevista. Trabalhava como embalador num supermercado e foi transferido para uma filial para trabalhar como repositor. Ficou com a carteira assinada durante 3 meses, quando foi dispensado.

Toni discutiu com o patrão e foi mandado embora. Com essa atitude do patrão, Toni diz que foi “*obrigado a levar o supermercado na Justiça*” e ganhou. Quando Toni trabalhava como embalador, recebia R\$ 10,00 por dia e trabalhava de 13h30 às 21h. Ele não tinha carteira assinada e, portanto, nenhum direito trabalhista. Como já tinha experiência como embalador, foi transferido para a nova filial para supervisionar 22 jovens. Com o tempo e o bom desempenho, adquiriu a confiança do patrão e passou a desempenhar a função de repositor. Acontece que a esposa do patrão o designou para fazer um outro serviço, mas ele passou mal em virtude do cheiro dos produtos de limpeza. Quando Toni foi designado novamente para esse serviço, recusou-se a fazê-lo e explicou seus motivos. A patroa, ao invés de acatar suas justificativas, limitou-se a explicar como ele deveria fazer a limpeza de modo adequado para não se sentir mal. Mesmo assim, Toni recusou-se. Dois dias depois, foi chamado e dispensado.

Toni ficou bastante contrariado, principalmente por considerar que era um trabalhador reconhecido pelo patrão e até alvo de inveja no ambiente de trabalho, por ter esse reconhecimento e por ter um salário melhor que os outros repositores. Toni credita às “*fofocas*” desses repositores junto ao seu patrão e à sua recusa em fazer o trabalho de limpeza os motivos dessa dispensa.

Quando Toni trabalhava como embalador, recebia por dia e nunca havia pensado em “*correr atrás dos direitos que sabia que tinha*”. Ao ser dispensado, considerou que os patrões fizeram “*sacanagem*” com ele, e assim resolveu entrar na justiça para demandar os direitos do tempo em que trabalhou sem carteira (1 ano e 8 meses). Contratou um advogado e ganhou a causa na Justiça.

A atitude de Toni acabou favorecendo os outros funcionários. Ele explica que hoje em dia os embaladores possuem um contrato com o supermercado, pois os patrões ficaram com medo dos jovens entrarem na Justiça, como fez Toni.

Toni atribui sua atitude de reivindicação à educação paterna: quando seu pai ainda era vivo, o ensinou a “*correr atrás do que é certo e do que tenho direito*”. A família toda o apoiou nessa decisão. Toni explica que, no momento em que trabalhava como embalador, reivindicava ter a carteira assinada, mas sempre recebia um “*não*” e a justificativa era de que ele ainda não tinha sido liberado pelo Exército. Como nunca tinha trabalhado e ainda tinha 15 anos de idade, acabou aceitando essa condição imposta pelos patrões. Acreditava que devia ter consideração pelos patrões, por eles terem lhe dado essa primeira oportunidade de trabalho, mas essa consideração deixou de existir quando sentiu que eles fizeram “*sacanagem*” com ele.

Mesmo com essa experiência, Toni considera o trabalho muito importante e explica: “*Você aprende coisas novas, eu aprendi muita coisa, não só na minha área, na área de todos, e, ao meu ver, eu sou uma pessoa que observa bastante, eu sou fácil de aprender as coisas, tipo assim, às vezes, eu aprendo as coisas só olhando, só de olhar.*” Toni ainda completa: “*Como pessoa, eu cresci bastante. Eu aprendi a ter mais responsabilidade, eu aprendi a dar mais valor às coisas que eu ganho, que as coisas que a gente conquista, quando a gente compra com o nosso dinheiro, é uma coisa que você sabe segurar mais, dar mais valor. Quando recebe de pai e mãe, não que ocê não dê valor, mas você tem uma facilidade mais de gastar, entendeu? E aí aprendi a dar valor às coisas que eu conquistei.*”

Atualmente não está procurando emprego e pretende enfocar o estudo e prestar vestibular. Toni argumenta que, como ainda não foi dispensado do Exército, não vai

procurar emprego, pois esse fato dificulta a obtenção do mesmo. *“Eu acho que não convém muito correr ainda atrás de serviço agora”*, explica.

A atitude de Toni chama a atenção. O jovem tem noção de seus direitos trabalhistas e, mesmo tendo entrado na Justiça como uma forma de se “vingar” dos patrões, mostrou-se disposto a lutar por seus direitos, o que aprendeu em família. Sua atitude desencadeou um ganho para os embaladores do supermercado, que passaram a ter um contrato assinado.

Outro aspecto trazido por Toni diz respeito ao fato de optar por não trabalhar “ainda”. É de se imaginar que um jovem, morador de uma periferia, não possa fazer essa opção, mas Toni pode. Ele explica: *“Eu também não estou tão precisado assim. E graças a Deus que a gente não é mimado, mas o que eu preciso a minha mãe me dá, nunca me faltou nada. Eu posso dizer que eu tenho do bom e do melhor. Então não vejo necessidade de correr atrás de serviço ainda não”*. Toni nos mostrou que tem algumas vantagens se o comparamos com outros jovens: ele, que quer fazer faculdade de Engenharia Civil, comenta que tem tios que trabalham em empresas privadas de engenharia e que, portanto, tem mais chances de conseguir emprego nesses lugares. A sua renda familiar também facilita essa escolha em não trabalhar no momento: R\$800,00, bem acima de outros jovens também moradores do 7 de Setembro.

Tanto ele quanto Gorete e Heitor fazem críticas importantes sobre seus empregos: o autoritarismo dos patrões, os ritmos pesados de trabalho, as injustiças que existem num ambiente de trabalho, o rigor e a pressão exercidos pelos chefes, os desvios de função e como sentem, às vezes, que são explorados.

Quanto aos pontos positivos, os jovens citam o amadurecimento, a ampliação dos horizontes, o desenvolvimento da auto-confiança, a conquista de uma certa independência, o aprendizado de uma profissão, a aquisição da responsabilidade, a valorização do dinheiro fruto do trabalho e os ganhos na sociabilidade. Todos eles falaram como ampliaram seus contatos e fizeram novas amizades.

No Pinheirinho, Clara, Gisele, Aline, Junior, Luiz e Marcos estão trabalhando. Escolhemos 3 jovens, Gisele, Luiz e Marcos, para ilustrar a experiência de trabalho dos jovens do Pinheirinho.

Gisele é das moças a que possui um emprego regular, embora não tenha carteira. Luiz é dos rapazes o que trabalha com carteira assinada e há mais tempo, e, portanto, tem uma experiência maior no mundo do trabalho que Junior e Marcos. Este último foi

escolhido por apresentar um relato bastante contundente com relação ao preconceito vivido no trabalho, em virtude de ser morador do Pinheirinho.

Gisele - “A patroa viaja muito e ainda não pediu para assinar a minha carteira”

Gisele tem 23 anos e trabalha como doméstica, sem carteira assinada. Ela ganha R\$320,00 e trabalha das 7h às 20h horas. Faz 3 anos que ela trabalha nessa casa e diz que quase não encontra sua patroa, que é artista plástica e viaja muito. Pergunto por que razão ela não tem carteira assinada e ela me explica que ainda não pediu isso para a patroa e nem ela se dispôs a tocar no assunto, pois “viaja muito”.

Gisele fala que quer ter a carteira assinada porque isso traz muitas oportunidades. Explica: *“É FGTS, é PIS, direito a férias, assistência médica e licença-maternidade”*.

No trabalho, Gisele gosta de cozinhar e também de cuidar da filha da patroa, quando a babá falta ao trabalho. Se tivesse estudado, gostaria de ser telefonista ou secretária e ganhar mais.

Pelo relato de Gisele, percebemos que a questão dos direitos do empregado doméstico ainda é pouco reconhecida pelos patrões, que se esquivam de “assinar a carteira”, evitando os encargos daí decorrentes. O discurso da jovem de que a patroa “viaja muito” parece vir explicar o porquê de ainda não ter carteira assinada (tive a impressão de que a jovem defendia a patroa). É interessante como a jovem argumenta que a “patroa ainda não pediu”, como se as vantagens fossem para ela. Não que a jovem não saiba as vantagens de se ter uma carteira assinada, mas esse saber parece não ter sido suficiente para fazê-la reivindicar o direito. Também é interessante como a jovem parece não se incomodar com tal fato, mesmo diante de minhas indagações. Talvez Gisele tenha incorporado um discurso de que não merece tanto, deixando as coisas como estão. Ela parou de estudar na 7ª série e considera que o estudo faz falta para se conseguir um emprego melhor. Talvez Gisele tenha medo de “forçar” a patroa e ser mandada embora, pois o trabalho para ela é muito importante: tem dois filhos para criar, embora tenha a ajuda do marido. O trabalho tem também a função de “fazer esquecer as coisas ruins, as maldades”, sendo este um ganho que não tem preço. Talvez no caso de Gisele a necessidade a faça recuar do seu direito trabalhista.

Marcos – experiência do preconceito e os testes de honestidade

Marcos tem 21 anos e faz “bicos” eventualmente. Trabalhava numa loja de artigos de piscina, mas a firma faliu e foi mandado embora. Não tinha carteira assinada. Seu último emprego foi no final de 2003 e início de 2004. Foi office-boy e faxineiro. Lamenta não ter uma profissão e se diz *“fácil de aprender as coisas”*. Embora tenha alguma experiência como office-boy, diz que não escolhe trabalho: *“O que vir, é isso mesmo; dando para ocupar a mente e saindo um pouquinho de casa”*.

Para ele a *“melhor coisa é trabalhar”*, mas tem tido dificuldade em encontrar um emprego, pois a maioria dos lugares não aceita quem mora no Alto dos Pinheiros. Ele comenta: *“Quando a gente dá a referência, Alto dos Pinheiros, eles falam: ‘Não, de lá não’, porque lá é muito pichado.”* Marcos explica que essa dificuldade é em decorrência do fato de que muitos moradores de lá *“já vacilaram, já roubaram”*. Quando ele procura um emprego, e é também morador daquele local, já é automaticamente *“discriminado”*.

Porém, Marcos se recusa a mentir sobre o local de sua moradia e me explica: *“Eu vou falar aonde eu moro no certo e se eles quiserem me deixar trabalhar, eles deixam, se não quiser... agora, dar o endereço errado, essas coisas, não rola porque depois eles vai ficar caçando a gente, é pior”*. Apesar disso, reconhece que quando diz que mora no *“Pinheirinho”* é pior do que falar que mora no *“Alto dos Pinheiros”*. E acrescenta: *“Parece que eles colocam o currículo da gente até distante daqueles currículos que acabaram de entrar e que não é de lá”*. Ele acredita que essa discriminação é também em virtude da marginalidade e da violência que existe em toda favela.

Marcos, ressentido, conta que já foi testado em sua honestidade várias vezes, simplesmente por ser morador do *“Pinheirinho”*. Cabisbaixo, fala: *“Eles testam a gente... põe dinheiro na frente da gente... eu já passei por um tanto de coisa dessas aí, uai”*.

O jovem está muito preocupado com seu desemprego, pois isso acaba deixando-o *“naquele ambiente”*. Marcos explica que é difícil saber que o aluguel está vencendo e ver seu filho pedindo as coisas e isso mexe com sua cabeça, deixando-o fragilizado para o crime. Ele conta que já foi *“convidado muitas vezes”*, mas que tem medo de tomar um tiro ou de ser preso e deixar seu filho sozinho.

Marcos parece se conformar com sua vida, quando me diz: *“Às vezes você tem que conviver com aquilo, porque que nem no meu caso, a gente não pode discriminar ninguém. Eu nasci na favela, eu sou favelado, nasci ali. Só que no meu caso eu sou assim, eu gosto de trabalhar, eu não gosto de ficar ali [na rua do tráfico], sabe? Todo mundo quer sair daí porque ali está ruim pra todo mundo”*.

O relato de Marcos nos mostra como um jovem pode sofrer as discriminações por morar em determinado local. Marcos teve muitas experiências nesse sentido e se ressentido. A experiência de ter sido testado em sua honestidade parece ter deixado marcas no jovem, pois, ao relatar, era perceptível seu olhar melancólico. O sentimento de rejeição apareceu em quase todos os lugares em que trabalhou. Também foi interessante ver como o jovem não aceita entrar na “regra do jogo” que alguns jovens entram: mentir sobre o local de moradia, mas não por sentir a necessidade de lutar contra isso, mas porque, para ele, “mentir é pior” – os patrões podem começar a procurá-lo e não encontrá-lo e aí a sua situação na empresa pode ficar pior.

Luiz – ser um padeiro elogiado o mantém no emprego

Luiz tem 22 anos e trabalha como padeiro. Ele fez um curso de padaria no SENAC e quando terminou começou a trabalhar como auxiliar de padeiro. Seu trabalho era muito elogiado. Luiz não gostava desse trabalho, diz que não se *“identificou”* e que *“não era o que eu queria”*. Como foi muito elogiado, resolveu se dar essa chance: *“Procurei ver se então eu ganho dinheiro com isso, né?”*.

O jovem comenta que não gosta desse trabalho, mas como recebe muitos elogios sente-se incentivado a continuar. Seu desejo é *“mexer com criança”*, *“um tipo de trabalho social”*, *“qualquer coisa assim que se refira ao programa de governo”*. Luiz conta sua experiência no CENAFOCO¹²⁸ e diz que se identificou muito. Fala orgulhoso que todos os seus colegas elogiavam sua facilidade em *“falar bem”*. Luiz considera-se bastante tímido, mas, quando começa a falar, consegue se *“soltar e falar coisas interessantes”*. A partir desse curso, Luiz participou da construção de uma cooperativa, de que muito se orgulha. Ele precisou sair da cooperativa quando já era o presidente porque havia conseguido um emprego. Logo depois, a cooperativa fechou e segundo

¹²⁸ Curso de lideranças que fez no bairro onde mora.

ele, as pessoas falaram que se ele *“não tivesse saído, talvez a cooperativa tinha dado certo”*, pois ele *“punha as pessoas pra frente”*.

Luiz conseguiu seu primeiro emprego com 20 anos e trabalhou durante 8 meses. Após isto, ficou desempregado. Foi novamente readmitido na padaria, e conseguir ter a carteira assinada, o que não tinha acontecido durante os 8 meses em que havia trabalhado lá. Luiz ganha R\$600,00, mas na carteira seu salário é de R\$420,00.

Luiz considera que o maior problema do Pinheirinho é o desemprego, principalmente dos mais velhos, e seu discurso é bem politizado. Consegue falar dos problemas do local com a propriedade de quem conhece bem a realidade local. Quando estava na cooperativa, fizeram uma pesquisa sobre os problemas sociais do local, e ele constatou o alto índice de desemprego.

Luiz acha que o emprego *“é tudo”* e analisa: *“É você ter tudo, tudo, você ter assim condições de não precisar ir no posto de saúde, qualquer coisa você precisa de dinheiro, pra sua saúde precisa de dinheiro, pra se alimentar você precisa de dinheiro e para ter esse dinheiro você precisa trabalhar, não tem outro jeito”*.

Com relação ao ambiente de trabalho, Luiz comenta que o mesmo é normal, ou seja, tem poucas pessoas e o patrão não é chato. Há uma admiração pelo patrão ter sido pobre e ter conseguido *“subir na vida”*. O exemplo do patrão parece incentivar os funcionários, que sempre escutam: *“Se eu consegui, vocês também podem conseguir! Que todo mundo tem um sonho!”*. Luiz fala que ele é *“superlegal”*, elogia o ambiente de trabalho e sente falta quando não vai trabalhar.

Seu sonho é *“sei lá, ser presidente de um sindicato, sindicato não, de uma ONG, alguma coisa assim...”*.

Luiz é claro ao dizer que ser padeiro não é sua preferência. Mas, mesmo assim, continua trabalhando, porque precisa, mas não deixa de sonhar em trabalhar na área social. Percebemos como o incentivo é importante para os jovens, pois eles buscam de alguma forma corresponder aos elogios recebidos. É o caso de Luiz. Não gostava de trabalhar na padaria, mas era tão elogiado que passou a ter prazer em exercer essa profissão. Sem dúvida, o salário lhe dá possibilidades de fazer várias coisas que a maioria dos jovens do Pinheirinho não tem: ir ao clube, shoppings, cinema e também lhe dá poder de compra. O exemplo do patrão que *“cresceu na vida”* aparece como grande incentivo, não só para Luiz, como para seus colegas de trabalho. Reconhecer a existência de alguém que, sendo morador de lá, mesmo assim ainda consegue *“vencer na vida”*, parece ser de importância vital para os jovens empregados dessa padaria.

Dentre os que trabalham, a carteira assinada é real apenas para Luiz. A inserção ocupacional dos jovens do Pinheirinho é bem mais precária do que no 7 de Setembro.. A realidade cotidiana é pesada, cansativa e tensa. As ocupações são mais instáveis e o desemprego parece ser um problema evidente.

Aline tem 22 anos e trabalha “olhando uma menina”. Considera que esse tipo de trabalho “*não dá futuro nenhum*”, “*cansa demais, estressa demais*”.

Os outros jovens, Bel, Carlos, Franco, Gilda, Glória, Lúcio, Marcelo, Priscila, Rogéria e Valéria, não estão trabalhando. Mas têm aspirações bem claras de inserção. Bel quer trabalhar, mas acha que será difícil por causa da filha. Carlos tem procurado emprego, mas quer mesmo ser jogador de futebol. Glória quer um trabalho para ajudar a mãe. Gilda quer trabalhar para cuidar do filho e ter sua casa própria. Rogéria também quer trabalhar, mas comenta que a falta de experiência tem dificultado bastante. Valéria também quer trabalhar e concorda com Rogéria sobre a “tal” experiência necessária para se conseguir um emprego.

Franco já trabalhou como auxiliar de cozinha, mas não se adaptou porque não gostava do trabalho. Ele comenta que não deixou *que “a necessidade passasse por cima”* e preferiu “*não dar continuidade, porque também poderia prejudicar a empresa e não ia satisfazer*”. Afirma que sempre gostou de “*mexer com os rapazes, com os jovens*” e conversar com eles sobre suas experiências comunitárias. É ex-participante do Programa Agente Jovem e chegou a ser cotado para ser Educador Social no Pinheirinho. Franco comenta que morar no Pinheirinho dificulta arrumar emprego.

Franco explica que morar no Pinheirinho é sentir um certo preconceito. Quando o jovem quer arrumar um serviço, é sempre perguntado sobre o local de sua moradia e, ao relatar seu endereço, é discriminado: “*Ah, então tá, depois você me dá a sua ficha... tem muito preconceito*”. E ressentido, fala: “*É difícil morar lá... que elas [empresas] pensam que só porque a gente tá lá, a gente é tudo da mesma raça! Eles pensam que a gente mexe com droga, que não vale nada; eles vão pela aparência*”.

Marcelo é monitor em um curso de grafite e recebe uma ajuda de R\$50,00. Segundo ele, as pessoas não encontram emprego “*porque moram*” no Pinheirinho.

Priscila já vendeu balas em bares, à noite. Como está participando do Programa Agente Jovem, não pode continuar esse trabalho, pois estuda no período noturno. Segundo ela, “*quando a gente vai arrumar um emprego, eles perguntam: ‘qual é o endereço?’ E quando a gente fala que é do Pinheirinho, eles falam: ‘Ah... então tá’*”. Priscila se revolta com isto e desabafa: “*Só porque a gente mora no Pinheirinho, a*

gente não tem a oportunidade de arrumar um emprego melhor, sabe? E quando a gente entra num lugar assim, para comprar as coisas, fica aquele tantão de segurança assim, atrás da gente”.

Valéria comenta que *“quando você vai procurar um emprego, que você dá o seu endereço, o bairro onde você mora, rola um certo preconceito... eles não querem saber se você é uma pessoa estudada, se você tem compromisso ou se você vai saber respeitar o horário de chegada e saída. Rola de ter pessoas até com experiência, mas pelo fato de morar aqui, aí eles não dá [emprego] não.”*

Esses jovens carregam um certo “sentimento de indignidade pessoal que assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho” (WACQUANT, 2001, p.33).

Os preconceitos vividos conspiram para diminuir a confiança interpessoal e também minam o senso de coletividade, desembocando em falta de ação coletiva e engajamento rumo à cidadania. Principalmente quando lembramos de alguns depoimentos em que os jovens dizem que algum morador “já pisou na bola”, “já vacilou” no emprego e, com isso, acaba passando uma imagem de que todos os moradores de lá “são iguais”. Esse sentimento de que o outro foi, de alguma forma, responsável pela sua dificuldade em obter emprego acaba, por assim dizer, fragmentando ainda mais as sociabilidades entre os moradores.

A busca por uma ocupação tem se tornado imperiosa por várias razões, seja pela estratégia de sobrevivência pessoal e familiar, seja pela busca de autonomia tão importante para o jovem. Mesmo onde a família pode arcar com as despesas básicas do jovem, o mesmo mostrou-se motivado a ter o seu “próprio dinheiro”. Querem conquistar espaço no mercado de trabalho e poder comprar o que lhes agrada. Pontuam também que, se tivessem seu dinheiro, sobraria mais para os pais, que estariam dispensados de lhes prover, pelo menos, as “necessidades” extras. Por outro lado, vimos também que mesmo em condições de pobreza e baixa renda há famílias que podem adiar a entrada dos filhos no mercado de trabalho, como nos mostrou Toni, do 7 de Setembro.

Dentre os significados atribuídos ao trabalho pelos jovens, destacamos alguns: o desejo de autonomia, a necessidade, a valorização na atividade desempenhada e o aprendizado adquirido nessa vivência. Em análise da pesquisa sobre “Juventude Brasileira”, já comentada, Guimarães investiga os sentidos e a centralidade do trabalho

para os jovens, apontando três deles: o trabalho como valor, como necessidade e como direito (GUIMARÃES, 2005, p. 158).

Branco analisou a relação do jovem com o trabalho e afirma que

Ganharam destaque as referências [dos jovens] àquelas atividades vinculadas às possibilidades de transformação em desenvolvimento das comunidades, especialmente quando realizadas por intermédio de trabalho social remunerado e não-voluntário. (BRANCO, 2005, p. 143)

As entrevistas mostraram que alguns jovens apresentam interesses mais amplos, incluindo no seu universo necessidades do bairro em que vivem. Dentre eles, destacamos Franco e Luiz, do Pinheirinho, e Gorete e Heitor, do 7 de Setembro. Eles sentem-se compromissados e querem “repassar” o que aprenderam em projetos sociais, como é o caso do Programa Agente Jovem. Todos eles foram participantes desse programa.

Em nossa pesquisa, constatamos que alguns jovens que têm emprego não o deixam por causa da insatisfação pessoal ou mesmo das práticas autoritárias e dos ritmos de trabalho, muito embora façam críticas sobre isto. (Gorete, Valdir, Heitor, do 7 de Setembro). Alguns ousam experimentar e deixam o emprego quando ele é insatisfatório, como Franco, do Pinheirinho.

A maioria dos jovens, independentemente da raça, escolaridade, sexo ou local de moradia, relatou a experiência de desemprego, de si próprio ou de algum parente, mas poucos fazem alguma relação dessa carência de empregos aos modelos de desenvolvimento e à falta de políticas públicas. Perguntados sobre o que a Prefeitura de Belo Horizonte poderia fazer pelos jovens, em especial, e também pela comunidade, alguns jovens trouxeram o problema do desemprego como algo a ser solucionado ou, pelo menos, a ser enfrentado pelo poder público.

Vimos que para os jovens o trabalho assume vários significados: não significa apenas a garantia de sobrevivência e a capacidade de consumo. A sociabilidade é ampliada, permitindo aos jovens sair de casa para trabalhar, conhecer pessoas da mesma idade e, com elas, desenvolver outros laços de amizade, de companheirismo. O trabalho é um campo importante de possibilidades de estruturação de suas identidades, além da família e da escola. O trabalho, para alguns, mostrou-se ligado à realização pessoal, ao reconhecimento e à dignidade. Ou seja, a necessidade de trabalho por parte do jovem não vem, exclusivamente, por uma realidade imposta pela pobreza, mas de uma

necessidade que também se constrói no processo de socialização do jovem, na afirmação da sua identidade em condição de fragilidade institucional para além do suporte familiar. A família parece ser o lugar da proteção e a escola, o lugar de passagem. As expectativas diante do trabalho estão ligadas à possibilidade de ampliação da sociabilidade desses jovens e, até, permitir que eles avancem na superação da desigualdade em que vivem.

Um outro significado bastante importante que alguns jovens deram ao trabalho diz respeito ao reconhecimento por parte deles de que o jovem de “cabeça vazia” pode acabar se envolvendo com o tráfico de drogas. Não simplesmente pelo dinheiro conseguido, mas, sobretudo, pela identificação com o grupo de amigos e o reconhecimento daí advindo. O dilema “ocupar-se X fazer nada” está presente na vida desses jovens. Tudo parece indicar que o tempo livre representa uma ameaça de “se perder” no mundo das drogas e ficar vulnerável ao crime.

O jovem sofre a influência de amigos nesse momento de sua vida. Quando diz que é possível se empolgar com o “trabalho” do outro, seja no tráfico ou não, afirma que há um canal de identificação entre eles e que os modelos, nesse momento da vida, são importantes.

“Porque eu acho assim, por isso que eu falo que é muito importante o jovem ter oportunidade mais cedo no serviço, ter a cabeça mais focada pro estudo. Porque se ele ficar com a cabeça vazia, ficar pra rua, ou tipo assim, com pessoas que não deve, ele vai aprender coisas erradas, só isso.” (Toni, 17 anos, 7 de Setembro)

No entanto, parte das representações dominantes em torno da juventude e sua fragilidade, deixando-se influenciar facilmente, ou seja, tendo “cabeça fraca”, é introjetada pelos moradores jovens da microárea. Eles mesmos acabam por reforçar o discurso da vulnerabilidade, do medo do tempo livre e da necessidade das atividades que os ocupem. Não é estranha a disseminada avaliação positiva do Programa Agente Jovem, não só porque abre horizontes de sociabilidade, mas porque oferece condições de retirada do ócio, do “não fazer nada”. Não obstante os limites e a precariedade da oferta, como já assinalaram alguns autores, na absoluta inexistência de alternativas, qualquer ação especialmente dirigida a eles tende a ser bem-vinda mesmo que seu preço seja, de alguma forma, a incorporação de um discurso que os fragiliza ainda mais.

Em nossa pesquisa, fica claro que a preocupação com o trabalho não é privilégio dos jovens que já estão à procura de emprego, mas de quase todos, independentemente da raça, idade ou escolaridade. Nesse sentido, Branco considera que:

Basta que os jovens olhem para o seu dia-a-dia ou para o futuro imediato para que se sintam fustigados pela crise que abala o mercado de trabalho. Daí a se sentirem "tomados" pelos temores de um cenário futuro assustador. Bastaria que olhassem ao redor para identificarem, nos membros um pouco mais velhos de suas famílias, nos seus vizinhos, etc., esses receios se materializando. Assim, independente de que estivessem, no momento, procurando ou não ocupação, não poderiam ignorar que, tão logo viessem a ter que fazê-lo, acabariam necessariamente se defrontando com enormes dificuldades. (BRANCO, 2005, p.138)

Alguns entrevistados contaram sobre a situação de desemprego de parentes ou de um dos progenitores e as dificuldades vivenciadas pelas suas famílias em decorrência dessa situação. A vivência de desemprego na família afeta a experiência pessoal do jovem que, mesmo antes de ter conseguido uma ocupação, já vive o medo de não encontrá-la. Uma vez tendo acesso a uma atividade remunerada, resta o medo de perdê-la.

3.6 O jovem, o tempo livre e o lazer

Buscamos obter também, através dos questionários, alguns dados de como os jovens ocupam o seu tempo livre. As respostas nos apontam para o fato de que eles desejam ocupar o tempo livre, seja com cursos ou com o lazer. O lazer, como uma das formas de ocupação desse tempo livre, foi investigado. A resposta dessa questão era múltipla, ou seja, o jovem poderia escolher mais de uma atividade de lazer. A questão investigava basicamente as atividades de lazer **dentro de casa e fora dela**.

Quadro 08 – Atividades de lazer dos jovens do 7 de Setembro

Feminino				Masculino			
Atividades dentro de casa		Atividades fora de casa		Atividades dentro de casa		Atividades fora de casa	
Assiste TV, filme	25	Festas/baladas	05	Assiste TV, filme, vídeo game	22	Joga bola/futebol	16
Atividades domésticas	18	Shopping	03	Ouve música	05	Sai com amigos	08
Ouve música	10	Cinema	02	Toca instrumento musical	04	Solta papagaio	06
Lê	06	Agente Jovem	02	Atividades domésticas	03	Anda de bicicleta	04
Dialoga com a família	02	Igreja	02	Estuda	03	Namora/paquera	03
Namora	02	Visita casa de amigos/		Não faz nada/fica à toa	03	Fica na rua	02
Estuda	02	parentes	02	Fica no computador	02	Joga basquete	01
Não faz nada/fica à toa	02	Joga bola	02	Dialoga com a família	01	Igreja	01
Toca instrumento musical	01	Anda de bicicleta	01	Lê a bíblia	01	Shopping	01
Total	68	Total	19	Total	44	Total	42

Quadro 09 – Atividades de lazer dos jovens do Pinheirinho

Feminino		Masculino	
Atividades dentro de casa	Atividades fora de casa	Atividades dentro de casa	Atividades fora de casa
Atividades domésticas 25	Visita casa de amigos	Assiste TV, filme, vídeo game 08	Joga bola/futebol 15
Assiste TV, filme 17	/parentes 05	Atividades domésticas 07	Fica na rua/conversa com os vizinhos 08
Não faz nada/fica à toa 08	Sai/anda à toa 04	Não faz nada/fica à toa 05	Solta papagaio 01
Ouve música 05	Pratica algum esporte 04	Ouve música 01	Anda de bicicleta 01
Lê 05	Estuda música 01	Fica no computador 01	Namora/paquera 01
Estuda 05	Joga baralho 01	Dialoga com a família 01	Fica em bares 01
Dialoga com a família 01		Lê 01	Joga basquete 01
Namora 01			Pagode 01
Lê a Bíblia 01			Curso de música 01
Arruma coisas pessoais 01			
Total 69	Total 15	Total 24	Total 30

No 7 de Setembro, as atividades de lazer das jovens são, em sua maioria, **dentro de casa** (68 citações) e a principal atividade é “*assistir TV ou filme*” (25). Em seguida, temos as “*atividades domésticas*” (18) e “*ouve música*” (10). Poucas foram as citações de atividades de lazer **fora de casa**, apenas 19. Ou seja, as moças se divertem mais **dentro de casa**. (Quadro 08)

Já os rapazes se divertem tanto **dentro de casa** (44) quanto **fora de casa** (42), sem grande diferença. Os dados coletados deixam claro que os jovens saem muito mais para se divertir que as jovens, no 7 de Setembro. (Quadro 08)

Dentro de casa, jovens do sexo masculino e feminino têm como principal atividade de lazer “*assistir filme, ver TV ou jogar vídeo game*” (25 moças e 22 rapazes lembraram-se dessas atividades). A grande diferença está nas “*atividades domésticas*”. Enquanto 18 moças citaram-nas, apenas 3 rapazes fizeram o mesmo. (Quadro 08)

Fora de casa, os rapazes se divertem mais “*jogando bola*” (16), “*saindo com amigos*” (8) e “*soltando papagaio*” (6). As moças se divertem indo a “*festas/baladas*” (5) e a “*shopping/cinema*” (5).

No Pinheirinho, assim como no 7 de Setembro, as atividades de lazer das moças são realizadas **dentro de casa** (69 citações). Porém, no primeiro, percebemos uma inversão: enquanto no 7 de Setembro as “*atividades domésticas*” estão em 2º lugar (18) entre as moças, no Pinheirinho elas representam a principal atividade (25) e, em segundo lugar, “*ver TV, filme*” (17), que no 7 de Setembro é a principal atividade (25). (Quadro 09)

Os rapazes do Pinheirinho se divertem mais **fora de casa** (30) do que as moças (15) e a principal atividade, assim como no 7 de Setembro, é “*jogar bola*” (15). Dentro de casa, as moças (25) dedicam mais às “*atividades domésticas*” que os rapazes (7), embora estas estejam em 2º lugar dentre as atividades realizadas por eles. A principal atividade de lazer dos rapazes, dentro de casa, é “*assistir TV, filme ou vídeo*” (8); enquanto que para as moças essa atividade aparece em 2º lugar, porém em número bem maior (17). (Quadro 09)

A principal atividade de lazer dos rapazes do Pinheirinho é realizada **fora de casa**, e das moças, **dentro de casa**. No 7 de Setembro, a principal atividade de lazer dos rapazes e também das moças é **dentro de casa**. Fora de casa, os rapazes dos dois lugares se divertem **jogando bola**. As jovens no 7 de Setembro, fora de casa, vão a “*festas, shopping, cinema*”, enquanto as jovens do Pinheirinho “*visitam amigos e parentes*”. (Quadros 08 e 09)

Nos dois locais, as moças saem bem menos que os rapazes. Dentre as jovens, as principais atividades são: no Pinheirinho, realizam “*atividades domésticas*” e, em segundo lugar, “*assistem TV e filme*”; no 7 de Setembro, há uma inversão, “*assistem TV e filme*” e, em segundo lugar, *realizam “atividades domésticas”*. Independentemente do lugar, vale ressaltar que grande parte das moças, na verdade, tem um lazer limitado **dentro de casa**, já que realizar atividades domésticas não constitui um lazer, e sim uma obrigação. Já os rapazes dos dois locais “*jogam bola*”, em primeiro lugar e “*assistem TV, filme ou jogam vídeo game*”, em segundo lugar. (Quadros 08 e 09)

A maioria dos amigos dos jovens de ambas as microáreas são da vizinhança. No 7 de Setembro, não houve diferença quanto ao sexo: os amigos dos jovens do sexo masculino e feminino são da vizinhança, em primeiro lugar, e da escola, em segundo lugar. Já no Pinheirinho, percebemos uma pequena diferença: os amigos dos jovens do sexo masculino são da vizinhança e da escola. As moças também possuem amigos nesses dois lugares, no entanto, são também seus amigos os parentes e jovens de outros bairros em maior número que os rapazes, o que indica uma ampliação do circuito de trocas no universo feminino.

Nas duas faixas etárias, os amigos dos jovens são da vizinhança. No 7 de Setembro, os amigos dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos são da vizinhança, em primeiro lugar, e de outros lugares, em segundo lugar. Amigos da escola ficam em

terceiro lugar. Na faixa de 15 a 17 anos, a diferença está no segundo lugar, amigos da escola, e em terceiro, amigos feitos nos programas de que participam.

No Pinheirinho, na faixa etária de 15 a 17 anos, os amigos são da vizinhança, em primeiro lugar. Do colégio, ficam em segundo lugar, e de outros bairros, em terceiro lugar. Na faixa etária de 18 a 24 anos, em segundo lugar, os amigos são os parentes dos jovens, e, em terceiro, da escola e de outros bairros e do trabalho.

Com relação ao tempo livre, buscou-se investigar o que o jovem gostaria de fazer, que ainda não fazia. Em ambas as microáreas, a maioria dos jovens disse querer fazer cursos e aulas. A questão permitia resposta múltipla, ou seja, o jovem poderia citar mais de uma atividade de interesse.

Tabela 35 - Algumas atividades de interesse citadas pelos jovens/microárea

O que gostariam de fazer/microárea	7 de Setembro	Pinheirinho
Cursos/aulas	45	50
Trabalhar	21	30
Não quer fazer nada	12	21
Tocar um instrumento	02	-
Praticar esportes	06	04
Sair mais	02	01
Qualquer atividade	05	03

No 7 de Setembro, dos 108 jovens, 45 demonstram esse interesse e no Pinheirinho, dos 115 jovens, 50 deles desejam fazer cursos e aulas. O trabalho foi citado como atividade desejada de 21 jovens do 7 de Setembro e de 30 jovens do Pinheirinho. Interessante observar que tanto no 7 de Setembro quanto no Pinheirinho houve jovens que disseram “*não querer fazer nada*”. No primeiro, 12 jovens não querem “*fazer nada em seu tempo livre*” e no Pinheirinho, 21. (Tabela 35)

Como “cursos e aulas” foram as atividades mais citadas por eles, perguntei quais cursos eles desejam fazer. Os cursos ligados à informática, digitação e à computação foram os mais citados pelos jovens. No 7 de Setembro, por exemplo, dos 45 que desejam fazer cursos, 14 dizem querer fazer cursos nessas áreas. No Pinheirinho, dos 50 jovens, 15 manifestam interesse nessas duas áreas. (Tabela 36)

No 7 de Setembro, o curso de telemarketing foi citado por 9 jovens. Os demais jovens do 7 de Setembro citaram cursos variados: dança, auxiliar de escritório, costura e bordado, pintura, torneiro mecânico, artesanato, metalurgia, vendedor, inspetor de

qualidade, gestante, web design, atendente de comércio, violão, cultura, “qualquer curso profissionalizante”, cursinho pré-vestibular, mecânica, inglês, “curso do Agente Jovem”.

No Pinheirinho, os jovens citaram: dança, artes cênicas, artes plásticas, manicure, baby sitter, enfermagem, mecânica, inglês, artesanato, “qualquer curso profissionalizante”.

Tabela 36 - Cursos de interesse dos jovens/microárea

Área/ Cursos e aulas	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Informática, digitação e computação	14	31	15	30
Telemarketing	09	20	0	0
Padeiro/ajudante de padeiro	0	0	02	4
Cabeleireiro	0	0	02	4
Outros cursos	22	49	31	62
	45	100%	50	100%

Todos os entrevistados queixaram-se da pouca possibilidade de terem lazer em seus locais de moradia. No entanto, exatamente por essas limitações, os jovens foram despertados para a inventividade e criatividade. São capazes de improvisar e buscam formas alternativas e diversificadas de lazer.

Os jovens do Pinheirinho dividem suas atividades de lazer entre a casa e a rua, e nessa última também fora da microárea. Em casa os jovens jogam vídeo game, lêem, ouvem músicas e assistem TV ou filmes no vídeo/DVD. Fora de casa, mas dentro da microárea, os jovens moradores do Pinheirinho brincam na quadra de vôlei, jogam peteca, handebol ou futebol e praticam esportes variados. Na rua, ficam conversando com os colegas, passeiam na praça, vão à igreja, andam de bicicleta, ficam na “esquina do cachorro-quente”, assistem o “jogo de futebol dos rapazes”, andam de skate, namoram, soltam papagaio/pipa, etc.

Quando saem da microárea normalmente visitam parentes e amigos, passeiam com os amigos, vão ao shopping ou parques, freqüentam o Centro Cultural, barzinhos, assistem “pegas” de moto, vão a clubes, danceterias, pagodes e também acampam.

Perguntados sobre o que demandariam para o bairro em termos de serviços e equipamentos declaram preferir: praças, quadra gratuita, discoteca, cinema, lan house, salas de vídeo game, quadra de futsal, piscina, baile funk, parque de diversão, um local

para “fazerem” som, pista de skate, praça de esportes, clubes, teatros, feira de artesanato e shows.

Os jovens do 7 de Setembro também dividem suas atividades entre dentro de casa e fora dela. Também costumam sair da microárea em busca de outras atividades de lazer. Em casa, os jovens jogam vídeo game, assistem filmes e TV, as moças cuidam da estética (fazem unha, arrumam cabelo, etc.). Fora de casa, porém dentro da microárea, os jovens andam de skate, soltam papagaio, jogam basquete, futebol, vão à igreja e na casa dos colegas, brincam de “pique”, freqüentam a pracinha ou simplesmente ficam conversando com amigos na rua ou na esquina de suas casas.

Buscam, também, se divertir fora da microárea, viajando nos finais de semana, acampando, fazendo churrasco ou almoçando na casa de parentes, passeando com a família, indo ao cinema, shopping, pizzaria, festas, forró, clube e zoológico.

Sobre o que os jovens do 7 de Setembro gostariam de ter em seu local de moradia, declararam desejar uma quadra gratuita de basquete, vôlei e futebol, mais praças, um parque, uma oficina de instrumentos musicais, um lugar onde os jovens pudessem se encontrar, divertir, comer alguma coisa com preço acessível, pista de skate, clube, oficinas profissionalizantes, um espaço cultural (grafite, dança, artes plásticas) e um espaço para ensaio de bandas e grupos de dança, cinema, um comércio mais amplo, mesa de ping-pong e rua de lazer nos finais de semana.

Como pudemos observar, as atividades de lazer são, de fato, bastante diversificadas, tanto no 7 de Setembro quanto no Pinheirinho. Para se ter algum divertimento diferente, quase sempre é preciso deixar o local de moradia, nas duas microáreas. As atividades normalmente são aquelas realizadas nas proximidades da rua de moradia ou em casa. O “sair para outros lugares” considerado como alternativa para quase todos os jovens encontra um impedimento: nem sempre os jovens têm dinheiro para se deslocar.

Alguns entrevistados apontaram, também, que o lazer é ameaçado pela violência presente nas microáreas. Sendo assim, há um clima de tensão e medo, pois o lazer, quando ocorre fora de casa, acontece nas vias públicas.

A dinâmica de ocupação do tempo livre pelos jovens é de significativa importância para se compreender os sentidos do próprio tempo da juventude. Os jovens da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” revelam

[...] situações de vida e processos sociais que reafirmam os traços da diversidade da cultura brasileira ao tempo que denunciam que esta se processa sobre bases socioeconômicas desiguais que incidem sobre as possibilidades de acesso, experimentação, consumo e criação do mundo da cultura, do lazer e do tempo livre (CARRANO; DAYRELL; BRENNER, 2005, p. 176)

Outro ponto importante a ser considerado é que o lazer, segundo os autores citados acima, é uma atividade social e historicamente condicionada pelas condições de vida material e pelo capital cultural que constitui sujeitos e coletividades.

Os jovens entrevistados não têm essas condições materiais, o que representa um limite de inserção no mundo do lazer, como também se queixam de ainda estarem isolados no tocante às informações sobre o que acontece na cidade e em outros bairros.

As microáreas são, sem sombra de dúvida, desprovidas de equipamentos culturais suficientes para seus jovens moradores. Até mesmo a prática esportiva, atividade muito comum entre os jovens dos dois locais, é dificultada pela infra-estrutura exigida. Há poucos espaços para a realização dessa atividade e, quando ela existe, a situação física é precária, segundo os jovens. De todo modo, mesmo com problemas, percebemos uma inventividade do tempo livre nessas áreas desprovidas de equipamentos públicos de lazer e sem condições econômicas que favoreçam atividades recreativas com custo para o jovem.

Constatamos que há, sim, uma ausência do Estado na formulação e implementação de espaços e equipamentos de lazer que possibilitem experiências culturais, ficando os jovens entregues quase que unicamente às suas improvisações ou criatividade, um pequeno espaço de exercício da autonomia e da liberdade.

As atividades de lazer e o exercício do tempo livre são necessários para os jovens construírem suas normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do mundo adulto (CARRANO; DAYRELL; BRENNER, 2005, p. 176). Os jovens elaboram subjetividades coletivas a partir de culturas juvenis. A sociedade brasileira tem associado o tempo livre e o lazer à maior possibilidade de marginalidade entre os jovens, ou seja, os lazares juvenis são considerados como tempo social potencialmente negativo. Esse quadro de reapresentações que é também normativo acaba por recobrir a fala de muitos jovens das áreas investigadas.

Ao contrário, o tempo livre e o espaço de lazer podem ser considerados como espaços de aprendizagem das relações sociais em contexto de liberdade de experimentação.

É preciso considerar o lazer como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais. (CARRANO; DAYRELL; BRENNER, 2005, p. 176)

Também investigamos através do questionário o tema **“participação em grupos juvenis”**. Os dados apontaram para uma participação bastante tímida nos dois lugares. (Quadro 09)

Quadro 09 – Participação em grupos juvenis/sexo/microárea

Grupo	7 de Setembro		Pinheirinho	
	Moças	Rapazes	Moças	Rapazes
Grupo religioso	03	03	01	01
Grupo musical/dança	01	0	02	0
Grupo esportivo	0	01	01	01
Outros	01	0	0	01
Total	05	04	04	03

3.7 A participação em programas destinados aos jovens

O tema da “participação em projetos ou programas” (públicos ou não governamentais) também foi objeto de indagação. Constatamos que apenas 24% dos jovens participam de algum tipo de programa no 7 de Setembro, ou seja, dos 108 jovens, apenas 26 participam. No caso desse local, todos os jovens que participam são do Programa Agente Jovem. Já no Pinheirinho a participação dos jovens em programas foi ainda menor (18%), ou seja, dos 115 jovens, apenas 21 deles participam. Nesse local, os jovens são participantes, em sua maioria (11 jovens) do Programa Agente Jovem. (Tabela 37)

Os outros (10 jovens) são participantes dos seguintes programas: projeto Arte da Saúde (oferecido pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental), Escola Aberta (monitor de basquete), curso de áudio visual e de informática oferecidos pelo NAF, curso de cabeleireiro oferecido pelo Centro de Apoio Comunitário (CAC), curso de crochê e aula

de dança oferecidos pelo CIAME (público), programa fornecido pela Cruz Vermelha, curso de informática oferecido pelo PRONAI (público/estadual) e curso de informática oferecido pela escola.

Embora os jovens do Pinheirinho sofram o estigma e estejam, de certa forma, mais isolados, percebemos que há mais atividades para eles do que no 7 de Setembro. Isto talvez seja explicado pelo fato de haver, no bairro onde se encontra o Pinheirinho, uma grande ação de ONGs e também do poder público, que já se inseriu no local antes mesmo do Programa BH Cidadania. O local é bastante conhecido por ser “alvo” de muitas ações. Dos jovens participantes de programas no Pinheirinho, apenas 3 são do sexo masculino (Escola Aberta, Cruz Vermelha e Informática), o que nos aponta que as moças, podendo circular mais que os rapazes, acabam participando mais das atividades que são oferecidas no local do que os rapazes.

Tabela 37- Total de jovens em participação em programas/microárea

Área/ Participação em programas	7 de Setembro	(%)	Pinheirinho	(%)
Participam	26	24	21	18
Não Participam	82	76	94	82
Total	108	100%	115	100%

A maioria dos jovens que participa de algum programa, nas duas microáreas, encontra-se no Ensino Médio e na faixa etária de 15 a 17 anos, em geral mais presente na oferta pública em virtude dos dispositivos do ECA. Por outro lado, poucas são as alternativas existentes para os mais velhos¹²⁹.

Quanto ao sexo, no 7 de Setembro, os jovens participantes se dividem entre masculino e feminino, na mesma proporção, ou seja, 50%. Já no Pinheirinho, a maioria dos participantes é do sexo feminino.

Tentamos, no decorrer deste capítulo, revelar o modo como os jovens têm vivido suas condições juvenis a partir de alguns processos que marcam a juventude como singularidade. Trouxemos as atividades nas quais as vidas desses jovens estão centradas, seja na escola, família, no trabalho, no lazer ou na religião.

As relações entre juventude e a escola, família, trabalho e religião foram temas investigados junto aos jovens e trouxeram dados para entendermos melhor a

¹²⁹ Os negros e pardos são a maioria dos participantes.

configuração de suas condições de vida, bem como sua entrada no mundo adulto. Os processos de socialização na experiência juvenil aparecem de formas diversas, seja através da escola, seja através da família e dos amigos. A análise aponta para uma pequena importância do poder público como participante ativo nessa vivência da condição juvenil, enquanto a família ainda aparece como agência central e formativa para os jovens. Com menor expressão, a escola entra no universo dessa experiência. A religião também entra na vida desses jovens, seja na forma de participação mais ativa da instituição, especialmente a evangélica, seja no “*crer em Deus*” como algo que “*faz diferença*” na vida de muitos desses jovens.

Os jovens, nas entrevistas, conseguiram expressar o que lhes faz falta, o que desejam e o que almejam para viver de forma mais satisfatória. Da mesma forma, conseguiram definir quem são eles, ou melhor, em movimento especular dizer quem e como são os jovens daqueles lugares. Ao dizer do outro, dizem também de si. Reconhecem que há mais de um tipo de juventude e ora se identificam com um, ora com outro. É a imagem de si através do outro.

Os jovens das duas microáreas identificaram basicamente dois tipos de juventude existentes em seus locais de moradia. No entanto, eles não se colocavam claramente em qual delas eles estavam inseridos. Uma delas, poderíamos dizer, é a juventude “do bem”. Nesse grupo estão os jovens que trabalham, estudam, são confiantes, lutam pelo que querem, “correm atrás”, são otimistas, não desistem frente aos obstáculos, os que não estão no mundo do crime e das drogas, são inseguros vivem com medo e com o “pé atrás” e tentam ter “cabeça forte”. O outro grupo, a “juventude do mal”, reuniria, segundo eles mesmos, os jovens que permanecem na “bandagem”, seriam os “malandros”, os que estão envolvidos no mundo do crime e das drogas, os que não sabem interagir, são desanimados, não querem fazer nada, os que usam arma, são descomprometidos, são os que perderam a esperança, os folgados, enfim, os de “cabeça fraca”.

As percepções sobre eles mesmo apontam um quadro preocupante com relação a uma identidade com vários atributos negativos, como pudemos observar. Mas, ao mesmo tempo, há também sinais de uma juventude que “corre atrás”, que quer mudança e quer também ter novas perspectivas de vida. Sobretudo, conseguiram ser bastante críticos, tanto com relação a algumas características, como a acomodação, o desinteresse, a desmobilização juvenil, como também com relação ao fato de não terem apoio, de não serem ouvidos pela família e pelo poder público.

O mais importante é que foi reconhecido pela maioria dos jovens que, de fato, existem várias juventudes, com as quais eles podem, nesse processo de constituição pelo qual estão passando, identificar-se.

Mas podemos nos questionar até que ponto esses jovens introjetaram um discurso adulto sobre a juventude, ou seja, eles mesmos enxergam uma juventude “sem vontade”, “que não gosta de fazer nada”, “desesperançosa”, “desunida”, “que só quer diversão” ou “preguiçosa”. Além disso, percebemos pelas entrevistas que os jovens também apresentam um discurso de demanda de ordem e, simultaneamente, reivindicam o tempo livre e a mobilidade.

São jovens que vivem em dois mundos porosos, em muitos momentos intercambiáveis: alguns jovens interagem com outros que pertencem à “juventude do mal” em momentos de lazer como o futebol, por exemplo. Mas esse intercâmbio é bastante restrito, pois temem o envolvimento. Vimos que os jovens, especialmente no Pinheirinho, temem a influência negativa dos “jovens do mal”, mas ao mesmo tempo os respeitam, pois a segurança, muitas vezes, é proporcionada exatamente por eles. No Pinheirinho, um ponto em comum das “duas juventudes” é a insegurança frente à polícia.

No Pinheirinho, percebemos que os jovens têm um discurso bastante rigoroso sobre a juventude, com atributos negativos. Pareceu-me que desde esse momento da vida os jovens já começam a introjetar o estigma vivenciado por seus pais, amigos ou conhecidos. O discurso desses jovens, de alguma forma, reforça o estigma que tanto lhes custa.

Pensar sobre o outro é também pensar sobre si. Ao serem perguntados sobre as juventudes existentes em seus locais de moradia, os jovens falaram dos jovens concretos, mas também falaram do que gostariam de ser. Só existimos na relação com o outro, que, portanto, é fundamental. Através do outro nos auto-organizamos, nos auto-reconhecemos. Os jovens precisam do diferente e do seu semelhante e carregam, ao mesmo tempo, a força da mudança e o desânimo, a coragem e o medo, a (suposta) completude, mas também a incompletude.

Falar de um outro permite diferenciar-se, construir a própria identidade. A identidade é o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos (DUBAR, 1997). A identidade se dá pela identificação *pela* e *na* atividade com os outros. Vivendo com amigos, colegas,

vizinhos, esses jovens experimentam a construção de suas identidades juvenis a partir dos diversos campos de possibilidades que lhes são apresentados. Esses são os jovens que, ao falarem dos outros jovens, também falaram de si mesmos.

4 Os jovens e os lugares: a vida como ela é

Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando o nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. [...] o lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos. (CARLOS, 1996, p.26)

No capítulo anterior, pudemos ver a relação dos jovens com a família, a escola, o trabalho, a religião e o lazer. Neste capítulo, procuraremos compreender como ser morador de cada uma das duas microáreas não significa ser morador de “qualquer lugar”. Há especificidades em cada uma delas e, com isso, modos de vidas diferentes entre os jovens do 7 de Setembro e Pinheirinho.

4.1 A microárea 7 de Setembro

O recorte geográfico, nomeado pela PBH como “território”, no bairro 7 de Setembro, é bastante pequeno. São algumas ruas demarcadas no interior de um espaço restrito que não é o mais vulnerável do bairro, conforme descrições realizadas nos capítulos anteriores. Temos, por exemplo, na mesma rua, pessoas que pertencem à microárea do BH Cidadania e outras que não integram o Programa. Podem morar em determinado lado ou até certo ponto da mesma rua que não mais pertence ao programa, ou seja, os moradores não foram incluídos no espaço demarcado. Isto dificulta a compreensão por parte dos habitantes da escolha da microárea a partir do Poder Público, uma vez que seus locais de moradia também atendiam aos critérios para a implantação do Programa.

Há alguns locais mais carentes, como, por exemplo, aqueles que são oriundos de ocupação. Estes têm características diferentes da microárea e da área do 7 de Setembro como um todo. Mas, separando essas áreas, o bairro 7 de Setembro, atualmente, parece ter uma certa homogeneidade, comparado com o restante da regional.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito ao fato de a microárea não ser reconhecida como um lugar dotado de significados e de agregação de experiências comuns, possuir um nome específico ou um modo peculiar de designação

realizado pelos moradores. O Programa induz a uma divisão no bairro (microárea e os outros), mas seus moradores têm como referência simbólica e cultural o próprio bairro.

A delimitação da microárea acabou deixando de fora moradores com iguais necessidades, gerando competições. Muitos não entendiam porque não foram atingidos, já que de modo geral têm praticamente as mesmas condições de vida dos moradores que foram incorporados pelo Programa.

Há indícios de disputas entre os moradores, uma vez que a demarcação feita pela PBH não atendeu aos modos de vida dessa população, pois ao definir a área a partir de critérios nascidos no interior da máquina pública, permeada por interesses políticos e, ao mesmo tempo com recursos limitados, a administração mostrou-se desconhecadora das redes locais e do modo de vida desses moradores. Não havia segregações antes da chegada do programa e as sociabilidades incluíam não só o espaço da microárea, mas o bairro 7 de Setembro como um todo.

A microárea do 7 de Setembro tem uma infra-estrutura razoável, com moradias com bom nível de acabamento, ruas asfaltadas e largas e sem grandes pontos de esgoto a céu aberto. A topografia da microárea facilita a circulação de seus moradores. Como periferia, seus habitantes sofrem as condições da pobreza, da falta de recursos, mas não são miseráveis.

A microárea incorpora a “Rua Proibida”, um ponto de drogas conhecido pelos moradores. Embora haja outros pontos, a existência da “Rua Proibida” coloca os moradores em situação de dificuldade para sua vida diária e alguns preconceitos decorrem disto.

Os jovens moradores do 7 de Setembro habitam numa região que não é estigmatizada. A microárea situa-se num bairro aberto onde as sociabilidades são claras. Os jovens mostraram um desejo de se apropriarem da cidade, de circularem e de terem suas atividades de lazer subsidiadas. Eles não vivem em um gueto e possuem uma grande dimensão da alteridade – eles querem circular e serem vistos fora da microárea e do bairro. Sentem-se moradores da cidade e querem que a mesma os veja.

“Porque aqui tem muita pouca oportunidade, né? Eu queria um lugar daqueles que tivesse oportunidades melhores pra gente, pra gente poder crescer. Porque tem jovem que pensam grande, que não pensa pequenininho igual os daqui pensam. Queria ter um lugar que eu pudesse tá mostrando o que eu sei, tá divulgando as coisas que eu faço, e aqui é muito pequeno.”
(Gorete, 7 de Setembro)

Praticamente todos os jovens, moças e rapazes foram unânimes em afirmar que a microárea não oferece grandes opções de lazer, do mesmo modo que o bairro 7 de Setembro. O pouco movimento do local também é algo que desagrada os jovens, especialmente à noite e aos domingos. Aos sábados o movimento é um pouco maior, pois há uma feira onde as pessoas podem se encontrar.

A narrativa a seguir foi construída para agregar as percepções que jovens moradores do 7 de Setembro possuem do lugar em que vivem. Não se trata de um jovem, em especial, mas de um perfil que deriva dos aspectos mais comuns das falas dos entrevistados sobre o seu cotidiano. Esse recurso teve apenas o intuito de traçar um quadro mais vivo da experiência partilhada por esses jovens.

É preciso ter “jogo de cintura” e curtir a vida: uma visão masculina

“O local onde moro é um pouco triste por não ter muito lugar de lazer; nem bagunça tem! Durante a semana, então, não tem nada! O lugar não chega a ser muito perigoso ou muito violento, mas é bom mesmo para quem não mexe com droga. Aqui tem uma rua, a rua “Proibida” que tem ponto de droga. Todos conhecem e evitam passar lá. A gente sofre muito má influência por causa dos traficantes. É preciso saber escolher as amizades e o jovem tem que ocupar a cabeça para não “cair” no tráfico. Alguns meninos acham que aqui tem muita violência, mas eu não. Acho que tem lugares muito piores... Pelo menos aqui, o tráfico está mais concentrado naquela rua, não está em todo lugar. Além do mais, a gente tem algumas vantagens: os traficantes, pelo menos, protegem um pouco a gente. Não precisamos preocupar com roubo nas casas e nem com assaltos. Eles não deixam mexer com os trabalhadores..

A policia às vezes aparece e aí é perigoso ter tiroteio e bala perdida. Mas também é verdade que por causa da rua “Proibida” o bairro ficou muito mal falado. A gente sofre um certo preconceito por morar perto desse ponto de droga. Há quem diga que antigamente era bem melhor de se viver, mas acho que agora é que está melhor: a violência diminui muito nos últimos anos. É claro que mesmo assim a gente tem que tomar cuidado, saber onde circula e com quem anda. Uns acham que é perigoso andar depois das dez da noite, outros não têm medo nenhum. Não podemos andar por qualquer lugar, é verdade, mas quem não está envolvido com o tráfico pode circular mais, evitando passar na rua “Proibida”, claro!

Conheço meninos que não saem muito de casa para evitar as más companhias. Assim, alguns jovens ficam muito presos dentro de casa. Para se ter segurança, tem mesmo que saber por onde anda, quem cumprimentar e evitar sair sozinho por aí. Podemos sair sim, mas é preciso tomar cuidado. O melhor mesmo é não mexer com os traficantes. Sabe, é assim: cada um na sua e aí não tem problema. Eles não mexem com a gente.

Apesar disso, o lugar que a gente mora é bacana, tem pessoas boas e há solidariedade entre os moradores... A maioria dos jovens sente-se bem em morar aqui, apesar da gente não ter muita oportunidade...é verdade também que a gente não é muito mobilizado não... cada um cuida de si, mas assim, no dia-a-dia, as pessoas se ajudam muito. A gente conhece quase todo mundo, tem amigos e a maioria cresceu aqui mesmo. Mas aqui falta ter mais coisas de lazer pra gente, ah, para gente poder ocupar a cabeça, não se envolver com droga. Viver aqui é preciso ter “jogo de cintura”: saber onde ir, quem cumprimentar e ficar de olho aberto para curtir a vida, mas sem correr muitos riscos”.

Os rapazes se preocupam muito com a influência que podem sofrer do tráfico. Isso significa que eles estão mais em estado de alerta com relação aos jovens do tráfico do que as moças, pois de alguma maneira temem a aproximação com eles e as “*más influências*”.

Fernando, por exemplo, critica o tráfico de drogas alegando que, se a pessoa “entra”, dentro de “*três anos tá morto*”. Sabe que é preciso usar uma estratégia de segurança: “*Eles não mexem com a gente; eles só vão mexer se a pessoa ir lá primeiro; a partir desse momento que eu fui lá, eles vão começar a me procurar*”. O tráfico não impede esse jovem de circular e chegar em casa às duas horas da manhã. E acrescenta: “*A gente passa lá a hora que a gente quiser; a gente pode fazer o que a gente quiser que eles não mexem com a gente*”. Mas ao mesmo tempo, Fernando explica que é preciso **tomar cuidado**, pois eles (os traficantes) podem “*fazer a cabeça*” dos jovens para se envolverem com drogas. Sua avaliação é bastante rígida nesse sentido: “*Um começa e vai puxando o grupo todo... se eu tenho um grupo de amigos e começo a usar droga, os mais próximos de mim vão começar também. E aí vai tipo assim, uma maçã estragada vai estragar todas*”. Fernando avalia o tráfico como algo negativo, mas ao mesmo tempo não se incomoda com sua presença, desde que siga o acordo de “*não mexer com eles*”. Tem uma boa visão do local e o considera bom para se viver, desde que não se mexa com drogas.

Kadu também diz que é preciso **tomar cuidado** para não “*cair no buraco*” (consumir drogas). Convive com rapazes que fazem uso de maconha, mas caso a mesma lhe seja oferecida é preciso “*arrumar de cair fora que não é amigo não*”. Para se defender da possível influência dos rapazes da “Rua Proibida”, Kadu explica: “*Eu não tenho muita conversa com eles não, sabe? Eu só passo e cumprimento mesmo. Porque se você ficar envolvendo demais, eles acabam te atraindo pra lá, né? Aí eu não mexo*

muito não, eu fico mais na minha mesmo.” Kadu comenta sobre a presença de policiais na porta da escola explicando que *“lá a bandidagem é maior”* e que *“tem briga quase todo dia”*. A polícia, segundo ele, *“dá geral à toa”*, mesmo quando os rapazes estão *“só conversando”*. Para ele, o bairro é bom, mas não gosta muito por causa da violência, mas porque é *“sem movimento”*. O jovem não se preocupa tanto com a violência gerada pelo tráfico, mas com a possível influência do mesmo em sua vida.

Toni considera o bairro *“meio pacato e meio agitado pela violência”*. Assim como Fernando e Kadu, o jovem acha que é necessário **tomar cuidado** pois *“é um bairro que pode levar você pro buraco. Se o jovem não tiver a cabeça focada no que realmente ele quer, num serviço, num estudo, num curso, pode seguir o caminho errado”*. A presença do tráfico traz o perigo de envolver os jovens, e por essa razão, o bairro deveria oferecer mais oportunidades. Apesar de ter consciência desse perigo, não se sente ameaçado porque mora um *“pouco afastado de onde o bicho pega mesmo”* e sua família não é de se envolver em nada. Para ele, o bairro é bom para se viver e o problema de lá está *“nas pessoas”*. A segurança, segundo o jovem, deixa a desejar e há áreas onde o policiamento não chega. Onde ele mora tem um número maior de viaturas, o que o deixa mais protegido.

Heitor sabe que o bairro *“tem fama”* de ser perigoso, mas acha que há um certo exagero nessa avaliação. De fato, ele explica, há locais onde são *“barra”* e muitos moradores se recusam a circular em determinados locais. Também considera, assim como Fernando, Kadu, Toni e Valdir, que é preciso **tomar cuidado**, pois há lugares onde não se pode *“vacilar”* e *“com algumas pessoas é preciso conversar de pé atrás”*. Acha que *“antes era mais perigoso; hoje não se ouve mais falar em histórias assustadoras”*. Comenta que há desentendimentos entre os traficantes do local e de bairros vizinhos, mas os moradores *“ficam mais na deles”*. Ficar dentro de casa impede a influência de más companhias, mas mesmo assim o jovem circula bastante, tomando seus cuidados. Gosta do local, apesar da violência e da *“fama”* de perigoso. Heitor também conhece a melhor estratégia para não se envolver com o tráfico: *“ficar na dele”* e manter-se em alerta para evitar as más influências.

Pelas entrevistas com os rapazes vimos que, de fato, o medo deles está basicamente fundamentado no poder de influência que o tráfico pode exercer sobre eles. O próprio fato de serem homens já os coloca, de alguma forma, em maior proximidade com tráfico no sentido de ser mais possível um jovem do sexo masculino se envolver do que uma menina.

Os jovens temem a aproximação dos que estão envolvidos com o tráfico. A atitude **“tomar cuidado”** foi a mais lembrada por eles como estratégia de segurança. Com exceção de Washington e Joílton, todos os outros chegam a dizer como tomar essa atitude é importante. É comum em suas falas a importância de se ficar em estado de alerta: não vacilar, não bobear, ser esperto, ter cabeça boa, etc.

Os jovens do sexo masculino consideram o local tranquilo, embora o bairro tenha fama de ser violento. De fato, o local não é desprovido de violência, em virtude do tráfico de drogas, mas atualmente a mesma tem diminuído, segundo os entrevistados. Alguns têm medo de circular à noite (após as 22 horas) e chegam a comentar que há lugares onde não se deve passar para não correr riscos.

Alguns circulam bastante, seja para bairros vizinhos, seja para o centro da cidade, shoppings e casas de parentes/amigos. Não pertencer ao tráfico permite circular sem tantos perigos em quase todos os lugares da microárea e do bairro. Todos eles evitam passar na “Rua Proibida”. Suas estratégias de segurança incluem desde *“baixar a cabeça”* ao cruzar com os jovens do tráfico até *“só cumprimentar e andar adiante”*. Mas todos disseram que *“se ninguém mexer com ninguém, não há problemas”*.

A maioria circula sem medo, mas sabe que há lugares onde é preciso evitar, especialmente à noite. Embora circulem, *“ficar em casa”* ainda é uma grande estratégia para impedir a influência negativa das *“más companhias”*. Eles dizem que é fácil fazer amizades na microárea, mas que é preciso escolher e saber com quem se está convivendo para não se envolver em confusões. O jovem, segundo eles, precisa tomar cuidado para não ser *“levado pro buraco”*, o que significa entrar no mundo das drogas. A falta de estudo, trabalho e lazer é responsável, segundo eles, pelo ingresso de alguns no mundo da criminalidade. Comentam: *“É preciso ocupar a mente com outras coisas”*.

Apesar da dificuldade de circulação, alguns jovens conseguem ampliar sua sociabilidade e também ter mais acesso à cidade. A mediação normalmente é feita pelo Agente Jovem, para os que integram o Programa, mas, também, pela participação em grupos juvenis. Joílton, representa a mediação de ambos.

Joílton – a sociabilidade ampliada pelo futebol

O jovem tem 17 anos, está cursando o 1º ano do Ensino Médio. É solteiro, não tem filhos e se considera mulato, *“quase negro mesmo”*. Ele não trabalha e é participante do

programa Agente Jovem. Mora no bairro desde que nasceu. O bairro, segundo ele, “*não tem muito movimento e não chega a ser perigoso*”. Às vezes alguma igreja promove algum evento; “*às vezes há uma rua do lazer*”. Isso acontece até o meio-dia de domingo. Depois, “*a rua já fica deserta, já não tem mais ninguém*”. No domingo, ele explica, “*uns jovens saem com a família e outros ficam em casa descansando.*”

Joílton gosta de futebol e joga em um tradicional time do bairro. Tem muitos colegas que jogam no campo, que se situa fora do bairro. Participam de campeonatos conhecidos na cidade. Conta que lá no time eles discutem, fazem churrasco, etc. Há treinos 3 vezes na semana, mas ele não vai em virtude do horário do Programa Agente Jovem. Conta que conversou com o treinador e, mesmo sem treinar, joga todo sábado de manhã. Para ele, participar desse time é muito importante porque na juventude o jovem precisa se divertir, escutar outras idéias. Explica que quando estão dentro do ônibus indo ou voltando do campo, conversam e brincam muito e que isso propicia conhecer as idéias de outros jovens. Relata como o time foi importante quando sofreu com uma “*síndrome do pânico*”, e não conseguia ficar em lugar fechado, ir à escola ou ao Programa Agente Jovem. A atividade esportiva a única que conseguia realizar naquele período.

Joílton gosta de soltar papagaio, bater papo na esquina com os amigos, mas se considera caseiro. Diz que no bairro não tem nada de lazer e que os jovens “*se perdem*”. Comenta que quase todos os amigos entraram para o mundo das drogas e um, inclusive, está preso. Durante a semana estuda e vai ao Programa Agente Jovem, portanto, tem “*programa*”. Mas no final de semana não tem nada para fazer e então vai para a esquina conversar com os amigos ou fica dentro de casa. “*Não tem nada mesmo*”, comenta. Não gosta de sair em grupos grandes; sai mais com um colega ou com a namorada. A maioria de seus amigos é do bairro, que conhece há muito tempo; outros são do time de futebol e do Programa Agente Jovem, mas todos do bairro.

Joílton é, dentre os entrevistados, o jovem que tem uma situação econômica menos favorável.¹³⁰ Para uma área onde há poucas opções de lazer, Joílton poderia estar em grande desvantagem em relação a outros jovens, também moradores da microárea, que possuem melhores condições de vida e, portanto, mais possibilidades de circulação.

¹³⁰ Sua renda familiar é de aproximadamente R\$ 150,00. Kadu, por exemplo, também morador da microárea, tem renda familiar de R\$ 1.300,00. Conforme já dissemos no início desse capítulo, não verificamos uma homogeneidade na microárea, o que nos indica que há modos de vida juvenis também bastante diversificados.

Sair do bairro implica, no mínimo, em ter dinheiro para o deslocamento até o centro da cidade onde poderia encontrar um lazer gratuito.

Mas, no entanto, a circulação não lhe foi totalmente vetada. Joílton participa do time de futebol do bairro, o que lhe propicia uma certa mobilidade, não só para bairros vizinhos, mas para a cidade toda através dos campeonatos de que participa. Sente-se valorizado quando joga com outros times da cidade, se reconhece como jogador e isso aumenta sua auto-estima.

Joílton estuda em uma escola que se localiza longe de sua casa. Apesar de ter sentido muito a mudança de escola e conseqüentemente a perda de alguns amigos antigos, a nova escola propiciou-lhe, também, fazer novas amizades.

Como participante do Programa Agente Jovem, Joílton também teve ampliada sua rede de amigos, o que lhe permitiu, através das atividades, conhecer mais espaços públicos e ter mais acesso à cultura, além de uma “formação de cidadania”¹³¹. “*Eu acho que eu tenho mais visão de mundo agora*”, ele explica.

Apesar das dificuldades e de uma oferta precária de possibilidades, o jovem é estimulado a circular, seja por estudar em uma escola longe de sua casa, seja por ser participante do Programa Agente Jovem. Futebol, escola e Agente Jovem foram mediadores importantes para ampliar as possibilidades de experimentação de Joílton.

Já Denis foi o único jovem a relatar seu envolvimento com o tráfico no passado, sua convivência atual com os jovens do tráfico, bem como o uso de maconha. Diferentemente da maioria dos entrevistados, sua circulação no interior da microárea e também no bairro é bastante comprometida, mesmo já tendo abandonado o tráfico. Isso faz com sua trajetória seja diferente da maioria dos entrevistados, o que justifica alguns comentários.

Denis – o tráfico “ficou para trás”, mas as conseqüências ainda permanecem

Denis tem 20 anos, é negro, não tem filhos e é solteiro. Concluiu o Ensino Médio e está desempregado. O jovem participava de grupo musical de rap composto por jovens do bairro 7 de Setembro e de um outro bairro próximo. O grupo se apresentava em vários locais cujos eventos eram patrocinados pela PBH, chegando a tocar na sede do PT, no centro da cidade, e em uma reconhecida casa de shows. O grupo acabou

¹³¹ Perguntado sobre o que é essa formação, ele explica que são discutidos temas como sexo, trabalho e emprego. Ele diz “gente aprende em como ser cidadão”.

porque alguns integrantes saíram, outros se converteram e foram para igreja, um faleceu e outro foi preso. Denis saiu do grupo antes do mesmo acabar porque parou de trabalhar e se envolveu no tráfico de drogas, deixando o rap de lado. Para ele, o rap passou a ser incompatível com sua vida, pois apontava exatamente o que estava errado, denunciava a vida do tráfico e as consequências para o jovem.

Sobre a vida no tráfico, Denis explica que um dos integrantes do grupo de rap conhecia os rapazes da “Rua Proibida” e os apresentou. A partir daí, Denis começou a ter “*um tipo de amizade*”, ia até o local para conversar. Ele argumenta que “*desconsiderava*” o que os jovens faziam, mas estava lá, vendo tudo acontecer. Foi aprendendo e, segundo ele, talvez hoje saiba mais do que “*um cara de 35 anos*”. Na época tinha emprego fixo, mas o que ganhava não era suficiente para pagar um curso que queria fazer. Conta que ficou “iludido” com o dinheiro gerado pelo tráfico - queria “*bonança*”, além da facilidade de poder “*ficar*” com as meninas. Mesmo com medo de não dar certo, Denis largou o trabalho, saiu de casa, foi morar com um amigo e começou a vender droga. Permaneceu no tráfico “*bastante tempo*”¹³² mas, por vontade própria, o abandonou. Quando resolveu sair do tráfico¹³³, retornou para a casa da mãe e voltou a frequentar a igreja evangélica. Denis considera o 7 de Setembro um bairro bom, mas onde “*acontece um tanto de coisa errada*”¹³⁴. Para ele, os jovens que moram nesse bairro presenciam e “*vivem*” mais coisas que um jovem bem mais velho, de outros bairros, não vive. Compara a vida difícil e diferencia a mesma no local e em outros lugares. Ele explica: “*Um menino de 13 anos que mora no Vale das Amendoeiras (bairro vizinho) tem casa arrumada, com água, luz, o pai trabalha, a mãe trabalha e tal. Ele tá lá, num colégio particular, estudando e levando a vida bacana. Já aqui um menino de 13 anos que tem pai, tem mãe e tudo, tá vendendo droga.*” Ele considera que isso é em decorrência do local de moradia, pois o jovem do seu bairro vê o uso e o tráfico de drogas, não tem divertimento, não tem uma praça onde possa ir, enfim, “*não tem nada de bom*”. Se o jovem não for para casa, jogar um vídeo ou assistir TV, ele vai ver somente isso e a consequência é que esse jovem vai “*vender droga mesmo*”.

Denis ainda convive com os rapazes da “Rua Proibida”, é usuário de maconha e explica que, de fato, há entre os bairros uma “*guerra por ponto de droga*”. Ele explica

¹³² Embora ele não tenha sido explícito, permaneceu no mínimo por 6 meses.

¹³³ Essa entrevista durou quase duas horas. O jovem relatou em detalhes a vida no tráfico bem como sua decisão em abandoná-lo.

¹³⁴ O jovem refere-se ao tráfico de drogas.

que fica mais na “Rua Proibida” porque não pode ficar “*zanzando pra cima e pra baixo o tempo todo*” por ter sido envolvido com o tráfico. Há rixas entre o pessoal do 7 de Setembro e de bairros vizinhos. Denis explica que gostaria de mudar de bairro, para um lugar melhor para se viver, onde não veja e aprenda coisas erradas. Explica: “*Você vai parar de conviver com muita coisa que chama sua atenção, entendeu? A questão do trabalho, de estudo, de alguma coisa que você for fazer, eu que acho que vai ser mais fácil*”.

Seus amigos são do bairro e segundo ele, muitas vezes o crime facilita fazer amizades, pois “*muita gente*”, por inocência, admira os traficantes. Às vezes sai para um shopping localizado fora do bairro com os amigos da “Rua Proibida” e tenta não deixar transparecer tudo que viveu de errado. Explica que ao conhecer uma menina no ônibus que não mora no 7 de Setembro, não conta nada sobre sua vida passada. Outras vezes, vai para o centro da cidade, no funk, com os amigos do bairro.¹³⁵

Atualmente tem se interessado por empinar pipas, ver filmes em casa, andar de skate e jogar basquete, suas únicas atividades de lazer. Para a prática do basquete, Denis precisa se deslocar para o bairro vizinho onde existe a quadra.

Quanto à família, Denis a considera “*importante demais*”. É o caçula de cinco irmãos, sua mãe é doméstica e o pai armador. O pai faz as despesas e a mãe ajuda. Um irmão está preso. Sua família sabe de tudo que lhe ocorreu e o que ainda ocorre, mas mesmo assim o apóia muito.

Denis é um jovem que embora circule pelo centro da cidade, tem restrições com relação à circulação na microárea e em alguns bairros vizinhos pelo seu envolvimento anterior com o tráfico de drogas. Ele explica que, pela rivalidade existente entre os bairros, não pode circular livremente, pois os jovens de outros bairros podem pensar que ele está lá para “*escaltar*”¹³⁶. Assim, circular para outros bairros é correr riscos, já que ninguém do tráfico permite a presença de integrantes ou amigos de traficantes rivais, no caso, do 7 de Setembro. Os jovens que não se envolveram ou não estão envolvidos com o tráfico podem circular mais à vontade porque ninguém os conhece. Para ele, nesse sentido é muito difícil morar no local. Ele comenta que gostaria de sair para outros

¹³⁵ Dias antes da entrevista, Denis foi para o funk com os meninos e umas meninas, no centro da cidade, quando foi preso por estar fumando maconha, um dia após seu aniversário. Na véspera, ele não voltou para casa, ficou bebendo com os amigos na rua, embora muita gente o aguardasse em casa para a comemoração. Sua irmã ligou quando ele estava na delegacia. A família, no dia seguinte, fez a comemoração e ele ganhou um DVD do pai. Sentiu-se muito culpado por sua atitude e afirma que, mesmo quando faz coisas erradas, a família não o abandona.

¹³⁶ Gíria que se refere a ver como está o tráfico do local e contar para o grupo rival como eles se organizam.

lugares, mas não pode. Quando vai à casa do tio, que mora em um bairro próximo, precisa ficar alerta, de *“pé atrás, olhando pra tudo quanto é canto pra não dar problema nenhum... é maior chato”*.

Apesar de já ter terminado o Ensino Médio e ter trabalhado em mais de um lugar, Denis tem tido dificuldade em conseguir um novo emprego. Sua rotina, atualmente, inclui preencher fichas e aguardar ser chamado para um trabalho. Denis tem vontade de refazer sua vida, voltar a estudar e principalmente trabalhar por considerar que assim não vai mais *“ficar na rua o dia inteiro, vendo o cara vendendo droga o dia inteiro e querendo dinheiro”*. O seu sonho parece ser o de tantos outros jovens:

“É tirar um sábado de manhã, ou domingo, o dia mais bonito assim, e eu ir no supermercado, assim, de chinelo, de bermuda e tal, e minha esposa, com meu filho pra gente fazer compra, sabe? Eu não quero ser rico, o maior conforto! Não! Eu quero ter uma vida bacana, sô. Queria ter um carro, ter um emprego pra que pague o que dever, continuar estudando alguma coisa e guardar, investir no meu filho, e de divertir mais na minha vida”.

Diferentemente de Joílton, o grupo juvenil, no caso o de rap, foi o mediador entre Denis e o grupo que traficava no 7 de Setembro. Sem dúvida o grupo ampliou a sociabilidade desse jovem, mas, no entanto, foi através desse grupo que Denis conheceu e se envolveu no tráfico. Em virtude desse envolvimento, até hoje Denis tem restrições para circular nas proximidades da microárea. Ele foi dos rapazes o que demonstrou interesse em se mudar de bairro, exatamente para ter mais liberdade e poder circular sem tanta apreensão.

Apesar das dificuldades, Denis não deixou de “ser jovem”: continua desejando autonomia para circular e curtir a vida, e sonhando com uma vida diferente para seu futuro.

Como jovens mulheres constroem sua experiência? A narrativa a seguir busca sintetizar as percepções das garotas sobre o lugar em que vivem, reunindo os aspectos mais recorrentes de suas falas¹³⁷.

¹³⁷ Assim como fizemos com os rapazes, essa narrativa busca incluir todas as moças que foram entrevistadas. Suas percepções são diferentes das percepções dos rapazes, em alguns pontos específicos.

Jovens mulheres experimentam a falta de liberdade imposta pela violência

“Antigamente, morar aqui era melhor. Tinha mais movimento. Pra gente divertir a gente tem que sair daqui, o que nem sempre é fácil. É preciso criar situações de lazer. A gente pede a quadra da escola emprestada, junta uma turma e sai para passear ou vai para casa de alguém. Seria bom se aqui tivesse mais quadras, porque a maioria assim, da minha idade, acha importante praticar um esporte. Os meninos jogam bola na rua ou na pracinha, mas a gente... Agora, para quem não gosta de bola, só resta ir por parque que tem no bairro vizinho, porque aqui não tem nada mesmo.

Além disso, aqui tem áreas restritas, como a “Rua Proibida”. Lá é o ponto do tráfico e a gente sofre muito o preconceito de morar na mesma área dessa rua. Até na escola o povo fica “zoando” da gente morar num lugar como esse. Nossas colegas não vêm muito aqui porque acham o lugar muito perigoso, mas não é como eles falam não. Eles, a mídia exagera muito. Há lugares piores que o nosso para se viver. Aqui, o perigo é normal, quero dizer, tem lá os traficantes, com as coisas deles, mas eles não mexem com a gente não. A gente sofre o preconceito... Por exemplo, outro dia fiquei sabendo que uma pizzaria se recusou a entregar uma pizza porque a menina morava bem perto da “Rua Proibida.

O tráfico traz uma certa violência sim, e aí a gente não pode ficar andando muito: é muita insegurança o que a gente sente. Nossos pais temem por nossa segurança e aí, sabe o que acontece? A gente fica presa demais! Isso prejudica porque a gente está na idade de sair, a gente precisa conhecer um pouco mais o mundo... porque a gente não vai ficar debaixo das asas dos pais a vida inteira, né? Então vai ter uma hora que eles vão ter que liberar a gente e aí a gente não vai saber se virar porque não aprendeu nada da vida. Aí, vai ser muita responsabilidade de uma vez só! E como aqui não tem nada, a gente precisa sair, mas é perigoso.

Até para arrumar namorado aqui é difícil...quase não tem gente nova. E quando arruma, nem sempre é fácil. Tenho uma amiga que conseguiu arrumar um namorado, mas aí tem um problema: ele não pode passar na rua onde os traficantes ficam, e ela mora lá perto. Para ele ir para casa dela, fica difícil demais. Aqui não tem muitas oportunidades pra gente.

Mas o lugar é bom, principalmente para quem não mexe com drogas. Os traficantes mandam aqui, mas também protegem os trabalhadores, eles respeitam a gente: mas a gente não pode mexer com eles. Fica assim, cada um na sua. Algumas meninas acham que o tráfico não atrapalha em nada, mas atrapalha sim.

Às vezes tem polícia e aí, pode ter tiroteio e ninguém tem segurança. Como a gente pode sair de casa com medo de tiroteio? A gente mora perto uns dos outros, mas aqui é muito parado. É preciso sair para gente se divertir mais. No domingo alguns jovens ficam na pracinha conversando, mas durante a semana é parado demais. A vida aqui é monótona e cada

um se vira como pode. Tenho umas amigas que faziam o Agente Jovem e aí elas saíam, brincavam, iam a festas, mas é porque elas freqüentavam lá... Nem todo mundo tem grana para sair, aí fica mais em casa mesmo.

Apesar de aqui ser assim, a maioria de nós não quer mudar daqui... ah, sei lá, a gente já acostumou, a gente mora aqui há muito tempo e tem as pessoas que são boas, a gente já conhece os lugares que não pode ir... acho que é mais fácil do que mudar daqui. Afinal, todo lugar é de alguma forma perigoso hoje em dia, né?”

As moças entrevistadas afirmam que o local é desprovido de atividades de lazer, especialmente para elas. O bairro, e não só a microárea, é considerado muito parado, sem movimentação de pessoas. O local onde moram oferece poucas oportunidades para os jovens, sejam de trabalho, sejam de lazer.

A microárea já foi mais violenta. Comentam que antigamente¹³⁸ a situação de violência era bem mais complicada e isso gerava muito medo, pois havia muito tiroteio e brigas entre os traficantes. Mas mesmo assim, para algumas moças, a violência continua existindo.

Poucas não consideram o local tão perigoso e acham um exagero o que as pessoas falam sobre o bairro. Circulam sem medo, inclusive à noite e dizem sentirem-se seguras em relação aos traficantes.

A maioria comenta que no local não há nenhuma diversão e, portanto, é preciso sair do bairro, o que é dificultado pela presença da violência e também por falta de recursos financeiros. A decisão, então, é ficar em casa e sair pouco. Quem mora perto da “Rua Proibida”, às vezes, de madrugada, ouve tiros.

A maioria das jovens considera o lugar perigoso à noite e comenta que há riscos para se chegar em casa. Elas explicam que o bairro é bom para se viver, desde que não “*mexa com o povo lá de baixo*” (do tráfico). Comentam que os traficantes “*mandam em tudo*”, embora eles protejam quem chega em casa de noite, vindo do trabalho. Pela violência, a maioria se sente muito presa em casa e, por outro lado, essa situação também dificulta a circulação de colegas de outros bairros na microárea onde vivem.

Apesar da violência advinda do tráfico, elas consideram que os traficantes respeitam os moradores e se “*não mexer com eles, eles não mexem com ninguém*”. Explicam que “*eles ficam lá e a gente aqui*” e os problemas só acontecem, “*se mexer*

¹³⁸ Nenhum dos entrevistados, seja moça ou rapaz, conseguiu precisar quando, exatamente, a situação de violência melhorou. Alguns arriscaram dizer que muitos traficantes morreram, foram presos ou se mudaram. Mas, a maioria disse somente: “Antigamente era bem pior”.

com eles". Sabem que há lugares onde não é recomendável circular. A maioria sente-se segura em relação aos traficantes. Apesar de reconhecerem a violência do local, algumas explicam que lá elas vivem um "*perigo normal*", ou seja, "*eles tão lá e eles não mexem com a gente*" e a confusão somente acontece quando chegam pessoas de fora e "*mexem nos esquemas deles*". A maioria considera que há um certo exagero quando se fala do perigo do bairro.

Sílvia explica:

"Porque eu acho assim, que tem lugares bem piores do que o nosso, que mata cinco por dia, com sol quente e aqui tem muito tempo que eu não vejo ninguém falando de morte. O que mais tem lá é tráfico de drogas e isso não tem nada de morte". (Sílvia, 7 de Setembro)

A violência do local, especialmente a que ocorre nas imediações da "Rua Proibida", faz com que o bairro seja "*mal falado*" e produz preconceitos. Essa é a visão de algumas jovens: Cristiana, Sílvia, Miriam e Roberta.

Miriam explica que, ao dizer que mora na "Rua Proibida", os colegas se assustam e respondem: "*Nossa senhora, você mora naquela rua?! Nossa, eu não tenho coragem de ir lá não, nossa senhora!*". Ela reage dizendo que antigamente o local era mais perigoso, mas que agora não há motivos para os colegas temerem.

Sílvia diz que sempre são criticados por morarem naquele local, sofrem "*zoação*" e escutam dos colegas de escola: "*Nó, você mora naquele buraco?! Lá é maior brejo!*". Diz que não entra nessa discussão porque não vale a pena. Ressente-se com o fato de que qualquer coisa de ruim que acontece no bairro a culpa é sempre atribuída aos rapazes da microárea. Ela acredita que isso é em decorrência do local abrigar muitos traficantes e que lá é considerado o "*o lugar deles*", o que discorda.

Cristiana conta que ao chegar "*gente nova no bairro, eles* (os que chegam) *ficam pé atrás*" pelo fato do bairro ser considerado perigoso por causa da "Rua Proibida". Ela comenta que geralmente as pessoas acham que "*todo mundo que mora lá é perigoso*" e ficam "*cismadas*" com os moradores.

Assim como os rapazes, as moças também circulam pelo bairro, talvez não tanto quanto eles, mas circulam. Algumas jovens (Miriam, Cristiana, Pâmela e Roberta) são participantes de grupos juvenis variados que lhes abrem possibilidades de uma maior circulação, não só no bairro, mas em outros lugares da cidade e até fora dela.

Miriam participa de dois grupos de dança: um do Programa BH Cidadania e outro em uma cidade da região metropolitana. Pelo Programa, participa das aulas de

dança aos sábados, e aos domingos treina com o outro grupo. Pela dança, Miriam consegue, pelo menos uma vez na semana, sair da microárea, o que lhe foi possibilitado pelo trabalho que subsidia seu transporte até o local do curso.

Cristiana participa do grupo de “Desbravadores da Igreja”¹³⁹. Dentre as atividades oferecidas por esse grupo, estão acampamentos, torneios, campeonatos de futebol, natação, etc. (no local e fora dele). Cristiana ainda conta que a igreja tem um clube em um bairro distante¹⁴⁰ da microárea, mas que eles são levados. Essas atividades reúnem jovens de vários locais, o que possibilitou a jovem começar a namorar.

Pâmela¹⁴¹ é participante do programa Agente Jovem e comenta que o mesmo mudou sua vida, pois antes de frequentá-lo, na microárea, “*só ficava dentro de casa*”. Mas, além do programa, Pâmela participa de um grupo de futebol feminino e a cada sábado vai jogar em um local diferente (no bairro e fora dele). Segundo ela, o bairro oferece menores oportunidades de lazer para as moças do que para os rapazes.

Roberta se considera mais caseira e, quando sai, na maioria das vezes, é na companhia dos pais. Seu lazer é mais em casa, em almoços familiares. Às vezes saem no domingo para visitar parentes ou ir ao shopping. Roberta participa do coral da igreja¹⁴² e considera o mesmo um “*grupo de irmãos*”. Acredita que o grupo é muito importante, pois lhe possibilita conviver com crianças, adultos, idosos e deficientes sem qualquer preconceito ou discriminações e que “*todos acolhem todos e tentam, no possível, ajudar*”.

Sílvia¹⁴³ é, das moças, uma das que menos circula. Seu lazer consiste em escutar música dentro de casa ou ir para a casa de colegas. Ela considera o local bastante difícil de fazer amizades, pois “*o pessoal é fofoqueiro*” e as relações de vizinhança são “*péssimas*”. A jovem se mudou para o local quando tinha 10 anos de idade. No início não gostava, mas depois “*reavaliou*”, acredita que o bairro não é tão perigoso e gosta de morar lá. Seus amigos são da escola e de outros lugares. A jovem não trabalha, não participa do programa Agente Jovem e de nenhum grupo juvenil. Cassandra circula menos que Sílvia e seu motivo é outro: tem um filho pequeno e depois do nascimento do garoto sua vida mudou. A jovem comenta que antes saía muito, ia para as baladas,

¹³⁹ Igreja Evangélica

¹⁴⁰ Esse bairro é considerado um bairro de classe média alta. Fica bastante distante da microárea, em outra regional.

¹⁴¹ Pâmela é a jovem cuja renda familiar é a menor dentre as moças, R\$ 200,00.

¹⁴² Igreja Católica.

¹⁴³ Sua renda familiar é a segunda menor dentre as moças, R\$360,00.

danceterias, discotecas, fora do bairro, mas que atualmente fica “*presa em casa*” em virtude do filho. Seu lazer é ficar dentro de casa ouvindo música ou sentada na porta de casa conversando. Seus amigos são da escola e apenas uma mora perto de sua casa. Considera que o fato de ser mãe mudou sua vida para melhor, apesar de ficar mais presa. Cassandra também nunca frequentou o programa Agente Jovem, não trabalha, não estuda e não pertence a nenhum grupo juvenil.

Foi possível compreender que, para as garotas, a vida no local parece ser mais difícil. Enquanto os rapazes se preocupam, em sua maioria, com as más companhias dos jovens do tráfico, as moças se preocupam com a violência advinda do tráfico e o preconceito daí decorrente. Elas frequentam mais os grupos juvenis – o que cria possibilidades de ampliação de suas sociabilidades. Percebemos que tanto rapazes e moças que participam do programa Agente Jovem têm suas possibilidades de sociabilidade e de lazer ampliadas. O trabalho também aparece como forte mediador para o aumento das interações, seja na vida dos rapazes, seja na vida das moças. Embora os rapazes reconheçam a violência, a mesma parece não impedi-los totalmente de circular pelo bairro e outros locais. Já as moças se queixam mais de uma das consequências impostas pela violência do local: ficar “presas” em casa. Foi possível perceber também que a renda familiar interfere na circulação e na busca de lazer por parte dos jovens. Aqueles que trabalham ou que possuem uma renda familiar razoável circulam e se divertem mais do que aqueles com renda familiar menos favorável. O limite imposto pela renda pode ser minimizado pela participação em grupos juvenis, como vimos pelos modos de vida de Pâmela e Joílton.

Moças e rapazes admitem a violência gerada pelo tráfico de drogas, mas suas preocupações com relação ao mesmo são variadas. As jovens tendem a preocupar-se mais com as consequências, ou seja, a violência gerada pelo tráfico, mais do que com ele, especificamente. As jovens que conseguem ter uma reflexão mais crítica sobre a violência e o tráfico no local são aquelas que, de algum modo, participam ou participaram de algum grupo juvenil ou do programa Agente Jovem. Vimos que através desses mediadores elas conseguem ampliar a visão da situação vivida, permitindo reconhecer que o tráfico pode até proteger, mas há consequências em decorrência da presença deles no local.

Dentre as moças, somente duas, Gorete e Cristiana, se referiram à polícia. A primeira teme a presença da polícia no local porque isto pode significar o início de um tiroteio. A segunda vivenciou um episódio em que 15 jovens armados perseguiam um

jovem pela rua em sua direção. Achou que ia morrer, pois “*estava no meio do fogo cruzado*”. Lamenta que não havia nenhum policial e que somente de vez em quando vê algum passando pela microárea.

A rotina pode ser modificada pela violência gerada pelo tráfico, tudo indica que os rapazes mantêm mais suas atividades habituais que as moças. É certo que houve rapazes que se queixaram da “*prisão*” (Heitor e Valdir) na qual ficam submetidos pela violência, mas a maioria não se sente impedida de circular em decorrência da violência no local.

As interações e eventuais amizades dos rapazes parecem ser mais afetadas pela presença do tráfico do que as das moças. Eles, com o medo do envolvimento pessoal com os jovens do tráfico, mantêm certa distância de outros jovens e ficam de “*pé atrás*” em novos relacionamentos. A necessidade de se conhecer bem a pessoa antes de iniciar uma amizade pode fazer com que eles tenham mais dificuldade de ampliar a rede de amigos do que as moças. Elas mostram preocupação em evitar pessoas que sejam “*fofoqueiras, falsas, de duas caras, egoístas, invejosas*”, mas não demonstraram medo de se aproximarem de moças ou rapazes que estejam envolvidos ou que possam envolvê-las no tráfico.

Um outro aspecto que exige comentários diz respeito à relação dos jovens com a polícia. Toni, Valdir e Joílton falaram da pouca segurança oferecida pela polícia. Kadu relata o abuso da autoridade policial ao serem revistados sem motivos para tal, na porta escola. Nesse sentido, Washington também traz um depoimento ao se sentir “*discriminado*” quando a polícia, também por abuso de autoridade, revista o jovem e seus amigos “*apenas por usarem roupa preta*”.

A análise de Denis foi a mais complexa em virtude do seu envolvimento com os rapazes do tráfico, seja porque ainda são seus amigos, seja porque já foi parte desse universo. Denis possui um sentimento ambíguo com relação à ação policial: acha correto a polícia querer diminuir o tráfico, mas ao mesmo tempo isso pode significar a morte ou a prisão de seus amigos. Apesar de ter uma posição negativa sobre o tráfico e suas consequências, o jovem não consegue ir contra os parceiros, amigos e prefere manter a postura “*neutra*”: “*Os rapazes estão errados, mas a polícia também. Os rapazes estão certos e a polícia também*”.

4.2 Pinheirinho: um território submerso na microárea

Para compreender a demarcação feita pela PBH é importante reiterar que a área demarcada já existia anteriormente à chegada do programa. Nesse bairro já existia, *a priori*, uma fragmentação do espaço – o Alto dos Pinheiros (bairro) e o Pinheirinho. Havia uma divisão, por assim dizer, inclusive com uma denominação própria do espaço segregado – Pinheirinho. Assim, não foi o programa quem fragmentou o local, pois já existia ali um “território”, muito embora não soubéssemos no início da pesquisa as conseqüências já existentes dessa fragmentação.

Não percebemos nesse local disputas entre os moradores uma vez que a demarcação feita atendeu, de certa forma, aos modos de vida dessa população. Já existia um “viver” compartilhado que caracterizava os moradores desse local, muito antes da chegada do programa. Essa comunidade – Pinheirinho – é homogênea, com moradores com necessidades muito parecidas. Como essa comunidade já era vista pelo restante do bairro Alto dos Pinheiros como uma população “mais carente”, os moradores, de modo geral, compreenderam a escolha da prefeitura. No entanto, ao mesmo tempo, a população também demonstra seu descontentamento com essa demarcação, argumentando que o Pinheirinho é também o Alto dos Pinheiros (bairro), e que, portanto, todos os moradores são iguais e precisam da mesma assistência do Estado. Interessante, por exemplo, observar que antes da chegada do programa ninguém gostaria de morar do Pinheirinho, mas a partir do momento em que a PBH dá apoio aos moradores do local, alguns declaram que morar no Pinheirinho não reúne somente conseqüências ruins, mas, ao contrário, é possível conseguir uma maior assistência do Estado. No entanto essas orientações revelam muito mais uma demanda de ampliação do raio de ação do Poder Público do que, de fato, um horizonte simbólico compartilhado.

A vida dos jovens do local é considerada por eles como difícil, por inúmeras razões que vamos discutir a partir de agora. O território Pinheirinho expõe seus moradores a uma grande violência gerada pelo intenso tráfico de drogas e também a uma estigmatização de difícil administração por parte dos jovens, como nos mostraram as entrevistas. Não se trata neste caso de uma rua no interior de uma microárea, mas de um espaço mais amplo, recortado e caracterizado por esse estigma.

A narrativa a seguir busca mostrar como é um dia na vida de um rapaz morador do Pinheirinho. Não é apenas uma fala de um jovem, mas um apanhado de recorrências observadas em todos os entrevistados, para compreendermos melhor seu dia-a-dia.

Rota do medo: a aventura masculina de se viver no Pinheirinho

“É noite. Começo a descer a rua, olhando pros lados, confesso, um tanto apreensivo. Porque eu moro no Pinheirinho. Mas eu não sou malandro, não sou traficante. Lá tem violência, mas a televisão aumenta muito. Por aqui, todos acham que há mesmo um exagero... Todo mundo pensa que somos todos da mesma raça, da mesma laia, que somos usuários, traficantes... E aí, todo mundo fica com medo de lá. Hoje mesmo fiquei sabendo de um cara que foi tentar um emprego e... bastou falar que morava no Pinheirinho que a moça foi logo despachando o cara: “ah, volta depois”; dizem que as vezes, é até pior: “Cê mora no Pinheirinho...naquele lugar perigoso?”Pra falar sério, tem até uns amigos meus que não têm coragem de ir lá. Acham que é perigoso demais.

A gente é muito discriminado, sofre muito preconceito. Desço pensando: Como será que está a barra lá hoje? Será que houve guerra entre os meninos de lá e os daqui do “alto”? Eles têm uma rixa com os meninos aqui de cima, então, fica uma guerra. Tudo bem que eles não mexem com gente, mas a gente não pode andar por aí tranquilamente. Viver ali é uma aventura... Tem que ocupar a cabeça e o corpo. E mais, tem que ter um foco, tem que ter um objetivo, tem que querer ser alguém, tentar ser alguma coisa, senão a gente acaba envolvendo com o tráfico. Eles ditam as leis ali: não pode roubar, não pode mexer com trabalhador... Eles defendem nossa comunidade, verificam o que aconteceu, dão mantimentos, dinheiro, levam nos lugares, ajudam mesmo.

Cheguei na entrada do Pinheiro. Aqui tem becos demais. Se você não conhece, fica perdido.

Polícia, pare! Encosta aí na parede! Documentos! O que cê tá fazendo aqui no beco? Não corre não! Tá no beco não é à toa!

Mostrei a carteira da escola... ufa! Muitos não têm nada pra mostrar: nem carteira de escola, nem crachá de empresa... Isso facilita, claro! Eles vão saber que você não é nenhum marginal. É isso a qualquer hora: chegam, dão tiros, abusam, entram não casa sem mandatos... se a gente correr, é pior. Eles generalizam muito ao achar que todos que moram aqui são iguais... Às vezes penso que a polícia dá mais medo que proteção. A gente sente, os policiais são prepotentes... Aqui, às vezes a polícia traz é mais confusão. Quando tem muita polícia, os traficantes somem. Aí fica bom de morar. Ou então, quando tem pouco policial também é bom:

eles ficam em paz. Quem deveria dar proteção, a policia, né? Mas é quem ameaça a gente. Felizmente, to chegando em casa. Hoje to pensando em tanta coisa... mas vou deitar.

Tiros? De novo? De noite é pior. Só falta a policia inventar de entrar aqui... eles entram mesmo, e entram batendo.

Tava pensando... tem uns cara que tem vontade de mudar daqui. Eu não. Apesar de tudo, aqui é bom pra morar. Temos amizade, uns respeita os outros –até os malandros respeita a gente. A solidariedade entre nós, moradores, ajuda a viver aqui. É claro que, como em todo lugar, há pessoas boas e ruins. Aqui também. Mas a maioria ajuda uns aos outros. A maioria dos jovens daqui mora desde que nasceram. Talvez por isso a comunidade seja unida, até com os traficantes.

Na verdade a gente tem mais colegas, porque amigos, é diferente. Aqui tem muita má influência, então, a gente tem que saber com quem fala, o que fala e por onde anda. Pra morar aqui tem que ser forte tem que ocupar o tempo com o trabalho, com curso, com estudo. Não dá pra ficar a toa não, senão a gente acaba fazendo coisa errada e fazendo amizade que não deve.

Os tiros pararam. Acho que agora vai dar para dormir. Amanhã será um novo dia.

São 10 horas. Mesmo sendo de dia, a gente não pode ficar muito na rua, não é seguro. Pra gente que é homem, não dá pra ficar circulando aqui dentro. Quando saio daqui, costumo ir para lugares mais longe: pro centro, pro shopping, algum clube, mas, vai depender também se vai rolar uma grana. Nem todos podem sair assim... Tem meninos aqui que ficam conversando lá no centro do Pinheirinho.

Mudando de assunto, fiquei sabendo de um curso, um tal de Agente Jovem. Tem atividade de esporte, de cultura, de lazer, mas pra falar a verdade, só tenho medo de uma coisa: o Agente Jovem funciona lá em cima. Não, não é aqui no Pinheirinho não. E aí a gente tem que ir lá pra cima... e pode ser perigoso. Já teve meninos do tráfico lá de cima mandando os meninos voltarem para cá. Eu não sei por que eles não colocam o Agente Jovem aqui dentro mesmo, mais perto. Dizem que é porque aqui no Pinheirinho não tem lugar, tem mais é beco... deve ser por isso né? O NAF também fica lá em cima né? O problema é que nem sempre dá para ir lá... vai que algum menino lá de cima fica sabendo que eu sou do Pinheirinho e me ameaça para descer? Eu não sou envolvido no tráfico, mas mesmo quem não é, corre perigo.

Mais um dia se foi e eu, não fiz quase nada. Só vi TV. Amanhã vou ao NAF, de manhã e a tarde, vou procurar emprego. Agora preciso ir pra escola. Hoje tenho prova e vou namorar depois da aula. Minha namorada mora no Pinheirinho, mas não posso descer para minha casa, que fica mais pra baixo, muito de noite. Não é seguro passar pelos becos tarde da noite. Só se eu dormir lá na casa dela hoje... é mais seguro, né?

Apesar disso, gosto daqui e esse lugar faz parte de mim... Eu gostaria de continuar morando aqui... mas gostaria que aqui melhorasse também. Qualquer ser humano tem a tendência de querer melhorar, não tem?"

A situação de moradia para os rapazes parece ser bastante incômoda. A grande maioria dos jovens apontou uma série de problemas que são vivenciados por eles, no dia-a-dia. No tocante à circulação, seja no interior da microárea, no bairro ou fora dele percebemos diferenças significativas entre eles e as moças.

A circulação no interior da microárea é mais difícil para os rapazes, pois eles enfrentam problemas que as moças não enfrentam: eles sofrem a influência do tráfico, a presença da polícia que os confunde com os traficantes, impossibilitando-os inclusive da sociabilidade da rua. Os rapazes não podem circular com facilidade e, por essa razão, a maior parte dos entrevistados permanece mais dentro de casa e evita ficar conversando na rua. *“Ah, eu procuro ficar mais dentro de casa que a área lá é muito perigosa, né? Ai eu procuro mais ficar mais dentro de casa assistindo um DVD, uma televisão...”* (Junior, 19 anos)

À noite, a circulação para eles é ainda pior: se forem pegos passando por um beco – o que à vezes é necessário para se chegar ao local de moradia – são expostos a riscos, tanto pelos traficantes quanto pelos policiais. A relação com a polícia é muito mais conturbada para os rapazes. Eles estão mais expostos, uma vez que jovens do sexo masculino são aqueles que participam do tráfico no local. Sofrem o abuso de autoridade, a arbitrariedade, revistas constantes mesmo não sendo do tráfico. Os rapazes consideram os policiais prepotentes, preconceituosos, mal educados. Segundo os depoimentos, para os policiais *“todo jovem é traficante”* e eles chegam a forjar situações para envolvê-los. Para eles, a polícia não protege e gera mais violência e confusão quando está presente¹⁴⁴.

“E os jovens, assim, nossa, fica com medo mesmo, e qualquer coisinha, é só falar que tem polícia que o jovem esconde, fica dentro de casa. [...] Mas infelizmente, se às vezes um jovem está chegando de uma festa à noite, um pouco mais tarde, pergunta por que que... “O quê que você está fazendo na rua aqui hoje nesse horário? O quê que você está fazendo na boca?” Infelizmente, o caminho da minha casa é ali, eu tenho que passar por ali. Mas eles não quer saber, eles acha que se você... estando ali é porque você é isso, é aquilo, acaba querendo forjar, assim, mais forjar as coisas pras pessoas, assim, e falar que isso, que você tava fazendo isso, isso e aquilo, entendeu?” (Franco, 19 anos, Pinheirinho)

A circulação para fora da microárea, o que significa sair para o próprio bairro e para bairros vizinhos, também é complicada para os jovens do sexo masculino. A

¹⁴⁴ É preciso considerar que a maioria é constituída por jovens afro-descendentes o que certamente agrava o preconceito policial.

situação de rivalidade entre traficantes do Pinheirinho e de outros locais coloca para eles maiores dificuldades de circulação: há o medo de que eles, nas áreas em que eventualmente circulam, colham informações e possam “levá-las” para os traficantes do Pinheirinho.

Se no interior da microárea os jovens podem ser confundidos pela polícia, fora de lá eles podem ser confundidos com os “integrantes” do tráfico rival. Mesmo para aqueles que não possuem nenhum envolvimento com o tráfico de drogas, circular fora da microárea é correr perigo.

“Morar no Pinheirinho às vezes, coloca em perigo. Mesmo que eu não esteja envolvido. Mulher não, mas homem assim da minha idade assim, coloca em perigo. Porque eles acha que todo mundo que tá lá é da mesma laia, né? Lá mulher não mexe com tráfico.” (Carlos, 19 anos, Pinheirinho)

Definitivamente, não é seguro para os rapazes circular fora da microárea, embora eles tentem driblar essa difícil realidade, escolhendo os lugares onde correm menos riscos, e assegurar, assim, um mínimo de mobilidade.

Os rapazes têm suas circulações mediadas, especialmente, por parentes, pelo trabalho – para os que trabalham, e são poucos –, pela igreja, pelo Agente Jovem e pelas relações amorosas, pois alguns namoram garotas moradoras de outros bairros.

Sua sociabilidade sofre os limites decorrentes da moradia em um território proibido, especialmente quando sabemos que há uma carência de equipamentos de lazer no interior da microárea. A microárea e o bairro no qual ela se situa não oferecem muitas oportunidades de lazer. Sendo assim, é preciso se deslocar para se divertir. No entanto, a violência presente no local de moradia torna-se um empecilho para essa busca de diversão.

Com relação ao tráfico de drogas presente na microárea, os rapazes estão muito expostos. Estão sempre receosos da influência do tráfico em suas vidas, temem “entrar” em confusões e frequentemente estão “de pé atrás” com os jovens envolvidos.

“Eu não frequento lá não, porque só tem gente que não vale nada. É má influência. [...] Assim, amigo, amigo mesmo que eu confio e que não mexe com droga mesmo é só o Franco. Todo lugar é perigoso, né? Não é porque eu moro no Pinheirinho que é difícil ter amigos. É difícil ter amigos bons. A gente não pode fazer amigos... Ah, difícil pra morar lá é né? Pro jovem. Porque lá tem muita má influência. E assim, todo lugar que você vai tem gente mexendo com essas porcarias. Assim, eu já recebi o convite um monte de vez, e se eu fosse fraco, era pra estar nas drogas já, entendeu?” (Lúcio, 16 anos, Pinheirinho)

O tráfico leva a polícia ao local, o que também é difícil para o jovem, que tem sua sociabilidade limitada. Além disso, para os jovens que têm filhos, sejam mulheres ou homens, há uma grande preocupação com a influência do tráfico, pois acabam por não considerar o ambiente propício para o crescimento de seus filhos.

A principal estratégia de defesa dos rapazes é “não mexer com os traficantes”. Esse acordo parece ser o que mais protege os jovens, inclusive as moças. Além dele, detectamos a “lei do silêncio” como uma estratégia importante: os rapazes não delatam os traficantes, pois temem as consequências desse ato, como represálias, por exemplo. Eles evitam ficar na rua, à toa e buscam sempre estar envolvidos em alguma atividade (jogando bola, por exemplo) e possuem “jogo de cintura”, ou seja, não se envolvem, só cumprimentam os traficantes, mesmo aqueles que já foram amigos antes do envolvimento deles com o tráfico de drogas.

Apesar das dificuldades impostas pelo tráfico no local, os rapazes apontam o lado “bom” dessa presença. Segundo eles, os traficantes ditam as leis do local: ninguém pode roubar ou mexer com trabalhadores, situação que, de certa forma, os protege. Citam como pontos “bons” do tráfico a segurança contra possíveis assaltantes, a postura dos traficantes de não “mexerem” com os moradores, a ajuda fornecida por eles seja através de mantimentos, dinheiro, transporte, etc.

“[...] os caras lá que mexe com droga lá fala assim pros meninos lá: ‘Oh, não pode roubar aqui, e tal, e se você quiser fazer alguma coisa assim, você vai pra longe, e tal’. Então assim, de alguma forma eles ajuda a gente, e tal, e mesmo que a gente não esteja envolvido com eles, mas tem uma certa segurança, e tudo, por eles estar aqui e ter uma certa segurança. Aqui é raro você ver alguma coisa assim de um assalto, de um roubo.” (Franco, 18 anos)

“Os traficantes lá são tipo os vigia também. Toda favela tem a sua lei, suas regra tudo. Que nem lá na favela lá, se você roubar dentro daquela favela ali, você tá querendo morrer. Ai se você mexer com trabalhador também, você tá caçando morte, porque os traficantes vêm e te mata. Porque eu já vi, né? Eles conversando e explicando, brigando mesmo entre si. E aí ele fala: ‘Oh, o pessoal que trabalha aqui, esses trabalhador que é pai de família, que é mãe de... Dona de casa e tudo mais, fica mexendo com esse pessoal não, gente. Porque se ficar mexendo com esse pessoal e eles ficar chegando no meu ouvido que vocês tão mexendo com eles vai passar rabo.’ Ele só fala assim. (Marcelo, 21 anos)

No entanto, sabem que, contra a violência presente no local, nem traficantes nem policiais os protegem.

Viver no bairro, para os rapazes, é viver com medo, é ter sua circulação restrita. Em trabalho anterior analisei (ARAÚJO, 2000) que o direito de ir e vir, sem dúvida, alimenta a autonomia necessária para o desenvolvimento do jovem. A falta de opção

imposta para se obter segurança esbarra na sua formação, uma vez que, por excelência, o jovem está em uma fase na qual “fazer escolhas” é criar e também fortalecer identidades. Ele demonstra necessidades de locomoção, seja nos esportes, na dança, no circular pela rua, pelo bairro, etc.

Além disso, os jovens acreditam precisar estar sempre ocupando a cabeça e o corpo para se manter firmes frente à influência do tráfico de drogas. Para eles, o tráfico está muito perto e, portanto, desencadeia medo e estratégias de segurança diferenciadas. A existência de becos prejudica a circulação, além de colocá-los em perigo, pois dificulta a mobilidade.

A narrativa a seguir, assim como fizemos com os rapazes, busca mostrar como é um dia na vida de uma moça moradora do Pinheirinho. Também aqui não é apenas uma jovem que fala, mas todas as entrevistadas, com o objetivo de compreendermos melhor seu cotidiano.

“Quem mora em beco é formiga”: olhares femininos sobre o Pinheirinho

“Eu moro aqui, sabe? É muito feio, ninguém pinta as casas do lado de fora. Fico pensando: será que as pessoas não poderiam pelo menos assim, mudar um pouco a cara desse lugar, sei lá! Podia pintar as casas pra não ficar muito com essa cara de favela. Como toda periferia, é triste, carente, falta emprego. Não gosto de morar em lugar que tem becos, não por preconceito, mas ninguém merece morar em beco. Tenho uma amiga que fala assim: “Quem mora em beco é formiga”! Ela tem razão. A vida aqui não é fácil não.

A violência até que melhorou: muitos traficantes morreram, outros foram presos; posso dizer que é uma nova geração. Morar em lugar que tem um tráfico é muito ruim. Traz muita violência, perigo. Mas, por incrível que pareça, eles também protegem a gente, dão segurança: ninguém aqui pode roubar trabalhador. Assalto, roubos, essas coisas, eles protegem. Eles não são folgados, não mexem com os moradores, conversam com todo mundo, não prejudicam a gente, não roubam, tratam bem, são solícitos. O importante é não mexer com eles, se não mexer, nada de mal acontece, isso é verdade. Eles respeitam muito a gente e violência só ocorre mesmo entre os envolvidos.

O que deixa a gente mais insegura é quando tem troca de tiro com a polícia: aí é complicado. A polícia confunde os moradores com os traficantes e revista muito os meninos, principalmente nos becos. A polícia não protege: não quer saber se a pessoa está ou não envolvida. Os policiais são mal educados, ignorantes, desrespeitosos. Na verdade, não existe policiamento, existe é polícia entrando nas casas, sem mandato e já chegam batendo. Com a polícia no local, muitas vezes tem troca de tiros e a gente tem medo de bala perdida. Porque

você sabe que bala perdida não tem nome nem endereço e até atravessa a parede! Por isso é que a polícia piora a situação. A polícia traz mais violência. Outro dia, entraram na Igreja armados!

De noite, é pior. Noite passada ouvi tiros. Sabia que eles estavam aqui. Depois dos tiros, escutei os policiais passando correndo. De repente, começaram a esmurrar o portão. Eles batem e você tem que abrir, a qualquer hora. Às vezes penso que aqui, ninguém respeita ninguém, nem polícia nem malandro. A polícia não vai conseguir acabar com o tráfico e povo só fica rindo da cara deles. Eu confesso que tenho medo de sair por causa dos policiais. Quase sempre tem troca de tiros e a gente tem medo. Essas trocas de tiro dificultam a gente ta andando por aí. Meu namorado mora aqui, só que mais embaixo. Ele, por exemplo, não pode sair da minha casa tarde, pois é perigoso passar pelos becos até chegar na casa dele. Até pra polícia é perigoso entrar nos becos! Eu não vou a qualquer lugar, tenho medo de voltar para casa à noite e sozinha, pois a qualquer momento pode ter troca de tiros.

De dia, é mais fácil. Algumas meninas ficam conversando na porta de suas casas, com parentes e vizinhos. Para muitas, o único lazer daqui é ver DVD ou TV. A maioria das meninas tem mais facilidade de circular por aí, porque meninas aqui não mexem com drogas. Já para os meninos, é mais chato. Algumas meninas ficam mais em casa, em família. Tem menina aqui que participa de coisas lá do NAF, aí elas têm mais oportunidade de ta saindo daqui. Até mesmo o Programa Agente Jovem que tem lá, dá muita oportunidade pros jovens, meninas e meninos. Mas alguns meninos não podem ir porque o programa funciona fora do Pinheirinho e eles ficam receosos por causa da guerra entre os traficantes.

Temos amigas de escola, de outros lugares e também daqui. Mas amigas mesmo é difícil, porque a gente tem que saber com quem convive, então, a gente tem mais é colega, que só conversa mesmo. Para as meninas que trabalham, é melhor, porque aí elas podem ter amigas do local de trabalho, e não só daqui né? Além do mais, podem sair daqui e conhecer outros lugares. Outra coisa que dificulta para a gente é que aqui tem uma escadaria, bem perto, e a gente tem medo de passar lá, porque fica gente querendo pegar para estuprar. Morar aqui traz um grande problema para nós. Somos muito discriminados por causa do local que a gente mora. Muita gente fala que aqui é todo mundo traficante, marginal, bandido, mas não é, aqui tem muito trabalhador também. Já saiu um monte de reportagens negativas daqui, muitas vezes até exageradas.

São vários os exemplos que eu posso te dar do tanto que a gente é discriminado. Quando a gente ta procurando o emprego, e fala que mora aqui, na hora o nosso curriculum parece que é colocado último lugar. As pessoas afastam da gente, discriminam. Esse é outro ponto: até na escola a gente é discriminado. Quando eles perguntam onde a gente mora, basta dizer que é aqui e eles já ficam pé atrás. Não querem vir aqui de jeito nenhum! E tem mais, quando alguém ta no centro da cidade e pode voltar de táxi, quem disse que os taxistas trazem?

Eles se recusam e acham que a gente mora na parte mais violenta do Alto dos Pinheiros, porque tem muito ponto de droga.

Apesar disso, viver aqui é bom. Aqui temos muitas amizades, há muitas pessoas dispostas a te ajudar, as pessoas são super legais, é gente boa mesmo. Se cada um fica na sua, não tem problema. As pessoas são humildes, dividem os problemas, são comunicativas, têm respeito – até os traficantes respeitam a gente! A gente não tem policiamento, mas contra roubo e assaltos, são os traficantes que nos protegem. Os próprios moradores se ajudam, uns olham a casa dos outros, dá mantimentos para quem precisa mais. Os vizinhos são bons e tirando o pessoal do tráfico, todo mundo é calmo.

A gente se sente desprotegida mais pela violência, pela bala perdida, pelos tiroteios. Minha vizinha, que também é minha amiga outro dia me falou uma coisa que eu fiquei pensando. Sabe o que ela me disse? Que o que tiver que acontecer com a gente, vai acontecer. E se acontecer aqui, é melhor, pois todos te conhecem e pelo menos, você não vai ser enterrada como indigente. Fiquei pensando se ela tinha razão...O apoio aqui dos moradores é muito bom para gente ta conseguindo morar aqui, facilita pra gente. Fico pensando... seria muito legal se eles abrissem as ruas aqui. Minhas amigas concordam comigo. Seria melhor pra todo mundo. Morar em beco dificulta muito, é perigoso, até para a polícia. Poderia ter uma rua pra gente poder ter um ponto de ônibus mais perto... a prefeitura já teve lá, marcaram as casas que eles iam derrubar, só não fizeram.

Já está escurecendo. Preciso me aprontar para ir para a escola. Hoje vou namorar, mas meu namorado não pode descer muito tarde pra casa dele, porque é perigoso passar pelos becos de noite. A não ser que ele durma aqui em casa hoje...é mais seguro né?

Apesar disso tudo eu gosto daqui. Eu queria era a mudar a forma de pensar das pessoas, que nós reuníssemos numa meta só. A maioria de nós nasceu aqui, acostumamos. Aqui tem uma união e a gente se apóia uns nos outros. Há pessoas boas em todos os lugares. Como diz uma amiga minha, no mundo não tem nada perfeito não.”

Pelo relato, podemos perceber que, para as moças, a circulação no interior da microárea é mais fácil. Elas, com certeza, têm mais mobilidade que os rapazes, podem ficar conversando na rua em pequenos grupos, na porta das casas ou nas esquinas. A circulação noturna já impõe alguns cuidados, como, por exemplo, não voltar para casa sozinhas. Temem balas perdidas, tiroteios, estupros e os becos escuros.

“Mas de vez em quando dá um certo medo de ficar saindo na rua. Igual um teve um dia, a gente estava vindo da casa de um tio meu, aí estava até eu, e a minha irmã estava até grávida, eu com o meu sobrinho no colo, e veio aquela turma correndo, tudo com arma na mão. E eu fiquei apavorada. Aí ele estavam correndo atrás de um rapaz lá, e todo mundo, tudo, uns quinze...

Uns quinze adolescentes. Tudo com arma na mão, e vindo na nossa direção. Ai eu “Pronto, é hoje que eu vou morrer!” E se veio de lá atirando, a gente está no meio do fogo cruzado. Ai, depois a gente foi, e acelerou o passo. Ai, quando a gente tava subindo a rua de casa, eles voltaram e não tinha sido nada, eles não tinham achado o cara, e eu assim: “Ah meu Deus do céu...” Ai em partes, assim, a gente sente medo, a gente sente insegurança mas fica naquele meio termo, né? Tem hora que é seguro demais, e tem hora que é muita insegurança.” (Cristiana, Pinheirinho)

As moças também têm mais facilidades para circular fora da microárea, seja dentro do próprio bairro ou para bairros vizinhos. As dificuldades residem no medo de retornarem sozinhas à noite.

“Porque não tem como eu ir embora sozinha. Porque entrar nos becos sozinha não dá. Tem um escadão lá perto da minha casa, que é só descer e já tava praticamente dentro da minha casa. Mas ficava gente debaixo da escada pegando os outros. Ai já não dava. Pegando pra estuprar! O negócio lá é arma, porque eles querem é matar mesmo, não tão nem ai. Assim, igual eu te falei, na hora que eles tão trocando tiro um com o outro, você está no meio, ou você está passando mesmo, te pegam. Eles não querem nem saber se você tem envolvimento ou não. Tá perto... Pegou, é seu. É melhor você ficar dentro de casa.” (Rogéria, 18 anos)

Além disso, aquelas que têm filhos ficam com a circulação mais dificultada e permanecem mais na microárea cuidando da casa e dos filhos, inclusive nos finais de semana.

As jovens do sexo feminino não participam do tráfico, e, portanto, não sofrem a “pressão” da polícia e nem de traficantes rivais, o que facilita sua movimentação. Sua circulação é mediada pelo trabalho (para aquelas que trabalham), por parentes, pela participação em grupos juvenis e também por namorados que moram fora da microárea. As moças, cuja principal consequência do tráfico é a violência, possuem diferentes estratégias de segurança: não voltam para casa sozinhas à noite e também “não mexem” com os traficantes.

Viver no bairro para as moças é viver com medo da violência e do perigo que o tráfico gera. Elas, diferentemente dos rapazes, também se preocupam com a estética do local, considerado feio, triste e mal cheiroso. É interessante observar que as moças parecem ter mais direito ao tempo livre, uma vez que, ao estarem sem fazer nada na rua, não são confundidas com traficantes. Às moças é permitida uma maior sociabilidade no local, pois elas conseguem se reunir, ficar na porta de casa conversando. As moças insistiram também na necessidade da abertura dos becos para facilitar a circulação e fornecer mais segurança aos moradores e até para os policiais quando entram à procura de algum traficante.

No Pinheirinho, rapazes e moças sentem-se desprotegidos pela polícia porque a mesma não se apresenta como uma instituição capaz de proteger os moradores da violência do local. Quando o tráfico se instala, é sabido que ele traz vantagens para os moradores, que se tornam seus “protegidos”. Obviamente a intenção não é ajudar, simplesmente, mas quanto mais se evitar acionar a polícia, tanto melhor para os traficantes. Num contexto de “desfiliação” por parte do poder público, os moradores se subordinam aos traficantes porque recebem pequenas vantagens e favores. Quanto mais o poder público for ausente, maior é a possibilidade de o tráfico se instalar como uma espécie de poder local, poder este reconhecido por alguns moradores, mas também desencadeador de desconfiança. Mas, de toda forma, há uma percepção incipiente em alguns jovens de que se não é a polícia quem protege, tampouco os traficantes. Na verdade, aceitam um acordo por falta de escolha: “Não mexo com eles e eles não mexem comigo”. Trata-se mais de uma relação instrumental do que de um reconhecimento do poder deles no local.

Ao serem reconhecidos pelos traficantes como moradores do local, sentem-se um pouco mais seguros e protegidos, mas temem ser reconhecidos como “moradores daquele lugar”, fora da microárea ou do bairro, em razão das referidas disputas entre os traficantes do local e de outros lugares.

Em pesquisa anterior (ARAÚJO, 2000), constatei que os jovens moradores de uma vila violenta viviam a ambigüidade “reconhecimento X anonimato”. Os jovens do Pinheirinho, especialmente os rapazes, parecem também viver esse problema. Algumas vezes ser reconhecido é o que traz a segurança (os jovens se sentem seguros quando os traficantes do local os reconhecem), mas outras vezes é o que gera insegurança (os jovens temem serem reconhecidos como moradores do local quando estão fora da microárea). Ser reconhecido no seu local de moradia garante segurança e os protege contra a discriminação vivida fora, mas em outras situações ficar no anonimato é o que lhes garante proteção.

A relação com a polícia é mais conturbada para os rapazes. Mas, a presença da polícia também representa uma ameaça para moças, pois significa que poderá ocorrer troca de tiros. Nesse aspecto, ficar dentro de casa ainda representa uma ameaça, pois, segundo elas, “bala atravessa parede”.

Viver no bairro, para moças e rapazes, é viver um estigma territorial cotidianamente. O local de moradia é apontado como peça principal na construção desse estigma, ligado à violência, ao tráfico e às mortes violentas. O próprio medo sentido

pelos jovens, de certa forma, fortalece preconceitos e estigmas, muito embora, até por defesa, os jovens não considerem o local tão violento “como dizem”.

Wacquant (2001), em estudo sobre a marginalidade urbana em duas comunidades de dois países desenvolvidos, a saber, o gueto norte-americano e a periferia urbana francesa, nos traz importantes elementos para pensarmos um território que sofre um estigma. Embora seu estudo seja sobre o poderoso estigma que acompanha o fato dessas comunidades residirem em espaços delimitados e segregados, como “bairros de desterro” que abrigam as populações marginalizadas, sua contribuição para a compreensão do que ocorre no Pinheirinho é muito importante.

Nesse local não vemos, como no estudo de Wacquant, uma segregação intencional no sentido de alocar os “despossuídos”, mas **o fato de no local morarem pessoas de baixa renda e o alto índice de criminalidade** acabam por impor aos moradores um estigma territorial. Os moradores do Pinheirinho, diferentemente dos estudados por Wacquant, nos guetos norte-americanos, não estão isolados da sociedade. Há uma conexão, embora tênue, entre seu local de moradia e o bairro e a cidade e isto, de certa forma, permite ao morador experimentar a alteridade e o desejo de construir uma identidade que pode ser diferente daquela atribuída pelo estigma, apenas. Ou seja, os moradores são mediados pelo trabalho, pelos amigos que moram fora do local, e, com isto, conseguem enxergar o outro, o diferente e, sobretudo, a possibilidade de se construírem de modo independente do estigma territorial. Ao sair do local, desde que não sejam reconhecidos como moradores de lá, conseguem escapar da estigmatização, pelo menos a territorial. Mas em outros espaços sofrem o estigma de serem pobres e, muitas vezes, de serem negros.

Segundo Wacquant (2001, p. 32) “a realidade e a força do estigma territorial imposto aos novos ‘párias urbanos’ da sociedade avançada não devem ser subestimadas”. Há, sem dúvida, um sentimento de indignidade pessoal que o morador carrega e esse sentimento assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana que vai colorir as relações interpessoais e afetar negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e no mercado de trabalho, como já descrevemos em capítulo anterior.

Os locais de alta criminalidade, tráfico de drogas e violência são estigmatizados e despertam nas pessoas que não são moradores desses locais o medo e o distanciamento. O estigma vinculado ao habitar em um determinado lugar é uma barreira grande para esses jovens, principalmente na busca de um emprego.

“Não é fácil morar aqui. Já senti esse preconceito de perto, né? Mas eu acho que aqui, pelo menos aqui na nossa favela eu acho pior, porque eu acho que eles acham assim ‘Nossa, todo mundo que mora ali é assim, muitos roubam, muitos matam, muitos tem a vida assim...’ Ah, eu fico chateada, né? Eu falo assim: ‘Ah não, isso tá errado gente!’ Porque eu acho que todos nós merecemos uma... oportunidade, independente de bairro, essas coisas. Não é porque a gente mora aqui que todo mundo são iguais não, uai. Entendeu Ali, no meu ponto de vista, tem pessoas honestas também. Tudo o que acontece que envolve o Pinheirinho, sai notícia. Então o povo fica tipo assim, essa... Aquele medo que dá de quando a gente chega lá, e entrega um currículo e faz uma entrevista, aí eles perguntam: ‘Aonde que você mora?’ Aí eles: ‘Ah, vou ver... Ah não vai dar por causa do bairro, e tal, entendeu?’ Ah, não explica nada, aí a gente fala: ‘Mas o quê que tem a ver uma coisa com a outra?’ Aí eles falam: ‘ah não, é muito perigoso, e as pessoas ficarem sabendo aonde que você está, é perigoso querer vir aqui assaltar...’ Porque eles pensam que porque a gente mora lá, todos nós somos iguais, entendeu? É, uai e não é verdade.” (Aline, 22 anos, Pinheirinho)

Segundo Wacquant, ao estudarmos a pobreza urbana em sociedades avançadas, devemos levar em consideração o poderoso estigma que acompanha o fato de residir em espaços delimitados e segregados que abrigam as populações marginalizadas. No Pinheirinho, a população é marginalizada pelos moradores do próprio bairro onde se encontra a microárea. Ou seja, de certa forma, para a população do entorno, há pelo menos o reconhecimento de que naquela área (Pinheirinho) há uma população mais “carente” do que todos. Para Wacquant,

[...] o estigma é a característica mais patente da experiência vivida pelos que se encontram encurralados nessas áreas, mas também porque fornece, simultaneamente, uma explicação para certas semelhanças nas estratégias adoradas para lidar com a situação [...] (WACQUANT, 2001, p. 135)

Os moradores do Pinheirinho carregam uma imagem pública negativa que, de imediato, os associa à incidência desenfreada de delinquência, falta de segurança, tráfico, violência. Morar lá significa morar em um espaço estigmatizado.

“Ah... Em uma parte é ser discriminado mesmo pelo local aonde você mora. Às vezes a pessoa fala assim: ‘Ah eu não, o Pinheirinho só dá traficante, marginal’, mas não é, em todos os lugares tem pessoas que mexem, que mexem com droga. E aí fica essa discriminação, porque aí como mora no Pinheirinho, então os pessoal acha que é todo mundo” (Marcelo, 17 anos, Pinheirinho)

O peso do estigma força o jovem a se diferenciar dos outros moradores, o que enfraquece e até compromete a construção da identidade coletiva. A formação de grupos precisa ser evitada exatamente para não haver a possibilidade de ser “confundido” com traficantes dos locais. Para morar lá e não sofrer o estigma é preciso

reforçar, a todo o momento, a diferenciação entre moradores e traficantes. Há um espécie de superposição entre o local e seus moradores, que produz um “todo” que, nesse caso, só traz desdobramentos mais estigmatizantes. A estigmatização territorial

[...] origina entre os moradores estratégias sociófobas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva. (WACQUANT, 2001, p. 33)

Praticamente os jovens disseram que não há um sentimento de união coletiva objetivando qualquer ação para o local. Quando participam (de reuniões propiciadas pelo NAF, por exemplo) é porque foram bastante mobilizados, mas de modo geral a comunidade é vista como acomodada, “*ninguém luta por causa nenhuma*”, “*cada um luta por si*”, “*cada um leva sua vida*”, etc. Se pensarmos do ponto de vista da solidariedade existente já apontada pelos jovens poderíamos considerar a existência de uma contradição. Mas uma análise mais aprofundada nos permite entender que a solidariedade de fato existe, muito embora a mesma não apareça para o coletivo de modo geral, em torno de demandas mais amplas na esfera dos direitos. Ela aparece no sistema de trocas na vida cotidiana, nas interações com vizinhos, parentes ou com quem estiver mais próximo.

Segundo Wacquant (2001, p. 144), o principal efeito do estigma territorial é que ele estimula práticas de diferenciação e distanciamento social interno que acabam diminuindo a confiança entre as pessoas e minando a solidariedade social no plano local. Tais práticas prejudicam a coesão do bairro.

Não é incomum os moradores de um território estigmatizado procurarem um bode expiatório como estratégia de diferenciação. Podemos notar isso em diversas falas dos jovens que fazem questão de dizer que eles não são “*todos iguais*” (“*porque como mora no Pinheirinho, então o pessoal acha que é todo mundo*”; “*porque eles pensam que porque a gente mora lá, todos nós somos iguais, entendeu? É, uai. Não é verdade.*”). Morar no local não significa para os jovens fazer “conjunto” com os traficantes e marginais, estes sim considerados os “problemáticos” e, de certa forma, os responsáveis pela “má fama” da microárea.

O morar em um local estigmatizado afeta, sem dúvida, todos os aspectos da vida do jovem – na procura do emprego, no envolvimento afetivo, na relação com as outras pessoas, enfim, na sua sociabilidade, como nos mostra o relato abaixo:

“Ah, deve achar que todo mundo lá deve ser igual, né? Deve pensar assim. É igual. Eu acho que todo mundo lá é igual. Ah assim... Dói, aí é chato também. É muito chato. Às vezes você sai pra um lugar, e você quer fazer uma amizade, aí pergunta: “Ah, aonde que você mora?” “No Pinheirinho”. Aí aquela pessoa vai afastando, sabe? Tipo que discriminando a gente. É ruim. A gente se sente mal. Porque a gente não é igual a eles, a todos, ninguém é igual a ninguém. Aí muitas vezes fica falando na televisão, falando no rádio: “Ah, o Pinheirinho é assim...” Aí as pessoas fala “Ah, então todo mundo, as pessoa que mora lá é igual, né?” É assim. (Marcelo, 17 anos, Pinheirinho)

O estigma territorial afeta também a relação dos jovens com a polícia, que é capaz de tratar de modo autoritário um residente do Pinheirinho, pois morar “naquele local” já é indicativo de poder estar envolvido em alguma atividade ilícita ou mesmo ter culpa por alguma infração.

“Que ali às vezes, até polícia mesmo tá fazendo que nem bandido ali. Nesses dias mesmo, os policial chegou lá, bateu no portão lá de casa lá, e confundiu a minha casa.[...] Aí eu falei assim: “Não, não é aqui não, não é... E ele chegou quebrando tudo, derrubando armário, quebrando tudo. E entrou lá pra dentro e revistou tudo. Depois eles foram e ficaram sem graça. Eu falei: “Tá vendo?” Que a polícia faz o serviço dela eu não tenho nada contra, ela faz o serviço dela, deixa revistar, tudo bem, eu não devo nada a ela. Mas só que às vezes desse uns que não vem fazer o serviço deles, eles vem pra fazer covardia com a gente, sabe?” (Marcelo, 21 anos, Pinheirinho)

Para Wacquant, o distanciamento cada vez maior entre as instituições dominantes e a sociedade alimenta a hostilidade e a desconfiança e estas, por sua vez, podem minar a legitimidade da ordem social e a da autoridade, que passa a simbolizar sua irresponsabilidade e de caráter nitidamente repressivo: a polícia (WACQUANT, 2001, p. 34).

Os policiais no Pinheirinho são presenças indesejáveis, pois são percebidos pelos jovens como perseguidores e intimidadores. Alguns jovens apresentam um discurso de hostilidade e vingança em relação à polícia, não têm mais qualquer confiança ou respeito. Expressam isto quando dizem que os jovens moradores ajudam os traficantes avisando-os quando a polícia entra no local, por exemplo, e também quando contam que os policiais são motivos de “risos” entre os traficantes. Nenhum dos jovens do Pinheirinho considerou a presença da polícia no local uma proteção e/ou segurança. Ao contrário, todos eles disseram que a situação de violência se complica mais ainda com a presença da polícia, pois isso pode significar troca de tiros e balas perdidas. De fato, os jovens se vêem divididos entre a necessidade de proteção diante da criminalidade generalizada e o medo de que a intervenção policial aumente a violência

ao invés de diminuí-la. *“Atrapalha a vida do Pinheirinho só na hora que os homem chega. Se a polícia não descesse lá...ia ser tudo tranqüilo”* (Carlos, , 19 anos, Pinheirinho).

A polícia é, para esses jovens, “o último amortecedor entre eles e a sociedade e representa ‘o inimigo’, o intruso num território onde seu domínio é amiúde contestado abertamente e no qual ela incita o desafio e a hostilidade, quando não a agressão” (WACQUANT, 2001, p. 35).

E quando a polícia é assim considerada, ou seja, como uma força estranha pela comunidade, ela torna-se incapaz de cumprir outro papel que não seja o puramente repressivo e pode, como nos mostrou os relatos dos jovens, acrescentar ainda mais violência e desordem ao local.

Falar dos jovens do Pinheirinho como se fossem um “único jovem” é o que nos autoriza falar de preconceito. A partir dos gestos de um ou dois, todos os outros jovens são julgados. E os jovens do Pinheirinho têm total consciência desse preconceito, que não só aparece na dificuldade de se conseguir um emprego, como na escola e nas suas rotinas. Não se trata aqui de verificar se o estigma tem ou não uma base fantasiosa. De fato, muito do que fundamenta esse preconceito ocorre no Pinheirinho: mortes, brigas, violência, etc. Mas o preconceito tem uma dupla realidade, sobretudo quando ele cria estigmas, a saber: rotular o grupo social pode até significar um ato unilateral. Além disso, o preconceito é sentido até quando se está fora do bairro e da regional. No entanto, os agentes que imprimem o estigma não controlam e sequer têm mecanismos para isto, é o fato de que os estigmatizados podem aprender a conviver com o estigma e quiçá utilizá-los para sua autodefesa (ARAÚJO, 2000). O estigma pode, também, entrar na constituição da identidade como elemento de “orgulho” para o jovem e não de vergonha.

“Eu acho que pra nós, é até orgulho morar lá porque aqui aonde que a gente vai, ninguém nem caça confusão com a gente porque sabe que a gente mora lá. As pessoas mesmo, tem algumas pessoas que eu conheço que falam: “Ah, eu queria morar no Pinheirinho...” pessoas mais velhas, sabe? Ah porque fala que lá é tranqüilo. Porque tirando essa parte da polícia, lá é tranqüilo. Você não vê confusão à noite, você não vê nada. E lá é agitado até três horas da manhã. Tem som rolando lá até três horas da manhã lá no bar... dia de semana de segunda á domingo, de domingo a domingo. (Carlos, 19 anos)

A alteridade na construção da identidade é fundamental – a imagem que o outro faz do jovem pode interferir na construção da imagem que ele faz de si próprio. Ser

identificado como um traficante, um usuário ou um marginal sem estar interagindo com esses grupos pode trazer sentimentos de revolta e rejeição.

“[...] já que a polícia já me trata como todo mundo, se eu sou... indiferente, assim, se todo mundo do Pinheirinho é isso, então eu vou ser isso, vou ser traf... Eu vou ser vendedor de droga porque não vai fazer diferença mais nenhuma”, entendeu? Só que agora, alguns também não pensam assim: ‘Pôxa, se eles me trata assim, eu tenho que provar cada dia que eu não sou assim, e talvez eles chegando perto de mim, eu posso vir a mostrar uma carteira. E eu posso vir a ser um policial, eu posso chegar a ser alguma coisa, um crachá de alguma empresa, eles podem até vir a me tratar até mesmo diferente. Não tem como um jovem estar sempre no meio de polícia e do traficante, todo mundo ser igual, isso aí é o problema, é isso aí que não devia...’ (Franco, 19 anos, Pinheirinho)

“Dá uma revolta, né? Porque eu não sou bandido, eu acordo cedo igual todo mundo, vou trabalhar, cuido da minha casa, cuido da minha família, apesar de não ser o líder, de não ser o pai, não ter filho, mas eu cuido da minha família. Eu me sinto tão assim, trabalhador quanto às outras pessoas e eu acho que sou, né? E elas acham que não, que a gente é bandido, porque a gente mora na favela. Dá esse sentimento de revolta, mas a gente não pode nem ligar muito pra essas coisas, né? (Luiz, 22 anos, Pinheirinho)

O estigma territorial associa-se, como já dissemos, ao estigma da pobreza e da raça. Morar em um lugar estigmatizado pode criar um sentimento de desprezo e vergonha nos jovens, que muitas vezes omitem seus endereços, não só na busca de empregos, como também junto aos amigos. A estratégia é citar o bairro (Alto dos Pinheiros, por exemplo, mesmo este sendo também estigmatizado, mas morar no Pinheirinho é bem pior).

“‘Ah, eu sou do Alto dos Pinheiros’”, você já olha e fala: ‘Ah não, esse eu não quero!’ E aí, já discrimina a gente. [...] Ai tem neguinho que fala: ‘Ah, quando você chegar, você fala que eu moro no Alto dos Pinheiros, não fala que eu moro no Alto dos Pinheiros não, senão você vai atrapalhar até eu lá, e tal...’ Ai eu falo: ‘Não, eu vou falar aonde que eu moro no certo, o certo aonde é que eu moro é esse e eles querem me deixar trabalhar, eles deixam, se não quiser...’ Agora, dar o endereço errado, essas coisas, não rola porque depois eles vai ficar caçando a gente, é pior. Piora falar que mora no Pinheirinho. Uma vez, a minha madrinha, ela mandou eu ver um serviço lá no emprego dela lá. Ai eu não consigo ficar lá e mentir, sabe? Ainda mais isso, é uma coisa sem graça, aí eu falei assim: ‘Ah não...’ Ai depois vai que chega um colega de serviço, ou o meu patrão, né? ‘Vamos lá na sua casa hoje, Marcelo, vamos fazer uma surpresa pra você.’ Vai ter que ir no Alto dos Pinheiros, no Pinheirinho, então é melhor não fazer isso. Ai ela pegou e falou: ‘Não, fala que você mora no Alto dos Pinheiros.’ Eu peguei e falei que eu moro no Alto dos Pinheiros, ela achou ruim, e tal. Mas o pessoal não discriminou não, me deixou ficar lá entregando panfleto, sabe? Ele falou: ‘Não, não tem nada a ver não. A sua madrinha é de lá também?’ Ai eu falei: ‘Ah, dela eu não sei não, eu não conheço muito bem aonde que ela mora não.’ Falei assim pra não render muito. Falei que eu moro lá, é, uai, e ela acha ruim. Mas eu falei: ‘Não, mas não tem nada a ver não’” (Marcelo, Pinheirinho)

Vale ressaltar o peso da vergonha e da humilhação na formação das identidades desses jovens. Giddens (1997, p.61) remete a vergonha diretamente para a auto-identidade. Segundo ele, “a vergonha manifesta refere-se a sentimentos experimentados por uma criança quando é de algum modo humilhada por outra pessoa”. O inverso da vergonha, seria, segundo ele, o orgulho, a auto-estima: “A confiança na integridade e valor da narrativa de auto-integridade” (GIDDENS, 1997, p.42). Sendo assim, provocar humilhação pública a um jovem pode desencadear um rebaixamento de auto-estima e fazê-lo perder a confiança na integridade de sua auto-integridade (ARAÚJO, 2000).

Segundo Wacquant (2001, p.169), “o anverso desse processo de estigmatização territorial é a dissolução do ‘lugar’, isto é, a perda de um local com o qual as populações urbanas marginalizadas identifiquem-se e no qual sintam-se seguras.” No caso do Pinheirinho, a estigmatização não chegou a dissolver o “lugar”, pois percebemos que há emoções que são compartilhadas, significados conjuntos e práticas de reciprocidade entre os moradores. Há, de fato, uma fragmentação da microárea do restante do bairro, mas ainda vemos internamente uma linguagem comum que os unifica simbolicamente, um repertório de representação e de sinais compartilhados. Antes mesmo da chegada do Programa BH Cidadania, havia ali um território. De certa forma o poder público, ao localizar nesse espaço sua intervenção, foi ao encontro de um modo de vida. O território vivido como estigma foi, em parte, objeto de atenção pública, abrindo espaços para uma outra identificação simbólica para além do próprio estigma. Os atores locais, as relações entre os moradores, enfim o plano do vivido podem ser levados em consideração na formas de atuação e talvez atenuar as imagens negativas. Mas se trata de uma ação parcial, uma vez que para além do NAF outros agentes públicos, como o sistema policial, continuam no processo cotidiano de reforço de exclusões e de desigualdades.

A grande maioria dos jovens entrevistados do Pinheirinho sente-se pertencente ao local de moradia. Mesmo com todos os problemas detectados por eles, o local faz parte de suas vidas. Sentem-se em casa, dizem que moram lá há anos (muitos desde que nasceram) e que as relações já estabelecidas os mantêm ligados ao espaço vivido.

Embora eles digam que não há um “nós” no sentido de mobilização dos moradores para as lutas comunitárias, a solidariedade entre os moradores e entre eles e traficantes é citada por quase todos os jovens. As amizades já conquistadas e, principalmente, a proteção propiciada pelo tráfico são pontos de ancoragem naquele lugar. Esse “nós” dos moradores e traficantes ficou muito evidente nas entrevistas. O sentido coletivo é dado por essa “união” entre moradores e traficantes no sentido de ser

protegido por eles, mesmo com vidas tão diferentes. Vários jovens chegam a “defender” os traficantes argumentando que eles não atrapalham em nada suas vidas, pois “*se não mexerem com eles, eles não mexem com você*”.

Além disso, a ausência da segurança pública preenchida pela proteção dada pelos traficantes parece colocá-los em parceria, formando um tipo de “nós”. Mesmo quando os jovens falam que gostariam de mudar de local, esse desejo fica em um plano distante para eles, pois, ao mesmo tempo, elogiam o lugar em que moram. Alguns jovens disseram que gostariam de morar em um lugar mais calmo, outros em um lugar mais movimentado, mas de modo geral, mesmo com esse desejo de mudança, eles gostam de morar onde moram e dizem que sentiriam falta caso se mudassem. Há nisso uma ambigüidade que foi percebida em várias entrevistas.

“Não gostaria de mudar. Gosto daqui. Não sei, eu acho que é porque eu nasci aqui e acostumei, né? Eu acho que importa o lugar sim. Porque o que tiver de acontecer aqui, vai acontecer em qualquer lugar. Entendeu? Eu acho que o que tiver de acontecer aqui é até melhor porque pelo menos as pessoas te conhecem, entendeu? E vai pelo menos falar: “Ah fulano, aconteceu isso com o fulano...” lá em cima, e você vai lá e vê. Agora, você vai pra outro lugar, a pessoa não te conhece, se tiver que morrer, você vai ser enterrado como indigente, né? Porque ninguém te conhece.” (Rogéria, 18 anos, Pinheirinho)

“Eu gosto de morar ali. Eu gosto, mas assim, eu gostaria de morar num lugar melhor, entendeu? O ser humano a tendência é de melhorar um pouco mais, mas eu gosto de morar ali. Pra mim é bom, eu faço parte daquele lugar e aquele lugar faz parte de mim. As pessoas que moram ali gostaria de continuar e de melhorar. Se igual eu tô falando que eu gostaria de mudar dali, eu preferiria que melhorasse ali, do que se saísse dali, sabe? Tem muitas pessoas ali que acham também assim, mas se não é possível melhorar o lugar, então que eu sairia. Se fosse na minha escolha, eu preferiria ficar melhorando o lugar.” (Luiz, 22 anos)

Wacquant (2001, p.169) faz uma distinção importante entre as acepções de “lugar” e de “espaço”. Segundo ele, “**lugares**”¹⁴⁵ são arenas estáveis, cheias e fixas, enquanto “**espaços**” são vácuos potenciais, ameaças visíveis, áreas que devem ser temidas, policiadas ou abandonadas. Segundo o autor, quando há enfraquecimento das ligações comunais territorialmente situadas na cidade, uma política de lugar pode ser substituída por uma política de espaço. Outro ponto que fortaleceria essa substituição também é “alimentada pela tendência de retrain-se para um domicílio particular e pelo

¹⁴⁵ Para Fani (1996), as noções de lugar e espaço são diferentes. Para a pesquisa, entende-se o lugar enquanto uma perspectiva para se pensar o viver, o habitar, os modos de vida. É no lugar que é possível ler, perceber e entender o mundo; no lugar se vive, se realiza o cotidiano. Lugar é a porção do espaço apropriável para a vida.

fortalecimento de sentimentos de vulnerabilidade que emergem da busca de realização pessoal ou da de segurança” (WACQUANT, 2001, p. 169).

Na acepção de Wacquant, o Pinheirinho seria um “lugar” ou se transformou em “espaço”¹⁴⁶ apesar do sentimento de pertencimento dos jovens moradores? Lá o local é dividido entre os “traficantes, os do mal” e “os outros moradores, os trabalhadores, os do bem”, ainda que haja entre eles uma solidariedade. Sentem-se protegidos, de certa forma, mas esse sentimento não é forte o suficiente para fazer nascer um “nós” coletivo, no sentido de mobilização da comunidade. Não percebemos uma linguagem compartilhada no sentido da mobilização local ou de um destino coletivo almejado por todos, moradores e traficantes, jovens e adultos. A comunidade simbólica é parcial, as fragmentações tendem a imperar, não há quase nada que os unifique simbolicamente a não ser “estarem todos no mesmo barco”. Restam vozes dispersas e avulsas que insistem em se fazer ouvidas.

Segundo Wacquant (2001, p. 191), a nova marginalidade apresenta uma tendência distinta em aglomerar-se e aglutinar-se em torno de áreas “barra pesada”, “proibidas”, que são claramente identificadas não só por quem é de fora, mas por seus próprios residentes.

A microárea não oferece um *“escudo contra as inseguranças e as pressões do mundo exterior”*, mas ainda há um ambiente familiar que reconforta. Os propósitos coletivos são enfraquecidos, à estigmatização territorial podem ser acrescentados outros elementos: o enfraquecimento da capacidade organizativa dos grupos populares, o descrédito das formas tradicionais da representação política, entre outros. Não identificamos uma transformação do lugar em um

[...] espaço de competição e conflito, um campo de batalha repleto de perigos para a prova diária de sobrevivência e fuga. Esse enfraquecimento de laços comunitários baseados no território acarreta, por sua vez, um desvio para a esfera do consumo privado e para estratégias de distanciamento (“Eu não sou um deles”) que minam ainda mais as solidariedades locais e confirmam percepções depreciatórias da vizinhança. (WACQUANT, 2001, p. 191-192).

No entanto, os laços são frágeis e assim permanecem, a despeito de algumas iniciativas públicas, como a da PBH.

¹⁴⁶ Segundo o conceito de Wacquant.

4.3 Os jovens sob a tensão de uma sociabilidade ameaçada

Os jovens do 7 de Setembro e do Pinheirinho nos contaram um pouco sobre sua convivência cotidiana com os amigos e pares. Estabelecem relações com outros jovens, seja na escola, no trabalho, na igreja ou mesmo na vizinhança. Como já vimos, a maioria dos amigos dos jovens das duas microáreas situavam-se na vizinhança ou decorriam da escola.

Para Simmel, a sociabilidade é uma forma de sociação em que, de fato, o que importa é a forma de convivência com o outro. Essa convivência não é balizada por interesses ou outra finalidade qualquer, pois na sociabilidade encontramos uma relação na qual o fim é a própria relação. Os indivíduos se satisfazem em formar laços e isso se torna a razão de ser da sociabilidade (SIMMEL, 1983). A sociabilidade seria, portanto, uma forma lúdica, autônoma, de associação entre os jovens. É estar com outro sem ter um propósito definido ou algum interesse, material ou não. O próprio fato da reunião em si já seria suficiente para o prazer dessa interação. A sociabilidade pode ser entendida como uma das atividades dos jovens no seu tempo livre, juntamente com o lazer, caracterizada pelo prazer e pelo estímulo agradável de se estar em companhia dos outros, sem qualquer tipo de compromisso que possa aprisionar os participantes desse encontro.

A sociabilidade não visa objetivos a serem atingidos ou assuntos determinados com antecedência. Seu alvo é o sucesso da interação de seus participantes. Podemos inclusive entender que a sociabilidade proporciona um sentimento de alívio e liberação das pressões sofridas no dia-a-dia das pessoas.

Nos momentos de lazer, os jovens se sociabilizam e fazem escolhas e têm possibilidades de serem mais autônomos, o que seria mais difícil em contextos como o da escola e do trabalho.

Dayrell (2005), também apoiando-se em Simmel, explica que a sociabilidade demanda certa simetria e certo equilíbrio, uma relação entre iguais. Se as diferenças existem, e elas existem mesmo entre os jovens, “faz-se de conta” que estas não existem. E uma vez que suas regras são aceitas, o “fazer de conta” não é considerado uma mentira entre eles. Isso, segundo Dayrell, aponta para a natureza democrática da sociabilidade. Trata-se de um “jogar junto”, de uma “interação em que o que vale é a relação, cada qual deve oferecer o máximo de si para também receber o máximo do outro: é a dimensão do compromisso e da confiança que cimentam as relações”

(DAYRELL, 2005, p.315). Uma vez não havendo interesse além da própria relação, ele explica: “[...] para ela existir cada qual deve sentir que pode contar e confiar no outro, respondendo às expectativas mútuas” (DAYRELL, 2005, p.315).

A maioria dos jovens do 7 de Setembro disse que o “morar perto” facilita fazer amizades. De fato, em suas falas, seus amigos são, na maioria, também seus vizinhos. No entanto a sociabilidade desses jovens parece estar comprometida por várias razões, entre elas a violência e a perda de confiança no outro.

Um primeiro aspecto que podemos citar diz respeito à relação “confiança X desconfiança” que os afeta. Como vivem em um ambiente onde a violência está muito presente, os jovens aprenderam que, ao conhecer alguém devem ficar com o “pé atrás”. O “desconfiar” passa a ser uma estratégia de segurança até que se “conheça melhor a pessoa”.

“Assim, é fácil fazer amizade aqui só que você tem que saber escolher a amizade. Você tem que... Não de você ficar selecionando e julgando as pessoas, mas você tem que saber com quem que você está envolvendo, né? Porque tem até motivo de drogas, e violência que tem muito no bairro, você tem que saber com quem que você está vivendo ali. Se você quer uma amizade com a pessoa, você tem que saber escolher os amigos sim.” (Valdir, 17 anos, 7 de Setembro)

Ainda em virtude da violência os jovens sofrem um cerceamento de sua liberdade. Normalmente são impedidos pelos pais de saírem de casa, especialmente à noite. A mobilidade e a circulação dos jovens tornam-se mais limitadas.

“Olha, a gente mora num lugar que se a gente chegar aqui, por exemplo, meia noite, é perigoso a gente nem entrar em casa. Então o quê que acontece: Você sabe como que jovem é. É um pique, os hormônios deles tão todos saltitando, eles tão doidos pra sair, doidos pra dançar, pra beijar na boca. Mas que jeito que sai? Os pais prendem com medo de talvez não ver o filho mais. De chegar o filho... Chegar em casa, mas dentro de um caixão. Ai o jovem fica preso, entendeu?” (Gorete, 18 anos, 7 de Setembro)

Os jovens gostariam que o bairro recebesse pessoas novas como uma possibilidade de ampliar os canais de sociabilidade, mas a situação de violência do local não só faz com que alguns moradores se mudem de lá, como também não atrai novos moradores. Os jovens desejam conhecer pessoas novas, seja para uma amizade, seja para suas relações amorosas.

Os jovens, como vimos, gostam de estar na rua ou nas esquinas conversando com os colegas, jogando bola ou simplesmente vendo o “pouco movimento” que existe

no local. Assim, a sociabilidade da rua sofre alterações de acordo com as estações do ano.

“Ah, eu acho que assim, lá na pracinha é bom quando tá em época de verão, né? Todo mundo sai... E uma vez, a gente juntou os vizinhos brincando de pique-esconde à noite., junta todo mundo e a gente brinca, e grita, e os vizinhos vai e saem.. E aí às vezes, um sai na varanda, o outro pega uma garrafinha de cerveja e senta lá com os pais da gente, fica brincando e vendo a gente brincar. E aí vai, e fica tomando o seu choppinho. Eu acho melhor na época de verão. Agora, quando é frio, fica todo mundo recuadinho dentro de casa, quietinho... Só mesmo tomando aquele leitinho quente... Então assim, eu acho que a estação ali também ajuda.” (Roberta, 17 anos, 7 de Setembro)

Vimos que o local não dispõe de muitos equipamentos de lazer e, quando os jovens preferem sair a ficar em casa, geralmente precisam se deslocar para outros lugares, fora da microárea. Isto é bom, pois o jovem tem condições de ampliar sua sociabilidade, mas, no entanto, eles encontram dificuldade seja por falta de dinheiro para a locomoção, seja pela distância dos locais mais movimentados.

O bairro 7 de Setembro é considerado pelos jovens como um bairro sem movimento, parado, vazio e com poucas opções de lazer, cultura e de diversão. Menos comprometido pela violência do tráfico do que o Pinheirinho, ainda assim a circulação dos jovens fica ameaçada.:

“Ah eu acho que a área que a gente não pode ir é do lado de lá, mas eu não sei, uns falam que não pode mas eu já andei muito pra aquele lado de lá, mas eu também não gosto não. Eu não gosto de ir pra aquele lado de lá também.” (Miriam, 18 anos, 7 de Setembro)

“Há rivalidades por bocas de droga e por armas, e há sempre briga. Não sei o desentendimento, mas sempre há um desentendimento entre eles mesmos, até gente que compra droga e não paga, né? Aí há esse desentendimento sim. Tipo, igual eu te falei que você não pode andar de noite. Imagina que eles tão fazendo um acerto lá com o cara, e vão matar o cara, e dá um tiro e pega em alguém inocente, entendeu? Aí você não vai correr esse risco, você vai ficar dentro de casa e você vai ficar preso. E muita gente, você passa nessa rua, a rua é praticamente deserta, só tem os marginais, vamos dizer assim, os marginais lá. (Valdir, 17 anos, 7 de Setembro)

Os jovens do Pinheirinho, em sua maioria, têm amigos da vizinhança. Em segundo lugar, aparecem os amigos de outros lugares (bairros próximos ou bairros de parentes). Para eles, a alternativa escolar não é tão relevante. Em último lugar, aparecem as referências ao local de trabalho.

A maioria desses jovens, assim como os do 7 de Setembro, disse que o “morar perto” facilita fazer amizades. De fato, em suas falas, seus amigos são, na maioria, também seus vizinhos. A sociabilidade desses jovens também está sob ameaça pelas mesmas razões do bairro 7 de Setembro, mas de modo muito mais intenso e peculiar, pois residem em um território constituído pelo estigma.

O sentimento de confiança é bastante frágil entre os jovens desencadeando um outro sentimento, o medo. Eles temem se envolver com outros jovens e entrar “em confusão”. As relações de amizade e companheirismo são reavaliadas e quase sempre a sensação de sua inexistência é o que prevalece.

“Hoje ninguém tem amizade, né? É. É muito difícil ter amizade. Hoje, as amizades só gostam de ferrar mesmo. Agora fala: ‘Ah meu amigo, e sei lá o que...’ mas por trás, mete a ripa. Quase fui preso. Por causa de ‘amigos’” (Lúcio, 16 anos, Pinheirinho)

“Tem pessoas lá que medo de conversar com os outros, com os meninos que mexem com droga. E eles ficam assim: ‘Eu não vou envolver porque depois pode cair pro meu lado alguma coisa, e tal, e fazer isso, isso, e isso.’ Eles devem ter medo de se envolver. Mas eu não. Quando eu vejo alguns deles, eu sempre cumprimento eles, porque eu sempre convivi com eles, mas não é a mesma coisa de chegar e conversar como antes, porque a gente conversava normal antes. E eles foram e começaram a mexer, e eles começaram a conviver com outras pessoas que já mexia há muito tempo. Dei uma afastada apesar de cumprimentar, e tudo” (Marcelo, 17 anos, Pinheirinho)

O medo das “más influências” parece pairar como um fantasma na vida dos jovens do Pinheirinho:

“Eu não considero que eu tenho amigos no Pinheirinho, eu considero que eu tenho colegas, só cumprimentar.. E como eu não mexo com nada, fica difícil de enturmar também, entendeu? Porque não tem aquela amizade. Cada um leva a sua vida. E também devido o Pinheirinho ter muito assim, tráfico, eu acho que afasta muito as pessoas. Porque todo mundo não vai querer chegar, e se enturmar, chegar e conversar” (Aline, 22 anos, Pinheirinho)

“Tem que ter muita força de vontade, e passar por cima porque tem muitas pessoas que fala que é amigo e ‘Vem cá, toma, experimenta’. E acaba viciando a outra pessoa, você entende? Ali tem que ser forte pra agüentar a barra tem que ser muito forte. Isso não dificulta a convivência mas atrapalha, sô.” (Gisele, 23 anos, Pinheirinho)

Para conhecer novas pessoas, fazer novos amigos e também se divertir os jovens precisam sair de seus locais de moradia, mas, no entanto, isso se torna difícil. O medo da “guerra” existente entre os jovens envolvidos no tráfico de drogas parece interferir mais na vida dos rapazes que das moças e cerceia a liberdade de locomoção, o que não é observado no 7 de Setembro.

“Os jovens ficam com medo. Igual eu mesmo, eles tem guerra aqui em cima, aqui perto do posto, né? Até eu que não tenho nada a ver eu fico com medo de vir aqui em cima. Porque a gente fica assim, tipo preso só lá onde você mora mesmo. Porque eles vão ver assim, tipo um homem, mais é homem, né? Eles vai ver um homem assim, que não tem nada a ver e é jovem, aí eles vão falar assim: ‘Ah, aquele ali mora no Pinheirinho, então vamos...’ né? Isso acontece mais é mais por causa do tráfico” (Clara, 20 anos, Pinheirinho)

Um outro medo aparece entre os jovens do Pinheirinho que dificulta a sua sociabilidade: o medo da violência policial. Diferentemente do 7 de Setembro, onde nenhum dos jovens citou com veemência esse tipo de violência, no Pinheirinho muitos jovens relataram essa vivência, consigo próprio, com amigos e até mesmo na família:

“Meu namorado mora bem no Pinheirinho mesmo. Aí interfere até no nosso namoro, porque às vezes eu não posso ir muito na casa dele porque tem que passar nos becos, e aí fica aqueles meninos lá tudo. E aí, o quê que acontece? Aí a gente já sai da escola, e ele tem que descer direto pra casa dele. Porque senão fica muito tarde pra ele descer. E como ele mora em beco, os policial acaba pegando ele confundido.” (Priscila, 17 anos, Pinheirinho)

Vimos que nas duas microáreas a sociabilidade do jovem sofre interferências principalmente da violência existente nos dois locais, mas no Pinheirinho a intensidade e a frequência são bem maiores do que no 7 de Setembro.

Mesmo quando os jovens têm tempo livre são privados de lazer pela falta ou precariedade dos equipamentos, o que de certa forma acaba propiciando-os a inventividade e a criatividade tão importantes aos jovens.

As relações de confiança que são possibilitadas pela convivência em grupos não são estabelecidas de forma satisfatória, o que certamente acaba interferindo na constituição das identidades desses jovens, tanto do 7 de Setembro quanto do Pinheirinho.

A fuga temporária da rotina cotidiana do trabalho e mesmo da escola é marcada por uma tensão que aparece nos momentos da sociabilidade – o medo de circular, de fazer novos amigos, etc.

Segundo Carrano e outros:

O lazer pode ser espaço de aprendizagem das relações sociais em contexto de liberdade de experimentação. A ocupação do tempo livre pelos jovens pressupõe a satisfação de necessidades materiais objetivas e a existência de tempo liberado das obrigações cotidianas e de conteúdos culturais que organizem e dêem sentido à experiência desse tempo” (CARRANO; DAYRELL; BRENNER, 2005, p. 176)

No 7 de Setembro, os jovens sentem falta da liberdade de sair de casa sem medo, sem a vigilância dos pais, e da tranquilidade para caminhar pelas ruas de modo seguro. Eles também sentem falta das antigas modalidades de relacionamentos em que os jovens ficavam na rua, sem muito medo. Para uns, a situação piorou com o tempo, para outros, a violência dos dias de hoje é menor se comparada com anos atrás.

No Pinheirinho, muito mais que no 7 de Setembro, a situação financeira difícil acaba dificultando o acesso dos jovens ao lazer fora da microárea. Há certamente uma desigualdade estampada no acesso ao lazer e às possibilidades de sociabilidades desses jovens se os comparamos com jovens com situações socioeconômicas melhores. Essa desigualdade poderia ser amenizada pelo acesso a bens, serviços e espaços públicos de lazer e cultura, o que, na prática, não acontece. Para Carrano:

[...] as políticas públicas de juventude devem ser capazes de atuar sobre essas condições desiguais, favorecendo a criação de situações materiais que aumentem as possibilidades de fruição do tempo livre, ao mesmo tempo que ampliem esferas públicas democráticas de cultura e lazer. (CARRANO; DAYRELL; BRENNER, 2005, p. 210)

Foi no Pinheirinho que os jovens mais disseram ter medo de “*entrar em confusão*”, de sofrer as “*más influências*” dos colegas e de “*entrar no mundo do crime ou da marginalidade*”. Esse medo não apareceu no 7 de Setembro de forma tão contundente. No Pinheirinho, também, foram mais frequentes os relatos da experiência do preconceito por morarem em um local violento, pois não é incomum os amigos se afastarem ao saber onde eles moram.

A sociabilidade dos jovens do 7 de Setembro sofre com a presença da violência no local, que afasta os amigos, mas a situação no Pinheirinho é muito mais grave. A maioria dos amigos dos jovens do Pinheirinho é mesmo do local, talvez pela própria dificuldade de circulação e pelo estigma vivido por eles.

No 7 de Setembro, a microárea não é estigmatizada, mas o bairro como um todo sofre as conseqüências do tráfico no local. Há, no entanto, alguma forma de medo ou preconceito pois seus moradores são considerados “vizinhos” da “Rua Proibida”. Lá, os moradores não enfrentam um tráfico de drogas em toda a microárea, como ocorre no Pinheirinho.

Os jovens do Pinheirinho moram num território estigmatizado, mas não demonstraram nas entrevistas ter introjetado esse estigma. Eles não se sentem “bandidos, marginais, malandros”. Ao contrário, insistem em marcar as diferenças e

sofrem por serem vistos e considerados como iguais, tanto pela população do entorno quanto pela polícia.

Não houve uma interiorização do estigma a ponto de moldar a identidade. Ao contrário, buscam criar novas identidades sobretudo pela busca de inserção no mundo do trabalho e pela busca de ampliação das redes de sociabilidade, mesmo correndo riscos. No processo de construção de suas identidades, os jovens do Pinheirinho reagem ao estigma ativamente – procuram empregos, omitem seus endereços ou trocam a referência “beco” por “rua”, etc. Alguns vivem o dilema entre “mentir” e “falar a verdade”; os que optam pela segunda alternativa alegam que precisam ser respeitados, a despeito de morarem no local. Já os mais fragilizados por esse estigma optam por mentir sobre sua realidade ou modificá-la no próprio discurso – “o local não é violento como dizem” e, portanto, não haveria motivos que justificassem tal estigma.

Entendemos que a estigmatização territorial não tenha segmentado os jovens dentro do Pinheirinho. A maior fragmentação diz respeito à existência de dois grupos diferentes que convivem no mesmo local: de trabalhadores e os traficantes, considerados malandros ou marginais. Os jovens, apesar das divisões entre um mundo e outro, não estabelecem, na prática, fossos intransponíveis, pois circulam entre os dois, pela convivência diária nas interações.

Tanto no Pinheirinho quanto no 7 de Setembro, a circulação dos jovens é mediada pelo trabalho, pela escola, pelos amigos moradores de outros bairros e também pelo NAF. No caso do Pinheirinho, as moças são mais mediadas pelos grupos juvenis bem como pelas atividades do NAF. Vimos no 7 de Setembro, pelo exemplo de Joílton, que participar de um time de futebol potencializou sua circulação, ao conhecer lugares novos, e também ampliou sua rede de amigos. Percebemos que o programa Agente Jovem também funciona como um bom mediador: quando estão participando, saem para lugares diferentes, conhecem outros jovens, enfim, ampliam suas visões de mundo e de possibilidades. No Pinheirinho, vimos o exemplo da jovem, Miriam, que através do grupo de dança conheceu outros lugares. Isto, além de ampliar sua circulação, permitia a ela configurar outras imagens sobre si mesma além daquela de “ser moradora do Pinheirinho”; agora diz também que é uma jovem que dança hip hop. Outro mediador presente na vida dos jovens foi a adesão a uma igreja, especialmente a evangélica. Há muitas atividades para eles na igreja e fora dela. Alguns jovens relatam que saem em grupo, levados pela igreja, para acampamentos, clubes, etc.

Ser jovem no 7 de Setembro não é viver num território estigmatizado e sim num lugar de pobreza, de escassez de recursos com níveis altos de desemprego. Aqui há uma maior heterogeneidade social dentro da microárea e sua delimitação acabou excluindo moradores com necessidades semelhantes. Na microárea 7 de Setembro a referência simbólica e cultural dos moradores é o próprio bairro 7 de Setembro. O bairro é o local dos pertencimentos, dos reconhecimentos, das relações sociais e de amizade. Antes do Programa BH Cidadania os moradores viviam igualmente no bairro, sem discriminações dos locais de moradia. Após o programa, os moradores foram divididos – quem está fora e quem está dentro. Ao invés de fomentar um território, no 7 de Setembro o BH Cidadania propôs um espaço definido à distância. Se eram semelhantes os modos de vida, foram criadas novas divisões no bairro.

Ser jovem no Pinheirinho é viver num território estigmatizado, mas também num lugar de pobreza, de recursos escassos e com altos níveis de desemprego. O Pinheirinho parece concentrar um grande número de moradores em condições precárias de vida. Isso significa, por exemplo, que a circulação dos jovens é, em parte, comprometida pela situação financeira, já que nem todos possuem dinheiro para circular pela cidade. Além desse impedimento, sofrem outros constrangimentos: as próprias condições de vida de um território estigmatizado os isolam mais, os mantêm mais retraídos. Há um grande desconhecimento dos jovens sobre o que acontece e o que existe na cidade.

Ser jovem no Pinheirinho é lidar com um território quase todo “proibido”, pois há mais de um ponto de tráfico no local. Circulam menos dentro da microárea e parecem apropriar-se pouco do local. Sofrem a violência policial e uma grande violência decorrente da presença do tráfico.

Tanto os jovens do Pinheirinho quanto os jovens do 7 de Setembro sofrem com o desemprego, com a falta de perspectivas, com a pobreza. Apesar dos jovens do Pinheirinho viverem o estigma territorial, alguns de seus conflitos são parecidos com os jovens do 7 de Setembro, como, por exemplo, a proximidade com a violência desencadeada pelo tráfico, a insegurança e o medo de serem influenciados, especialmente entre os jovens.

Os jovens do Pinheirinho sofrem mais com o desemprego, pois o trabalho é considerado também como uma possibilidade de se criar uma nova identidade, já não mais estigmatizada pelo local de moradia. Eles depositam no trabalho a grande chance

de inclusão, de inclusão na vida da cidade. O estigma territorial isola, de certa forma, do mundo externo e interno, embora este último não tenha sido observado no local.

Viver no 7 de Setembro e viver no Pinheirinho é diferente. No decorrer no capítulo, vimos que há especificidades nos modos de vida dos jovens. A princípio, segundo a fala dos entrevistados, a vida no Pinheirinho traz muito mais dificuldades que a vida no 7 de Setembro. A circulação no 7 de Setembro é melhor que no Pinheirinho, local onde a própria topografia não ajuda, por ser íngreme e pela quantidade de becos.

O tráfico de drogas existe nas duas microáreas, mas, no entanto, no 7 de Setembro ele se concentra na “Rua Proibida”. A polícia abusa do poder nos dois lugares, mas está muito mais presente na vida dos jovens que moram no Pinheirinho.

Concluindo, podemos dizer que os jovens das duas microáreas vivenciam situações bastante parecidas, mas com um olhar mais atento e crítico percebemos que a vida no Pinheirinho parece exigir mais estratégias de sobrevivência por parte dos jovens, que também são mais isolados da vida da cidade que os jovens do bairro 7 de Setembro. Por essas razões, a cidade enquanto direito e possibilidade de acesso aos seus serviços e equipamentos, é algo mais distante para os jovens do Pinheirinho, que depositam na busca de um trabalho a sua esperança de inserção social.

5 Conclusões: Modos de vida juvenis e suas interfaces com o poder público local

A partir das vivências e das interpretações de sua condição, os jovens conseguiram falar de seus interesses, preocupações e necessidades.

Várias têm sido as demandas expressas por sujeitos e atores juvenis nos mais diversos tipos de espaço público que, eventualmente, podem ser incorporadas nos diagnósticos e agendas que orientam a formulação de políticas de juventude. Os jovens entrevistados trouxeram, principalmente, em suas falas, uma preocupação com a situação de emprego, a necessidade de uma boa escolaridade para a garantia de trabalho e a crítica à violência e à falta de segurança não só em seu cotidiano, mas em aspectos mais gerais desse processo.

Busquei por meio das entrevistas investigar junto aos jovens qual era a sua relação com o poder público local. Para tal, perguntei se conheciam o Programa BH Cidadania, o NAF, se tomaram contato com as atividades lá realizadas e, sobretudo, como o poder público aparecia para eles em seus locais de moradia.

Vale ressaltar, como já disse em outros momentos, que não se pretendia através desta pesquisa investigar o Programa BH Cidadania, mas compreender o que era a face local do poder público para esses jovens. Tanto no 7 de Setembro quanto no Pinheirinho, os jovens praticamente desconhecem o Programa BH Cidadania, mas quase todos conhecem o NAF – equipamento local do Programa. No entanto, alguns jovens não souberam dizer se o NAF é público ou não, embora “desconfiassem” que pertencesse ao governo – federal, estadual ou municipal. Mas, o mais importante é que a maioria detectava o poder público no local, através da presença do NAF.

5.1 Os jovens do 7 de Setembro e o NAF

A maioria dos jovens moradores da microárea 7 de Setembro conhece o NAF e sabe que o mesmo é público. Quanto à finalidade do equipamento, a grande maioria acha que é ajudar os moradores, dar oportunidades para aqueles que têm poucas condições; melhorar o bairro; acompanhar as famílias e dar a elas proteção e auxílio; facilitar a informação, pois não precisam sair do local onde vivem para se informar. O NAF para eles funciona também como um “centro” de encaminhamentos: para o

Programa Agente Jovem, para retirar documentos, para entrevistas de empregos (ocasionalmente), para diversos cursos gratuitos. Para eles, o NAF também funciona como um “centro” de informações.

O equipamento também foi lembrado como um local onde se oferece o Programa Agente Jovem (que evita o jovem ficar na rua e propicia ocupar “a cabeça”); vales-transporte (quando estão disponíveis) para entrevistas de emprego e para os cursos; palestras sobre sexualidade; esportes; cultura; algumas oportunidades de trabalho e, sobretudo, cursos gratuitos.

Apesar da oferta de cursos, os jovens demandaram maior diversificação, com redução dos critérios para inclusão e maior divulgação. Os depoimentos indicam a existência de mecanismos internos de seleção no interior do NAF, pois o fato de o jovem ser morador da microárea não assegura a sua participação em algumas atividades e cursos.

“Não é para atingir a área piloto? Então, por que que tem que ter critérios pra ta participando do curso? Eu acho que não tem que ter isso não, qualquer um, todo mundo é igual, todo mundo podia ta participando!” (Gorete, 7 de Setembro)

“Já que eu to marcado, eu to nessa área aqui e eu não posso ser atendido por causa da renda, num sei o que, então por que que demarcou essa área, né?” (Valdir, 7 de Setembro)

A microárea 7 de Setembro apresenta uma heterogeneidade entre seus moradores, o que talvez justifique essa queixa dos jovens com relação aos critérios de admissão, tanto para o Programa Agente Jovem quanto para alguns cursos. A prioridade não é apenas por ser morador da microárea, mas é para aqueles que nela possuem uma baixa renda familiar. Alguns jovens entrevistados não conseguiram fazer cursos porque não se encaixavam nos critérios exigidos, mesmo sendo moradores da microárea, ou seja, a seleção restrita acaba por funcionar como mais um elemento de exclusão.

Além disso, os jovens possuem amigos que moram em áreas próximas e que não podem participar das atividades do NAF. Muitos disseram que gostariam que o NAF não ficasse limitado à microárea e desejam a sua expansão. Segundo eles, há muitos jovens que não são moradores da microárea, embora morem próximos e que precisam muito do apoio do NAF, às vezes apresentando maiores necessidades. Outros gostariam de fazer cursos e poder participar do Agente Jovem, o que demandaria uma ampliação dos critérios para sua admissão.

A maioria espera que o NAF possa lhe fornecer oportunidades de emprego, um espaço cultural, uma quadra para esportes variados e não apenas para o futebol, com segurança para os participantes.

Os jovens conseguem perceber que a chegada do NAF trouxe algumas mudança e que todas foram muito válidas. O equipamento parece ter conseguido dar uma “cara nova” ao local, mobilizar alguns moradores, acompanhar as famílias mais necessitadas, assistir aos jovens mais carentes e, sobretudo, facilitar o acesso às informações sem a necessidade de deslocamento para outros lugares.

Quanto às contribuições para a área, os jovens falaram sobre a revitalização da praçinha e da canalização de alguns lugares, conseguidas através da ajuda do NAF, e a criação da Casa do Brincar, para as crianças. Além disso, alguns jovens consideraram que o NAF conseguiu despertar nos moradores uma maior preocupação com o local e com o desenvolvimento social da comunidade.

De fato, o NAF parece ser para os jovens um ponto de apoio, especialmente no tocante à possibilidade de se fazer cursos gratuitos. Segundo alguns, aqueles que conseguem participar do Programa Agente Jovem são os mais beneficiados, pois têm a oportunidade de serem ouvidos em suas necessidades.

Com relação à demarcação da microárea, os jovens disseram que a mesma precisa ser ampliada, pois atualmente ela “*discrimina as pessoas de baixa renda*” (Heitor). Há pessoas que moram no local que não são carentes e isso acaba identificando esses moradores como “*moradores da área piloto*”, gerando mal-estar entre os moradores. O preconceito é sentido, pois, segundo eles, quando alguém diz que participa de algum projeto, todos acham que a pessoa “é favelada”. A chegada do programa em um local onde não havia, *a priori*, nenhuma separação geográfica trouxe um problema: nem todos os moradores aceitam ter ficado de “fora”, pois têm as mesmas condições de vida dos incluídos na microárea. O inverso também é verdadeiro: pessoas que não são carentes não gostaram de ser identificadas como “*moradoras da área piloto do BH Cidadania*”.

Para os jovens, o Programa BH Cidadania exclui em dois sentidos: ao demarcar uma pequena área, exclui moradores que ficam de “fora”, embora apresentem necessidades parecidas; e ao colocar critérios de participação para cursos que não absorvem toda procura, pois somente os jovens que possuem uma renda muito baixa conseguem inscrever-se em tais cursos, o que inclui o Programa Agente Jovem.

O discurso dos jovens vem carregado de um sentimento de indignação, mais do que de privilégio, pois eles acreditam que toda pessoa “digna e cidadã” merece a mesma atenção do poder público.

“Um colega meu que mora nessa rua aqui da escola. O Agente Jovem é do lado esquerdo, assim, descendo e a casa dele é da direita.. E ele foi no NAF, assim, fazer inscrição, e não pode não. Sendo que o Agente Jovem fica na rua da casa dele. E ele não pode participar. Pô, sacanagem, né? Um lado da rua é 7 de Setembro e do outro lado da rua é Parque das Flores?! Não tem condição isso não uai. Então. Metade da rua? Vai dividir a rua no meio e vai fazer uma faixa assim, tipo: “Mão e contra mão? E não tem condição isso. E isso é sacanagem. É sacanagem, na rua da casa do menino não pode participar! Ele mora mais lá em casa do que na casa dele. Ow, a gente cresceu junto desde menino e brincava, andava à toa, e jogava bola...” (Wellington, 7 de Setembro)

Sem sombra de dúvidas, o Programa Agente Jovem, que já existia antes da chegada do NAF na microárea¹⁴⁷, é aquele de que o jovem mais se beneficia, além dos cursos gratuitos.

O Programa Agente Jovem foi criado pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social, em 2000, mesmo ano de implantação em Belo Horizonte¹⁴⁸. Visa proporcionar uma oportunidade de “ocupação para jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social”, criar condições para sua inserção, reinserção e a permanência do jovem na escola; promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade. Além disso, visa desenvolver ações para oportunizar o protagonismo juvenil¹⁴⁹ e preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade. (BRASIL, 2001)

O Programa Agente Jovem, no 7 de Setembro, tem sua execução a cargo da Ação Social Técnica – AST¹⁵⁰ desde 2002. O Programa funciona em imóvel alugado, com uma pequena biblioteca, uma secretaria, uma sala central que algumas vezes serve de espaço de trabalho da coordenação e uma sala maior, onde acontecem as atividades.

¹⁴⁷ O Programa Agente Jovem no 7 de Setembro iniciou-se em janeiro de 2002, sob a supervisão da Secretaria de Assistência Social e execução da Ação Social Técnica. No entanto, a chegada efetiva do programa BH Cidadania se deu somente em agosto do mesmo ano, com a inauguração do NAF no local, que passou, então, a supervisionar o Programa Agente Jovem.

¹⁴⁸ Para maiores informações sobre a implantação em Belo Horizonte, ver Dayrell, Leão e Reis (2006)

¹⁴⁹ Configura-se como uma maneira de “estimular o jovem à construção de sua autonomia, por intermédio da criação de espaços e situações propiciadoras da suas participação criativa, construtiva e solidária”. (BRASIL, 2001, p.1)

¹⁵⁰ A AST é uma “entidade civil nascida nos movimentos populares em 1979, desenvolvendo até então uma série de projetos na área de educação profissional de jovens e adultos. Pela sua atuação, a entidade tem uma inserção significativa na região, conquistando reconhecimento e credibilidade entre os moradores e outros atores sociais que atuam no campo da formação profissional, na defesa e na promoção dos direitos de jovens e adultos”. (DAYRELL, LEÃO E REIS, 2006)

Tem mobiliário bem conservado, além de computador, TV e vídeo. Segundo Dayrell, Leão e Reis (2006, p. 99), “a infra-estrutura pode ser atribuída à ação da entidade conveniada (AST)” e o fato de o Programa estar alocado no interior do Programa BH Cidadania parece também contribuir para isso.

Atualmente, há no Programa uma Coordenadora Pedagógica com formação em Serviço Social, uma Educadora Social graduada em Normal Superior e uma monitora com Ensino Médio Completo. Em setembro de 2006, o Programa foi ampliado de duas para três turmas, atendendo atualmente a 75 jovens.

São realizadas atividades¹⁵¹ de arte, cultura, lazer e esportes, e também oficinas temáticas voltadas ao crescimento pessoal, ao fortalecimento dos laços familiares, formação para a cidadania e atividades de atuação na comunidade em projetos comunitários desenvolvidos pelos próprios jovens do programa. Cinco projetos foram realizados até 2006 pelos jovens do Programa: o “*Fanzine sobre drogas*”, no qual os jovens, após terem montado um folder com mensagens sobre drogas e violência, abordaram as pessoas para falar da temática e suas conseqüências; o “*Reciclagem*”, que constituiu em uma pequena oficina com latas variadas; o “*Cine Agente Jovem*”, no qual os jovens apresentaram um documentário, construído pelo próprio grupo, sobre a comunidade, durante uma das oficinas de cultura; o “*Esporte e Lazer*”, no qual os jovens realizaram atividades lúdicas em uma escola da região com crianças de 6 a 12 anos; e o “*Grafite de Máscara*”, no qual os jovens ensinaram os alunos a aproveitar imagens de cartazes e revistas para produzir material para uso escolar, folders e banners.

Apesar do número de jovens participantes, alguns entrevistados disseram que o Agente Jovem é pouco divulgado e que a demarcação da microárea impõe critérios que impedem aqueles que realmente estão motivados a participarem, a terem essa chance. Uns criticaram a idade mínima para a inclusão no Programa alegando que, hoje em dia, há meninos de 13 anos no tráfico e que poderiam já estar participando. Outros criticaram o valor da bolsa e a pouca motivação dos participantes, que atrapalham as atividades do grupo. Um jovem explica que o Programa tem pouca visibilidade e que muitos não sabem, antes de entrar, como funciona, suas finalidades e atividades. Segundo ele, isso faz com que alguns se desmotivem ao longo dos anos, além de

¹⁵¹ As informações foram coletadas através de relatório fornecido pela Coordenadora do Programa. Há quatro encontros semanais e o horário de funcionamento do Programa, na parte da manhã, é de 8h30 às 10h. Na parte da tarde, funcionam dois grupos: um de 13h30 às 15h e o outro, de 15h20 às 16h50. Às segundas-feiras as atividades são esportivas; às terças-feiras acontecem os projetos comunitários; às quartas-feiras os jovens dedicam-se ao planejamento das atividades. Às quintas-feiras as atividades são ligadas à cultura; e às sextas-feiras acontecem as oficinas temáticas.

“tirarem” a oportunidade daqueles que realmente querem freqüentar e participar ativamente.

Por outro lado, o Agente Jovem é considerado um caminho importante para “ocupar a cabeça” e evitar que o jovem fique na rua. Nesse sentido, os depoimentos são bastante contundentes: *“Isso que o Agente Jovem fez para mim, vai ficar pro resto da minha vida”* (Fernando); *“O Agente Jovem mudou radicalmente minha vida”* (Heitor); *“Eu acho que através do Agente Jovem eu acordei assim, um pouco mais para a vida. Depois que passei pelo Agente Jovem, eu acho que eu tenho mais visão do mundo”* (Joílton); *“Depois que eu entrei, eu cresci muito”* (Gorete). Essa é a face mais conhecida do poder público para os jovens entrevistados do 7 de Setembro, mesmo para aqueles que nunca participaram do Programa.

Embora os jovens entrevistados considerem o Agente Jovem importante em suas vidas, há muitos estudos¹⁵² que criticam algumas premissas nas quais o Programa se apóia, ou seja, no discurso da vulnerabilidade, do perigo do ócio e da rua, que é incorporado pelos próprios jovens. Algumas orientações do Programa fundamentavam-se na lógica em torno do perigo da violência, com objetivos preventivos (POCHMANN, 2002). Tais orientações “conformam imagens sobre a natureza dos jovens destinatários da ação governamental, sobretudo quando são pobres e moradores de áreas urbanas consideradas vulneráveis” (SPOSITO, 2006, p.52).

Há também um outro pressuposto que merece consideração: a transferência de renda sob a forma de bolsa para os jovens participantes, mas na necessidade da contrapartida para tal. Em alguns locais, a exigência se dá meramente pela obrigatoriedade da freqüência à escola e isso acentua ainda mais algumas ambigüidades. “Os usuários jovens, alvos dos programas e sempre definidos por sua condição de maior ‘vulnerabilidade’ situam-se entre os grupos precocemente excluídos da escola [...] com importantes dificuldades” (SPOSITO, 2006, p.55). Segundo Sposito, “essa mera exigência de retorno à escola que não foi capaz de lidar antes com essa situação, acaba

¹⁵² Ver: SPOSITO, M. P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V. de e PAPA, F. **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003. DURAND, Olga C ; FURINI, Doris. Os jovens e os programas socioeducativos em Florianópolis-SC: uma frágil relação? In: **Relatório FAPESP**, São Paulo, 2006. CAMACHO, Luiza M. A ilusão da moratória social para os jovens classes populares. In: **Relatório FAPESP**, São Paulo, 2006. DIAS, Luciana; GUMARAES, Maria Tereza. Estratégias de sobrevivência de jovens pobres urbanos usuários de programas socioeducativos. In: **Relatório FAPESP**, São Paulo, 2006.

por sinalizar a permanência dos mesmos processos de exclusão” (SPOSITO, 2006, p.55).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às atividades não convencionais de caráter sócio-educativo de programas desse tipo. Não há uma interação e articulação com os sistemas escolares e o que se vê são ações paralelas à escola, que muitas vezes são uma versão piorada e precária da prática educativa da escola pública (SPOSITO, 2006). Os programas valorizam as ações de natureza sócio-educativa, mas nem sempre explicitam os pressupostos de tais ações.

Dayrell, Leão e Reis constataram que há uma forte presença da lógica escolar nas ações desenvolvidas, com mera transmissão de conhecimentos, mesmo nas atividades que se utilizam diferentes linguagens artísticas. “Elas ocorrem sob a forma de autoridade de um especialista, com uma progressão programada sob forma de conseqüências sucessivas, nas quais a repetição e o respeito pelas regras são considerados essenciais” (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2006, p.110)

Nos programas dirigidos aos jovens, como o Agente Jovem, as ações tendem a ser estruturadas sob a ótica da educação, “concretizada em práticas pensadas e pretendidas como educativas, [...] como se não existisse outra maneira de serem estabelecidas relações, como se não existisse outro modo de estruturação das atividades que não na forma escolar” (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2006, p.111). Embora o Programa pretenda fortalecer a autonomia juvenil, ainda é muito presente essa visão escolarizada das intervenções educativas, o que reforça a visão dominante de que o jovem precisa ser “escolarizado”.

Ao jovem não é permitido o tempo livre, pois o mesmo pode ser motivador de ações não desejadas socialmente, ao mesmo tempo que os coloca como mais vulneráveis ao crime, ao tráfico e à violência. O jovem não pode ter tempo livre para experimentar a vida e suas atividades devem ser sempre mediadas por um adulto. Isto, ao invés possibilitá-los oportunidades de exercitar as escolhas, tomar decisões, enfim, de serem autônomos, reforçam a dependência e a fragilidade dos mesmos.

Tudo indica que Programa BH Cidadania, assim como outras ações destinadas aos jovens de baixa renda com orientações sócio-educativas, pouco oferece, de fato, “melhores condições de transição para o mundo adulto” (SPOSITO, 2005). Segundo Sposito, grande parte dessas ações com orientações sócio-educativas, como imagino poder incluir também o Programa BH Cidadania através de um programa para os jovens, o Agente Jovem,

[...] são decorrência de uma significativa vocação “presentista”, traduzida na mera ocupação do tempo livre dos jovens, quando este não é absorvido pelos ritmos das instituições tradicionais da socialização. Não asseguram, de fato, uma melhor transição para a vida adulta e modelam a experiência do presente a partir de uma lógica eminentemente calcada na idéia de uma formação complementar, institucionalizada e compulsória. (SPOSITO, 2005, p. 36)

A criação do NAF construiu uma interação com a comunidade a ponto de ele ser considerado um local onde se busca um apoio. A relação com o poder público, de fato, ficou mais próxima. Os jovens, de modo geral, reconheceram vantagens para os moradores, bem como para eles mesmos, ainda que de forma bastante limitada: cursos gratuitos e o Agente Jovem, prioritariamente, embora haja oficinas de cultura e esporte. Há um representante do poder público no local (NAF), o que antes não acontecia, e isto trouxe uma maior aproximação dos moradores com o poder público, seja como ponto de referência, seja como lugar de encaminhamentos.

A promoção de equipamentos no bairro seja de lazer ou de esportes ainda não é pensada como “função” do NAF, embora seja uma demanda para o poder público, via Prefeitura. De qualquer forma, um Estado que estava distante aproximou-se dessa população. O NAF aparece mais como mediador e apoio do que a expressão de políticas setoriais articuladas em sua face local. Não há demandas propostas ao NAF que incidam sobre questões estruturais do desenvolvimento urbano. Sua face voltada para a assistência e certas modalidades educativas, como os cursos, são os aspectos predominantes na visão dos jovens.

5.2 Os jovens do Pinheirinho e o NAF

Todos os jovens do Pinheirinho apontaram como principal atividade do NAF oferecer cursos gratuitos. Quanto à finalidade disseram: oferecer o Programa Agente Jovem, o que propicia ao jovem “*ocupar a cabeça*”; conversar com a comunidade; encaminhar (para cursos e empregos); apoiar (ajudar as pessoas, a comunidade, os jovens); mudar o bairro/melhorar o local; ajudar na “*questão social*”; fazer reuniões, dar conselhos à comunidade e ajuda sentimental (para alguém, em particular).

Segundo os jovens, o NAF deu esperanças para a população ao priorizar o local, maiores oportunidades para eles, e, agora, se tornou “vantajoso” morar na microárea, o que não acontecia antes da chegada do Programa BH Cidadania. Para o local, em termos

de infra-estrutura, o NAF ajudou na conquista do asfalto de alguns becos e algumas canalizações.

No Pinheirinho, o NAF atingiu as famílias dos jovens de formas variadas: algumas mães levam os filhos para a Casa do Brincar, alguns membros da família conseguiram fazer cursos (mãe, irmãos, tias), obter ajuda jurídica (pensão alimentícia), apoio junto ao Conselho Tutelar e algumas conseguiram vale-transporte.

Quando perguntei o que o NAF faz pelos jovens do local, todos se lembraram do Programa Agente Jovem, dos cursos gratuitos, dos encaminhamentos para o primeiro emprego, as oportunidades de conhecer coisas novas e, sobretudo, de “*ocupar a cabeça*”.

Rapazes e moças possuem demandas praticamente iguais junto ao NAF. No tocante à microárea, os jovens, especialmente as meninas, gostariam que as ruas fossem abertas, diminuindo assim o número de becos, além de melhoras no saneamento básico e na coleta de lixo. Alguns jovens demandam que as casas em condições precárias sejam arrumadas, bem como a construção de uma praça com área verde. Além disso, os jovens apontaram a necessidade de um espaço no local para a promoção de feiras, eventos e palestras para a comunidade.

Os jovens gostariam, principalmente, de obter oportunidades de emprego através do NAF. Sentem necessidade de serem preparados para o mercado de trabalho, de conhecerem o que acontece na cidade, de terem mais atividades voltadas para o público jovem, de cursos noturnos (há jovens que já trabalham, mas que gostariam de melhorar de emprego através dos cursos oferecidos) e de uma quadra para esportes variados. A ampliação do limite de idade para a saída do programa Agente Jovem, para depois dos 18 anos, é uma demanda dos jovens do Pinheirinho, bem como sua mudança de localização para dentro da microárea.

Com relação ao NAF, especificamente, os jovens esperam que ele seja ampliado, que possa melhor divulgar os programas dos quais a população possa usufruir. Gostaria que houvesse, também, divulgação sobre as vagas existentes no mercado de trabalho e maior número de eventos. Muitos declararam o desejo de ver o NAF mais presente na microárea para verificar de perto suas necessidades.

A localização do NAF, fora da microárea, é motivo de descontentamento para muitos jovens, pois, segundo eles, isso dificulta a integração e a participação dos moradores do Pinheirinho. Muitos não podem “subir” até o NAF porque temem a circulação em virtude da rivalidade do tráfico do Alto dos Pinheiros (onde se localiza o

NAF) e do Pinheirinho. Foram as garotas as que mais “denunciaram” essa situação, embora como vimos no capítulo anterior são elas as que têm maior acesso exatamente por estarem menos vulneráveis ao perigo da circulação do que os rapazes. Com isso, são elas as que mais freqüentam o NAF e que trouxeram mais informações sobre o funcionamento do mesmo no local.

“O NAF longe dificulta. Precisaria chegar pra dar informação, levar informação pra lá, porque nem todo mundo sobe aqui para cima. Eles não vem. A maioria não pode subir aqui porque alguns tão em guerra com um ali e eles não vem. O NAF não tá lá (na microárea), dificulta o acesso” (Aline, Pinheirinho)

A relação dos técnicos com as jovens foi percebida por elas como uma relação de proximidade. Falam o nome da assistente social e se referem ao quadro técnico como “as meninas do NAF”. Podemos dizer que muitas se sentem acolhidas pela equipe, mais do que pelo órgão público. Elas dizem, por exemplo: “Às vezes a gente vem pegar algum encaminhamento, elas sentam, perguntam como que a gente tá, o que tá acontecendo, sabe?” (Priscila); “Quando preciso de ajuda, eu falo logo – Ah, vou no NAF!” (Gilda); “Às vezes a gente tá com algum problema e não quer falar com alguém, então a gente chama a Tereza (assistente social). Ela é uma pessoa assim, do NAF, que a gente confia” (Valéria).

Já os meninos mantêm uma relação um pouco mais distante, talvez em virtude das dificuldades de circular até o local. Consideram que ainda há muita gente que desconhece o equipamento. Achem que há pouca divulgação sobre o que acontece no NAF e, claro, isso só confirma como eles são mais prejudicados, pois não têm a mesma facilidade de circular que as meninas. Portanto, são eles que demandam mais explicitamente a presença do NAF no interior da microárea: “Eles às vezes vão lá em baixo no Pinheirinho” (Junior); “Às vezes a Tereza (assistente social) e alguns meninos descem divulgando, sabe? O trabalho dela, daqui do NAF, mas é às vezes” (Marcos); “Eles aparecem mais em época de eleição” (Carlos).

O tema da localização volta quando o assunto é o programa Agente Jovem. Os jovens dizem que o fato de o Programa não funcionar no interior da microárea impede que muitos deles participem. Comentam que vários jovens desistiram por temerem represálias do grupo do tráfico rival do Pinheirinho, que é do “Alto”, mesmo local onde o Agente Jovem funciona.

“É meio chato porque teve uns do Agente Jovem que até saíram do programa com medo. Ai atrapalha um pouco. Porque às vezes... Teve até uma menina mesmo, sabe? Que ela teve que sair porque é aqui em cima. E às vezes até a gente mesmo fica com medo deles vir cá, sabe? E atrapalha. [sobre a aceitação do local] Ah, aceita, aceita, só que às vezes até a gente fala: “Nossa, que engraçado, né? A gente mora no Pinheirinho e vir aqui em cima pra fazer Agente Jovem.” Mas lá em baixo não tem espaço assim, sabe? Porque o único espaço que lá tem mesmo é o da escola, né?” (Priscila, Pinheirinho)

Os jovens dizem que o NAF esclarece quanto à necessidade de se lutar para manter o Agente Jovem no local, pois eles não podem se “render” às ameaças do tráfico rival, mas muitos não acham essa atitude prudente: *“Eles fala que a gente tem que enfrentar, mas não dá pra enfrentar algo que pode te matar, né?” (Franco).*

As vantagens obtidas pelo Programa Agente Jovem mais lembradas incluem: aprender “muitas coisas”, “se soltar”, “aprender a trabalhar em grupo”, “brincar”, “conversar”, “distrair”, conhecer lugares novos (cinemas, parques, teatros), ter mais acesso ao emprego, fazer novas amizades, aprender a ser cidadão, “abrir a cabeça”, conhecer a realidade, ter mais oportunidades, etc. Mas também apontaram algumas críticas: “ficar só brincando”, ser “muito desorganizado”, manter jovens desmotivados para as atividades e que só pensam no dinheiro da bolsa, ser “muito parado”, ser pouco rigoroso com presença e participação dos jovens, ter pouca visibilidade, discriminar alguns jovens, ter atividades obrigatórias em horário incompatível com a escola.¹⁵³

O Programa BH Cidadania não foi inicialmente voltado especialmente para o público jovem, muito embora o mesmo conste do *site* da PBH como um Programa **para os jovens, a partir de 2005**. Pude perceber que os jovens das duas microáreas não conhecem o programa BH Cidadania e sim um de seus equipamentos locais, sediado na microárea, o NAF.

O NAF é de conhecimento de todos os jovens, porém eles não souberam dizer exatamente suas finalidades e nem se o mesmo era municipal, federal ou estadual.¹⁵⁴

¹⁵³ Uma jovem (Rogéria) comenta que a educadora do Programa Agente Jovem “obrigou” os participantes a comparecerem a um evento, à noite, ou receberiam “falta”.

¹⁵⁴ Na verdade, isto de fato não é o mais importante, mas o fato do jovem não saber de “onde vem o programa” é no mínimo, intrigante. Se acreditarmos que houve uma maciça movimentação popular na implantação dos NAFs, como explicar que tantos jovens (das duas microáreas) e também moradores (segundo informações dadas pelos jovens) não sabem que o NAF é um dos equipamentos do Programa BH Cidadania e que o mesmo é municipal?

O fato de o NAF estar localizado dentro da microárea, no 7 de Setembro, e próximo dela, no Pinheirinho, não foi suficiente para um melhor conhecimento do funcionamento e origem do programa por parte dos jovens entrevistados.

Alvaro Pacciello fala da importância de se ter centros como equipamentos descentralizados de governo que estejam localizados nos bairros, objetivando atingir de forma efetiva e eficaz os jovens dos setores mais excluídos:

A localização em zonas periféricas da cidade não corresponde a um capricho dos que decidem as políticas sociais, e sim a realidades muito concretas e opções para trabalhar com aqueles que se encontram em situação de exclusão social[...] comentávamos o quanto resulta difícil, não só para os jovens perceber a cidade em sua totalidade, aproveitar suas possibilidades e apropriar-se dos espaços fazendo um uso pleno e democrático dos mesmos [...] as portas estão fechadas para a criatividade, para o desenvolvimento de propostas produtivas e para a implantação de novas propostas[...] O fato de organizar, produzir e realizar atividades e programas específicos, sob medida para os vizinhos e para o bairro, faz com que se levem em conta as características marcantes das pessoas e seu entorno. Por sua vez, as formas escolhidas e a penetração na hora de convocar e difundir as ações têm maior impacto quando se envolvem os atores locais constituindo-se em fiadores e anfitriões de cada instância. (PACCIELLO, 2003, p.78-82)¹⁵⁵

Assim, seria nos bairros que o Poder Público deveria promover as ações que visam a inclusão desses jovens. Além disso, os centros locais apareceriam como estratégias fundamentais para a eficácia da ação governamental, pois levariam em conta as características das pessoas e seu entorno.

Quando falamos em políticas para juventude precisamos lembrar que esse momento de vida possui singularidades que demandam modos diversos de intervenção do Estado e de constituição de suas ações (SPOSITO, 2003, p. 61). O Programa BH Cidadania compreendeu essas singularidades? Fato é que os jovens não foram convocados a participar de sua formulação. As necessidades e demandas dos jovens parecem não ter sido levadas em conta, **prioritariamente**, nesse Programa, talvez porque em sua concepção os jovens, enquanto público alvo, ainda não estavam

¹⁵⁵“La ubicación en zonas periféricas de la ciudad no responde a um capricho de los decisores de políticas sociales, sino a realidades muy concretas y a opciones para trabajar con quienes se encuentran en situación de exclusión social. [...] comentávamos lo difícil que resulta, no solo para los jóvenes, percibir la ciudad en su totalidad, aprovechar sus posibilidades y apropiarse de los espacios haciendo um uso pleno y democrático de los mismos [...] las portas están cerradas para la creatividad, el desarrollo de propuestas productivas y para la implementación de nuevas propuestas. [...] El hecho de organizar, producir y realizar actividades y programas específicos, a medida de los vecinos y del barrio, hace que se tengan em cuenta las características salientes de la gente e y su entorno. A su vez, las formas escogidas y la penetración a la hora de convocar y difundir las acciones tienen mayor impacto cuando se involucran los actores locales constituyéndose em garantes y anfitriones de cada instancia.”

incluídos. Os jovens não percebem que há, por parte do poder público local, uma proposta clara para eles, muito embora saibam da existência de algumas atividades, como o Agente Jovem, os cursos gratuitos e oficinas culturais e esportivas.

5.3 Os jovens e o poder público nos dois locais: singularidades e aproximações

A demarcação das microáreas trouxe alguns problemas distintos no dois locais: no 7 de Setembro, por exemplo, a demarcação deixou de fora moradores com necessidades iguais, o que gerou disputas e maior fragmentação do local.

Embora muitos jovens, tanto do 7 de Setembro quanto do Pinheirinho, não soubessem que suas áreas tinham sido demarcadas pelo poder público, desconfiavam de que havia uma prioridade de atendimento para eles. O sentimento de “ser escolhido” foi considerado bom, especialmente para jovens que já são carentes de serviços básicos e muitas vezes até de atenção. Ser “escolhido” é bom, mas ao mesmo tempo, sentem-se incomodados pela “escolha” do Programa. Tanto no 7 de Setembro quanto no Pinheirinho essa ambigüidade aparece.

No 7 de Setembro, serem nomeados como “moradores da área piloto” desperta preconceito, pois são “automaticamente” vinculados a uma população carente e muito pobre, o que não é a realidade de muitos que moram na microárea e gera novos preconceitos para os mais pobres. A demarcação da microárea despertou sentimentos de “injustiça” entre os moradores do entorno, pois de fato vivem situações bem parecidas, partilham modos de vida. Mas as desigualdades estão “muito fragmentadas para poderem reunificar sua experiência e para engendram uma mobilização contra uma condição tida como intolerável” (DUBET, 2001). Resta-nos questionar se o sentimento despertado pela “separação” de algumas ruas do bairro não vem na contramão da união e mobilização dos moradores. Se não há identificação, como poderá haver um sentimento de pertencimento que justificaria a reivindicação coletiva?

Já no Pinheirinho, ao mesmo tempo em que o morador sente-se mais uma vez discriminado, sente-se privilegiado. Os moradores do Alto dos Pinheiros, vizinho da microárea, já têm maiores possibilidades de acesso aos equipamentos existentes, o Centro Comunitário, por exemplo. Além de terem lideranças atuantes que lutam pelo Alto dos Pinheiros. “Agora, eles (prefeitura) tá começando a pensar na gente aqui” (Marcos); “O NAF deu mais prioridade pro Pinheirinho que antes não tinha” (Bel).

Percebi que no Pinheirinho houve mais jovens do sexo feminino que se referem ao NAF como um lugar mais personalizado para elas, muito embora o equipamento se localize fora da microárea. Elas conhecem o nome da assistente social, sentem-se acolhidas (ajuda sentimental, trocar idéias, desabafar) e referem-se ao local com mais intimidade que os rapazes. Houve uma certa incorporação do NAF à vida cotidiana, mas não ainda no sentido de uma aproximação de um poder público que presta algum serviço à comunidade. A referência ao NAF ainda está muito no sentido de uma ajuda, um apoio, mas não um direito. O NAF para eles é um lugar, especialmente, de ajuda e apoio e, como tal, não é avaliado como um “serviço público”, como consideram, por exemplo, o equipamento de saúde. O Estado é tão ausente para eles que, ao aparecer, torna-se privilégio. Assim, as críticas muitas vezes cedem lugar ao perdão, afinal, “eles fazem tudo que podem”.

A face local do poder público é, nas duas microáreas, constituída por uma relação de ajuda e, às vezes, o enfoque está muito mais na pessoa do técnico do que no serviço público propriamente dito, com responsabilidades atribuídas e bem definidas. No Pinheirinho, por exemplo, apenas um jovem disse explicitamente: *“O NAF é como se fosse a prefeitura... isso facilita a vida de quem mora aqui, é mais perto”* (Carlos).

Constatei que no 7 de Setembro há um esboço maior da presença do NAF como “serviço público” e, portanto, os jovens de lá são mais críticos à sua atuação, especialmente com relação aos critérios para admissão de cursos e atividades oferecidas (seja por causa da idade, seja devido à renda familiar superior àquela permitida).

Nos dois locais, há pessoas que se beneficiaram do NAF e anteriormente se sentiam um pouco órfãs do Estado. Com a possibilidade de poder contar com o apoio institucional tão ausente, forma-se entre os jovens a noção de privilégio.¹⁵⁶

Para os jovens do Pinheirinho, embora a ação pública tenha chegado mais perto, de fato não foi na intensidade desejada. O NAF situa-se fora da demarcação da microárea, ou seja, o poder público aproximou-se, mas nem tanto, pois nem mesmo fisicamente conseguiu estar no interior da microárea. Essa suposta impossibilidade de o NAF estar situado no interior da microárea, pela argumentação do poder público da “falta de um lugar apropriado”, parece ter sido incorporada no discurso deles: *“Podia tá*

¹⁵⁶ Um dado importante que percebemos é que não basta criar um equipamento (no caso, o NAF), mas é preciso criar interações com a população local. Tanto no 7 de Setembro quanto no Pinheirinho os jovens pediram mais divulgação, mais presença, especialmente nesse último onde o NAF sequer está localizado no interior da microárea.

lá dentro, apesar que é meio perigoso mesmo” (Lúcio); “Mas lá embaixo não tem um lugar que possa ser feito o Agente Jovem mesmo não...” (Clara).

Refletindo sobre as conseqüências dessa suposta impossibilidade do equipamento público em estar situado no interior da microárea Pinheirinho, para os jovens, cheguei à conclusão de que para quem já mora em um local altamente estigmatizado a “dificuldade” do poder público se instalar lá pode significar que o local é, de fato, “barra pesada”, “impenetrável”, “que causa medo”, enfim, tudo aquilo que eles querem modificar. E mais, lá é exatamente onde mais seria necessária a presença de um conjunto de equipamentos de apoio aos cidadãos contra as adversidades da violência e do tráfico de drogas e das inúmeras carências experimentadas pela população.

Tanto os jovens do 7 de Setembro quanto do Pinheirinho sentem-se, algumas vezes, desrespeitados pelo Poder Público, especialmente quando o mesmo se mostra incapaz de mudar o panorama de suas vidas e lhes fornecer aquilo que para eles é tão importante, como o emprego. As expectativas frustradas vão dando lugar à indignação, pois as iniciativas não se concretizam de fato.

“Oh, eu fui procurar, aquele emprego que teve da Prefeitura, o Primeiro Emprego que foi uma...Foi uma falsidade danada. Eu fiquei dois dias dormindo na fila, fila enorme, dobrando o quarteirão, ali na regional A, na Prefeitura. Fiz a inscrição, e tal, e não me chamaram, e chamaram foi pouquíssimas pessoas, sabe? E eu achei que isso foi uma [fala acelerada] demais. Porque antes avisasse. Não, tá certo, não tem emprego pra todo mundo. Mas nem chamar pra entrevista, pra nada. Eu acho que teve pessoas que dormiu na fila, igual eu dormi. Eu acho que eu fui de manhã e fiquei até no outro dia à tarde, sabe? E foi uma noite só que eu dormi, mas dormi naquele frio aquela bagunçada, pra nada? Eu fui atendido, e fiz a ficha só. E entreguei a ficha, e aí falou que ia chamar pra entrevista e nada! Nada, satisfação nenhuma. E muitos colegas meus fizeram a mesma coisa e ficou nisso. Com a Prefeitura, com um órgão público, foi isso. Que eu fiquei assim, bastante indignado, mas não teve protesto, não teve nada.” (Valdir, 17 anos, 7 de Setembro)

Na pesquisa nacional “Perfil da Juventude Brasileira” (2005), constatou-se que um dos problemas que mais preocupam os jovens, atualmente, é a questão do emprego. Eles sentem-se angustiados pela crise que abala o mercado de trabalho, especialmente para os jovens. Mesmo quando o emprego ainda está localizado no campo do futuro, eles se preocupam com a questão, pois sabem que enfrentarão grandes dificuldades e, por essa razão, demandam do poder público o apoio de que necessitam para a obtenção do tão sonhado emprego. Não nos esqueçamos que, para eles, é o emprego que lhes dará a grande oportunidade de “mudar de vida” e conseguir minimizar os efeitos da desigualdade na qual vivem. Eles querem a igualdade de oportunidades.

Segundo Dubet (2001, p. 15), “nas sociedades democráticas, os indivíduos só podem aspirar à igualdade se são livres”, mas isto não é garantia de igualdade real, pois pode apontar para as “novas” desigualdades. As condições de oportunidades, de fato, são iguais? E se o jovem não consegue o tão sonhado emprego? Segundo Dubet, quando o jovem descobre que não é “igual” aos demais, àqueles que conseguem um emprego, só lhe resta duvidar de seu próprio valor, de sua própria igualdade. Ele pode se auto-responsabilizar, se sentir inferior e até se retirar desse jogo no qual está perdendo (DUBET, 2001, p.16).

Para o indivíduo que vive a condição juvenil e busca uma trajetória de inserção no mundo adulto, o que dizer das instituições (Poder Público, Escola, etc.) que ao invés de fortalecer identidades positivas podem levá-lo a sentir desprezo por si e não reconhecê-lo? Surge, assim, segundo Dubet (2001), o apelo a uma concepção “heróica do *sujeito igual*”, que acaba por ampliar essa experiência do desprezo. Assim,

[...] quando cada um é responsável por sua própria vida, se expõe ao desprezo que acompanha o fato de não ser digno dessa liberdade e de não poder assumir essa igualdade. [...] O desprezo vem do desejo de reconhecimento de si, do seu caráter único; [...] surge quando o indivíduo é reduzido a seu papel, quando não é reconhecido. (DUBET, 2001, p. 16)

As responsabilidades do poder público, de algum modo, são atenuadas pelos próprios jovens, pois para alguns a comunidade não coopera, não é “digna” da prestação dos serviços públicos, e, portanto, perde a condição de ter direitos garantidos.

“Assim, eu não sei as coisas que a Prefeitura faz. Mas assim, pelo meu ponto de vista, não tem muita coisa que a Prefeitura tem feito não. Assim, muitas coisas não dá pra fazer por causa dos próprios moradores que não colaboram. Se a Prefeitura for fazer uma área de lazer, igual eu falei, não tem como fazer, por quê? Porque os próprios moradores não ajudam. Por causa da discórdia entre eles. Prejudica a comunidade, né? Vamos supor. Se faz um evento... ‘Ah, eu não vou porque o pessoal do Gruta do peixe vai. Ah, eu não vou porque o pessoal do Pinheirinho vai’. Então assim, tem aquele medo. Ai impede a integração, sabe? A comunidade de fazer um evento, de fazer alguma coisa. Eu penso assim, que é por isso que não tem nada aqui, entendeu? Não tem um evento numa praça.. Vamos supor, um lazer pra comunidade toda por causa disso. Não dá pra fazer pros dois, tem que ser tudo separado.” (Gilda, Pinheirinho)

“Já tentaram fazer coisas pra melhorar, mas o povo destrói” (Rogéria, Pinheirinho)

“Eles não fazem nada aqui no bairro devido a população destruir o que eles fazem” (Aline, Pinheirinho)

Os depoimentos indicam que alguns jovens sentem-se responsabilizados pela ausência ou ineficácia do Poder Público no local. Mas se percebem responsáveis não só pelo fracasso do poder público como também jogam para si as responsabilidades pelo insucesso, sem considerar efetivamente as barreiras estruturais da desigualdade.

“Mas aí eu estudando e trabalhando, eu estudando e trabalhando, um dia eu posso sair de servente e posso passar pra pedreiro, e ser um chefe de obra ou até um marceneiro, alguma coisa, a gente vai mudando e a gente não fica naquela ali a vida toda. Só se você quiser é que você fica naquela a vida toda. Mas se você quiser, você muda. E a gente vai aprendendo aos poucos, né? E a gente tem que correr atrás mesmo que parado não vem nada na mão e pra mim, pra um jovem ser bem sucedido, é o emprego mesmo, eu acho que a melhor coisa é o emprego.” (Marcelo, 21 anos, Pinheirinho)

O desrespeito também é despertado pelo interesse eleitoral do Poder Público, tanto no 7 de Setembro quanto no Pinheirinho. Os jovens ficam desmotivados quando sentem que são “usados”. Além de se afastarem cada vez mais da cena política, alguns são tomados por sentimentos agressivos e de revolta.

“Eles vem, eles vem, mas parece que eles vem mais na época de eleição sô. Quando dá época de eleição, aí eles vem, sabe? Nossa, eu vou ajudar você, me dá seu nome. Vota nesse aqui que eu vou te dar você aquela casa, e você vai conseguir isso também.” E você fica naquela imprensado por um, imprensado por outro, e aí acaba que não dá em nada. Nunca deu nada, e eu sempre fiquei imprensado, assim, e nunca deu em nada. Por isso que eu falo, tem hora que eu chego lá e eu voto é em branco, eu falo, “É, eu vou votar é em branco. Eu vou votar pra quem? Eles não tão ajudando a gente em nada!” e eles fala: “Ah, o Lula tá nesse negócio de linha verde, e tal, tá nisso, tá naquilo.” Tá. “Saiu muita vaga de emprego.” Mas esses empregos saiu pra quem? Pro pessoal dele lá e os daqui? Os daqui é poucos sô. Se você perguntar pra poucos jovens aí “Ow, você já ralou na linha verde? Você tá ralando nesse negócio da linha verde?” “Eu não tô” “Ah, você fez a inscrição?” “Eu vou lá fazer e o cara fala que já acabou, que tá completo que deixa o nome aí que qualquer coisa liga, e não liga nunca!” Aí fica meio cabuloso.” (Marcelo, 21 anos, Pinheirinho)

Além do sentimento de desprezo, há um outro que acompanha os jovens entrevistados. Eles assumem para si a “obrigação” de serem os autores de suas vidas, autônomos, responsáveis pelas escolhas que fazem, elementos caracterizadores do projeto inconclusivo da modernidade.

Não é objetivo, neste momento, entrar no debate das versões sobre o processo de socialização e as relações dos indivíduos com as agências socializadoras. Quero salientar apenas a idéia de que o indivíduo “não é mais definido por uma correspondência estreita entre objetividade e subjetividade, mas concebido pela sua maior distância em relação ao mundo” (MARTUCCELLI; DUBET, 1997, p.247).

Os estudos sociológicos apontaram pelo menos duas versões sobre a socialização: a primeira entende que “o ideal do indivíduo depende da estrutura da sociedade, mas ao mesmo tempo, este ideal de homem visa a engendrar indivíduos autônomos, libertos do peso da tradição e capazes de independência de julgamento” (MARTUCCELLI; DUBET, 1997, p.244); a segunda, entende que os indivíduos são “operados pelo sistema social” e, portanto, a autonomia é apresentada como “uma ilusão subjetiva” (MARTUCCELLI; DUBET, 1997, p.245). Outros autores, como Elias, entendem que o indivíduo moderno não é jamais “inteiramente socializado”, pois “persistem nele pulsões não socializáveis” (MARTUCCELLI; DUBET, 1997, p. 245)

Ao lado da socialização e das relações dos indivíduos com as instituições, emerge o tema da reflexividade, como nos lembra Touraine (1992). Assim, “as motivações e as orientações subjetivas consensuais não são mais tidas como adquiridas, cabendo ao próprio ator a decisão. Essa concepção testemunha um crescimento da incerteza de um ponto de vista individual” (MARTUCCELLI; DUBET, 1997, p. 247) Portanto, a socialização passa a ser entendida como o “aprendizado da gestão de uma distância entre as dimensões subjetivas e as posições sociais” e com isso, os indivíduos precisam “gerir essa distância e sua implicação no mundo” (MARTUCCELLI; DUBET, 1997, p. 248). Há, por assim dizer, uma tensão entre a negociação da identidade por meio do outro e a identidade biográfica, por meio de si – uma identidade relacional. O sujeito é aqui concebido como um “sujeito incerto, multiforme, fragmentado e descentrado, um ‘nó’ em meio a redes de comunicação” (MARTUCCELLI; DUBET, 1997, p. 249). Aos atores é necessário exercer a reflexividade, escolher, orientar e justificar suas ações, uma vez que as instituições já não se impõem, deixando-os com o sentimento de estranhamento em relação ao mundo e também a si mesmo.

Segundo Martuccelli,

A suposta fragilidade da instituição, o que designa precariamente a palavra *desinstitucionalização*, significa, então, que o que ontem era de responsabilidade coletiva das instituições, cada vez mais é transferido ao próprio indivíduo, que deve, portanto, assumir seu próprio destino sob a forma de trajetória pessoal (tradução minha)¹⁵⁷

¹⁵⁷ “L’a affaïssement supposé de l’institution, ce que désigne maladroïtement le mot désinstitutionnalisation, veut alors dire que ce qui hier était pris en charge collectivement par les institutions est de plus en plus transmis à l’individu lui-même, quit doit dès lors assumer, sous forme de trajectoire personnelle, son propre destin”. (MARTUCCELLI, 2002, p.348)

De fato, segundo Martuccelli, houve um abalo das instituições a partir da virada do século.¹⁵⁸ Assim, os indivíduos evoluíram em mundos nos quais as identidades seriam ditadas cada vez menos pelo controle institucional, em fases da vida bem definidas: “Os atores seriam confrontados na confusão de antigas certezas, segundo as quais, por exemplo, a juventude era a idade da aquisição de um estatuto e a velhice, o momento de saída da vida ativa”¹⁵⁹. Para Martuccelli, a identidade “é a articulação de uma história pessoal e de uma tradição social e cultural, e tanto uma quanto a outra continuam a condensar-se ao longo de toda a nossa existência”¹⁶⁰.

Erikson¹⁶¹, também citado por Martuccelli, diz que a busca identitária é própria de certa idade da vida, a saber, a adolescência e está ligada aos processos de crescimento e de entrada na vida adulta. Porém, Martuccelli alerta que

este trabalho de si sobre si não tem mais fim. Portanto, diferente do romance tradicional de formação, que terminava sempre no limiar da vida adulta, agora é a vida toda que é percebida como um longo caminho de aprendizagem. A vida adulta não é mais considerada um período estável do indivíduo, seja do ponto de vista psicológico e social, mas assim como a juventude ou velhice, é uma etapa de provas e incertezas. (tradução minha)¹⁶²

Segundo Martuccelli, a

identidade dos modernos é, portanto, consubstancial à crise, pois os indivíduos, sobretudo os jovens, devem enfrentar ‘uma combinação de experiências que exigem um compromisso simultâneo na intimidade psíquica [...], na escolha profissional definitiva, numa competição energética e numa definição psicossocial de si mesmo. (tradução minha)¹⁶³

¹⁵⁸ Em primeiro lugar, da família, muito embora no meu estudo constatei que a família ainda é um eixo de sustentação importante, apesar de se apresentar com fragilidades, para os jovens pesquisados.

¹⁵⁹ “Les acteurs sont confrontés au brouillage des anciennes certitudes, celles, par exemple, selon lesquelles la jeunesse était l’âge de l’acquisition du statut, la vieillesse le moment de la sortie de l’active.” (MARTUCCELLI, 2002, p.348)

¹⁶⁰ “L’identité est l’articulation d’une histoire personnelle et d’une tradition sociale et culturelle, l’une et l’autre ne cessant de s’épaissir tout au long de notre existence” (MARTUCCELLI, 2002, p.354)

¹⁶¹ Erikson diz que as identidades são construídas através de crises, o que significa que o jovem viverá momentos de ambivalência de sentimentos. De acordo com as passagens pelas crises previstas nesse processo o jovem vai fazendo escolhas, retomando pontos de sua história, significando situações acontecidas anteriormente, etc.

¹⁶² “[...] ce travail du soi sur soi n’a plus de fin. À la différence notoire, donc, du roman traditionnel de formation qui s’achevait toujours à l’orée de la vie adulte, c’est désormais toute la vie qui est perçue comme un long chemin d’apprentissage. Ainsi, par exemple, être adulte ce n’est plus une période stable de l’individu, à la fois du point de vue psychologique et social, mais, comme la jeunesse ou la vieillesse, une étape d’épreuves et d’incertitude”. (MARTUCCELLI, 2002, p.374)

¹⁶³ “L’identité des modernes est dès lors consubstantielle à la crise, car les individus, et surtout les jeunes, doivent faire face ‘à une combinaison d’expériences qui réclament un engagement simultané dans l’intimité psychique [...], dans un choix professionnel décisif, dans une compétition énergétique et dans une définition psychosociale de soi-même” (MARTUCCELLI, 2002, p. 373)

Enfim, cabe ao sujeito construir sua própria narrativa que o coloque como autor de sua trajetória, revelando novas facetas dos processos de dominação, uma vez que as condições para efetivar essa mesma trajetória lhe são cerceadas. O indivíduo acaba “forjando”, pela narrativa, um certo sentimento de continuidade através do tempo e de uma coerência interna que lhe permite, portanto, reconhecer-se narrativamente como um indivíduo singular, mas sempre à luz de elementos sociais e culturais (MARTUCELLI, 2002, p.368).

O indivíduo moderno está “separado” da comunidade, mas isto não quer dizer que o indivíduo é capaz de se autogovernar, se autocontrolar, de ser totalmente autônomo, mestre de si. O indivíduo tem que se construir, no interior de profundas desigualdades e, portanto, também precisa, para isso, de sustentações.

Martuccelli, ao defender uma sociologia de suportes¹⁶⁴, aponta para o fato de que a idéia de um indivíduo racional e autônomo, caudatária do iluminismo, não existe. O indivíduo existe apenas e somente na medida em que é sustentado por um conjunto de apoios.

Suportes são entendidos como um conjunto de elementos, reais ou imaginários, estruturados por meio de laços com os outros e até consigo mesmo, graças aos quais os indivíduos vão se construindo. Os suportes não têm a materialidade das redes, pois podem ser invisíveis, segundo Martuccelli. Quais os suportes nos quais se estrutura a vida humana, uma vez que o indivíduo só se autocontrola por eles? O sujeito totalmente autônomo é um mito. E mais, como compreender as diferentes experiências subjetivas desses atores jovens que estão engendradas pelas diferentes condições sociais?

Tentei, ao longo da pesquisa, reconhecer a pluralidade de apoios ou suportes e a diversidade de seus efeitos em função dos percursos individuais dos jovens entrevistados. Vimos que os jovens têm a família como um “suporte”. É nela que os jovens se fortalecem tentando buscar uma autonomia, muito mais do que na escola, na religião ou no trabalho, diante de sua ausência. Mas, ser autônomo não anula a dependência do indivíduo ao mundo, porém transforma seu significado. Ser autônomo é, de certa forma, tão somente dispor de uma gama diversa de opções que permite ao indivíduo continuar administrando seus laços sociais. Portanto, não se trata de afirmar que o indivíduo seja individualista e auto-suficiente. (MARTUCELLI, 2002, p.49) Os indivíduos, mesmo contando com alguns suportes, não deixam de experimentar a sua

¹⁶⁴ *Support*, na acepção de Martuccelli, pode ser traduzido como “apoio” ou sustentação.

própria fragilidade e a instabilidade de suas identidades. E mais, os suportes são diversos e variáveis historicamente (MARTUCCELLI, 2002).

Segundo Martuccelli (2002, p.61), foi Elias quem trouxe um importante ponto a ser analisado, pois ao conceber um sujeito que se autocontrola, rompe com uma representação centrada na idéia de que o ser autocontrolado é autônomo ou independente. Pois o autocontrole exige um certo conformismo por parte do indivíduo em face às ditames do grupo. Assim, pensar no autocontrole é necessariamente pensar em conformismo e também dependência. “Não há, não houve jamais um indivíduo isolado, sem laços sociais.”¹⁶⁵ O indivíduo se realiza tanto mais quanto puder se dotar de diversos suportes. Mas, também é permitido ao indivíduo aproximar-se mais ou menos desta dependência, com maior ou menor dificuldade. Assim, “nós somos muito mais dependentes da sociedade na sua totalidade, mais que no passado, e ao mesmo tempo, o indivíduo moderno é inacreditavelmente independente de cada indivíduo singular”¹⁶⁶ (MARTUCCELLI, 2002, p.65).

Voltamos a pensar agora nos jovens entrevistados: eles possuem redes? Quais dessas redes têm peso diferenciado na vida deles, a ponto de serem considerados “suportes”? O Programa BH Cidadania representa, para esses jovens, um suporte?

Pensar em redes é pensar em relações efetivas entre os indivíduos que experimentam uma mesma situação de vida e seus constrangimentos estruturais. É pensar em interdependência dos fenômenos sociais. Segundo Martuccelli (2002, p.11), “cada indivíduo está assim, no centro de uma série de redes diversas cuja extensão e natureza permitem a compreensão de uma dimensão importante do universo social”. (2002, p.68)

De certa forma, para os jovens entrevistados, estar em redes facilita, pois ao sair do círculo mais íntimo e mais imediato têm suas chances de inserção ampliadas para o trabalho, para a obtenção de informações, etc. No entanto, ao falarmos de suporte estamos nos referindo à importância dada pelo indivíduo, pois sua materialidade é relacional, dependerá da maneira como a ação é experimentada pelo autor (MARTUCCELLI, 2002, p.70).

Ao observarmos as redes dos jovens também podemos detectar alguns de seus apoios, que, vale lembrar, podem ser de natureza simbólica ou imaginária. Assim, como

¹⁶⁵ “Il n’y a pas, il n’y a jamais eu d’individu “isolé”, sans attaches sociales”

¹⁶⁶ “Em bref, nous sommes beaucoup plus dépendants de la société dans sa totalité que par le passé et, en même temps, l’individu moderne est incroyablement indépendant de chaque individu singulier.”

diz Martuccelli (2002, p. 72), os suportes do indivíduo não devem ser encarados apenas como recursos. O mais importante, segundo ele, “é o modo cujos indivíduos se constituem por meio de relações ou objetos e constituem então significados novos” (MARTUCELLI, 2002, p.75-76). Compreender apoios em termos de suporte consiste em encará-lo no seu significado pessoal. Como dito, os apoios não são unicamente materiais, mas podem ser até funcionais. Ou seja, suporte é este “conjunto heterogêneo de elementos, reais ou imaginários, feitos através das relações com os outros ou com ele mesmo [...] graças aos quais o ser se realiza no seio da vida social”¹⁶⁷ (MARTUCELLI, 2002, p.78). Mas, os suportes são, ao mesmo tempo, redes de dependências.

No caso dos jovens entrevistados, a família e a vida na casa aparecem como fundamentos cotidianos de um suporte que tenta atenuar as incertezas. Nos dois locais, percebi que há tempo de sobra entre os jovens: eles dormem até tarde, não têm atividades, se sentem ociosos. Enfim, esse “estilo de vida” está longe de ser valorizado socialmente, e, portanto, eles são revestidos pelo desprestígio social sem constituir suportes significativos que os ajudem a superar essa situação. A crítica do tempo ocioso é incorporada em seus discursos: “É preciso ocupar o corpo e a mente”.

Não é sem motivos que os jovens necessitam tanto do trabalho. Além da necessidade financeira, o que está em jogo é o reconhecimento, pois o trabalho continua sendo aquilo que dá sentido ao tempo livre e que pode, ele sim, desenvolver autonomias. Para eles, o tempo livre é desprovido de sentido, pois há somente ele. Com isso, não querem o tempo livre, querem o trabalho ou os cursos como forma imaginada de melhor preparação para a inserção no mercado. De onde virá o reconhecimento de seus tempos livres, se não há trabalho e a escola não é reconhecida por eles como uma atividade que também traz prestígio?¹⁶⁸ Há, por assim dizer, uma sobrecarga de tempo vago, uma extensão insuportável da juventude associada a uma liberdade ociosa.

Martuccelli faz uma crítica¹⁶⁹ sobre a visão dos suportes vistos como condições objetivas de possibilidades do indivíduo, como definições sobre as quais os indivíduos podem se apoiar para desenvolver estratégias pessoais. Para ele, essa noção de suportes é muito reduzida, pois eles são pensados, quase que exclusivamente, a partir de uma

¹⁶⁷ “cet ensemble hétérogène d’éléments, réels ou imaginaires, tissés au travers des liens avec les autres ou avec soi-même, [...], grace auxquels l’individu se tient, parce qu’il est tenu, et est tenu, parce qu’il se tient, au sein de la vie sociale.”

¹⁶⁸ A escola não é vista como uma grande estruturadora de suas atividades.

¹⁶⁹ A partir da leitura de Castel.

dimensão política, ou seja, são mais postos em relação à necessidade de uma intervenção do Estado para assegurar a coesão social, uma vez que a sociedade civil seria incapaz de assegurar sua própria coesão¹⁷⁰ (MARTUCELLI, 2002, p.96-97). Para Martuccelli, o suporte não pode ser considerado somente como capital ou recurso. Evidentemente os apoios ou recursos financeiros são suportes de individualização importantes na modernidade, mas não são os únicos.

Entender suportes de um modo mais amplo do que meros recursos nos remete a pensar na “assistência” do Estado, o que não acontece sem ambivalências. O Estado-providência, segundo Martuccelli, é sem dúvida um poderoso instrumento de justiça social, pois de certa forma socializa a solidariedade, mas por outro lado pode ser reduzido à dependência e à caridade. Isso pode fazer com que as ajudas fornecidas pelo Estado se tornem suportes estigmatizantes, pois colocam os sujeitos totalmente dependentes da assistência pública. Ou seja, apoios externos podem ser fontes de estigmatização (MARTUCELLI, 2002, p.99). E, ao invés de suportes invisíveis passamos a ter suportes “visíveis, não restritos e unilaterais” e considerados como dependências.

Na pesquisa, o poder público apareceu para os jovens como aquele que dá certa “assistência”, quando quer, e em alguns casos, eles chegam até a se questionar “se merecem”. Os jovens sentem-se estigmatizados por essa “ajuda”, como constatado nos dois locais, por serem necessitados da “caridade” do poder público. Surge um suporte que chamamos de “estigmatizante”, pois cria dependência ao invés de autonomia.

Segundo Martuccelli, há uma justificativa corrente de que a intervenção pública venha cobrir um vazio relacional e social do indivíduo, e que a mesma possa acontecer em virtude da raridade de seus suportes, ou até mesmo de sua desfiliação. No entanto, a exclusão não é forçosamente sinônimo de isolamento social. (MARTUCELLI, 2002, p.99) Há, segundo ele, uma sociabilidade entre os excluídos, o que foi muito bem percebido nas entrevistas, através da rede de solidariedade existente entre os jovens moradores. Não se trata de achar que os jovens, por exemplo, estão sozinhos. Não estão. Talvez o trabalho social considere que os jovens estão “desfiliaados” das grandes instituições (família, escola, trabalho) a ponto de se preocuparem com o tempo livre deles. A dificuldade em ocupar os jovens¹⁷¹, coloca-os no campo da ociosidade

¹⁷⁰ Isso, segundo Martuccelli, relembra o papel central que o Estado-providência teve na construção do indivíduo moderno.

¹⁷¹ Além da dificuldade de circulação que eles possuem, como vimos no capítulo anterior.

perigosa, “a mãe de todos os perigos”, entendida dessa forma pelo poder público e introjetada por eles.

A ação assistencial, via poder público, acaba legitimando e reconhecendo os jovens como “dependentes”, que não se “autocontrolam”, além de sinalizar para eles a incapacidade de serem autônomos e independentes. Trata-se de uma construção social de um discurso corrente em vários espaços, como o da própria família, da escola, mas também dos Programas Públicos. Os depoimentos dos jovens apontam para uma introjeção da representação da “cabeça fraca”, “cabeça vazia”, porque eles se sentem, de fato, vulneráveis às más influências do ambiente, por exemplo.

Enfim, é preciso certa cautela para designar o “apoio” que o poder público fornece aos jovens como um suporte na acepção de Martuccelli (2002). Se assim fosse, os jovens estariam a caminho de uma maior autonomia e independência e não o contrário. Como vimos, a intervenção pública pode, de certa forma, estar tornando-os “dependentes”, “aprisionando-os” pela “caridade”, “pela assistência”, pois ainda é assim que muitos jovens entendem e significam a participação do poder público em suas vidas.¹⁷² Mas é preciso reconhecer que o NAF, a face local do poder público, participa das redes nas quais eles também se apóiam na busca do autocontrole, da independência e da autonomia.

5.4 Considerações finais

É importante ressaltar que não pretendíamos avaliar o Programa BH Cidadania, mas pensar seu eixo norteador – a territorialidade – privilegiando **o ponto de vista dos jovens moradores das áreas selecionadas**.

Nesta pesquisa, entendeu-se que o território é mais do que um espaço, já que nem todo espaço ou local de moradia se constitui como território do ponto de vista da análise sociológica. Para tal, seria necessário haver pertencimentos, convivências, relações com o meio ambiente, memória, ação coletiva e identidade entre seus moradores.

Constatei, no caso do 7 de Setembro, que a microárea não tem correspondência direta com o “território” habitado pelos jovens. Eles circulam e vivem sua condição juvenil na escola, em outros bairros e não somente na área demarcada, ou com jovens exclusivamente do local. Os próprios jovens consideram que os seus pares do entorno

¹⁷² É preciso lembrar que corre-se esse risco, mesmo com uma participação pequena do poder público na vida desses jovens.

são iguais a eles, em essência, com poucas diferenças que justificariam separarmos uma juventude da microárea de outra juventude do entorno. O “território” demarcado pelo Programa BH Cidadania foi meramente administrativo, vimos que a intervenção do poder público foi baseada exclusivamente em critérios socioeconômicos a partir dos diversos índices já citados. Não houve uma correspondência com um território real anteriormente demarcado por seus próprios moradores. Ou seja, território e microárea não se encontraram, não coincidiram. O Programa não foi permeável ao modo de vida e aos atores locais e, por isto, não conseguiu dialogar mais efetivamente com as possibilidades da constituição de um território marcado pela capacidade do estar juntos e da ação coletiva.

No Pinheirinho, percebemos uma realidade um pouco diferente. O lugar já existia antes mesmo da chegada do Programa BH Cidadania e já sofria um certo estigma. De fato, constatei que há entre os moradores uma solidariedade, mas aquela ligada ao estar “vivendo no mesmo barco”. A solidariedade não chega a se constituir em mobilização comunitária. No entanto, diferentemente do 7 de Setembro, há um “viver” mais coletivo, dentro dos limites já discutidos. Podemos pensar, no caso dessa microárea, que já existia um núcleo incipiente de “território”, demarcado pelas condições precárias de um existir isolado, nos becos e vielas, que conduziu ao estigma. Há, inclusive, a possibilidade de o poder público ter acirrado o estigma territorial já existente. O fato de o Pinheirinho ter sido a microárea escolhida acabou por nomear, mais uma vez, para os moradores e para o entorno, a precariedade da vida de seus habitantes.

Apenas “morar em determinada microárea” não foi suficiente para que o Poder Público conhecesse as necessidades, anseios e demandas dessa população jovem. Vale lembrar que apenas compartilhar determinada condição sócio-econômica, viver problemas parecidos e ter demandas semelhantes não faz dos jovens moradores membros efetivos de um mesmo território do ponto de vista sociológico. Além disso, ao se fazer um recorte territorial (apenas considerando a delimitação geográfica), o Programa BH Cidadania acabou excluindo moradores de áreas bem próximas, mas portadores das mesmas vivências. Nas microáreas, não constatei de forma significativa um “existir” coletivo. Isto não quer dizer que não haja entre os moradores um sentimento de “pertencer ao local”, “de gostar de lá” e de solidariedade. Até porque o que os jovens mais disseram, nos dois locais, é que eles moravam lá praticamente desde que nasceram. Essa “filiação” ao local pode existir inclusive para reafirmar um

sentimento de não estar “flutuando”, de “ter raízes”. Além disso, sair do local é uma “aventura desconhecida”, é talvez correr mais riscos do que se corre morando lá. Podemos dizer que lá os riscos já são conhecidos e, portanto, “ilusoriamente” ameaçam menos. Mas esse sentimento de pertencimento, mesmo existindo de forma frágil, prescinde da existência do Estado, nos dois locais.

Os jovens, no momento em que vivem no ciclo de vida, em que suas relações são múltiplas e funcionam em planos diversos (família, amigos, escola, religião, trabalho), contam com algumas redes que os sustentam na constituição de suas identidades e no modo de viver a condição juvenil. Porém, os jovens entrevistados não reconheceram o Poder Público como uma instância relevante para ajudá-los na construção da experiência juvenil e na transição para o mundo adulto.

O Estado não aparece onde os jovens mais precisam dele: no lazer, tão importante na condição juvenil junto com o exercício do tempo livre, e, principalmente, no trabalho, já que o mesmo representa para os jovens uma possibilidade maior de autonomia e liberdade e também de constituir novas identidades, diferentes daquelas estigmatizadas pelo local de moradia.

Nas duas microáreas, há carência de equipamentos de lazer e cultura para os jovens. Eles queixam-se dessa quase ausência do poder público nesse setor, o que é acentuado pelo fato de terem dificuldades de circular livremente em busca dessas atividades, seja por escassez de recursos financeiros ou pelas dificuldades impostas pelo tráfico de drogas e brigas existentes entre gangues rivais.

Sabemos que no Brasil a condição juvenil deve ser analisada não só a partir da realidade escolar do jovem, mas também de sua inserção no mundo do trabalho. Os jovens entrevistados queixaram-se da falta de oportunidades de trabalho e mostraram-se preocupados com seu futuro. A escolaridade como credencial para o trabalho ainda constitui um valor para eles, muito embora reconheçam uma conjuntura difícil mesmo para aqueles que têm uma maior escolaridade. O trabalho é visto como importante, não só para dar qualidade de vida para si ou para a família, mas também como um caminho para se conseguir uma independência financeira dos pais e ampliar a vivência da condição juvenil no lazer, na cultura e no consumo. Fica claro também que o trabalho é um elemento importante na construção da auto-estima desses jovens e possibilidade de autonomia.

O poder público, para os jovens das duas microáreas, aparece, principalmente, através do NAF, do Centro de Saúde, das escolas, do posto policial e dos Programas

Sociais já conhecidos por eles (Bolsa-Família, Bolsa-Escola). Ele também apareceu na fala dos jovens enquanto um prestador de serviços “incompetente”, “enrolado”, “displícite”: na coleta de lixo, no saneamento básico, no asfaltamento e conserto de ruas; nas obras começadas e não terminadas; na “palavra” que não se cumpre; no aparecimento somente em época de eleição apenas para ganhar votos; em não ouvir o que os jovens querem e em impor o que é mais fácil para ele. Ou seja, o poder público apareceu na ausência de suas ações. Além disso, o poder público e os jovens das duas microáreas não têm interagido de forma satisfatória: não há um canal eficaz de comunicação entre ambos e tampouco uma maior horizontalidade nas ações, mesmo considerando o fato de o equipamento estar sediado no local ou próximo dele.¹⁷³

A atuação da Prefeitura é pouco conhecida e pouco valorizada. O nome **NAF** apareceu mais espontaneamente que o nome da Prefeitura entre os jovens. A maioria dos jovens não sabia nada a respeito do Programa BH Cidadania e alguns conheciam, mas de “ouvir falar”. Ficou claro pelas entrevistas que o NAF corporifica e dá vida ao BH Cidadania nas microáreas, pois o mesmo não é conhecido e, muito menos, associado à Prefeitura.

Sendo o NAF um equipamento local municipal do programa BH Cidadania, cujos princípios incluem a intersetorialidade, uma ação integrada e voltada para aquela microárea específica, seria natural e esperado que os jovens fizessem suas demandas junto ao NAF. Mas percebemos que eles ainda não associam diretamente o NAF à Prefeitura no sentido do primeiro ser também a segunda.

O NAF aparece para os jovens das duas microáreas como um apoio, especialmente para o encaminhamento para cursos, nos quais depositam a esperança de se capacitar para o mercado de trabalho. Demandam que, a partir dos cursos, sejam “encaixados” no mercado por meio do equipamento, talvez o único recurso com que podem contar, uma vez que outros serviços públicos estão ausentes. O NAF não consegue atender tal demanda, mas ajuda ao proporcionar, às vezes, ao jovem a circulação (vale-transporte) para a procura de emprego. O NAF torna-se, além do equipamento local do Programa BH Cidadania, um dos principais mediadores desses jovens e o mundo do lazer, da cultura e até da possibilidade de emprego. Ele absorve sem poder responder satisfatoriamente a todas as demandas.

¹⁷³ No caso do Pinheirinho.

Atribuem ao equipamento funções mais “simples”, sem grandes transtornos caso não sejam atendidos, pois ele parece não ter “obrigação” de proporcionar ações mais efetivas. O NAF, para os jovens das duas microáreas, ainda é uma novidade e eles ainda não têm claros os perfis possíveis de ação desse equipamento. Ele aparece muito mais como uma “ajuda”, “um apoio”, e não como um “serviço” ao qual eles têm direito. As ações e os significados atribuídos não integram um perfil claro na esfera dos direitos para esses jovens, permanecendo, sobretudo, na esfera da assistência, descaracterizando o Poder Público enquanto prestador de serviços ao cidadão. A noção que eles possuem de “direitos” está relacionada à Prefeitura, ao poder estadual, mas não ao NAF, embora saibam que ele também é público. Ele aparece muito mais como uma “dádiva” do Estado, que quer ajudar aquela comunidade, em particular, desencadeando o sentimento de “privilégio” e “ajuda”, e não de direitos conquistados.

Concluindo, podemos pensar que o Programa BH Cidadania, por meio de sua territorialidade, foi capaz de chegar até os jovens, mas tem sido incapaz de assegurar de modo efetivo os direitos básicos a eles. Ainda permanece entre eles a idéia de “privilégio”, por terem sido “escolhidos” pela ação do poder público local. Enfim, a ação pública no local tem presença empobrecida e não é suficiente para substituir as políticas estruturantes, estas sim capazes de mudar a situação dos jovens, para uma melhor vivência da condição juvenil e a entrada no mundo do trabalho.

Referências Bibliográficas

- ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social sobre a juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p.25, 1997.
- _____. Espaços de juventude. In FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004
- ABRAMOVAY, M. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- ABRAMOVAY, M.; RUA, Maria das Graças. **Violência nas escolas**. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Unaid, Banco Mundial, Usaid, Fundação Ford, Consed, Undime, 2002.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, jul. 2002.
- ABREU, Haroldo. A trajetória e o significado das políticas públicas: um desafio democrático. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 59, p. 5-16, dez. 1993.
- ALBERTI, Sonia. **O adolescente e o outro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.
- ARAÚJO, Carla. **A violência desce para a escola: suas manifestações no ambiente escolar e a construção de identidade dos jovens**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.
- ARRETECHE, Marta T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 11, n. 31, p. 44-66, jun. 1996.
- BANGO, Julio. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

BECKER, Bertha. Crise do conhecimento e novas formas de pensar o espaço. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4, 1991, Salvador. **Velhas e novas legitimidades na reestruturação do território: anais...** Salvador: Anpur, UFBA, Faculdade de Arquitetura, 1993.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRANCO, Pedro. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto da Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social. Portaria n. 879, 3 de dezembro de 2001. **Estabelece normas e diretrizes do projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e do Projeto Centro de Juventude**. Brasília, 2001.

BRASIL, Flávia de Paula. O campo das políticas urbanas e do planejamento urbano: derivas e disjunções. **Arquitetura e Urbanismo em Revista**, Belo Horizonte, n.1, 2004.

_____. **Espaços públicos, participação cidadã e renovação nas políticas locais nos anos 90**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2004.

_____. Território e territorialidades nas políticas sociais. In: CARNEIRO, Carla Bronzo. **Gestão social: o que há de novo?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 48-65.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMACHO, L. M. Y. **Violência e indisciplina nas práticas escolares de adolescentes: um estudo das realidades de duas escolas semelhantes e diferentes entre si**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, 2000.

CANDAU, V. M. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CARA, Roberto B. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.

CARDIA, N. A violência urbana e a escola. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, set.1997.

CARNEIRO, Carla Bronzo. Intervenção com foco nos resultados: elementos para o desenho e avaliação de projetos sociais. In: _____. **Gestão social: o que há de novo?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p.25-34. V2

CARNEIRO, Carla Bronzo e VEIGA, Laura. Desafios, possibilidades e limites de programas locais de combate à pobreza e à exclusão: as iniciativas das cidades de São Paulo e Belo Horizonte. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10, 2005, Santiago. **Anais...**, 2005.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARRANO, P.; DAYRELL, J.; BRENNER, A. K. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto da Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005.

CARVALHO, Alysson et al. **Adolescência**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CASTRO, M. O que dizem as pesquisas da Unesco sobre juventude no Brasil: leituras singulares. In: NOVAES, R; PORTO, M.; HENRIQUES, R. (Orgs.). **Juventude, cultura e cidadania**. Rio de Janeiro: Comunicações do Iser, 2002. (Edição especial)

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, M. **Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza**. Brasília: Unesco, 2001.

_____. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, 19 (2), jul./dez. 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, v. 1)

CUNHA, Edite. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysson et. al. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2002.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: _____ (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-302.

DAYRELL, J. Escola e cultura juvenis. In FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p.173-189.

_____. **A música entra em cena: o funk e o rap na socialização da juventude**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. **A região metropolitana de Belo Horizonte**. São Paulo: Fapesp, 2004. (Relatório Fapesp)

DEBARBIEUX, E. Le professeur et le sauvageon: violence à l'école, incivilité et postmodernité. **Revue Française de Pédagogie**, n. 123, avril/juin, 1998.

DIAS, Luciana. **Estratégias de sobrevivência de jovens estudantes e o programa Agente Jovem**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Goiás, 2005.

DUARTE, Cláudio R. Notas de pesquisa: das contradições do espaço ao espaço vivido em Henri Lefebvre. In: DAMIANI, A.; FANI, A. (Orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, maio/jun/jul/ago, 2001.

_____. A escola e a exclusão. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, 2003. (versão impressa)

DULCI, O. Estado, sociedade e políticas públicas no cenário mundial. **Cadernos de Textos da Escola de Governo de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 6, p. 1-21, 1997.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990. v. 1-2.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ERIKSON, E. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FANI, Ana A. Carlos. **Dilemas urbanos**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, M. (Org.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.

_____. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.

FELIX, Mara R. de Souza. **A territorialidade no programa BH Cidadania**. Fundação João Pinheiro – Escola de Governo. Belo Horizonte, 2004. (monografia – mimeo)

FERREIRA, Alécia L. (b) Política social: construindo a garantia de direitos sociais. **Revista Pensar BH/Política Social**, Belo Horizonte, jul. / ago. 2001.

_____. (a) O percurso da política social. **Revista Pensar BH/Política Social**, Belo Horizonte, set. / nov. 2001.

- FIGUEIREDO, L. C. Adolescência e violência: considerações sobre o caso brasileiro. In: LEVISKY, D. **Adolescência pelos caminhos da violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- FIGUERA, Delfina. Estado e território: suas relações e a globalização. In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.
- FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.
- FUKUI, L. Estudo de caso de segurança nas escolas públicas do Estado de São Paulo. **Idéias**, São Paulo, n.21, 1994.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade pessoal**. Portugal: Celta, 1997.
- _____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1999.
- GODINHO, Maria Helena. **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. **Estigma**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- GOMES, Jerusa Vieira. Jovens urbanos pobres. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p. 53-61.1997. (Juventude e contemporaneidade – número especial)
- GUIMARÃES, A. **A dinâmica escolar: conflito e ambigüidade**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- GUIMARÃES, Nadya A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M., (Orgs.) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologia qualitativa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- JUNIOR, Saint-Clair C. Sujeitos políticos e territorialidades urbanas. In: DAMIANI, A.; FANI, A. (Orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- KOGA, Dirce Harue Ueno. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- KUPFER, M. C. Violência da educação ou educação violenta? In: LEVISKY, D. **Adolescência pelos caminhos da violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

LEMOS, M. Territorialidade e política social. **Revista PensarBH/Política Social**, Belo Horizonte, jul. / ago. 2001.

LEÓN, Oscar D. Da agregação programática à visão construtiva de políticas públicas de juventude. In FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MAGNANI, José G. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. **Espaço e Debates**, v. 7, n. 17, 1986.

MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: FORACCHI, M. **Educação e sociedade**. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.

_____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTUCCELLI, Danilo. **Grammaires de l'individu**. France: Éditions Gallimard, 2002.

MARTUCCELLI, D.; DUBET, F. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. **Contemporaneidade e Educação**, ano III, n. 3, mar. 98.

_____. A socialização e a formação escolar. **Revista de Cultura e Política**, n. 40/41, 1997.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global**. Tradução da primeira edição, de jan. de 1991 (mimeo).

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, 1997.

_____. **L'invenzione del presente**. Bologna: Il Mulino, 1991.

MENICUCCI, Telma M. Gonçalves. Intersetorialidade, o desafio atual para as políticas sociais. **Revista Pensar BH/Política Social**, Belo Horizonte, mai. / jul. 2002.

MYNAIO, Maria Cecília. **Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond., 1999.

NEVES, Gervásio. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.

NICOLAS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.

NOVAES, Regina. Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espíritos de época” e novos sincretismos. **Estudos Avançados**, 18 (52), 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a20v1852.pdf>>. Acesso em: 4 de ago. 2005.

_____. Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, H (Org.). **Galerias cariocas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

_____. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-55.

_____. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto da Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005.

PACIELLO, Álvaro. La generación de espacios locales em la gran ciudad. La importância del papel activo de los jóvenes urbanos. In: LEÓN, Oscar Dávila (ed.). **Políticas públicas de juventud em America Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Sociológica**, v. 25, n. 105-106, 1990.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, 1997. (Juventude e contemporaneidade – número especial)

_____. A violência urbana e a escola. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, set.1997.

_____. Escola e violência nas periferias urbanas francesas. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, set.1997.

PEREIRA, Joana S. O enredo das redes. **Revista Tempo Presença**, n.321, jan. / fev. 2002.

PIMENTA, Melissa. **Trajetórias juvenis**. 2004. (Relatório de qualificação - mimeo)

POCHMANN, M. (Org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Cortez / Fundação Perseu Abramo, 2002.

POCHMANN, M.; AMORIN, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Política Social – BH Cidadania**. Belo Horizonte, 2001.

_____. Rota de expansão para o BH Cidadania. **Revista Pensar BH/Política Social**, Belo Horizonte, p. 33, ago. / out. 2002.

_____. Secretaria Municipal de Coordenação das Políticas Sociais. **Programa para jovens: avaliação – agosto 2004**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2004.

PROJETO Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em <www.mds.gov.br>.

RELATÓRIO do Programa Agente Jovem. Belo Horizonte, 2006.

REVISTA PENSAR BH. Belo Horizonte: fev. / abr. 2002, p. 24.

REVISTA PENSAR BH/POLÍTICA SOCIAL. Belo Horizonte: jul. / ago. 2001.

REVISTA PLANEJAR BH. Belo Horizonte: ano 2, n. 8, 2000.

ROCHA, Alexandre S. Espaço e política na centralidade da periferia. In: DAMIANI, A.; FANI, A. (Orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

ROCHA, Márcia Cristina. **Exclusão social e gestão local intersectorial: desafios do programa BH Cidadania**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10, 2005, Santiago. **Anais...**, 2005.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

SANTANA, Magda. **Mobilização social e o desempenho de políticas públicas sociais: algumas reflexões sobre a experiência dos NAFs da PBH**. Belo Horizonte, 2004. (Monografia - mimeo)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1992. (Coleção Espaços)

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001 (b).

_____. Prefácio. In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001 (a).

SARTI, Cynthia A. Família e jovens no horizonte das ações. **Revista Brasileira de Educação**, p.99-109.

_____. A família como ordem simbólica. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, 15(3), p. 11-28, 2004.

SILVA, Armando Correa. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, M. et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.

SMITH, Graham (Org). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 1996.

SOLA, Lourdes. Juventude, comunidade política e sociedade civil. In: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. **Cidades em pedaços**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SPOSITO, M. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 209-243.

_____. **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Fapesp, 2006. (Relatório Fapesp)

_____. Estudos sobre juventude em Educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, 1997.

_____. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa - Revista de Estudos e Pesquisa em Educação**, São Paulo, n.104, 1998.

_____. **Os jovens no Brasil, desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003. 38 p. v. 1

_____. **Juventude, escolarização e poder local**. 2005. (Relatório preliminar da pesquisa – mimeo)

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, 1997.

_____. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p.161-178, 1993.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 57-74.

SPOSITO, M; CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 16-39, 2003.

SPOSITO, M.; CORROCHANO, M C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social - Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.

SPOSITO, M.; SILVA, H.; SOUZA, N. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 248-267, mai. / ago. 2006.

SPOSITO, M. et al. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto da Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005. (a). p. 87-128.

SPOSITO, M. et al. **Um balanço preliminar das iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas**. Disponível em <<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso em: 18 ago. 2005. (b)

SOUZA, José Moreira. **Cidade, momentos e processos**. São Paulo: Anpocs/Ano Zero, 1993.

SZYMANSKI, Heloisa (org). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Plano Editora, 2002.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VENTURI, Gustavo; ABRAMO, Helena. Juventude, política e cultura. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 45, 2000.

VIANNA, Cláudia. **Os nós do “nós”: crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo**. São Paulo: Xamã, 1999.

VIANNA, Heraldo M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003. (Série Pesquisa em Educação, v.5)

WACQUANT, LOIC. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2001.

WASELFSZ, J. **Juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez, 1998. (a)

_____. **Mapa da violência contra os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. (b)

WAUTIER, Anne Marie. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 9, jan. / jun. 2003.

WHITAKER, D. A. Violência na escola. **Idéias**, São Paulo, n.21, 1994.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 12(25), out. 1997.

_____. A ilusão dos jovens e o crime organizado. **Comunicação e Política**, v. 1, n. 2, p. 231-250, dez./ mar. 1995.

_____. **Integração Perversa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Anexos

Anexo A - Roteiro inicial de entrevista com as regionais

Roteiro inicial do BH Cidadania – Regionais

Regional

Nome do entrevistado

Cargo

Tempo no cargo

População da regional/ população jovem da regional

População jovem da micro-área

Características dessa regional - justificativa de escolha para ser uma das áreas-piloto do programa.

- 1- Quando o BH Cidadania foi implantado nessa regional? Você estava nesse cargo, na época? A implantação já se deu de forma completa? Se não, o que ainda falta ser implantado? Qual a avaliação que você faz do início, em 2002, e hoje, em termos de participação da população.
- 2- Das ações abaixo, qual delas já está implantada e como tem sido do funcionamento;
 - a- NAF
 - b- Casa de brincar
 - c- Programa para Jovens
 - d- Cenafofo (capacitação de lideranças)
 - e- Oficinas de esporte
 - f- Oficinas de cultura
- 3- Das ações do programa, há alguma delas voltada diretamente para o jovem? De qual faixa etária?

- 4- Para a segunda fase do BH Cidadania, planeja-se promover o funcionamento do Núcleo da Juventude. Ele já existe nessa regional? Qual é o seu objetivo? Como ele funciona? Se não, quais foram os problemas encontrados?
- 5- Das atividades do programa, uma delas diz respeito aos Centros de Formação da Juventude. Como eles têm funcionado aqui na regional?
- 6- Como têm sido cada uma das ações previstas pelo programa:
 - a- sociabilidade
 - b- inclusão produtiva
 - c- transferência de renda
 - d- saúde, com relação ao jovem dessa regional?
- 7- Como é o perfil da juventude dessa microárea? O que você poderia me dizer sobre essa juventude? (atividades de lazer, escola, etc.)
- 8- Como o jovem é abordado no BH Cidadania se a porta de entrada do programa parece ser a família (NAF)? Qual a avaliação feita nesse sentido? O que dizer da participação dele no programa?
- 9- Como você avalia a intersetorialidade do BH Cidadania nessa regional?
- 10- Quais são, em sua opinião, os maiores problemas que os jovens dessa microárea enfrentam? Você considera que o formato do BH Cidadania tem conseguido equacionar tais problemas? Se não, o que em sua experiência seria mais interessante para atender ao público jovem?
- 11- Quais são as maiores dificuldades do BH Cidadania nessa regional?
- 12- Na micro-área há outro instrumento de acesso ao jovem, com exceção do BH Cidadania? Qual?
- 13- Das ações previstas para a faixa etária 15-21, na Revista Pensar BH, como tem sido a participação do jovem nessa regional?
 - a- EJA (Educação)
 - b- Estímulo à melhoria e qualidade de vida (Saúde, Educação, Assistência, Esporte, Cultura)
 - c- Esporte – Ação Esporte Esperança (até 17 anos)
 - d- Cultura
 - e- Formação Socioprofissional
 - f- Ação núcleo de jovens (até 18 anos)
 - g- Horta comunitária
 - h- Cozinha pedagógica

- i- Trabalho social - formativo
- j- Negligência e maus tratos/violação de direitos

14- No que diz respeito à violência, como é a vida do jovem na micro-área do BH Cidadania?

15- Como se situa essa regional, mais especificamente, a micro-área nos seguintes indicadores que foram utilizados para a escolha da mesma:

Cadastro do BH-Vida

Censo do IBGE 1996

IQVU – índice de qualidade de vida urbana

IQVS- índice de vulnerabilidade social

Indicadores de risco da saúde – SMSA/1999.

16- Para quem deseja entender melhor o lugar do jovem nas políticas públicas, qual é a informação que você pode me dar para que eu possa avaliar a escolha ou não dessa área para a pesquisa?

Anexo B - Plano Amostral para a aplicação dos questionários nas duas áreas

Marcus Vinicius Soares

O projeto entrevistará moradores de duas comunidades carentes, em duas faixas etárias distintas, de 15 anos a 17 anos e de 18 anos a 24 anos. Será aplicado um questionário a uma amostra sorteada desta população, por amostragem dividida por extratos, definidos pela faixa etária do indivíduo e pela comunidade onde mora.

Banco de Dados

Os dados utilizados foram do cadastro oficial municipal, tendo como base os programas de assistência social. Os dados foram digitados utilizando-se o software MS-Excel 95.

Foi realizado um trabalho de padronização de nomes de ruas e eliminação de entradas repetidas.

Informações Sobre Fatores de Estratificação

Os extratos foram definidos por região de domicílio e faixa etária do entrevistado, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Fatores e grupos para estratificação da população

Fator	Extratos
Região	7 de Setembro, Pinheirinho
Faixa Etária	15 a 17, 18 a 24

Cálculo do Tamanho da Amostra

Foi utilizado para o cálculo do tamanho da amostra o software NQuery Advisor 4.0, com nível de confiança $1 - \alpha$ de 0,80, e proporção esperada para as faixas 15 a 17 anos e 18 a 24 anos de, respectivamente, 0,25 e 0,10. Os parâmetros utilizados e tamanhos amostrais calculados estão na tabela 2.

Tabela 2 – Cálculo do tamanho amostral para cada extrato.

	Pinheirinho	
	15-17 anos (n=292)	18-24 anos (n=170)
Confidence level 1-alfa	0.8	0.8
Sided interval:	2	2
Expected proportion, π	0.25	0.1
Distance from proportion to limit	0.05	0.05
Population size – N	179	283
n	73	49

	7 de Setembro	
	15-17 anos (n=116)	18-24 anos (n=262)
Confidence level 1-alfa	0.8	0.8
Sided interval:	2	2
Expected proportion, π	0.25	0.1
Distance from proportion to limit	0.05	0.05
Population size – N	116	262
n	60	49

Sorteio dos Entrevistados

Foram criadas quatro listas dividindo os indivíduos por região e faixa etária e foi criada uma numeração de identificação, independente para cada lista. As listas foram então ordenadas por rua de domicílio e foi computado o número de indivíduos em cada rua.

Para o sorteio dos entrevistados foi desenvolvido um programa em linguagem R, que gerou os conjuntos de números que identificavam cada indivíduo. O sorteio foi realizado de forma a minimizar o problema de acesso aos entrevistados, tendo em vista a alta periculosidade da região e dificuldade de mobilidade. Assim, foi estabelecido como critério que o sorteio seria realizado por rua, sendo definido que a proporção de entrevistados seria de 50% (0,5) da população de interesse de cada rua. Este sorteio seria aleatório, sem reposição, devendo prosseguir até que a soma da população de

interesse das ruas, multiplicada pela proporção definida (0,5), atingisse um tamanho de amostra igual ou superior ao tamanho amostral calculado inicialmente, quando então o programa interrompe o sorteio das ruas. Como consequência, os tamanhos de amostra reais serão sempre iguais ou ligeiramente superiores aos calculados.

A partir daí o programa procede a um sorteio aleatório sem reposição dos candidatos a entrevista nas ruas selecionadas, seguindo a proporção de 50% (0,5) da população de interesse de cada rua.

Esta lista de números sorteados foi então cruzada com a lista original estratificada da população de interesse, sendo esta a lista final de candidatos à entrevista.

Para o cruzamento de dados, foi utilizado o recurso de tabela cruzada do software SPSS 8.0.

Amostra Adicional

Devido aos problemas já esperados para as entrevistas, foi gerada ainda uma lista adicional com 40% do tamanho da amostra definida inicialmente, em substituição aos entrevistados não encontrados ou que se recusassem a responder. Esta lista foi gerada seguindo os mesmos procedimentos e critérios da amostra inicial, tomando-se o cuidado de não incluir no sorteio aqueles indivíduos que já tivessem sido sorteados na primeira lista de amostra.

Problemas Encontrados

Como era de se esperar, uma grande quantidade de indivíduos não pode ser entrevistada, tendo como principal motivo que o entrevistado não foi encontrado. Esta dificuldade de encontrar o entrevistado deveu-se principalmente ao horário de permanência na residência, mudança de endereço ou endereço incorreto no cadastro utilizado.

Devido a este problema, ainda se gerou uma terceira tabela, o que acarretou em alguns casos na seleção final de toda a população daqueles extratos.

Considerações Finais do Plano Amostral

Como informação principal obtida do processo amostral, observou-se que há um grande número de indivíduos cadastrados com endereço inexistente, desatualizado ou que nunca residiram em tal domicílio.

Questionários efetivamente aplicados, masculino e feminino, 15 a 24 anos nas duas regionais:

- Bairro 7 de Setembro : 108 questionários (109 previstos no plano amostral)
- Pinheirinho: 115 questionários (122 previstos no plano amostral)

Anexo C - Questionário aplicado

ÁREA:

1- () 7 de Setembro 2- () Pinheirinho

A) Escola

1) Estuda atualmente?

1- () sim 2- () não [ir para 1.4]

1.1 Se sim, qual o nível?

1 ()	Fundamental – série :
2 ()	Suplência/EJA – série:
3 ()	Médio/profissionalizante – série:
4 ()	Cursinho
5 ()	Superior – série/ano: curso:
6 ()	Outro:

1.2 Tipo de escola

1 () PÚBLICA 2 () PARTICULAR 3 () COMUNITÁRIA 4 () OUTRA:

1.3 Período

1 () Manhã 2 () tarde 3 () noite 4 () finais de semana 5 () outros
: _____

1.4 Se não, quanto tempo está sem estudar?

1 () menos de 6 meses 2 () de 6 m a 1 ano 3 () de 1 ano a 2 anos 4 () mais de 2 anos

1.5 Em que série você parou de estudar?

1 ()	Fundamental – série :
2 ()	Suplência/EJA – série:
3 ()	Médio/profissionalizante – série :
4 ()	Superior – série/ano Curso:

B) Emprego/ Trabalho e Rendimentos do jovem

2) Você recebe bolsa?

1- () Sim 2- () Não [ir para 03]

2.1 - Se sim, qual: _____ Valor: _____

2.2 – O dinheiro da bolsa é usado:

1- () todo com o jovem entrevistado Usado para: _____

2- () parte com o jovem e parte com a família

Parte dele: _____ Usado para : _____

3) Você trabalha?

1- () sim 2- () não [ir para 19]

3.1 Em que você trabalha? R: _____ 3.2 É “fichado”? 1-() sim

2- () Não

3.3 Rendimentos:

1 () até 1 SM 2 () de 1 a 2 SM 3 () acima de 2 até 4 SM 4 () outro valor:

3.4 – Seu dinheiro é usado: 1- () todo com o jovem **Usado para :**

 2- () parte com o jovem, parte com a família

Parte do jovem: _____ **Usado para :** _____

4- Já trabalhou? 1- () sim 2- () não [ir para 4.2]

4.1- Se sim, em que? _____

4.2 - Você está procurando emprego no momento? 1- () Sim 2- () Não

C) Participação em Programas/ projetos e cursos

5) Você participa de algum programacurso/projeto oferecido pela Prefeitura de Belo Horizonte, pelo estado, governo federal ou por entidades (Igrejas, associações, etc.) ? (Resposta múltipla)

1- () sim 2- () não

5.1 Se sim, qual?

1 ()	Agente Jovem/ Programa para Jovens
2 ()	1º emprego
3 ()	Ongs Qual: _____
4 ()	Outras atividades oferecidas pela PBH no NAF – oficinas e cursos Quais: _____
5 ()	Atividades oferecidas pelas universidades Quais: _____
6 ()	Atividades oferecidas pelas Associações do bairro Quais: _____
7 ()	Outros: _____

5.2 – Como você conheceu o projeto (se for mais de um, explicar cada um); como chegou a participar dele?

5.3- Você gosta? 1 – ()sim 2- ()não
Por quê?

Somente no Sete de Setembro:

5.a Você já participou? () sim () não

5.1.a Se sim, qual?

1 ()	Agente Jovem/ Programa para Jovens
2 ()	1º emprego
3 ()	Ongs Qual: _____
4 ()	Outras atividades oferecidas pela PBH no NAF – oficinas e cursos Quais: _____
5 ()	Atividades oferecidas pelas universidades Quais: _____
6 ()	Atividades oferecidas pelas Associações do bairro Quais: _____

7 ()	Outros:
-------	---------

5. a b Como você conheceu o projeto (se for mais de um, explicar cada um); como chegou a participar dele?

5.a.c. Você gostou? 1 – () sim 2- () não
Por quê?

D) Participação Juvenil

6) Você participa de algum grupo como torcida de futebol, banda de rock, rap, etc?

1 – () sim 2- () não [ir para a 7]

6.1 – Se sim, qual? (resposta múltipla e aberta)

1 ()	Cultural 1.a – () Musical. Qual: _____ 1.b- () Skatista 1.c- () Grafite 1.d- () Pichadores 1.e- () Punks 1.f- () Outros: Qual: _____
2 ()	Movimento estudantil
3 ()	Grupo de Igreja / religioso. Qual: _____
4 ()	Esportivo/ Clube de Futebol
5 ()	Outro:

E) Sociabilidade/lazer

7) Seus melhores amigos são de onde? Se for preciso, dê as alternativas (resposta múltipla)

1- ()	Da vizinhança/ proximidade de moradia
2- ()	Do colégio/da escola
3- ()	Do time do qual pertence/ futebol ou outro esportivo
4- ()	Do Agente Jovem ou de outro programa do qual participa Qual: _____
5- ()	Parentes e conhecidos da família
6- ()	De outros bairros
7- ()	Do trabalho
8- ()	De outros lugares

8) O que você MAIS costuma fazer (o que está mais acostumado a fazer, ou faz com mais frequência) quando você não está trabalhando (ou participando das atividades de algum programa ou não está na escola) ? Explorar o Lazer/ o que ele faz nas horas de vagas, de lazer. (Resposta múltipla)

1- ()	Fica em casa sem fazer nada/ à toa ou dormindo
2- ()	Fica em casa vendo TV, jogando vídeo game ou vendo filmes no vídeo
3- ()	Fica em casa ouvindo música ou rádio
4- ()	Fica em casa fazendo outras atividades Quais: _____ _____
5- ()	Joga fliperama/ jogos eletrônicos – fora de casa

6- ()	Fica na porta da escola nos turnos em que não está estudando
7- ()	Fica na rua, praças conversando com amigos e/ ou fazendo atividades em espaços públicos Especificar as atividades:
8- ()	Vai para casa de amigos ou parentes
9- ()	Frequenta bares ou similares
10- ()	Outras atividades fora de casa:

8.1) O que você gostaria de fazer no seu tempo livre, que você ainda não faz?

F) Religião

9) Você possui alguma religião? 1- () sim 2- () não [**ir para 10**]

9.1) Se sim, qual é sua religião?

1() católica 2 () espírita 3 () candomblé 4 () evangélica 5 () umbanda 6() protestante 7 () outra: _____

9.2) Você pratica essa religião? 1- () sim 2- () não

10) O que você conhece aqui do seu bairro? (resposta múltipla)

Perguntar item por item

1 ()	O NAF
2 ()	Centro de Saúde
3 ()	Quadras esportivas
4 ()	Escolas
5 ()	Centro Cultural (somente na Leste)
6 ()	Associação de Moradores (somente na Leste)

G) Dados Pessoais

11) Data de nascimento: ____/____/____ **Idade:** _____

12) Sexo: 1- () masculino 2- () feminino

13) Como você se considera/ como você se vê/ se define?:

1- () branco 2- () negro 3- () pardo 4- () Outro: Qual _____
5- () não sabe /não respondeu

13.1) Raça (p/o entrevistador): 1- () branca 2- () negra 3- () parda 4- () outro .
Qual: _____

14) Estado Civil :

1 () solteiro 2 () casado legalmente 3 () mora junto, sem ser casado 4 () separado/divorciado 5() viúvo

15) Tem filhos? 1- () sim 2- () não [**ir para 17**]

16) Se sim, quantos? 1- () um filho 2- () dois filhos 3- () três filhos 4- () mais de três filhos

17) Tem irmãos?

1- () sim 2- () não (**ir para 19**)

18) Se sim, quantos?

- 1- () um irmão/irmã
 2- () dois irmãos
 3- () três irmãos
 4- () mais de três irmãos

H) Moradia

19) A casa onde você mora é: 1 () própria 2 () alugada 3 () cedida ou emprestada 4 () não sabe/não respondeu

20) Com quem você mora?

- 1 () sozinho 2 () com o pai e mãe 3 () só com o pai 4 () só com a mãe 5 () com pai, mãe e irmãos
 6 () com a mãe e irmãos 7 () com o pai e irmãos 8 () com avós e tios 9 () com esposa/marido
 10 () com esposa/marido e filhos 11 () com seus filhos 12 () com amigos 13 () outros

I) Ocupação dos pais**21) Em que seu pai trabalha?**

1 ()	Empregado informalmente Ocupação:
2 ()	Empregado com carteira assinada Ocupação:
3 ()	Autônomo/Atividade:
4 ()	Desempregado. Trabalhava antes como: _____
5 ()	Pensionista
6 ()	Outro
7 ()	Não sabe/não respondeu
8 ()	Não se aplica/ pai desconhecido ou falecido

22) Escolaridade do pai

1 ()	Fundamental completo
2 ()	Fundamental incompleto – até série
3 ()	Suplência/EJA - completo
4 ()	Suplência/EJA incompleto – até série
5 ()	Médio/profissionalizante completo
6 ()	Médio/profissionalizante incompleto – até série
7 ()	Superior completo
8 ()	Superior incompleto – série/ano: curso:
9 ()	Outro:
10 ()	Não sabe/não respondeu
11 ()	Não se aplica / pai desconhecido ou falecido

23) Mãe**Em que sua mãe trabalha?**

1 ()	Empregado informalmente Ocupação:
2 ()	Empregado com carteira assinada Ocupação:

3 ()	Autônomo/Atividade:
4 ()	Desempregada/Trabalhava antes como: _____
5 ()	Pensionista
6 ()	Outro
7 ()	Não sabe/não respondeu
8 ()	Não se aplica/ mãe falecida

24) Escolaridade da mãe

1 ()	Fundamental completo
2 ()	Fundamental incompleto – até série
3 ()	Suplência/EJA - completo
4 ()	Suplência/EJA incompleto – até série
5 ()	Médio/profissionalizante completo
6 ()	Médio/profissionalizante incompleto – até série
7 ()	Superior completo
8 ()	Superior incompleto – série/ano: curso:
9 ()	Outro:
10 ()	Não sabe/não respondeu
11 ()	Não se aplica/ mãe falecida

J) Rendimentos da família**25) Quem sustenta a casa?**

1 () só o pai 2 () só a mãe 3 () o pai e a mãe 4 () pais e filhos 5 () pais e o jovem 6 () todos que moram na casa
7 () somente o jovem 8 () outro _____ 9 () não sabe/não respondeu

26) Rendimentos da família

1 ()	Até 1 salário mínimo
2 ()	De 1 a 2 salários mínimos
3 ()	Acima de 2 até 4 salários mínimos
4 ()	Acima de 4 salários mínimos
5 ()	Não sabe/não respondeu

Anexo D - Roteiro de entrevista com os jovens

Nome:	Idade:
Data de Nascimento:	Sexo:
Raça:	Estado Civil:
Se tem filhos:	Se sim, quantos:
Escolaridade do Pai:	Escolaridade da Mãe:
Ocupação do Pai:	Ocupação da Mãe:
Renda Familiar:	

PONTOS A SEREM EXPLORADOS DURANTE A ENTREVISTA

Para bolsistas , perguntar:

- 1- Qual a bolsa?
- 2- O que faz com o dinheiro da bolsa? Gasto todo com ele ou divide com a família?
- 3- Como conheceu o programa?
- 4- Se gosta ou não do programa – motivos
- 5- O que mudou na vida do jovem após a entrada do programa.
- 6- Se o programa não desse uma bolsa, mesmo assim, gostaria de ficar no Programa. Por quê?

1- Escola (para quem estuda)

- Em que série você estuda? Em que série parou de estudar? Por que parou de estudar?
- Como você percebe a sua escola? Pontos que você gosta e pontos que você não gosta.
- Você frequenta sua escola somente em momentos de aula ou a frequenta em outros momentos?
- Qual a importância da escola em sua vida? Ou seja, no seu dia a dia, qual o papel/função da escola?
- O que você gostaria que acontecesse na sua escola que não acontece?

2- Trabalho (para quem trabalha)

- Você trabalha?
- Em que?
- Há quanto tempo?
- Como conseguiu esse emprego?
- O que você mais gosta no seu emprego? E o que menos gosta?
- Qual a importância do trabalho em sua vida?
- Como você usa o seu salário?
- Você já havia trabalhado antes? Em que? Por que saiu? Quanto tempo ficou?

3-Lazer

- Como é o seu lazer?

- O que você faz para se divertir?
- Durante a semana é diferente do seu final de semana?
- Que tipo de atividade você gosta mais de fazer para se divertir?
- Você se diverte aqui no bairro mesmo ou sai para isso?
- Como você avalia o que existe no bairro para jovens da sua idade, em termos de lazer?
- O que você gostaria de fazer para se divertir que não existe aqui no bairro?
- Você costuma se divertir sozinho ou em grupo? Quais são as atividades que você faz para se divertir sozinho? E em grupo? O que você prefere?
- O que você gostaria de fazer em seu tempo livre que você ainda não faz? E, por que não faz?

4- Religiosidade

- Você possui religião?
- Você pratica? Com que frequência?
- Se você tivesse que me dizer qual o lugar que você mais frequenta aqui, em que lugar você colocaria a Igreja?
- Que tipo de atividade existe nessa Igreja para jovens da sua idade? Você frequenta essas atividades? Frequentar tais atividades mudou sua vida em alguma coisa?
- Há quanto tempo você possui essa religião?
- Como e por que você decidiu por essa religião? Praticar essa religião foi uma opção sua? Ou você seguiu por causa de seus pais?
- O que você gosta nessa religião?
- O que você não gosta nessa religião?
- Praticar essa religião mudou sua vida em alguma coisa? Em que? Como era antes?

5- Bairro

- Desde quando você mora nesse bairro?
- Me conte um pouco como é viver aqui nesse bairro?
- O que existe aqui no bairro que você gosta muito?
- Como é a vida dos jovens que moram aqui? Me conte como é viver aqui nesse bairro.
- Como os jovens aqui do bairro se divertem? O que existe para o jovem fazer nesse bairro?
- Os jovens que moram aqui são diferentes dos jovens que moram em outros bairros? Em que eles são diferentes?
- Para um jovem dizer que é morador do bairro x, ele possui algumas características que um outro jovem que não mora, não possui?
- Há desentendimentos dos jovens que moram aqui com jovens de outros bairros? Por que esses desentendimentos acontecem?
- Qual é a principal característica desse local que você mora?
- Qual o lugar do bairro que você mais frequenta?
- Aqui no bairro você pode ir e vir de qualquer lugar, a qualquer momento? Por quê? VC costuma andar mais sozinho ou mais acompanhado?

- O que existe aqui no seu bairro que é público? Quais os equipamentos da PBH que você conhece aqui do bairro?
- Você gostaria que aqui tivesse outras coisas que ainda não tem? O que, por exemplo?
- Você acha que o jovem que mora aqui tem as mesmas condições de acesso ao trabalho, ao lazer que os jovens que moram em outro lugar? Por que você acha isso?
- Você sabe que essa área é a área do BH Cidadania?
- Você se sente protegido morando aqui? O que mais te ameaça morando nesse local? Isso poderia ser melhor? Como?
- Você gostaria de se mudar? Por quê? O que mudaria em sua vida.
- Se você não quer mudar daqui, quais os motivos que faz com que você queira permanecer aqui?
- Algumas pessoas dizem que o bairro é nossa casa. Você sente que esse bairro é sua casa? E como você se sente morando nessa casa? Você sente que essa área é sua ou se sente “deslocado”, “fora de lugar”? Existe algum outro local no qual você se sentiria melhor em estar morando? Por quê?

6- Sociabilidade

- De onde são seus melhores amigos?
- O que você e seus amigos fazem aqui no bairro para se divertirem?
- Morar aqui facilita fazer amizades? Por quê?
- Ter amigos que moram aqui é diferente de ter amigos que moram em outros lugares? Eles são diferentes dos seus amigos daqui? Em que?
- As pessoas que moram aqui se conhecem bem? Como você percebe isso?

7- Família

- Com quem você mora?
- Você tem irmãos? Quantos? Quantos moram em sua casa e quantos não moram.
- Como você me descreveria sua família?
- O que seu pai faz? E sua mãe?
- Quem sustenta sua casa?
- O que você mais gosta em sua família?
- O que você menos gosta em sua família?
- A casa que você mora é própria?
- Me conte um dia em família. Como é o sábado e domingo de vocês?
- Como é a rotina de sua família?
- Você curte mais ficar em casa com a sua família ou prefere fazer outra coisa? Por quê?
- Qual é a sua participação na sua família : deveres, tarefas, etc.

8- Ações coletivas/participação juvenil

- Você participa de algum grupo juvenil? Qual? O que vocês fazem? Com que frequência vocês encontram? O que mudou em sua vida após sua entrada nesse grupo?

- Você participa de alguma atividade comunitária/coletiva no seu bairro? Como você começou a participar? O que isso significou em sua vida?
- Como você avalia a participação dos jovens desse bairro em ações coletivas como a que você participa? Se achar pouco, a que ele atribui essa pouca participação?
- Os jovens do local são engajados em movimentos de jovens? A que você atribui sua resposta?

9- O NAF/ O Programa BH Cidadania/ PBH

- Você conhece o NAF? Como o conheceu?
- Você sabe o que o NAF faz? Quais são as atividades que o NAF desempenha aqui na sua área?
- Você frequenta o NAF? Em que situações você vai até lá? O que achou?
- Ter o NAF aqui na área mudou sua vida de alguma forma? Em que?
- Ter o NAF aqui mudou a vida de sua família de alguma forma? Você também ganhou com isso ou não?
- Você saberia dizer como a sua família vê o NAF aqui no bairro?
- Alguma vez alguém de sua família lhe trouxe alguma notícia sobre alguma atividade que o NAF estava oferecendo para os jovens?
- Você sabe o que é o Programa BH Cidadania?
- O que você gostaria que a PBH fizesse aqui no seu bairro?
- O que existe aqui no seu bairro que é “da PBH”? Como é seu relacionamento com esses lugares?
- Você se sente atendido pela PBH? Por quê?
- Antes de o NAF vir para cá, como você fazia quando precisava de alguma coisa da Prefeitura? O NAF estar aqui facilitou sua vida?
- Você se sente atendido pelo NAF? Em que? Se não, por quê?
- Como o NAF poderia ajudar o seu bairro? Em que?

10- Projetos/ Demandas

- O que falta aqui no seu bairro para o jovem?
- Como você gostaria que aqui fosse?
- Quais as maiores dificuldades que você enfrenta morando aqui?
- Quais as expectativas que você tem para seu futuro? (escola, trabalho, lazer, sociabilidade, vida amorosa, familiar)
- Quais são seus projetos para sua vida? Como você acha que pode viabilizar/conseguir isso?
- O que falta acontecer para que sua vida aqui possa melhorar?
- Você acha que a Prefeitura pode fazer alguma coisa para você que ainda não faz? O que?
- As dificuldades que vocês jovens enfrentam aqui, poderiam ser modificadas se alguma coisa mudasse no bairro? O que precisaria ser mudado?
- O que você me diria se eu te mostrasse um jovem daqui e pedisse para você me descrevê-lo? Quais seriam suas características principais? O que é ser um jovem morador do Sete de Setembro? Ser um jovem morador do Sete de Setembro é diferente de ser um jovem morador do Petrópolis, por exemplo? Em que?

- Você gosta de ser identificado como um jovem morador do Sete de Setembro? Por quê? É legal ou não ser morador daqui? Por quê? É difícil ou fácil ser morador daqui? Por quê?
- Você sente algum “preconceito” por ser morador de uma área priorizada pela Prefeitura? E por parte de moradores próximos ou vizinhos? Como você lida com isso? Você preferiria que essa área não fosse do BH Cidadania? Por quê? (vantagens e desvantagens de ser morador de uma área piloto)